

HUMANA RES



Apresentação da Revista Humana RES

Caro leitor,

A Revista Humana Res é parte de um projeto idealizado pelo Centro de Ciências Humanas e Letras e pelo Núcleo de Estudos Estado Poder e Política - NEEPP, no intuito de integrar, de forma sincrônica, o ensino com a pesquisa e a extensão. Nesse sentido, este meio de divulgação eletrônica assume a função de difundir junto ao público interno e externo, o conhecimento que vem sendo produzido, no âmbito desta Instituição de Ensino Superior.

É ainda pretensão desta revista constituir-se como via de acesso à produção acadêmica de profissionais de outras IES, seja no país ou no exterior, abrangendo os campos das Humanidades, Ciências Sociais, Artes e Tecnologias, publicando em suas páginas matérias enviadas para esse fim. Trata-se, enfim, de um periódico interdisciplinar, que se propõe a congregar análises produzidas a partir de perspectivas e olhares diversos acerca da realidade local, nacional e internacional.

No seu **Número 3 de jun/dez 2020**, a Humana Res apresenta o **Dossiê Temático: Desafios e Protagonismos de Grupos Marginalizados**, sob a coordenação do Prof. Dr. Fernando Bagiotto Botton (UESPI), Prof. Dr. João Paulo Peixoto Costa (IFPI) e Prof. Dr. Edson Silva (UFPE).

Sejam todos bem-vindos!

Prof^a. Dr^a Antônia Valtéria Melo Alvarenga

Editora – Chefe
Universidade Estadual do Piauí – UESPI

Prof^a. Dr^a Joseanne Zingleara Soares Marinho

Editora
Universidade Estadual do Piauí – UESPI



Revista Humana Res
Edição 003 Ano 002
Julho|2020
ISSN: 2675-3901

EQUIPE EDITORIAL

COORDENAÇÃO EDITORIAL

ANTONIA VALTÉRIA MELO ALVARENGA
(UESPI / HISTÓRIA / EDITORA-CHEFE)

MARCELO SOUSA NETO
(UESPI / HISTÓRIA-CCM / EDITOR)

JOÃO BATISTA VALE JÚNIOR
(UESPI / HISTÓRIA / EDITOR)

JOSEANNE ZINGLEARA SOARES MARINHO
(UESPI / HISTÓRIA / EDITORA)

MARIA DO SOCORRO RIOS MAGALHÃES
(UESPI / LETRAS-PORTUGUÊS / EDITORA)

VIVIANE PEDRAZANNI
(UESPI / HISTÓRIA/ EDITORA)

CONSELHO EDITORIAL

ANTONIA VALTÉRIA MELO ALVARENGA
(UESPI / HISTÓRIA / EDITORA-CHEFE)

OMAR MÁRIO ALBORNOZ
(UESPI/LETRAS-ESPAÑOL / EDITOR)

MARCELO SOUSA NETO
(UESPI / HISTÓRIA-CCM / EDITOR)

MARIA DO SOCORRO RIOS MAGALHÃES
(UESPI / LETRAS-PORTUGUÊS / EDITORA)

JOÃO BATISTA VALE JÚNIOR
(UESPI / HISTÓRIA / EDITOR)

JOSEANNE ZINGLEARA SOARES MARINHO
(UESPI / HISTÓRIA / EDITORA)

CLARICE H. SANTIAGO LIRA
(UESPI / HISTÓRIA)

ELIZABETH MARY BAPTISTA
(UESPI / GEOGRAFIA)

FABRÍCIO FLORES FERNANDES
(UESPI / LETRAS-PORTUGUÊS)

ANA CRISTINA MENESES
(UESPI / HISTÓRIA)

JORGE EDUARDO DE ABREU PAULA
(UESPI / GEOGRAFIA)

JOSÉ BISPO MIRANDA
(UESPI / CIÊNCIAS SOCIAIS)

JOSINALDO OLIVEIRA DOS SANTOS
(UESPI /LETRAS/ESPAÑOL)

LUCIANA MARIA LIBÓRIO EULÁLIO
(UESPI / LETRAS-ESPAÑOL)

LUCIRENE DA SILVA CARVALHO
(UESPI / LETRAS-PORTUGUÊS)

ANTONIO MAURENI VAZ VERÇOSA DE MELO
(UESPI / HISTÓRIA)

MÁRLIA SOCORRO LIMA RIÉDEL
(UESPI / LETRAS-INGLÊS)

VIVIANE PEDRAZANNI
(UESPI / HISTÓRIA/EDITORIA)

CONSELHO CIENTÍFICO

ALCEBÍADES COSTA FILHO
(UESPI)

ANA PAULA VOSNE MARTINS
(UFPR)

ARYDMAR VASCONCELOS GAYOSO
(UEMA)

TERESINHA DE JESUS MESQUITA QUEIROZ
(UFPI)

CATARINA FROIS
(AR)

CLÁUDIA CRISTINA DA SILVA FONTINELES
(UFPI)

CRISTIANA COSTA DA ROCHA
(UESPI)

DANILO BEZERRA
(UESPI)

ELIO FERREIRA DE SOUSA
(UESPI)

ELIZANGELA BARBOSA CARDOSO
(UFPI)

FERNANDO BAGIOTTO BOTTON
(UESPI)

FRANCISCO CHAGAS OLIVEIRA ATANÁSIO
(UESPI)

GISELE PORTO SANGLARD
(FIOCRUZ- RJ)

IRLANE GONÇALVES DE ABREU
(UFPI)

JACKSON DOS SANTOS RIBEIRO
(UEMA)

JÔNATAS LINCOLN ROCHA FRANCO

JONAS RODRIGUES MORAES
(UFMA)

JOSÉ BISPO DE MIRANDA
(UESPI / CIÊNCIAS SOCIAIS)

LÍEGE DE SOUZA MOURA
(UESPI)

LIVIA SUELEN SOUSA MORAES MENESES
(UFPI)

LUIS REZNIK
(UERJ)

MÁRCIA EDLENE MAURIZ LIMA
(UESPI)

MARGARETH TORRES DE ALENCAR COSTA
(UESPI)

MARIA ELDELITA FRANCO HOLANDA
(UESPI)

MARIA LUZINEIDE GOMES DE PAULA
(UESPI)

MANOEL RICARDO ARRAES FILHO
(UFPI)

MUGIANY OLIVEIRA BRITO PORTELA
(UFPI)

PEDRO PIO FONTINELLES FILHO
(UESPI)

ZILDA MARIA MENEZES LIMA
(UECE)

EQUIPE TÉCNICA

GABRIEL ROCHA DA SILVA
(UESPI / HISTÓRIA / APOIO TÉCNICO)

JOÃO PAULO NUNES DIAS DE ALMEIDA
(UESPI / HISTÓRIA / APOIO TÉCNICO)

JOSIAS GOMES DOS SANTOS NETO
(UESPI / HISTÓRIA / CHEFE TÉCNICO)

PABLO RIBEIRO LOPES
(UESPI / DTIC / APOIO TÉCNICO/DESIGN)

SUMÁRIO

DESAFIOS E PROTAGONISMOS DE GRUPOS MARGINALIZADOS
(EDITORIAL)

#1

HOMEM MARGINAL OU DESCLASSIFICADO SOCIAL?
Mayla Louise Greboge Montoia e Roseli Terezinha Boschilia

#005

O NAZISMO COMO MOTE PARA "HISTÓRIAS ALTERNATIVAS"
POSSIBILIDADES DE SEUS USOS COMO FONTE HISTÓRICA
Marcos Meinerz

#026

"PESCADORES E PESCADORAS EM ITAPISSUMA-PE: CULTURA
DA PESCA, MEMÓRIAS E LUTAS"
Josirene Souza I. Lucena e Ricardo Pinto de Medeiros

#045

A PESSOA EM CADEIRA DE RODAS: DISCUTINDO SEXUALIDADE
E BARREIRAS ATITUDINAIS
Deise da Silva e Ernani Ribeiro

#063

OS MITOS FUNDADORES, NARRATIVAS E "AS DONAS DOS QUILOMBOS"
Maria Aparecida de Oliveira Souza

#087

MULHERES INDÍGENAS XUKURU-KARIRI TRABALHADORAS EM "CASAS DE
FAMÍLIAS": MEMÓRIAS E HISTÓRIA SOBRE O TRABALHO EM ALAGOAS E NO
SUDESTE DO PAÍS (1952-1990)
Adauto Santos da Rocha

#108

A DEFESA DOS "VINHOS DO SUL" E A REPÚBLICA EM PORTUGAL: O "PALADINO JOSÉ RELVAS" E A
MOBILIZAÇÃO DE COMUNIDADES RURAIS EM TRÊS MOMENTOS CHAVE: 1907/1908; 1914/17; E 1927/29
José Raimundo Noras

#124

ARTIGOS LIVRES

DO CHIQUEIRO À MESA O REBANHO E O CONSUMO DE PORCO NO PIAUÍ DO SÉCULO XX
Alcebíades Costa Filho e Enos Soares Silva Neto

#147

CONSAGUIDADES, AFETOS E OUTROS LAÇOS: A CONSTITUIÇÃO FAMILIAR EM CAXIAS/MA (1950-1980)
Antonia Valtéria Melo Alvarenga, João Batista Vale Júnior e Raimundo Nonato Santos de Sousa

#163

ENTREVISTA

PROFESSOR Dr. ANGELO ADRIANO FARIA DE ASSIS
Presidente da Associação Nacional de História, seção Minas Gerais - Anpuh-MG

#186

RESENHA

O GENOCÍDIO OCULTADO: INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA SOBRE O TRÁFICO NEGREIRO ÁRABO- MUÇULMANO, DE
TIDIANE N'DIAYE, TRADUÇÃO: TIAGO MARQUES. LISBOA, PORTUGAL: GRADIVA, 2019. 232P

#190

EDITORIAL

As perspectivas de análise das situações de marginalização são tão amplas, quanto as próprias organizações socioculturais e políticas da humanidade, seja das ciências humanas, sociais aplicadas, seja das ciências da saúde, os olhares também pulverizam uma infinidade de exclusões com variações, tanto quantitativas quanto qualitativas, de níveis globais ou microscópicos. As inferiorizações, discriminações ou perseguições abertas não se restringem a regras engessadas, no que diz respeito ao *modus operandi*, vão de minorias a majorias demográficas, de políticas nacionais a relações internas em grupos por si só marginalizados.

O aparente universo inapreensível para as ambições deste dossiê temático pode, no entanto, ter suas diferentes manifestações relacionadas a, pelo menos, dois aspectos. Um primeiro, mais evidente, aponta para as relações de poder, intrínsecas às próprias relações humanas, que, como sabemos, independem de se tratar de um governo oligárquico perante uma maioria empobrecida, de uma minoria étnica diante de uma sociedade nacional racista, de divisões internas a comunidades eventualmente excluídas de espaços de mando ou ainda atravessando questões ligadas a poder aquisitivo, de gênero, raça, religião, saúde física e mental, atividades profissionais etc.

Em contrapartida, o segundo aspecto, tema do presente dossiê, carrega algo de afrontoso frente a essas mesmas formas de exercício da dominação, pois prioriza os protagonismos dos grupos marginalizados. O conjunto de pesquisas aqui reunidas compreende a enorme diversidade do tema porque reconhece que as múltiplas maneiras de excluir, discriminar e perseguir, não necessariamente se anulam (por exemplo, imaginando a possibilidade de ser, ao mesmo tempo, mulher, negra, transgênero, interiorana, nordestina, cadeirante e adepta do candomblé no Brasil). Paralelo a isso, preocupa-se com as mais distintas e criativas formas de exercer sua agência justamente nas tortuosas condições em que se encontram.

Quer priorize as “invenções do cotidiano” nas táticas dos dominados como elaborou Michel de Certeau, quer privilegie as “histórias vistas de baixo”, analisadas por Edward P. Thompson e a História Social Inglesa, ou ainda aponte para as ações e perspectivas dos povos subalternizados estudadas pelos autores decoloniais, as amplas possibilidades teórico-metodológicas de reflexão sobre um universo tão vasto alinham-se na busca de dar destaque à agência daquelas e daqueles que foram e são relegadas e relegados a abomináveis situações de exclusão. Independentemente de onde se parta ou com que enfoque se aborde a questão, o presente dossiê é tanto uma manifestação da academia em prol de uma sociedade que venha a combater cada vez mais as marginalizações quanto uma resposta a tantas pessoas ou grupos organizados que exigem atenção da ciência e do meio universitário.

Os artigos de Maria Aparecida de Souza Oliveira e de Adauto Santos da Rocha versam sobre grupos duplamente marginalizados: as mulheres em comunidades étnicas tradicionais. Oliveira e Rocha focam a atenção no protagonismo feminino em quilombos de Pernambuco e sua relação com as narrativas de origem, buscando elaborar o que chama de uma “cartografia da memória afetiva” em que a ação das mulheres tem destaque. Se, por um lado, os mitos fundadores são basilares para a atuação, por outro, reverberam-se com a atuação política da nova geração das chamadas “donas dos quilombos”.

Mas, se as mulheres quilombolas analisadas por Oliveira têm papel de destaque e liderança, Rocha estuda pessoas em situações mais intensas de subalternizações: três vezes marginais, eram mulheres, indígenas e empregadas domésticas. O autor foca sua atenção nos contextos de estabelecimento dos postos do SPI e da FUNAI entre os Xukuru-Kariri em Palmeiras dos Índios, Alagoas, entre 1952 e 1990, quando muitas integrantes da comunidade buscavam trabalho no Sudeste, mas também em “casas de família” em território alagoano. A partir da metodologia da história oral, Rocha buscou evidenciar as “experiências vivenciadas” por essas mulheres nas viagens para conseguir o sustento, relacionando as dinâmicas dos mundos do trabalho indígena feminino com os desafios da conservação e sobrevivência nos territórios originários.

O texto “Pescadoras em Itapissuma-PE: cultura da pesca, memórias e lutas”, de Josirene Souza Lucena e Ricardo Pinto de Medeiros evidenciou os protagonismos de duas categorias que foram sempre pensadas à margem das reflexões históricas: mulheres e pescadoras. Uma pesquisa realizada com a participação de estudantes numa escola municipal local, com familiares na atividade pesqueira, articulando o pensar a História e a Educação

Patrimonial, a partir de memórias orais, possibilitou conhecer as relações, o cotidiano e os desafios de mulheres no universo da pesca. Uma contribuição significativa para pensar os protagonismos de grupos marginalizados na escrita e na maioria das narrativas históricas.

Nosso dossiê também reflete a questão do capacitismo e das barreiras atitudinais que discriminam a pessoa com deficiência. Essa importante discussão é levantada pelo artigo de Deise da Silva e Ernani Ribeiro, intitulado “A pessoa em cadeira de rodas: discutindo sexualidade e barreiras atitudinais”. Tal abordagem traz em reflexão essa categoria minoritária que, muitas vezes, é excluída até mesmo das lutas políticas e identitárias, especialmente no tocante à sexualidade, motivo de estigmatização e discriminação social.

Outra situação de vulnerabilidade é a questão da imigração. De relevância histórica e sociológica, tal elemento expõe as demandas por hospitalidade, solidariedade e acolhimento daquelas pessoas que deixam seus países em busca de melhores condições de vida. Isso fica premente no artigo “Homem marginal ou desclassificado social? A trajetória do português Manoel Eugênio Alves de Aguiar através dos processos judiciais de Curitiba (1878)”, escrito por Mayla Louise Greboge Montoia e Roseli Terezinha Boschilia que refletem sobre essa delicada questão, a partir de documentos judiciais de um imigrante oitocentista que respondera a processo penal no Brasil, o que ampliou e reforçou sua condição de marginalidade no seio daquela sociedade.

Sob essa mesma aproximação luso-brasileira, destacamos, também, o artigo do pesquisador português José Raimundo Noras, intitulado “A defesa dos ‘vinhos do sul’ e a república em Portugal: o ‘Paladino José Relvas’ e a mobilização de comunidades rurais em três momentos chave: 1907/1908; 1914/17; e 1927/29”. Nesse texto, o autor remonta aos conflitos e lutas do associativismo agrário, durante três recortes da história de Portugal, estabelecendo, na imagem do personagem histórico José Relvas, o fio condutor para sua esclarecedora narrativa.

Sob uma perspectiva distinta, Marcos Meinerz aborda não necessariamente uma agrupação minoritária, mas um gênero literariamente minoritário, a saber, as ficções contrafactuais de histórias alternativas, no artigo “O nazismo como mote para ‘histórias alternativas’: possibilidades de seus usos como fonte histórica”, em que aborda as maneiras pelas quais o nazismo foi tomado literariamente como uma nova estrutura de reflexão e significação simbólica que pode, e deve, ser apropriada pelo historiador enquanto fonte

histórica de inestimável relevância para entender as reflexões populares acerca da história e da política do totalitarismo em âmbito mundial.

A partir dessa agrupação de distintas propostas, mas bastante alinhavadas com a temática das minorias, acreditamos estar contribuindo para o avanço dos estudos interdisciplinares desenvolvidos por diferentes matizes das Ciências Humanas. Desejamos que o caráter ético-político desses textos seja inspiração para a nova geração de historiadores, sociólogos, antropólogos, filósofos, linguistas, politólogos, artistas e pesquisadores, de um modo geral, no afã de reforçarem uma tendência que já vem prosperando nas humanidades, que é a de perceber o protagonismo sociohistórico daqueles que, tradicionalmente, foram relegados às posições de subalternidade e marginalização nas hierarquias de poder. Os textos aqui presentes também demonstram o quanto se tornam cada vez mais urgente a problematização e a crítica aos mecanismos de exclusão desses “outros” da sociedade estabelecida, que hoje se encontra atravessada pela diversidade e a diferença. É mister defender os direitos constitucionais, humanos e existenciais dos excluídos sociais, num exercício de resistência a uma civilização globalizada e neoliberal, cada vez mais homogeneizadora, excludente e normativa.

Prof. Dr. Edson Hely Silva

Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Professor efetivo no Centro de Educação/Col. de Aplicação da UFPE, vinculado no Programa de Pós-Graduação em História/UFCG (Campina Grande/PB) e no Colegiado do ProfHistória - Rede de Mestrado Profissional em Ensino de História/UFPE.

Prof. Dr. Fernando Bagiotto Botton

Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná - UFPR, Professor Adjunto do Curso de Licenciatura Plena em História e do Mestrado Profissional em História - Professor de História da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Campus Alexandre Alves de Oliveira - Parnaíba-PI.

Prof. Dr. João Paulo Peixoto Costa

Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Professor do Instituto Federal do Piauí, *Campus* de Uruçuí e do Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA da UESPI em Parnaíba-PI.

COORDENADORES DO DOSSIÊ

A trajetória do português Manoel Eugênio Alves de Aguiar através dos processos judiciais de Curitiba (1878)

Mayla Louise Greboge Montoia (UFPR)¹

Roseli Terezinha Boschilia (UFPR)²

RESUMO:

Mesmo após a independência do Brasil em relação a Portugal em 1822, uma grande movimentação de pessoas e bens continuou a ocorrer entre os dois países. Entre o final do século XIX e início do século XX, milhares de portugueses desembarcaram nas terras brasileiras em busca de melhores condições de vida. A maior parte dos imigrantes portugueses era formada por viajantes autônomos, com alguma formação profissional e que, por essa razão, preferiam se radicar na área urbana, diferente dos demais grupos imigrantes europeus que eram direcionados para o trabalho agrícola. Apesar de alguns aspectos que favoreciam a sua integração na sociedade de acolhimento, como a familiaridade com a língua, o apoio das redes de solidariedade e formação adequada para atuar em determinadas áreas profissionais, o fato de não contarem com qualquer tipo de subsídio por parte do governo brasileiro, era um fator que, não raro, dificultava a fixação desses imigrantes - como foi o caso do português Manoel Eugênio Alves de Aguiar. Este artigo tem como objetivo contar parte de sua trajetória através de um processo judicial registrado em Curitiba no ano de 1878, no qual Manoel foi acusado do que seria considerado hoje, falsidade ideológica. Tomando como base metodológica as discussões sobre verossimilhança e constituição dos processos judiciais de Carlo Ginzburg, Natalie Zemon Davis e Keila Grinberg, buscamos compreender a trajetória de Manoel lançando hipóteses que preenchem as lacunas de sua história. Além disso, debatemos em que medida ele se enquadra no conceito de “homem marginal” de Robert Park ou de “desclassificados sociais” de Laura de Mello e Souza.

Palavras-chave: Imigrantes portugueses. Homem Marginal. Desclassificado Social. Paraná. Século XIX.

¿HOMBRE MARGINAL O DESCLASIFICADO SOCIAL?

La trayectoria del portugués Manoel Eugênio Alves de Aguiar por medio de los procesos judiciales de Curitiba (1878)

RESUMEN:

Mismo después de la independencia de Brasil en relación a Portugal en 1822, un gran desplazamiento de personas y bienes continuó ocurriendo entre los dos países. Entre finales

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, pela linha de pesquisa Intersubjetividade e Pluralidade: reflexão e sentimento na História, sob orientação da Profa. Dra. Roseli Boschilia. E-mail: grebogemayla@gmail.com.

² Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora titular do Departamento História da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e do Programa de Pós-graduação em História da mesma, no qual atua como vice-coordenadora. E-mail: roseli.boschilia@gmail.com.

del siglo XIX y comienzos del siglo XX, miles de portugueses desembarcaron en las tierras brasileñas en busca de mejores oportunidades. La mayor parte de los inmigrantes portugueses era formada por viajeros autónomos, con alguna formación profesional y que, por esta razón, preferían radicarse en el área urbana, diferente de los demás grupos inmigrantes europeos los cuales eran direccionados al trabajo agrícola. A pesar de algunos aspectos que favorecen su integración en la sociedad de acogimiento, como la familiaridad con la lengua, el apoyo de redes de solidaridad y formación adecuada para actuar en determinadas áreas profesionales, el hecho de no tener cualquier forma de subsidio por parte del gobierno brasileño, era un factor que, no raro, dificultaba la inserción de estos inmigrantes - como fue el caso del portugués Manoel Eugênio Alves de Aguiar. Este artículo tiene como objetivo contar parte de su trayectoria por medio de un proceso judicial registrado en Curitiba en el año 1878, en el cual Manoel es acusado de lo que se conoce hoy como falsedad ideológica. Partiendo de la base metodológica de las discusiones sobre la verosimilitud y constitución de los procesos judiciales de Carlo Ginzburg, Natalie Zemon Davis y Keila Grinberg, buscamos entender la trayectoria de Manoel, sugiriendo hipótesis que llenen las lagunas de su historia. Además, debatimos en qué medida él se encuadra en el concepto de “hombre marginal” de Robert Park o de “desclasificados sociales” de Laura de Mello e Souza.

Palabras clave: Inmigrantes portugueses. Hombre marginal. Desclasificados Sociales. Paraná. Siglo XIX.

MARGINAL MAN OR SOCIAL DISQUALIFIED?

The trajectory of the portuguese Manoel Eugênio Alves de Aguiar through the legal proceedings of Curitiba (1878)

ABSTRACT:

Even after Brazil's independence from Portugal in 1822, a great movement of people and goods continued to occur between the two countries. Between the end of the 19th century and the beginning of the 20th century, thousands of Portuguese landed in Brazilian lands in search of better living conditions. Most Portuguese immigrants were self-employed travelers, with some professional training and who, for this reason, preferred to settle in the urban area, unlike other European immigrant groups who were directed to agricultural work. Despite some aspects that favored their integration in the host society, such as familiarity with the language, the support of solidarity networks and adequate training to work in certain professional areas, the fact that they do not have any type of subsidy on the part of the Brazilian government, was a factor that, often, hindered the landing of these immigrants - as was the case of the Portuguese Manoel Eugênio Alves de Aguiar. This article aims to tell part of his trajectory through a judicial process registered in Curitiba in 1878, in which Manoel was accused of what would be considered today, ideological falsehood. Taking as a methodological basis the discussions on likelihood and constitution of the legal proceedings of Carlo Ginzburg, Natalie Zemon Davis and Keila Grinberg, we seek to understand Manoel's trajectory by launching hypotheses that fill the gaps in his history. In addition, we debate to what extent he fits the concept of “marginal man” by Robert Park or “social disqualified” by Laura de Mello e Souza.

A trajetória do português Manoel Eugênio Alves de Aguiar através dos processos judiciais de Curitiba (1878)

Keywords: Portuguese immigrants. Marginal man. Paraná. Social Disqualified. XIX century.

Introdução

Até o século XIX, parecia impossível realizar uma análise histórica que não versasse sobre temas políticos, com grandes feitos, homens notáveis e baseada em fontes oficiais. A incessante busca por um conhecimento histórico neutro e objetivo, era essencial na constituição da ciência histórica do período. Apesar do grande esforço de tornar o campo de estudos históricos algo científico, com métodos, assim como as ciências naturais, essa rigidez trouxe também efeitos limitadores a esses estudos. Dimensões da vida como o cotidiano e os sentimentos, pessoas comuns ou fontes não oficiais eram menosprezados como objetos de investigação. Contudo, a historiografia do século XX conseguiu não somente abordar esses outros elementos da vida, como também dialogar com outras áreas do conhecimento, de modo a enriquecer o campo de estudos históricos.

Este novo olhar voltado para grupos ou indivíduos comuns e múltiplas fontes, foi abordado por variadas correntes historiográficas, em diferentes países. A historiografia francesa, com a contribuição trazida pelos intelectuais da Escola dos Annales, representou uma grande ruptura com a vertente positivista. Ao repensar a questão cronológica, as fontes e a interdisciplinaridade, suas diferentes gerações permitiram uma implosão temática, na qual novos objetos poderiam ser pensados, bem como novas abordagens e metodologias, de forma a ampliar o conhecimento histórico e impulsionar a História - sem as amarras do paradigma positivista do século XIX.

Outra contribuição fundamental para a mudança de abordagem foi a Historiografia Inglesa, onde a história de cunho social foi aprofundada por historiadores como Edward Palmer Thompson, Eric Hobsbawm e Christopher Hill. Aliada a uma perspectiva política marxista, esses historiadores trouxeram à cena os grupos operários, movimentos sociais, camponeses, entre outros sujeitos até então marginalizados na historiografia, valorizando suas experiências, costumes e cultura.

Em uma perspectiva de ampliação da história social, desenvolveu-se também a Historiografia Italiana, que com Carlo Ginzburg e Giovanni Levi enfatizou o protagonismo do indivíduo por meio da micro história. Além de articular aspectos do individual (micro),

com aspectos sociais (macro), essa vertente adotou fontes variadas para a investigação histórica, influenciando positivamente os estudos subsequentes.

Apesar das diferentes abordagens, estes estudos permitiram trazer à cena indivíduos que por muito tempo estiveram na periferia historiográfica, mudando significativamente as pesquisas na área até hoje. Essa “história vista de baixo”, permitiu compreender a desilusão cristã de François Rabelais no século XVI³, as propostas radicais de homens e mulheres pobres em paralelo à Revolução Inglesa no século XVII⁴, os costumes e tradições de setores populares britânicos no século XVIII⁵, ou ainda, a história do moleiro Menocchio, herege que foi perseguido e condenado pela inquisição no século XVI⁶.

Todas essas obras foram de grande importância para a produção historiográfica brasileira, especialmente na segunda metade do século XX, onde um campo de estudos denominado História Social se desenvolveu. Essa guinada no pensamento acadêmico brasileiro ocorreu especialmente entre as décadas de 1970 e 1990, período que coincidiu com a ditadura civil-militar do Brasil e o processo de redemocratização. O regime ditatorial, especialmente nos anos iniciais, realizou uma expansão dos cursos de graduação e pós graduação do âmbito público e privado, fomentando assim um espaço de pesquisa importante no país⁷. Nos anos finais do período ditatorial, vemos uma eclosão de variados movimentos sociais, tais como: o movimento feminista, negro, homossexual, sindical, trazendo à cena, diferentes atores históricos que passaram a ser gradativamente integrados também nas abordagens acadêmicas.

Com influências tanto da historiografia internacional, quanto dos movimentos sociais em curso, as pesquisas históricas brasileiras resgataram sujeitos até então “sem voz”. Inicialmente, grande parte desses trabalhos no Brasil - concentrados no eixo de pesquisa Rio de Janeiro e São Paulo - contemplavam dois principais temas: escravidão e classes populares. Uma fonte que apresentava um caráter democrático quanto à diversidade de estratos sociais, gênero e idade foram os processos judiciais. Como afirma Carlos Bacellar "os processos

³ Cf. FEBVRE, Lucien. **O problema da descrença no século XVI**: a religião de Rabelais. Lisboa: Início, 1970.

⁴ Cf. HILL, Christopher. **O mundo de ponta-cabeça**: ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

⁵ Cf. THOMPSON, Edward Palmer; EICHEMBERG, Rosaura. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁶ Cf. GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Editora Companhia das Letras, 2017.

⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: Cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro, Zahar, 2014, p. 255.

A trajetória do português Manoel Eugênio Alves de Aguiar através dos processos judiciais de Curitiba (1878)

crime e cíveis são fontes igualmente abundantes e dão voz a todos os segmentos sociais, do escravo ao senhor”⁸. Desta forma, essas fontes se tornaram um espaço privilegiado por conterem narrativas em forma de testemunhos/inquéritos dentro dos processos, que permitem diferentes recortes e abordagens, sendo um espaço privilegiado para compreender o conflito e as relações sociais. Para além de extremos sociais como escravos e senhores, tais fontes permitem acessar histórias de pessoas comuns que estão no entremeio, como o caso do imigrante que veremos a seguir.

Da natureza dos processos judiciais

Apesar da grande riqueza deste tipo de fonte, discussões sobre sua natureza e constituição são fundamentais para compreender suas limitações. Os processos judiciais são antes de tudo fontes oficiais produzidas por uma instância institucional que possui objetivos práticos, na qual certos indivíduos exercem um poder que permite formular uma verdade nos autos e punir. Para se distanciar de uma análise positivista sobre uma fonte oficial e chegar às pessoas “de baixo” é preciso conhecer o funcionamento da justiça, todos os agentes nela envolvidos e a estrutura deste tipo de documento⁹. A linguagem jurídica marca a tônica de onde são produzidas tais fontes e a identificação dos personagens deixa claro quem são os responsáveis por conduzir os processos, permitir a fala ou silenciar, julgar ou absolver. Desta forma, é importante compreender inicialmente o papel dos agentes jurídicos dentro desse tipo de fonte uma vez que eles determinam as possibilidades narrativas dos demais envolvidos.

Os juízes, promotores e escrivães são aqueles que têm o poder de influenciar as falas dos demais, seja perguntando ou registrando. Carlo Ginzburg em “Feitiçaria e piedade popular: notas sobre um processo modenense de 1519” mostra como isso ocorre através de um processo de inquisição. Nele, a camponesa Chiara Signorini é acusada de causar um malefício à sua ex-patroa Margherite Pazzani sendo por isso, interrogada e torturada várias

⁸ BACELLAR, Carlos. **Uso e mau uso dos arquivos**. In.: PINSKY, Carla Bassanezi (org). Fontes históricas, v. 2, 2006, p.37.

⁹ Sobre as estruturas dos processos, as pesquisadoras Keila Grinberg e Mariza Corrêa detalham os procedimentos e envolvidos em cada etapa.

vezes. Na análise do processo, Ginzburg afirma que o frade que a interroga se baseava em uma técnica sugestionadora, ou seja, ao perguntar ele tentava influenciar as respostas de Chiara de forma a arrancar dela aquilo que ele acreditava ser verdade [a feitiçaria]¹⁰.

No trabalho brasileiro de Mariza Corrêa que resultou no livro “Morte em Família”, a pesquisadora também chama atenção para o papel dos agentes jurídicos. Ela afirma que juízes e promotores são “manipuladores técnicos de fala” nos processos, uma vez que estes podem determinar e limitar os discursos dos demais envolvidos¹¹. Assim, antes de trabalhar com os processos judiciais é preciso conhecer o processo de produção deste tipo de fonte, bem como as possíveis interferências da justiça no percurso de chegar aos demais sujeitos envolvidos.

Outra questão a se considerar no processo de produção destes documentos são os interesses particulares que os marcam. O simples fato de existirem duas partes que se opõem juridicamente deixa claro que existe uma batalha a ser vencida dentro dos processos, de forma que ao longo dele (voluntariamente ou não) surgem discursos contraditórios, fantasiosos e até mesmo mentirosos. Isso suscita um debate, como afirma Keila Grinberg,

Nessa perspectiva, todos os depoimentos seriam “ficções”, papéis desempenhados por personagens, cada qual procurando influenciar o desfecho da história. Além do mais, aquilo que muitos historiadores vêem como a possibilidade de recuperar a “fala” de pessoas que, na maioria dos casos não deixaram registros escritos de suas existências, para outros seria uma conquista impossível, por conta de o depoimento dos réus, vítimas e testemunhas ter, sempre, a mediação do escrivão, agente da lei.¹²

Ao considerar estas questões e abandonando a ilusão de que, por meio de um processo judicial, é possível chegar à verdade sobre o que ocorreu, partimos do pressuposto de que os processos permitem compreender uma série de relações reais através de um evento ao qual não temos mais acesso. Como afirma Grinberg, não se pode perder de vista que os processos foram protagonizados por pessoas reais. Além disso, os depoimentos possuem uma materialidade linguística e são situados historicamente em um espaço-tempo que permite análises. Por conseguinte, não cabe ao historiador atuar como juiz, tampouco estabelecer a verdade dos fatos, mas sim compreender a realidade por meio deles sem perder de vista todas estas interferências. Nesse sentido, os estudos de Carlo Ginzburg, Keila

¹⁰ GINZBURG, Carlo. **Feitiçaria e piedade popular**: notas sobre um processo modenense de 1519. Ginzburg, C. Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história, 2007, p.31.

¹¹ CORRÊA, Mariza. **Morte em família**: representações jurídicas de papéis sexuais. Graal, 1983.

¹² GRINBERG, Keila. **A história nos porões dos arquivos judiciais**. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. O historiador e suas fontes. 1ª ed., 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015, p. 126-127.

A trajetória do português Manoel Eugênio Alves de Aguiar através dos processos judiciais de Curitiba (1878)

Grinberg e Natalie Zemon Davis apresentam como solução o investimento na capacidade interpretativa do historiador pelo trabalho com a verossimilhança.

Entendendo como verossímil aquilo pode acontecer em uma dada realidade histórica, ao conhecer o contexto o historiador pode preencher lacunas das fontes incompletas por meio de hipóteses. No caso das fontes judiciais, faz-se necessário um estudo específico sobre o período que contemple tanto o código de leis vigente, como a estrutura jurídica e o contexto do recorte espaço-temporal no qual se desenrolam os acontecimentos. Essas discussões, colocadas em prática pelos autores acima mencionados, permitem traçar um norte metodológico para analisar as fontes jurídicas. O clássico de Natalie Zemon Davis, “O retorno de Martin Guerre” é exemplo disso. A partir de pistas sobre um processo judicial ocorrido na região do Languedoc e de um profundo estudo sobre a sociedade camponesa da região, Davis criou uma grande narrativa sobre a história do camponês Martin Guerre, substituído pelo oportunista Arnaud du Tilh, sem perder de vista a noção de verossimilhança. Mesmo preenchendo lacunas a partir de sua interpretação, sua investigação revelou o significado de identidade e falsificação no século XVI.

O presente artigo busca realizar o mesmo, a partir das informações de um processo judicial presente no Arquivo Público do Paraná. A trajetória aqui analisada demandou conhecimento da cidade, do Código Criminal do Império vigente no ano de 1878, conhecimento da estrutura jurídica, bem como o contexto internacional, nacional e regional que circunscrevem o registro do crime. Assim, a análise histórica que segue, busca articular todos estes pontos para desvelar a trajetória de um imigrante português que foi preso em Curitiba.

Imigração portuguesa para o Brasil no século XIX

Embora as migrações dos dois últimos séculos sejam um tema bastante estudado pela historiografia contemporânea, os portugueses, em razão de diversos fatores, constituem um dos grupos marginalizados nas análises¹³. Ao longo de todo o século XIX, mas especialmente em sua segunda metade, diferentes grupos de imigrantes desembarcaram no

¹³ Um destes fatores se deve ao fato de que, mesmo após o processo de independência, os portugueses continuaram sendo considerados pela população em geral como colonizadores e não como e/imigrantes. Outro aspecto que dificulta a identificação do grupo está relacionado ao seu comportamento pouco gregário no que diz respeito à concentração geográfica.

Brasil. Entre eles, os imigrantes portugueses eram parte significativa, embora invisibilizada. Estes, ao contrário dos marginalizados tradicionais da historiografia, que eram aqueles que estavam à margem da sociedade ou excluídos, foram invisibilizados pelo próprio histórico de relações entre Brasil e Portugal. Diversos fatores contribuíram para a invisibilidade desse grupo em relação às demais nacionalidades, dentre as quais se destacam os laços coloniais entre os dois países até o período da independência brasileira e a dificuldade de identificar na documentação os sobrenomes pertencentes exclusivamente a esse grupo, devido a grande semelhança com os sobrenomes de luso-brasileiros¹⁴. Entretanto, assim como outros imigrantes europeus, os portugueses atravessaram o Atlântico ao longo dos séculos em busca de melhores condições de vida e trabalho.

Sendo difícil o estabelecimento nas principais cidades como Rio de Janeiro, Belém e Santos, as quais recebiam o maior contingente de imigrantes do país, muitos recém chegados migraram internamente para outras regiões. Manoel Eugênio Alves de Aguiar, foi um destes. Inicialmente Manoel tentou se estabelecer no Rio de Janeiro, mas não conseguindo, tentou a sorte no Paraná. Ele desembarcou no porto de Paranaguá no ano de 1878, e subiu a serra para se estabelecer em Curitiba. Sua trajetória cheia de percalços reflete algumas das dificuldades que os imigrantes portugueses enfrentavam no país de acolhimento. Estes foram excluídos pelo governo brasileiro, que não subvencionava suas viagens, ao contrário de outros grupos imigrantes como alemães, poloneses e italianos. Desta forma, o fluxo de e/imigrantes portugueses dos séculos XIX e XX, tornou-se praticamente imperceptível diante das grandes correntes imigratórias “desejadas”, que começaram a afluir ao Brasil.

Segundo o historiador português Jorge Fernandes Alves, a imigração portuguesa para o Brasil ao longo do século XIX pode ser analisada a partir de dois movimentos diferentes. No início do século, um deslocamento caracterizado como uma imigração “nova”, de jovens, do gênero masculino, feita, em geral, de maneira individual, com recursos financeiros básicos e preparação prévia para o mercado - especialmente na área comercial. Contudo, na segunda metade do século XIX o perfil se modifica, sendo considerado por Alves como “tradicional”, protagonizado por indivíduos de estrato social mais pobre, cuja mão de obra era voltada para o trabalho braçal, demandado pela lavoura ou obras públicas. Mas, apesar

¹⁴ BOSCHILIA, Roseli. À procura de um novo destino: imigrantes portugueses no Paraná. In: **História: Questões & Debates**, Editora UFPR, Curitiba, n. 56, p. 87-112, jan./jun. 2012.

A trajetória do português Manoel Eugênio Alves de Aguiar através dos processos judiciais de Curitiba (1878)

de distinguir as características gerais em dois momentos, o historiador afirma que elas coexistiram ao longo do século.¹⁵

Em que pese a inserção de alguns grupos de e/migrantes portugueses na área agrícola, estes, via de regra, não se enquadravam dentro da lógica do “imigrante ideal” que o governo brasileiro buscava na época. Este deveria ser não só aquele capaz de trazer bons hábitos para o país, mas também oferecer sua força de trabalho de modo a atender às necessidades de produção do mesmo. Vale destacar que, embora a maior parte dos imigrantes portugueses fosse originária de áreas rurais da região norte de Portugal, nos países de acolhimento seus interesses estavam voltados especialmente ao comércio e demais atividades típicas do espaço urbano, como a prestação de serviços, onde eles acreditavam ter maiores chances de enriquecimento. Como mostra Alves, o deslocamento para o Brasil fazia parte de um projeto familiar que procurava estratégias para superar as dificuldades trazidas pela extrema pobreza que imperava na sociedade portuguesa oitocentista. Desta forma, esses imigrantes estabeleceram-se muito mais nas cidades do que no campo, não atendendo assim, às necessidades de produção do país. Mas, mesmo com a falta de incentivo pelo governo brasileiro, o investimento da família portuguesa na formação educacional e especialização profissional do emigrante se constituía como uma vantagem do grupo em relação aos brasileiros, mestiços e recém libertos, que não possuíam as mesmas habilidades.

Tais características contribuíram para que os imigrantes de maneira geral, e os portugueses de modo especial, fossem considerados uma ameaça aos nacionais, uma vez que estes, segundo Gladys Ribeiro eram vistos como os que vinham para “usurpar” os postos de trabalho daqueles que aqui já residiam e não possuíam qualificação¹⁶. Esse tipo de atitude constitui um paradoxo, porque ao mesmo tempo que eram encarados como os que vinham para construir o país (com bons hábitos e uma nova dinâmica de trabalho), eram aqueles que vinham roubar os empregos dos que estavam lutando para conseguí-los.¹⁷ Contudo, vale lembrar que nem sempre a formação escolar ou profissional era suficiente para que os

¹⁵ ALVES, Jorge Fernandes. Emigração portuguesa: o exemplo do Porto nos meados do século XIX. Comunicação apresentada na conferência ‘Long distance migrations (1500-1900). Org. Comissão Internacional de Demografia Histórica, Madrid, 08/1990, 267-289. **Revista de História**, vol. 9, p. 267-290, 2014.

¹⁶ RIBEIRO, Gladys Sabina. **O imigrante e a imigração portuguesa no acervo da Justiça Federal**, 2ª Reg. - Rio de Janeiro (1890-1930). In: MARTINS, Ismênia de Lima; SOUSA, Fernando. (Org.). A emigração portuguesa no Brasil. A emigração do Norte de Portugal para o Brasil. Porto: Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE)/ Edições Afrontamento, 2007, p. 117-138.

¹⁷ Ibidem.

e/imigrantes conseguissem inserir-se facilmente na sociedade de destino. Para além de saber ler, escrever ou fazer operações matemáticas básicas, o imigrante português precisava contar com o apoio das redes de sociabilidade para garantir a fixação nela.

Imigração no Paraná Provincial

Além das demandas gerais do país, que modelavam a política imigratória, cada província possuía suas especificidades. Diferentemente de São Paulo, onde os imigrantes, de modo geral, eram requisitados como força de trabalho para atuar nas grandes lavouras de café, na jovem província do Paraná havia uma forte demanda por gêneros alimentícios. A carência de braços voltados à produção agrícola, direcionada especialmente ao abastecimento interno e a necessidade de atrair mão de obra de colonos europeus, foi uma questão recorrente nos documentos oficiais, ao longo da segunda metade do século XIX. A questão pode ser verificada na mensagem encaminhada à Assembleia Provincial pelo Presidente Francisco Liberato de Mattos, em 1858, poucos anos após a emancipação da província:

É para lamentar que esta Província, cujos terrenos produzem com abundância a mandioca, o arroz, a cana, o fumo, o milho, o centeio, a cevada, o trigo e todos os gêneros alimentícios, compensando tão prodigiosamente os trabalhos do agricultor, receba da marinha e por preços tão exagerados a mór parte daqueles gêneros. Este estado de cousas porém tenho que continuará, e que só quando colonos morigerados e laboriosos vierem povoar vossas terras vastas e fecundas, aparecerá a abastança dos gêneros alimentícios e abundantes sobras do consumo irão dar nova vida ao comércio de exportação de produtos agrícolas.¹⁸

A vinda de colonos “morigerados e laboriosos”, de acordo com a visão dos governantes, poderia alterar de tal modo o quadro da Província, que além de abastecer, poderia inclusive exportar produtos. Tal necessidade decorria da ausência de produtores no campo, tendo em vista que nessa época a população em geral estava voltada à produção da erva mate.

Apesar de ser um produto de grande demanda por outros países do cone sul, a erva mate, também chamada de “ouro verde”, já era consumida e produzida no século XVI. Porém, com a sua disseminação no século XIX, a produção esbarrou em uma pouca oferta do produto. Desta forma, o mercado paranaense se adaptou rapidamente para suprir a

¹⁸ PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**. Presidente Francisco Liberato de Mattos na Assembleia provincial em 7 de Janeiro de 1858. Typ. Paranaense, Curitiba, 1858, p.35

A trajetória do português Manoel Eugênio Alves de Aguiar através dos processos judiciais de Curitiba (1878)

demanda do mercado, permitindo um enriquecimento rápido àqueles que se dedicassem a essa atividade. A erva mate foi, portanto, um grande atrativo para aqueles que produziam outras culturas, da mesma forma que para aqueles que desejavam apenas auferir maiores lucros. Assim, o espaço produtivo de alimentos básicos foi paulatinamente se esvaziando, abrindo espaço aos imigrantes. Em um cenário nacional, no qual a força de trabalho imigrante já era vista como uma possibilidade de solucionar os problemas de abastecimento no país, ao mesmo tempo que era responsabilidade das províncias, o Paraná passou a incentivar a vinda de europeus para as atividades de agricultura, especialmente aqueles com famílias numerosas, ou seja, que possuíam muitos braços para a lavoura.

Desta forma, a qualificação dos imigrantes portugueses se mostrava incompatível com as necessidades do país, e também com a de províncias como a do Paraná. Ainda assim, diversas fontes permitem encontrar imigrantes portugueses em cidades como Curitiba, enfatizando as características urbanas de sua imigração e contrariando a norma. O viajante Thomas Bigg-Wither, ao passar pela cidade na década de 1870, relata que dos 9.000 moradores, cerca de 1.500 eram imigrantes, e que o comércio era dominado por portugueses e alemães¹⁹. Relatos como este mostram que, apesar da falta de incentivo, do não enquadramento dos portugueses às políticas migratórias, eles estavam presentes nas cidades. O fato de muitos estarem envolvidos com o comércio reafirma a importância de sua especialização prévia à emigração, constituindo uma característica fundamental no processo de fixação. Contudo, o sucesso de alguns imigrantes e a facilidade de estabelecimento na sociedade de destino, não devem ser considerados como a norma. Mesmo em um espaço como Curitiba, ainda pouco investigado pela historiografia brasileira, é possível ter dimensão da complexidade deste grupo imigrante, descartando-se a ideia de que eles constituíam uma camada social homogênea. Pelo contrário, a partir dos estudos já realizados é possível identificar no interior da comunidade portuguesa pelo menos três grupos distintos: comerciantes; trabalhadores que vendiam sua força de trabalho; e um grupo menor constituído por indivíduos sem profissão definida, como era o caso de Manoel Eugênio, personagem que motivou a escrita deste texto.

¹⁹ BIGG-WITHER, Thomas Plantagenet. **Novo caminho no Brasil meridional, a província do Paraná: três anos de vida em suas florestas e campos, 1872/1875**. J. Olympio, 1974.

Manoel Eugênio: um imigrante sem qualidades²⁰

As informações aqui apresentadas foram encontradas em um processo judicial registrado pela Comarca de Curitiba - Paraná, no ano de 1878. Nele, o referido Manoel Eugênio Alves de Aguiar é considerado réu, acusado de crime de “nome suposto”²¹. De acordo com o processo, além de “dar-se a conhecer por nomes diferentes”, o acusado, “usando de astúcia para iludir incautos”, também se fazia passar por “engenheiro mecânico, advogado, estudante etecetera, não tendo presentemente ocupação honesta conhecida, nem residência certa”²². Os discursos apresentados ao longo do processo permitem compreender não só o evento crime ocorrido na cidade, como também, parte da trajetória de deslocamento de Manoel Eugênio até o Brasil, além de algumas hipóteses que podem explicar suas ações.

Em seu auto de qualificação, Manoel Eugênio Alves de Aguiar afirmou ter 28 anos de idade, ser solteiro, saber ler e escrever, e ter nascido em Vila Nova de Famalicão – Portugal. Quando inquirido sobre sua nacionalidade, se intitulou como “português naturalizado norte americano”, o que sugere que antes de chegar ao Brasil, ele havia residido na América do Norte. Com políticas migratórias favoráveis até a década de 1870, os Estados Unidos eram um destino comum para imigrantes de diferentes nacionalidades, inclusive os portugueses. Contudo, para conseguir naturalizar-se, algumas condições eram colocadas ao imigrante, entre elas: ser branco, livre, sem condenações e tempo de residência de pelo menos 5 anos no país. Desta forma, se esta foi de fato a trajetória de Manoel, ele teria desembarcado nos Estados Unidos antes dos 23 anos de idade. Herbert Klein, em uma pesquisa com passaportes entre os anos de 1853-1950, afirma que grande parte dos emigrantes que saíram de Portugal eram homens, solteiros, entre 20 e 24 anos de idade²³.

O Brasil era o país para o qual afluíam cerca de 82,3% dos emigrantes portugueses, seguido dos Estados Unidos com 15,3% e Argentina com 2,4%, segundo a pesquisa de Paulo

²⁰ A escolha do subtítulo faz referência ao romance de Robert Musil, "Um homem sem qualidades", que em sua definição seria um homem sem caráter.

²¹ O processo judicial aqui utilizado foi inicialmente lido e transcrito para a forma original. Contudo, nos trechos aqui apresentados a grafia foi atualizada para facilitar a leitura. Sobre a definição de crime em questão, o Código legal utilizado na época era o Código Criminal do Império de 1830. O referido crime está previsto no Capítulo VII sobre Uso de nomes supostos, e títulos indevidos: “Art. 301. Usar de nome supposto, ou mudado, ou de algum título, distintivo, ou condecoração, que não tenha. Pena - de prisão por dez a sessenta dias, e multa correspondente á metade do tempo”.

²² PARANÁ. **Arquivo judicial**. Ref. PI 7635 CX 291, 1878.

²³ KLEIN, Herbert S. A integração social e económica dos imigrantes portugueses no Brasil nos finais do século XIX e no século XX. **Análise social**, p. 235-265, 1993.

A trajetória do português Manoel Eugênio Alves de Aguiar através dos processos judiciais de Curitiba (1878)

Gonçalves²⁴. Manoel Eugenio parece acompanhar as características gerais dos e/imigrantes portugueses, tanto pelo perfil analisado por Klein, quanto pela onda imigratória tradicional descrita por Jorge Fernandes Alves. Além disso, seu itinerário segue a lógica dos demais migrantes, visto que Manoel desembarca no Rio de Janeiro, que juntamente com São Paulo eram os principais destinos dentro das terras brasileiras.

Ao desembarcar no Rio de Janeiro, de acordo com seu relato, Manoel conseguiu um emprego como criado em uma hospedaria. Foi demitido logo depois, após ter sido acusado de roubo - devido ao desaparecimento de um anel pertencente a um dos hóspedes. Segundo o depoimento de testemunhas do processo em Curitiba, que conheciam a fama de Manoel na Corte, ele teria entrado silenciosamente nos aposentos do advogado Doutor José Ferreira Canteiro, que percebeu sua presença e pediu para que se retirasse. Assim que levantou, Doutor Canteiro deu falta de um anel avaliado em torno de 700\$000 réis, o qual, segundo as testemunhas, Manoel vendeu por apenas 100\$000. Por esse motivo, o português naturalizado norte americano foi preso pela primeira vez, sendo obrigado a firmar um tratado de bem-viver no qual assumia o compromisso de manter-se longe da criminalidade. Porém, três meses depois, Manoel acabou sendo novamente preso. Desta vez, por acompanhar, seduzir e roubar uma mulher em uma ida ao Circo Cosmopolitano.

Sendo já conhecido na Corte, Manoel Eugênio decidiu tentar a sorte em outra cidade, desembarcando pouco tempo depois em Curitiba. Sem dinheiro para custear a viagem, o imigrante adotou uma tática bastante comum no período, que era oferecer serviço de bordo durante o percurso de um porto ao outro, como forma de pagar pela viagem²⁵. Foi assim que, segundo uma testemunha, Manoel embarcou em um vapor que tinha como destino o porto de Paranaguá, na província do Paraná. Apesar de Paranaguá ser uma cidade movimentada pelo comércio e com forte presença portuguesa, Manoel seguiu para a capital da província, onde, em menos de um mês, foi preso novamente. Em Curitiba, além de responder pelo crime de nome suposto, Manoel Eugênio também foi acusado de iludir uma mulher quando tentou trocar um anel de ouro e um broche por uma joia de menor valor.

Manoel Eugênio aparentemente não possuía familiares, nem tampouco podia contar com uma rede de solidariedade que pudesse dar suporte para que ele se estabelecesse em

²⁴ GONÇALVES, Paulo Cesar. **Emigração e colônias no Terceiro Império português**. In: VIII Congresso Brasileiro de História Econômica e 9ª Conferência Internacional de História de Empresas, 2009, Campinas. Anais. Associação brasileira de pesquisadores em história econômica, 2009, p.4.

²⁵ CRUZ, Maria Antonieta. Agruras dos Emigrantes Portugueses no Brasil-contribuição para o estudo da emigração portuguesa na segunda metade do século XIX. **Revista de História**, v. 7, p. 1986-1987, 1986.

Curitiba. Sem apoio e também sem recursos para se manter, Manoel passou a fazer uso de um novo artifício para conseguir emprego e conquistar a confiança das pessoas. Para tanto, forjou identidades imigrantes que eram bem aceitas no país, como era o caso dos italianos. Além disso, criou profissões para si, dignas de atenção, como professor, engenheiro ou advogado. No entanto, apesar de ostentar uma formação multifacetada, Manoel passou a procurar emprego em hospedarias e tipografias, como havia feito no Rio de Janeiro, mas não obteve sucesso nessa empreitada.

Além de um histórico com a justiça brasileira, o fato de não possuir dinheiro para se estabelecer ou conduzir os processos, e não possuir moeda de troca alguma com os residentes na cidade, foi determinante para mais uma prisão. Tendo em vista as sucessivas transgressões praticadas por Manoel Eugênio, fica a pergunta: como ele conseguiu se naturalizar nos Estados Unidos - caso realmente tenha passado por lá -, se não tivesse um comportamento condizente com as exigências do país? Por outro lado, se ele realmente tivesse obtido a naturalização nos Estados Unidos, por que teria decidido abandonar o local de acolhida para tentar a sorte em outro país? Assim, é possível levantar a hipótese de que Manoel tenha ingressado em território brasileiro com documentos falsos. O fato de chegar no Rio de Janeiro e logo após obter um emprego, ter subtraído um objeto pertencente a um hóspede e vendê-lo por um valor sete vezes menor, nos leva a pensar que Manoel estava interessado em obter recursos para realizar um novo deslocamento. Outras questões referentes ao processo em Curitiba confirmam essa ideia. Apesar de reafirmar constantemente sua inocência, alegando que tinha fatos dela, mas que “só [falaria sobre o assunto] pela imprensa, depois de ser solto”, Manoel sugere ter poder aquisitivo e relevância social, porém, se contradiz ao declarar que não possuía condição financeira para se manter na prisão e tampouco para pagar pelos danos cometidos, deixando claro que não dispunha de nenhum recurso financeiro.

Na ocasião da troca do anel e broche por uma joia falsa, a testemunha/vítima justificou ter aceitado a oferta de Manoel Eugênio porque este usava um traje feminino. A informação não é explorada no processo porque provavelmente não auxiliaria na elucidação do caso, mas é relevante quando outra testemunha afirma que durante sua estadia na cidade, Manoel trocou um relógio por roupas. A necessidade básica de vestimenta aparece como uma questão reveladora da condição social desse imigrante. Além disso, a pretensão de uma boa aparência poderia ser fundamental na sociedade de destino: sem referências ou recomendações prévias à viagem, uma primeira boa impressão poderia ser significativa.

A trajetória do português Manoel Eugênio Alves de Aguiar através dos processos judiciais de Curitiba (1878)

Manoel buscou oferecer sua força de trabalho em diferentes lugares, e procurou estabelecer laços na sociedade de destino criando novas identidades, histórias fantasiosas que visavam aceitação e integração, que poderiam ser fundamentais para a sua fixação na mesma - como o impostor Arnaud du Tilh que contou inclusive com o apoio da esposa de Martin Guerre, Bertrande de Rols. Todavia, a situação de Manoel Eugênio se mostra dramática quando Manoel Oliveira, que esteve em sua companhia no vapor com destino a Paranaguá, presta testemunho. Em seu depoimento, Manoel Oliveira afirma que, “perguntado ele testemunha por que razão mudara de nome e haver dito a Henrique que era brasileiro, [Manoel Eugenio] então respondeu que como brasileiro obtivera o que como estrangeiro não poderia obter e que por isso arranjou a vida de alguma forma”²⁶.

Não é possível compreender o que de fato Manoel Eugênio conseguiu mentindo sobre sua nacionalidade, mas, ao que tudo indica, sua justificativa indireta afirma que de alguma forma ser estrangeiro poderia representar ser encarado com descrédito. A situação de Manoel é significativa, pois ele não se enquadra na perspectiva do imigrante ideal, que era desejável por ajudar a construir o país. Nem tampouco é encarado como “usurpador dos nacionais”, porque, apesar de ser encarado negativamente como estrangeiro, o fato de saber ler e escrever não lhe permite uma inserção automática na sociedade de destino. Ainda assim, não deixa de chamar atenção o fato de Manoel se intitular inglês²⁷ ou italiano. Isso mostra que de alguma forma alguns grupos eram mais aceitos do que outros, seja pela sociedade, seja pelo governo brasileiro.

Não tendo possibilidades de recorrer na justiça devido à sua condição financeira, e de imigrante sem rede de contatos, Manoel Eugênio foi condenado a cumprir 35 dias de prisão, mais um pagamento de multa de 17\$500 réis. Porém, não tendo como liquidar a multa, um pedido de revisão foi realizado pela promotoria. Tendo como um dos árbitros da questão o Doutor Generoso Marques, este alegou que “Não tendo o réu profissão ou ocupação conhecida, como consta dos autos, entendo que deve ser calculado o que pode ele ganhar por dia como simples jornaleiro, e avalio o seu salário em mil réis diários”. A possibilidade de trabalhar por jornada tornou possível o pagamento da dívida, que considerando o valor estipulado e o valor médio diário, reduziu sua prisão à metade do

²⁶ PARANÁ. **Arquivo judicial**. Ref. PI 7635 CX 291, 1878.

²⁷ O fato de Manoel Eugênio tentar forjar sua identidade, se colocando como um cidadão de origem inglesa ou mesmo italiana, possibilita levantar a hipótese de que, além de saber ler, escrever e contar, ele talvez tivesse domínio, ainda que rudimentar, de outras línguas além da materna.

tempo. Cumprido o pagamento da multa e tempo de prisão, Manoel foi liberado, e até o presente momento não encontram-se informações sobre sua trajetória.

Homem marginal ou desclassificado social?

De fato, a hipótese básica é a de que uma sociedade se revela por inteiro no tratamento de suas margens.²⁸

A trajetória de Manoel levanta a questão sobre o lugar social que este ocupava enquanto imigrante e réu na cidade de Curitiba no ano de 1878. Seria ele um homem marginal ou um desclassificado social? Os dois conceitos aqui apresentados remetem a estudos diferentes. A ideia de homem marginal pode ser encontrada nos estudos do sociólogo Robert Park, especialmente em seu artigo “Human Migration and the Marginal Man”²⁹, publicado em 1928. Apesar de revisitado, ampliado e criticado por vários pesquisadores subsequentes, a concepção de Park acerca da marginalidade é relevante por associá-la à imigração. Fazendo ressalvas à perspectiva cultural de seu conceito, a ideia de “homem marginal” foi muito influenciada pela sociologia da imigração de Georg Simmel, com quem o autor estudou em Berlim. Simmel se interessou muito pela figura social do imigrante e suas formas de socialização ao longo da vida, desenvolvendo a ideia de “estrangeiro”. Para o autor:

O estrangeiro é aquele que, vindo de fora, fica amanhã. Ele se instala na comunidade, mas fica à sua margem, permanecendo, de alguma maneira, exterior ao grupo social. Desenvolve uma personalidade marginal na medida em que é um homem à margem de duas culturas e duas sociedades.³⁰

Esta ideia influenciou o desenvolvimento do conceito de Park, que assim como Simmel se baseava nos judeus como objeto de análise. Utilizando como base algumas autobiografias de judeus residentes nos Estados Unidos, Park problematizou o contato do imigrante com a sua cultura original e com a cultura do país receptor, dando ênfase na experiência de transição de um espaço para o outro, observando os impactos na construção identitária dos indivíduos. Segundo a pesquisadora Licia Valladares, “O homem marginal é alguém que, ao separar-se de sua cultura de origem, constrói, no processo de aculturação,

²⁸ SCHMITT, Jean-Claude. **A história dos marginais**. In: A história nova. Ogr. LE GOFF, Jacques, Ed. Martins Fontes, v. 5, p. 352-390, 1990.

²⁹ PARK, Robert E. Human migration and the marginal man. **American journal of sociology**, v. 33, n. 6, p. 881-893, 1928.

³⁰ VALLADARES, Licia do Prado. A visita do Robert Park ao Brasil, o "homem marginal" e a Bahia como laboratório. Caderno CRH, v. 23, n. 58, 2010, p.40.

A trajetória do português Manoel Eugênio Alves de Aguiar através dos processos judiciais de Curitiba (1878)

uma nova identidade”³¹. Nesse processo o imigrante tende a enfrentar dilemas pessoais e conflitos externos acentuados devido à experiência de deslocamento. Park identificou estes problemas ao ampliar sua análise pensando outros grupos como os negros nos Estados Unidos. Assim, a questão da marginalidade é encarada por ele como um resultado da experiência migratória e das condições oferecidas pela sociedade receptora ao “estrangeiro”.

Em “Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII”, Laura de Mello e Souza apresenta uma outra perspectiva, iniciando o debate sobre amplo uso do conceito de marginal ou marginalidade. Ao refletir sobre a historicidade do conceito a autora afirma que este é usado na Sociologia na especificidade de contextos de industrialização, enquanto na História há um uso indiscriminado que inclui na definição casos episódicos e diferentes: o louco, a feiticeira, o pobre³². Considerando a amplitude do conceito e os problemas de aplicá-lo em uma realidade diferente da industrial que poderia resultar em anacronismo, a autora usa o conceito de “desclassificação social”:

Já o desclassificado social é uma expressão bastante definida. Remete, obrigatoriamente, ao conceito de classificação, deixando claro que, se existe uma ordem classificadora, o seu reverso é a desclassificação. Em outras palavras: uns são bem mais classificados porque outros não o são, e o desclassificado só existe enquanto existe o classificado social, partes antagônicas e complementares do mesmo todo.³³

Outras vantagens do emprego do conceito para a realidade colonial do século XVIII, é que de fato esta é uma sociedade estamental na qual as classes sociais estão se constituindo. Segundo Laura de Mello, nesse contexto o desclassificado social seria o “homem livre pobre – frequentemente miserável –, o que, numa sociedade escravista, não chega a apresentar grandes vantagens com relação ao escravo”³⁴. Na sociedade colonial muitos indivíduos poderiam se enquadrar nessa categoria uma vez que não eram escravos e nem senhores, sendo muitos os indivíduos compunham essa camada social que era fluida dependendo das oportunidades.

Apesar do estudo da autora não se ater à condição imigrante, suas ressalvas quanto ao emprego de conceitos e a compreensão das estruturas sociais de forma complexa, nos auxiliam a pensar sobre qual o lugar social de um imigrante português como Manoel

³¹ Ibidem.

³² E SOUZA, Laura de Mello. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p.25.

³³ Ibidem, p.24.

³⁴ Ibidem, p.25.

Eugênio. Considerando o contexto do Brasil no século XIX, o desenvolvimento do capitalismo e a constituição das classes sociais não é mais incipiente como no estudo dos desclassificados. Mas também não é um contexto de forte industrialização para pensar o uso do conceito de marginalidade. Além disso, para a autora o “desclassificado social” não apresenta muitas vantagens em relação ao escravizado. Mas o imigrante português sim. O fato de muitos migrarem sabendo ler, escrever, contar e dominando facilmente a língua, se constitui como uma grande vantagem em relação à diversas outras categorias de trabalhadores na sociedade escravista. Por outro lado, isso não é sinônimo de melhores condições ou fácil inserção social, porque o imigrante continua sendo um estrangeiro em busca de uma vida melhor. Como mostra o estudo de Park, o imigrante enfrenta um processo de conflito interno e externo dependendo das condições que encontra na sociedade receptora.

À vista desse debate, os dois estudos ampliam a forma de olhar para um imigrante como Manoel na tentativa de compreender o seu lugar social. Seria ele um “homem marginal” ou um “desclassificado social”? Ao que tudo indica, talvez nem um, nem outro. Dadas as condições específicas do contexto de Manoel Eugênio, a amplitude do debate e o limite deste artigo, a questão permanece em aberto. Seria Manoel um caso episódico ou um *case studie* que demandaria aprofundamento para quem sabe pensar em um novo conceito para esta nova camada que se constitui no Brasil com a vinda dos imigrantes? De fato, o que sua trajetória permite afirmar é a impossibilidade de generalizar os estudos sobre os imigrantes de maneira geral, assim como dentro do mesmo grupo.

Considerações finais

A trajetória de Manoel Eugênio exemplifica a experiência de muitos outros e/imigrantes portugueses que, por não contar com o apoio de seus compatriotas, tampouco do governo, recorriam a diferentes subterfúgios para conseguir se radicar no Brasil. Sua criatividade e comunicação foram uma tática que permitiu contato com diferentes pessoas, deslocamentos internos, trocas comerciais e culturais, ao mesmo tempo que motivou a sua condenação. Manoel Eugênio compreendeu rapidamente qual tipo de imigrante era desejado no Brasil, e ao forjar diferentes identidades buscou enquadrar-se ao modelo de “imigrante ideal”. Mesmo com grandes histórias e promessas, ainda assim, o imigrante português não conseguiu se integrar na nova sociedade de destino, chegando inclusive a tentar fugir desse estigma estrangeiro, e intitulando-se como brasileiro.

A trajetória do português Manoel Eugênio Alves de Aguiar através dos processos judiciais de Curitiba (1878)

Todas as questões acima levantadas trazem uma reflexão importante sobre o lugar social desse imigrante que está entre o “homem marginal” de Robert Park e o “desclassificado social” de Laura de Mello e Souza. Enfrentando problemas de ordem material em Portugal, Manoel foi impelido emigrar, e sem espaço na sociedade brasileira, Manoel Eugênio ficou à margem de duas sociedades³⁵. Este deslocamento criou um tipo de conflito pessoal que implicou diretamente na sua constituição identitária. Em nenhum momento do processo, exceto no auto de perguntas, sua identidade portuguesa é reafirmada, o que parece justificável quando as características dessa imigração são comparadas às demais nacionalidades enquadradas na categoria de desejáveis. Dentro dos parâmetros nacionais e provinciais da época, Manoel não se adequava socialmente, ou melhor, talvez não tenha possuído as chances que outros compatriotas tiveram no processo de integração, porque não possuía nenhuma rede de apoio que facilitasse sua permanência. Nesse sentido, sua condição imigrante não deve ser desconsiderada.

Sem perder de vista que Manoel Eugênio representa um caso individual e que isso não faz dele a regra, é possível encará-lo como o típico imigrante tradicional, como aponta Jorge Fernandes Alves, mas também como uma exceção quando se pensa no imigrante ideal português, sendo aquele que vai para os espaços urbanos, se estabelece no comércio e se fixa na cidade. Apesar de vários desses casos serem encontrados na documentação referente à Curitiba, a presença de Manoel na cidade revela uma composição muito mais complexa de perfis migratórios, e permite relativizar a grande valorização de imigrantes portugueses bem sucedidos e comerciantes. Desta forma, além de problematizar esse tipo de perfil, sua trajetória permite problematizar o lugar social ocupado por um estrangeiro que não conseguiu se estabelecer. A experiência de Manoel Eugênio, ainda que sem definição conceitual, permite compreender como ele foi excluído pela sociedade de destino como um “homem sem qualidades”.

³⁵ Pois embora afirme ter passado pelos Estados Unidos, é a documentação brasileira que atesta sua passagem real.

Fontes

PARANÁ. **Arquivo judicial**. Ref. PI 7635 CX 291, 1878.

PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**. Presidente Francisco Liberato de Mattos na Assembleia provincial em 7 de Janeiro de 1858. Typ. Paranaense, Curitiba, 1858.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Jorge Fernandes. Emigração portuguesa: o exemplo do Porto nos meados do século XIX. Comunicação apresentada na conferência “Long distance migrations (1500-1900)”. Org. Comissão Internacional de Demografia Histórica, Madrid, 08/1990, 267-289. **Revista de História**, vol. 9, p. 267-290, 2014.

BACELLAR, Carlos. **Uso e mau uso dos arquivos**. In.: PINSKY, Carla Bassanezi (org). Fontes históricas, v. 2, 2006.

BIGG-WITHER, Thomas Plantagenet. **Novo caminho no Brasil meridional, a província do Paraná: três anos de vida em suas florestas e campos, 1872/1875**. J. Olympio, 1974.

BOSCHILIA, Roseli. À procura de um novo destino: imigrantes portugueses no Paraná. **História: Questões & Debates**, Editora UFPR, Curitiba, n. 56, p. 87-112, jan./jun. 2012.
MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: Cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro, Zahar, 2014.

CRUZ, Maria Antonieta. Agruras dos Emigrantes Portugueses no Brasil-contribuição para o estudo da emigração portuguesa na segunda metade do século XIX. **Revista de História**, v. 7, p. 1986-1987, 1986.

DAVIS, Natalie. **O retorno de Martin Guerre** (1983). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

E SOUZA, Laura de Mello. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

GINZBURG, Carlo. **Feitiçaria e piedade popular: notas sobre um processo modenense de 1519**. Ginzburg, C. Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história, p. 15-39, 2007.

GRINBERG, Keila. **A história nos porões dos arquivos judiciais**. PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009.

A trajetória do português Manoel Eugênio Alves de Aguiar através dos processos judiciais de Curitiba (1878)

GONÇALVES, Paulo Cesar. Emigração e colônias no Terceiro Império português. VIII Congresso Brasileiro de História Econômica e 9ª Conferência Internacional de História de Empresas, Campinas. **Anais**. Associação brasileira de pesquisadores em história econômica, 2009.

KLEIN, Herbert S. A integração social e econômica dos imigrantes portugueses no Brasil nos finais do século XIX e no século XX. **Análise social**, p. 235-265, 1993.

PARK, Robert Ezra. Human migration and the marginal man. **American journal of sociology**, v. 33, n. 6, p. 881-893, 1928.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **O imigrante e a imigração portuguesa no acervo da Justiça Federal, 2ª Reg. - Rio de Janeiro (1890-1930)**. In: MARTINS, Ismênia de Lima; SOUSA, Fernando. (Org.). A emigração portuguesa no Brasil. A emigração do Norte de Portugal para o Brasil. Porto: Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE)/ Edições Afrontamento, p. 117-138, 2007.

VALLADARES, Licia do Prado. A visita do Robert Park ao Brasil, o "homem marginal" e a Bahia como laboratório. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 58, p. 35-49, Jan./Abr. 2010.

O NAZISMO COMO MOTE PARA “HISTÓRIAS ALTERNATIVAS”: possibilidades de seus usos como fonte histórica

Marcos Meinerz¹

RESUMO

Desde o final da Segunda Guerra Mundial, o gênero chamado de histórias alternativas vem ganhando destaque nos mais variados meios de comunicação – Literatura, cinema, televisão, revistas e internet. E se Jesus tivesse escapado da crucificação? E se os nazistas vencessem a Segunda Guerra Mundial? E se a Revolução norte-americana não tivesse ocorrido? Perguntas como essas fazem parte do mote das histórias alternativas que, em suma, perguntam como o mundo poderia ter sido diferente se determinados acontecimentos “chave” da história da humanidade tivessem um resultado diferente. A partir da década de 1990 esse tipo de produção cultural tem ganhado espaço no mundo acadêmico inglês, alemão e norte-americano como fonte para monografias, dissertações, teses e ensaios históricos. O artigo, portanto, investiga essa produção cultural como uma possibilidade de fonte histórica para se compreender o passado, presente e futuro, uma vez que elaboram representações sobre os mesmos. Para isso, foi analisado as alternativas sobre o nazismo.

Palavras-chave: História alternativa; memória; meios de comunicação.

NAZISM AS A THEME FOR “ALTERNATIVE STORIES”: possibilities of its uses as a historical source

ABSTRACT

Since the end of World War II, the genre called alternative stories has been gaining prominence in the most varied media - Literature, cinema, television, magazines and the internet. What if Jesus had escaped the crucifixion? What if the Nazis won World War II? What if the American Revolution had not taken place? Questions like these are part of the motto of alternative stories that, in short, ask how the world could have been different if certain "key" events in human history had a different outcome. Since the 1990s, this type of cultural production has gained space in the English, German and American academic world as a source for monographs, dissertations, theses and historical essays. The article, therefore, investigates this cultural production as a possibility of historical source to understand the past, present and future, since they elaborate representations about them. For that, the alternatives about Nazism were analyzed.

Key-words: Alternative History; memory; media.

NAZISMO COMO TEMA PARA LAS “HISTORIAS ALTERNATIVAS”: posibilidades de sus usos como fuente histórica

RESUMEN

Desde el final de la Segunda Guerra Mundial, el género llamado historias alternativas ha ganado importancia en los medios más variados: literatura, cine, televisión, revistas e Internet. ¿Y si Jesús hubiera escapado de la crucifixión? ¿Qué pasa si los nazis ganaron la Segunda Guerra Mundial? ¿Qué pasaría si la revolución estadounidense no hubiera tenido lugar? Preguntas como estas son parte

¹ Doutor em História. E-mail: markosmeinerz@gmail.com

del lema de historias alternativas que, en resumen, preguntan cómo el mundo podría haber sido diferente si ciertos eventos "clave" en la historia humana hubieran tenido un resultado diferente. Desde la década de 1990, este tipo de producción cultural ha ganado espacio en el mundo académico inglés, alemán y estadounidense como fuente de monografías, disertaciones, tesis y ensayos históricos. El artículo, por tanto, investiga esta producción cultural como posibilidad de fuente histórica para comprender el pasado, el presente y el futuro, ya que elaboran representaciones sobre ellos. Para eso, se analizaron las alternativas sobre el nazismo.

Palabras-clave: Historia alternativa; Memoria; Medios de comunicación.

Introdução

Em 1962, norte-americano Philip K. Dick publicou o livro intitulado, “*The man in the High Castle*”, que traz a grande questão do: e se o Eixo tivesse vencido a Segunda Guerra Mundial? A obra narra como Franklin D. Roosevelt, presidente dos Estados Unidos da América, foi assassinado em 1933. Sem Roosevelt, o país manteve uma postura mais isolacionista durante toda a década de 1930, participando somente da guerra após os ataques a Pearl Harbor, como, de fato, aconteceu. Nesse período, contudo, a Inglaterra e a União Soviética já estavam praticamente derrotadas pelas tropas de Hitler, culminando com a fácil vitória dos japoneses e nazistas sobre os Estados Unidos. O país, então, foi dividido entre o Japão, que ficou com a Costa Oeste até as Montanhas Rochosas, e o *III Reich*, que ocupou a Costa Leste até o Mississippi. O romance trata sobre um autor de ficção científica que escreve uma história alternativa sobre a Segunda Guerra Mundial, num mundo no qual os Aliados vencem o conflito. Ou seja, uma história alternativa dentro de uma história alternativa.²

Norman Spinrad, escritor estadunidense, publicou em 1972 a história alternativa intitulada, “*The Iron Dream*”. No romance, Hitler - que nunca chegou a se tornar o *Führer* da Alemanha - emigra em 1919 para a cidade de Nova York, nos Estados Unidos, onde viveu como um escritor de ficção científica, ilustrador e editor de *fanzine* até sua morte em 1953. Sua obra mais conhecida, *O Senhor da Suástica*, é um enorme sucesso em um mundo onde a União Soviética é a maior potência no cenário político-econômico mundial. Contudo, a maior parte do livro não se baseia nesse contexto histórico fictício, mas sim no livro escrito por Hitler, no qual o líder forte e persuasivo, Feric Jaggat (alter ego de Hitler), comanda os

² DICK, Philip. **The man in the high castle**. New York: Putnam, 1962. Para ter uma visão geral sobre vários tipos de enredos dentro das histórias alternativas, ver: LODI-RIBEIRO, Gerson. **Ensaio de história alternativa**. Rio de Janeiro: Scarium Magazine, 2003. O livro de Dick acaba de ser adaptado para um seriado de televisão, produzido pela Amazon e dirigida pelo famoso diretor Ridley Scott. A sinopse pode ser conferida em: <https://omelete.uol.com.br/series-tv/noticia/o-homem-do-castelo-alto-eua-perdem-a-segunda-guerra-mundial-no-primeiro-trailer-da-serie/>. Acesso em 12/07/2016.

últimos humanos normais do planeta terra (brancos, loiros, altos e olhos azuis) contra um ambiente de mutantes e alienígenas, especialmente os “zinds”, uma mescla entre judeus e soviéticos. No final do livro de Hitler, Jaggar vence a batalha garantindo que o “genótipo perfeito” perpetuará o domínio eterno neste mundo.³

No ano de 1987, foi a vez de outro escritor norte-americano, Joseph Heywood publicar a obra “*The Berkut*”, na qual descreve a fuga de Hitler no final da guerra com ajuda de um esquadrão alemão especializado. O romance começa nos dias finais da Alemanha nazista quando Hitler comete suicídio juntamente de Eva Braun em seu *bunker*. No entanto, depois de Eva se matar, um dublê toma o lugar de Hitler e é eliminado junto com Braun no quintal da Chancelaria para que os russos encontrem os corpos. O verdadeiro Hitler escapou de Berlim, junto com o coronel alemão Günther Brumm. Joseph Stalin, entretanto, deduziu intuitivamente que Hitler não era um homem que cometeria suicídio. Por isso, ele organizou uma equipe especial de cinco agentes para caçá-lo e trazê-lo de volta para uma vingança pessoal. O romance logo se torna tanto uma perseguição emocionante como um jogo cruel de gato e rato. São nessas linhas que se desenvolve a trama do suspense de Heywood.⁴

Essas três obras exemplificam um gênero literário conhecido como “Histórias Alternativas”, no caso, sobre o nazismo. Contudo, o que é uma história alternativa? Em uma simples definição podemos afirmar que é um relato ficcional de uma “história que nunca aconteceu”. São trabalhos que narram uma sucessão de eventos hipotéticos, construindo um presente ou passado diferente daquilo que concordamos como verossímil. Perguntando como o mundo poderia ter sido diferente, ela investiga a possível consequência do “e se” dentro de um contexto histórico específico: e se os dinossauros existissem até hoje? E se Jesus tivesse escapado da crucificação? E se Colombo nunca tivesse descoberto o Novo Mundo, mas sim os *Vikings*? E se os nazistas vencessem a Segunda Guerra Mundial? E se Adolf Hitler escapou da Alemanha nazista em 1945 se escondendo nas florestas da América do Sul? E se Hitler tivesse sido assassinado ou nunca tivesse nascido? E se a Revolução norte-americana não tivesse ocorrido? E se o Sul ganhasse a Guerra Civil nos Estados Unidos? E se a bomba atômica nunca tivesse sido jogada no Japão? As possibilidades são inúmeras. Tais questões contrafactuais podem parecer absurdas, até mesmo inúteis, mas

³ SPINRAD, Norman. **The iron dream**. New York: Avon, 1972.

⁴ HEYWOOD, Joseph. **The berkut**. New York: Dell, 1987.

O NAZISMO COMO MOTE PARA “HISTÓRIAS ALTERNATIVAS”: possibilidades de seus usos como fonte histórica

foram e são colocadas consideravelmente por um grande número escritores, em vários locais ao redor do mundo (principalmente nos EUA, Inglaterra, Alemanha, e América do Sul).

Tais histórias alternativas não possuem grande importância nas análises historiográficas. Isso se explica porque a tarefa do historiador é lidar com os fatos e não imaginar o que teria acontecido se os nazistas tivessem vencido a Segunda Guerra Mundial ou se o Sul tivesse vencido a Guerra Civil dos Estados Unidos. Contudo, podemos levantar alguns questionamentos sobre essas produções: devemos ignorá-las por representarem os eventos do passado de forma “não acadêmica” ou podemos utilizá-las como fontes históricas para se analisar o passado e o presente? Ainda: essas produções podem “revelar” alguma característica sobre o momento quando foram produzidas? Partindo desse norte, portanto, o objetivo do artigo é analisar as características das histórias alternativas e os seus possíveis usos como fontes históricas para compreender o passado e o presente, a partir das histórias sobre o nazismo.

29

O que são histórias alternativas

Segundo o historiador norte-americano Gavriel Rosenfeld, desde a década de 1990, o gênero da especulação histórica contrafactual, ou história alternativa, tem se tornar um campo muito fértil da investigação histórica, principalmente, nos Estados Unidos.⁵ No Brasil, é um campo ainda pouco explorado, mas podemos destacar o trabalho de monografia de Daniela Linkevicius de Andrade intitulado: “Quem faz o mundo?: a história alternativa em *Watchmen* (1986-1987)” – 2015. Nessa pesquisa, a autora reflete sobre a História Alternativa na obra *Watchmen*, uma série de doze revistas em quadrinhos criada pela DC Comics, escrita por Alan Moore e ilustrada por Dave Gibbons:

pretende-se analisar como se dá a alteração do curso da história na obra, além de como tal alteração dialoga com o contexto da época (Estados Unidos, ainda em Guerra Fria), compreendendo assim se este diálogo corresponde a um discurso distópico. Além disso, a monografia se empenha em refletir acerca das próprias contribuições da História

⁵ ROSENFELD, Gavriel. Why do we ask “What If?”: reflections on the function of alternate history. In: **History and Theory**. Wesleyan University, December 2002. p. 90. Pode-se citar, por exemplo: *A History of Rome*, de M. Cary e H. H. Scullard (1975); *Virtual History: Alternatives and Counterfactuals*, editado por Niall Ferguson em 1997; e *Plausible Worlds: Possibility and Understanding in History and the Social Sciences*, de Geoffrey Hawthorn (1991).

Alternativa com relação à epistemologia da história, principalmente no que se refere às concepções de tempo na historiografia.⁶

O fato de essas narrativas estarem representadas em diversas formas culturais – literatura ficcional e não-ficcional (a grande maioria), contos, novelas, filmes, revistas em quadrinho, jogos de videogame, programas de televisão, e sites da internet -, possibilitou a sua crescente aceitação no mundo acadêmico como fonte para monografias, dissertações, teses e ensaios históricos.⁷ Para o autor, a proliferação das histórias alternativas nos mais variados meios de comunicação de massa demonstra o crescente interesse e a crescente popularidade do gênero entre o público geral, fator que as tornaram um verdadeiro fenômeno no imaginário cultural ocidental.⁸

Não se sabe ao certo quando as histórias alternativas – também conhecidas como alo-história, história contrafactual e ucronia - começaram a ser escritas. Essa questão é amplamente debatida entre os acadêmicos que estudam o gênero. Rosenfeld afirma que as suas origens datam do advento da própria historiografia ocidental na antiguidade, quando historiadores como Tucídides e Tito Lívio se perguntaram como suas próprias sociedades seriam diferentes se os Persas tivessem derrotados os gregos nas Guerras Médicas ou se Alexandre o Grande tivesse empreendido uma guerra contra Roma. Contudo, como um gênero literário moderno, histórias alternativas possuem suas raízes em um passado mais recente, em meados do século XIX, quando as primeiras novelas nesse estilo foram

⁶ ANDRADE, Daniela Linkevicius. **Quem faz o mundo?:** a história alternativa em *Watchmen* (1986-1987). Monografia (História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015. p. 7.

⁷ Principalmente na Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos. No Brasil, não encontramos nenhum estudo acadêmico voltado a analisar esse gênero. Sobre como usar esse gênero literário em análises históricas ver: ROSENFELD, Gavriel. **The world Hitler never made:** Alternate History and the memory of Nazism. EUA: Cambridge University Press, 2005. ROSENFELD, Gavriel. Why do we ask “What If?”: reflections on the function of alternate history. In: **History and Theory**. Wesleyan University, December 2002, p. 90-103. BUTTER, Michael. **The Epitome of evil:** Hitler in American Fiction, 1939-2002. EUA: Palgrave Macmillan, 2009. SCHENKEL, Guido. **Alternate History – Alternate Memory:** counterfactual literature in the context of German normalization. Tese (Doutorado em Filosofia), University of British Columbia: Vancouver, 2012. Outros estudos que podemos destacar: HELLEKSON, Karen. **The alternative history:** refiguring historical time. Ohio: Kent State University Press, 2001. FERGUSON, Niall. **Virtual history:** alternatives and counterfactuals. New York: Basic Books, 1999. COWLEY, Robert. **What if?** The world’s foremost military historians imagine what might have been. New York: Putnam, 1999. COWLEY, Robert. **What if? 2:** eminent historians imagine what might have been. New York: Putnam, 2001. DEMANDT, Alexander. **History that never happened:** a treatise on the question, what would have happened if...? Jefferson, N.C: McFarland, 1993.

⁸ ROSENFELD, Gavriel. 2005. Op. Cit. Para ter uma noção da grande produção baseada nesse gênero discursivo, ver: www.uchronia.net, <https://www.facebook.com/groups/2208892565/?fref=ts>, <https://www.facebook.com/groups/historiaalternativa/>. Acesso em 06/10/2015.

O NAZISMO COMO MOTE PARA “HISTÓRIAS ALTERNATIVAS”: possibilidades de seus usos como fonte histórica

publicadas na França pós-Napoleônica.⁹ Identifica-se como a primeira história alternativa moderna a obra do escritor francês Louis Napoleon Geoffroy-Chateau, com seu livro, “*Napoléon et la conquête du monde 1812-1832*” de 1836, seguido pela obra de seu conterrâneo Charles Renouvier, “*Uchronie*” de 1876. Ambas são consideradas como as primeiras histórias alternativas atuais no sentido de servirem como textos fundadores para uma nova tradição literária.¹⁰ Porém, poucas apareceram até meados da década de 1950.

O cenário mais comum desse gênero é representado por eventos que deixaram marcas ou traumas no mundo contemporâneo e que continuam a ressonar no presente. Estes são frequentemente episódios de importância histórica mundial, variando de: reis a políticos mortos, vitórias ou derrotas militares decisivas, a ascensão de grandes movimentos culturais ou religiosos e mesmo tendências demográficas como migração ou pragas. Não é de se espantar, contudo, que nos últimos setenta anos - período no qual se verifica a maior produção do gênero no ocidente -, o tema mais popular e prolífico presente nesse tipo de narrativa incluem os eventos ocorridos durante a Segunda Guerra Mundial. Questionamentos sobre como o nosso mundo poderia ser diferente se os fatos entre 1933 a 1945 terminassem com outro resultado, fornece a base da maioria das histórias alternativas produzidas no mundo ocidental atual. A razão para a popularidade da era nazista pode ser explicada pela sua habilidade duradoura em atrair a imaginação contemporânea, refletindo a consciência da sociedade de que esse evento moldou o mundo contemporâneo como poucos fizeram. Resumindo, as muitas narrativas especulativas do *III Reich* refletem a constante centralidade da era nazista na memória ocidental.¹¹

⁹ ROSENFELD, Gavriel. 2002. Op. Cit. p. 91.

¹⁰ Ibidem. p. 92.

¹¹ Ibidem. p. 94. Porém, cada contexto nacional pode produzir histórias alternativas com motes que dizem respeito a fatos específicos de sua própria história. Como é o caso dos Estados Unidos. Os escritores norte-americanos além de produzirem um grande número dessas narrativas sobre a Segunda Guerra Mundial, também escreveram histórias alternativas sobre a sua Guerra Civil, bem como sobre a Revolução Americana. Entre as produções de histórias alternativas sobre a Segunda Guerra Mundial e o nazismo podemos destacar: BUKOWSKI, Charles. “Swastika”. In: **Erections, ejaculations, exhibitions and general tales of ordinary madness**. San Francisco: City Lights Books, 1972. GOSS, Gary. **Hitler's daughter**. Secaucus, NJ: Lyle Stuart, 1973. SPINRAD, Norman. **The iron dream**. New York: Avon, 1972. LEVIN, Ira. **The boys from Brazil**. New York: Random House, 1976. WEILL, Gus. **The Führer seed**. New York: William Morrow, 1979. BENFORD, Timothy. **Hitler daughter... wants to occupy the White House**. New York: Pinnacle Books, 1983. HEYWOOD, Joseph. **The berkut**. New York: Dell, 1987. CHARNAY, David. **Operation Lucifer: the chase, capture, and trial of Adolf Hitler**. New York: Squire General, 2002. ERICKSON, Steve. **Tours of the black clock**. New York: Avon, 1989. ROSENBAUM, Ron. **Explaining Hitler: the search for the origins of his evil**. New York: Random House, 1998. No Brasil podemos destacar as histórias alternativas escritas por: VEIGA, José. **A casca da serpente**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003; e LODI-RIBEIRO, Gerson. **A ética da traição**. São Paulo: Draco, 2012.

Para Rosenfeld, são quatro os temas mais recorrentes no cerne das histórias alternativas sobre Segunda Guerra Mundial: 1) os nazistas ganham a guerra; 2) Hitler escapa da morte em 1945, sobrevivendo escondido em algum lugar; 3) Hitler é removido do mundo histórico antes ou algum tempo depois de se tornar *Führer*; 4) o Holocausto é completado, vingado ou desfeito.¹²

Além dos exemplos citados no começo desse artigo, temos também a obra do estadunidense David Charnay que em 2002, lançou o livro, “*Operação Lucifer: The Chase, capture & Trial of Adolf Hitler*”. Este romance é uma compilação de dois livros. O primeiro aborda a perseguição e captura de Hitler e seus asseclas pelo herói da novela, o coronel Barton Milburn, por vários locais do mundo - Hamburgo, Munique, Malmö, Washington, Nova York, Havana, Roma, Barcelona, Paris e Buenos Aires. A história do romance inicia em 1952, quando a CIA descobre que Hitler, na verdade, escapou do seu *bunker*. Depois de submetido a uma cirurgia plástica ele passou a se apresentar como um judeu, e, com todo o dinheiro roubado das vítimas do Holocausto, ele tinha se tornado um dos homens mais ricos do mundo. Além disso, vendia armas à Coreia do Norte, patrocinava grupos neonazistas e dava suporte a praticamente todos os grupos terroristas existentes no mundo. No final do primeiro livro, Bart Milburn finalmente consegue capturar Hitler juntamente com Martin Bormann e alguns nazistas de menor expressão em Havana, levando-os para a prisão de segurança máxima em Guantánamo, Cuba. O segundo livro abrange o dramático julgamento de Hitler. Nele, os sobreviventes do Holocausto testemunham seus sofrimentos e as atrocidades indescritíveis que presenciaram.¹³

Outro campo que é muito fértil na produção de histórias alternativas sobre o nazismo é o cinema. Durante a década de 1960, foram produzidos três filmes apresentando o fugitivo Hitler como um demônio que finalmente paga por seus pecados após ser capturado e julgado:

¹² Queremos aqui atentar para um ponto importante. Os negacionistas, ou seja, aqueles que defendem a ideia da inexistência da morte em massa de milhões de Judeus durante a Segunda Guerra Mundial, autointitulam-se de “revisionistas”. Mas o termo aqui é uma tentativa de tentar legitimar as suas ideias, nada tendo a ver, por exemplo, com um revisionismo histórico. Para os negacionistas, tudo teria sido inventado pelos Judeus com o objetivo de angariar recursos financeiros através de uma verdadeira “indústria do Holocausto”. Sobre o assunto ver: FINKELSTEIN, Norman. **A Indústria do Holocausto**. São Paulo: Editora Record, 2001. NETO, Odilon Caldeira. **Intolerância e Negacionismo**: Sérgio Oliveira e Revisão Editora. In: Revista História e-história, maio de 2009. SANTOS, Elza H. L. G. **Negacionismo no Brasil**: As obras de S. E. Castan. In: Anais XIII Encontro de História Anpuh-Rio. Rio de Janeiro, 2008.

¹³ CHARNAY, David. **Operation Lucifer**: the chase, capture, and trial of Adolf Hitler. New York: Squire General, 2002.

O NAZISMO COMO MOTE PARA “HISTÓRIAS ALTERNATIVAS”: possibilidades de seus usos como fonte histórica

“*They Saved the Hitler’s Brain*” de 1963, do diretor David Bradley; “*Flesh Feast*” de 1967, do diretor Brad Ginter; e “*He Lives*” de 1967, do diretor Joseph Kane.

Em 1994, foi lançado o filme “*Fatherland*”, que no Brasil recebeu o nome de “*Nação do Medo*”, dirigido por Christopher Menaul, adaptação do livro escrito pelo romancista Robert Harris.¹⁴ A trama parte da premissa de que a Alemanha vence a Segunda Guerra Mundial, após derrotar os aliados no Dia D, entrando, posteriormente, na Guerra Fria contra os Estados Unidos da América. Temos também o filme “*The empty mirror*” de 1996, dirigido por Barry Hershey, o qual representa Hitler dentro de um *bunker* enfrentando a si mesmo, seus demônios e fantasmas, em um pós-guerra imaginário onde ele analisa filmes históricos, dita suas memórias, encontrando-se com Eva Braun, Josef Goebbels, Hermann Göring e Sigmund Freud. Em 2009, Quentin Tarantino dirigiu o filme *Bastardos Inglórios*. A trama se passa durante a Segunda Guerra Mundial, quando um esquadrão de “caçadores de nazistas” (formado por judeus-americanos) consegue assassinar Hitler durante uma sessão de cinema.¹⁵

Desde a Segunda Guerra Mundial, centenas de narrativas apareceram em forma de novelas, curtas-metragens, filmes, programas de televisão, jogos, revistas em quadrinhos e ensaios históricos. De acordo com Rosenfeld, analisar as histórias alternativas do *III Reich* pode nos render uma percepção única de como a era nazista tem sido memorizada/lembrada na sociedade ocidental do pós-guerra, ajudando-nos a entender melhor o papel da cultura de massa (local dessas narrativas) em moldar a percepção histórica sobre o nazismo. Para o autor, o fato dessas produções possuírem venda garantida (e como toda a mercadoria que tenham o nazismo ou a suástica na capa) reflete a contínua normalização e relativização do passado nazista. Ou seja: esse passado é usado fora de contexto e sem uma devida e necessária problematização.

Conforme Rosenfeld, não importa onde apareçam, sinais dessa normalização abundam na cultura contemporânea. Uma polêmica em torno das garrafas de vinho que

¹⁴ HARRIS, Robert. **Fatherland**. Reino Unido: Bertrand, 1992.

¹⁵ Outros exemplos são: a) Filmes: Hitler - Dead or Alive (1942); Went the Day Well? (1942); The Silent Village (1943); It happened here (1964); The Battle of Britain (1969); If Britain had Fallen (1972); The Dirty Dozen (1985); Philadelphia Experiment II (1993); The last Supper (1995); Conversation with the Beast (1996). b) Séries e programas de televisão: The master plan of Dr. Fu Manchu (1956); Night Conspirators (1962); He's alive (1963); The other man (1964); The City on the Edge of Forever (1967); An Englishman's Castles (1978); California Reich (1998); Cradle of Darkness (2002). Para ver uma análise mais detalhada sobre essas histórias alternativas, ver: ROSENFELD, Gavriel. 2005. Op. Cit.

carregam o rosto de Hitler é meramente uma das mais bizarras manifestações de uma larga tendência.¹⁶ Nos últimos anos, numerosas controvérsias surgiram em torno da crescente exploração de símbolos nazistas pela cultura de massa, entre outros: um *pub* em Seoul, Coreia do Sul, ganhou manchetes no mundo ao caracterizar seu interior com temática nazista, repleta de suásticas e garçonetes com uniforme de guerra¹⁷; um romancista alemão levantou polêmica por publicar uma novela explorando o assunto da pornografia nazista; recentes filmes norte-americanos causaram objeções por focar no lado “humano” do jovem Hitler; uma companhia alemã começou a vender vasos sanitários feitos no formato da cabeça de Hitler; uma ampla variedade de revistas em quadrinho e jogos de vídeo games que usam Hitler e outros nazistas como personagens centrais; uma reprodução em tamanho real de Adolf Hitler com a qual visitantes de um museu faziam *selfies* foi retirada de exposição na Indonésia.

Para o autor, o que esses diversos exemplos demonstram é claro: mais de setenta anos desde o colapso do *III Reich*, Hitler e os nazistas deixaram de ser vistos somente como símbolos do mal. A era nazista está sendo transformada em uma miscelânea de símbolos com o propósito de fascinar, deleitar, angariar atenção, e – sem surpresas – vender. Isso proporciona uma significativa reverberação na consciência histórica, pois a exploração comercial dos símbolos nazistas os remove do seu contexto histórico original transformando-os em significados vazios. Dessa forma, a estetização do passado nazista na cultura de massa obscurece sua excepcionalidade e contribui para a normalização desse fato.¹⁸

Dado ao potencial de subverter a história acadêmica, Rosenfeld indaga até que ponto sua representação normalizadora do passado nazista simboliza uma preocupação? Histórias alternativas são para ele uma das muitas formas culturais através da qual a representação – e por extensão a memória – do passado é influenciada. Logo, a proliferação dessas narrativas sobre o *III Reich* apresenta motivos para preocupações, dado que elas podem facilmente desviar nossa atenção para longe dos fatos. Enquanto estudar história pode ajudar a entender os problemas do passado – e possivelmente descobrir novas soluções para o presente –, ler histórias contrafactuais pode distorcer o pouco que as pessoas sabem sobre o passado.

¹⁶ As imagens podem ser visualizadas e: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/09/policia-alema-confisca-garrafas-de-vinho-do-fuhrer-com-rosto-de-hitler.html>. Acesso em: 16/07/2018.

¹⁷ Pode-se verificar em: <https://korea.lablob.com/2010/01/25/nazis-in-korea-hitler-techno-bar-and-cocktail-show/>; <http://www.rokdrop.net/2007/10/israel-upset-about-nazi-bar-in-seoul/>.

¹⁸ ROSENFELD, Gavriel. 2005. Op. Cit. p. 374.

O NAZISMO COMO MOTE PARA “HISTÓRIAS ALTERNATIVAS”: possibilidades de seus usos como fonte histórica

Quanto mais histórias alternativas são lidas, mais a linha tênue entre fato e ficção, entre realidade e ilusão, pode se tornar “embaçada”. Isso é percebido nas representações humorísticas da era nazista, que são capazes de trivializar o passado e anular a sensibilidade das pessoas frente uma era de tamanha dor e sofrimento. Distraindo-nos, distorcendo nossa consciência e desencorajando-nos em lembrar a realidade, histórias alternativas representam um fenômeno que possui ampla audiência no mundo atual e por isso devem ser analisadas e estudadas cientificamente.¹⁹

Apesar das lamentações de Rosenfeld, como se as histórias alternativas levassem o leitor ou telespectador para um limbo entre realidade e ficção, podemos ter uma interpretação positiva acerca delas. O maior problema é a falta de uma base de conhecimento histórico antes do contato com essas histórias alternativas. Como elas são capazes de atrair a atenção de um grande público, podemos usá-las, por exemplo, em sala de aula com o objetivo de atrair esse público para a História acadêmica. Ao ser exposto a alguma história alternativa, o leitor é forçado a apreender um passado não existente, problematizando a “verdade” recebida sobre o passado. Dessa forma, ele pode questionar por que determinado fato ocorreu da maneira que ocorreu, como isto pode ter afetado o presente e como isto pode ter afetado o futuro. Como afirma Karen Hellekson, tais narrativas rompem com uma linha do tempo linear e “fazem com que seus leitores repensem sobre seus mundos e como eles se tornaram o que são”.²⁰

A produção e o uso das histórias alternativas como fonte histórica

A grande explosão desse tipo de narrativa depois do advento da Segunda Guerra Mundial, pode ser explicada por uma série de fatores que são subprodutos de tendências culturais e políticas amplas: 1º) o descrédito progressivo com as ideologias políticas no mundo do pós-guerra; 2º) a ascensão do pós-modernismo; 3º) as recentes tendências no mundo da ciência; 4º) a revolução da informação; 5º) a “revolução do entretenimento”.

¹⁹ Ibidem. p. 392.

²⁰ HELLEKSON, Karen. *The Alternate History: refiguring historical time*. Ohio: The Kent State University Press, 2001. p. 132. Apud: ANDRADE, Daniela Linkevicius. **A História Alternativa como fonte histórica: possibilidades das narrativas ficcionais contrafactuais na pesquisa historiográfica**. Aedos, Porto Alegre, v. 11, n. 24, p., Ago. 2019.

Primeiro: o descrédito progressivo com as ideologias políticas do mundo do pós-guerra, culminando com a morte do socialismo soviético e o final da Guerra-Fria, desgastou o poder de visões de mundo deterministas e, assim, impulsionou o princípio central das histórias alternativas, ou seja, que tudo poderia ter sido diferente. Declarando o capitalismo vitorioso, o término da luta ideológica permitiu, inicialmente, reconsiderar se o mundo daquele período era de fato inevitável ou se outros mundos e resultados eram possíveis. Junto a isso, esse contexto histórico propiciou novas preocupações para mundo ocidental: o ressurgimento do nacionalismo exacerbado, os fundamentalistas religiosos, a destruição ambiental e terrorismo global. Esses fatores contribuem para formar um ambiente marcado por inseguranças e incertezas, onde os imaginários sociais atuam com maior força.²¹

Segundo: a ascensão do pós-modernismo, com a sua indefinição entre fato e ficção, privilegiando o “outro” ou as vozes reprimidas/alternativas, também possibilitou o aumento das histórias alternativas. Isso promoveu uma visão do passado não convencional. Para Rosenfeld, o pós-modernismo encorajou o crescimento de uma consciência histórica mais subjetiva e relativa que é tão necessária à especulação das histórias alternativas. Se a história não é descobrir uma única verdade sobre o passado, mas sim compreender como inúmeros fatores aleatórios determinam suas representações, não é de se espantar que explicações do passado discordantes da história oficial comessem a pulular como nunca.²²

Terceiro: as recentes tendências no mundo da ciência, como a teoria do caos, ou as teorias que consideram universos paralelos ou múltiplos, também ajudaram a reduzir o poder do pensamento determinista, encorajando e sustentando as histórias alternativas.²³

Quarto: a revolução da informação liberou os seres humanos das restrições do espaço e tempo real por meio do *cyber-espaço* e da realidade virtual, dando a confiança de nos libertarmos das restrições da história real. Em um mundo no qual *chats-online* substituem o contato face-a-face, nós estamos nos separando cada vez mais da vida concreta. Como o reino alternativo do *cyber-espaço* se tornou o lugar onde nós vivemos muita parte dos nossos dias no presente, o mesmo acontece com nossa capacidade – e talvez inclinação – em imaginar um reino alternativo do passado.²⁴

²¹ ROSENFELD. Gavriel. 2005. Op. Cit. p. 6.

²² Ibidem. p. 7.

²³ Ibidem. p. 8.

²⁴ Ibidem. p. 8.

O NAZISMO COMO MOTE PARA “HISTÓRIAS ALTERNATIVAS”: possibilidades de seus usos como fonte histórica

Quinto: a proeminência das histórias alternativas depois da Segunda Guerra Mundial pode ser explicada pela aceleração da chamada “revolução do entretenimento”. Se a prosperidade econômica, o acréscimo no tempo de lazer e a crescente oportunidade de consumo de massa explicam o apetite insaciável do público geral por diversão, as forças competitivas e lucrativas do livre mercado capitalista explicam porque a televisão, os filmes, os jornais, e a indústria editorial de livros têm tentado atrair espectadores e leitores com o intuito de entretê-los. As consequências desse fenômeno são preocupantes: interesse do público geral em imagens mais superficiais do que em análises complexas; fascinação com celebridades, escândalos e sensacionalismo; a transformação (e o consequente empobrecimento) das notícias reais em “*infotainment*”; e o estímulo a um comportamento cada vez mais extremado na tentativa de saciar o desejo por diversão. Nem mesmo a academia foi poupada dessa tendência. A disciplina histórica, por exemplo, tem sido afetada pela revolução do entretenimento com o surgimento de seus próprios catedráticos da mídia como Simon Schama, Niall Ferguson e Andrew Roberts, pelo sucesso do canal de televisão *History Channel* (com o “Guia politicamente incorreto da História”), e pela crescente tendência da história escolar focar em eventos sensacionalistas como julgamento de crimes, massacres, e outros escândalos. Contudo, o impacto do entretenimento sobre a história é talvez mais óbvio na popularidade das histórias alternativas. Ao contrário da história convencional, que é impelida de sérios imperativos de análises, as histórias alternativas inclinam-se para o não convencional, ao sensacionalismo, ao irreverente, atendendo um público faminto por diversão.²⁵

Há ainda um fator determinante para a produção de histórias alternativas: o apelo do gênero pode estar enraizado nas mais profundas tendências humanas. Para Rosenfeld, muitos de nós, invariavelmente em algum momento, já se perguntaram “e se?” sobre os principais acontecimentos das nossas vidas pessoais. E se nós tivéssemos entrado em outra escola, escolhido um diferente emprego, vivido em um lugar diferente? E se nós nunca tivéssemos encontrado certos indivíduos que se tornaram colegas, amigos ou noiva(o)? Quando nós especulamos sobre o que poderia ter acontecido se certos eventos tivessem ou não tivessem ocorrido no nosso passado, de fato nós estamos expressando nossos sentimentos sobre o presente: ou nós estamos contentes por nossa vida ter tomado tal rumo ou temos remorso por ela não ter ocorrido diferentemente. As mesmas preocupações estão envolvidas no reino

²⁵ Ibidem. p. 9.

das histórias alternativas. Nessa lógica, histórias alternativas são inerentemente presentistas, pois exploram o passado instrumentalmente para analisar o presente.²⁶

Por essa razão, essas narrativas são relevantes documentos para uma análise histórica, uma vez que ao especularem como o passado poderia ter sido diferente, expressam invariavelmente os medos, as esperanças, as preocupações dos seus autores e leitores sobre os dias atuais, demonstrando em suas entrelinhas a subjetividade coletiva de um contexto específico.

Esse caráter presentista nos leva a dois pontos importantes sobre as histórias alternativas: 1) permitem analisar as nuances de vários acontecimentos históricos na memória coletiva de uma determinada sociedade; 2) ajudam a entender melhor o papel da cultura de massa em moldar certas compreensões sobre um fato, em razão de possuírem ampla aceitação do público porque trabalham justamente com questões do presente e são formadas pelas transformações da contemporaneidade, sejam elas políticas, econômicas ou culturais.

Ao possuir esse caráter inerentemente presentista, as histórias alternativas realizam importantes tipos de funções culturais e políticas quando elas validam ou criticam o presente. Sendo assim, elas apareçam, geralmente, em cenários de fantasia ou pesadelo. As utópicas apresentam cenários de fantasia que profetizam o passado alternativo como superior ao passado real e, assim, expressam um senso de descontentamento com a ordem política, econômica e social dos dias atuais. Elas tendem a ter uma agenda política liberal, pois ao imaginar o passado alternativo melhor eles analisam o presente como falho e incompleto, e, dessa forma, implicitamente apoiam a mudança do mundo. As distopias apresentam cenários de pesadelo que, em contraste, representam o passado alternativo como inferior e pior ao passado real e geralmente proferem um senso de contentamento com o *status quo* contemporâneo. Tendendo a ser conservadoras por retratarem o passado alternativo em termos negativos, elas ratificam o presente como o melhor de todos os mundos possíveis e desencorajam a necessidade de mudança.²⁷

Além disso, histórias alternativas mudam sua representação de um fato histórico de acordo com os anseios de uma determinada época. Nos períodos “prósperos” tendem a

²⁶ Ibidem. p. 10.

²⁷ ROSENFELD, Gavriel. 2005. Op. Cit. p. 10.

O NAZISMO COMO MOTE PARA “HISTÓRIAS ALTERNATIVAS”: possibilidades de seus usos como fonte histórica

produzir narrativas alternativas que validam o presente imaginando um passado piorado, enquanto em períodos de crise ou anomia social tendem a produzir narrativas que criticam o presente imaginando o passado alterado como superior e melhor.

Por exemplo, em *The Man in the High Castle* de Philip Dick, os nazistas vitoriosos na guerra criaram um império colonial, dividindo o mundo com os japoneses, continuando o massacre das raças que consideravam inferiores, assassinando judeus em todo o mundo e também realizando um maciço genocídio na África. Grupos de resistência lutam contra o *Reich* em um terrível mundo instalado após o conflito. Assim, temos uma história alternativa distópica de pesadelo, em que o passado alternativo é pior do que o passado real, confirmando o *status quo* contemporâneo.

Entretanto, é necessário abordarmos um pouco mais o caráter presentista das histórias alternativas e sua relação com a memória. Isso pode nos fornecer mais subsídios para compreendê-las como fontes históricas.

História alternativa: presentismo e memória

As histórias alternativas podem ser consideradas pertencentes ao gênero da “*Trivialliteratur*” (Literatura trivial ou popular voltada para o entretenimento).²⁸ Segundo Guido Schenkel, o que é referido como “literatura trivial” raramente era objeto de estudo sério por parte dos acadêmicos. Por muito tempo eles ignoraram o vasto campo das histórias populares, focando-se principalmente em um pequeno número de narrativas complexas e auto-reflexivas. Mas, isto representava um descuido por que esse gênero pode parecer menos trivial se não for interpretado pelo seu mérito “literário”, mas como um “barômetro de

²⁸ Segundo Marion Brephol de Magalhães, *Trivialliteratur* parece incorporar, em sua definição, tudo aquilo que não pode ser considerado *Hochliteratur* (literatura erudita), “um termo depreciativo que opõe a escrita e a leitura das elites à escrita e à leitura dos subalternos”, como podemos compreender pela seguinte explicação: “Fabricação industrial de obras de todos os gêneros; oposição aos cânones ético-estéticos da *Hochliteratur*; contradição da realidade nos discursos e nas descrições; caracteres sumariamente descritos, segundo um esquema simplista opondo os bons aos maus (pintura em preto e branco); lugares comuns sem originalidade; estilo medíocre; publicação por autores explorando os baixos instintos e a sensibilidade dos leitores”. NEVREUX, Jean Baptist. *Dictionnaire internationale des termes littéraires*. APUD: BREPOHL DE MAGALHÃES, Marion. **Imaginação literária e política: os alemães e o imperialismo 1880/1945**. Uberlândia: EDUFU, 2010, p. 109. Sobre a “literatura trivial” ver também: JAUSS, Hans Robert. **A história da literatura como provocação à história literária**. São Paulo: Ática, 1994.

opiniões amplamente difundidas sobre as forças que regem a mudança política”.²⁹ Elas podem representar um modo único de acessar temas históricos e produzir narrativas que podem ser lidas como representação e intervenção em discursos da memória coletiva.

De acordo com Marion Brephol de Magalhães, *Trivialliteratur* parece incorporar, em sua definição, tudo aquilo que não pode ser considerado *Hochliteratur* (literatura erudita), “um termo depreciativo que opõe a escrita e a leitura das elites à escrita e à leitura dos subalternos”³⁰, como podemos compreender pela seguinte explicação:

Fabricação industrial de obras de todos os gêneros; oposição aos cânones ético-estéticos da *Hochliteratur*; contradição da realidade nos discursos e nas descrições; caracteres sumariamente descritos, segundo um esquema simplista opondo os bons aos maus (pintura em preto e branco); lugares comuns sem originalidade; estilo medíocre; publicação por autores explorando os baixos instintos e a sensibilidade dos leitores.³¹

Autor importante nesse debate é Hans Robert Jauss, que também analisa a delimitação entre o que se pode denominar como clássico e “literatura trivial”.³² Conforme explica Magalhães, para Jauss, que parte da Teoria da Recepção, o fator que determina uma obra clássica não pode ser a escola em que está inserida ou a sua técnica de escrita, mas sim seu estilo transformador que, ao ocasionar estranheza a seu público, acarreta mudança de valores e de percepção.

Esta mudança, ou nova percepção, delimita um momento estético inovador, que com o passar do tempo é reeditado por outros escritores, ao ponto de se fazer perder o distanciamento antes observado, tornando a obra “erudita” em uma arte “ligeira” ou “trivial”, já que não necessita mais da consciência receptora nenhuma guinada rumo ao horizonte da experiência ainda desconhecido.³³ A *Trivialliteratur* é caracterizada por não exigir nenhuma mudança de horizonte, ela acolhe tendências dominantes de gosto, confirma sentimentos familiares, ratifica fantasias do desejo, “torna palatáveis – na condição de ‘sensação’ – as

²⁹ SCHENKEL, Guido. **Alternate history** – alternate memory: counterfactual literature in the context of German normalization. Tese (Doutorado em Filosofia), University of British Columbia. Vancouver, 2012. p. 2.

³⁰ BREPOHL DE MAGALHÃES, M. **Imaginação literária e política: os alemães e o imperialismo 1880/1945**. Uberlândia: EDUFU, 2010, p. 108.

³¹ NEVREUX, Jean Baptist. Dictionaire internationale des termes littéraires. APUD: BREPOHL DE MAGALHÃES, Marion. Op. Cit. p. 109.

³² JAUSS, Hans Robert. **A história da literatura como provocação à história literária**. São Paulo: Ática, 1994. p. 31.

³³ BREPHOL DE MAGALHÃES. Op. Cit. p. 110.

O NAZISMO COMO MOTE PARA “HISTÓRIAS ALTERNATIVAS”: possibilidades de seus usos como fonte histórica

experiências não corriqueiras ou mesmo lança problemas morais, mas apenas para ‘solucioná-los’, no sentido edificante, qual questões já previamente decididas”.³⁴

Identificadas como pertencentes a *Trivalliteratur*, a crítica raramente considerou a possibilidade das Histórias Alternativas poderem existir fora do gênero da ficção científica, muito menos que a ela possa ser melhor considerada como um gênero por si só. Concordando com o historiador alemão Michael Butter, diferentemente das ficções científicas que criam múltiplos mundos, as histórias alternativas criam apenas um. Esse mundo singular não emprega a ciência e a tecnologia como seu tropo central, mas sim a história. Enquanto a ficção científica desenvolve visões de um futuro e baseia-se na tecnologia para negociar problemas contemporâneos, as narrativas alternativas negociam esses problemas imaginando um passado mudado. Como na ficção científica, mas de um modo diferente, o gênero da história alternativa é inerentemente presentista, explora o passado e o utiliza instrumentalmente para analisar a conjuntura do mundo contemporâneo.³⁵

Outra característica importantíssima desse tipo de produção é que elas são relevantes documentos de memória, uma vez que representam certa subjetividade coletiva em um contexto histórico específico. Essas narrativas podem ser estudadas como documentos de memória pelas mesmas razões que os historiadores têm as rejeitado como inúteis para o estudo da história - a saber, sua subjetividade fundamental. Em outras palavras, história alternativa é tão bem a expressão da memória, como também é o seu produto.³⁶ Para Schenkel, as histórias alternativas prestam-se muito bem para a investigação da memória devido a seu presentismo inerente. Muitos estudiosos do gênero afirmam que, apesar do foco narrativo aparente no passado, a principal preocupação da história alternativa é o presente, pois afirmam ou criticam o *status quo* contemporâneo.

Nesse sentido, a ligação entre a história alternativa e memória é evidente, pois, como Schenkel aponta, memórias do passado podem nos dizer mais sobre a sociedade atual do que sobre a sociedade do passado: “Porque a memória é uma atividade dinâmica e fluida, emoldurada por grupos sociais e localizada em lugares simbólicos, a atividade de lembrar é guiado pelas necessidades do presente”.³⁷ Dessa forma, a memória coletiva representa o

³⁴ JAUSS, Hans Robert. Op. Cit. p. 32.

³⁵ BUTTER, Michael. **The Epitome of evil: Hitler in American Fiction, 1939-2002**. EUA: Palgrave Macmillan, 2009. p. 50.

³⁶ SCHENKEL, Guido. Op. Cit. p. 8.

³⁷ Ibidem p. 8.

passado na luz das necessidades do presente e seleciona, reconstrói e organiza os eventos de acordo com a vontade de alguns grupos sociais – usualmente os dominantes – dotando-os de significados políticos.³⁸

Segundo Schenkel, essa relação inerente com o presente e com a memória não é neutra, não é um fim em si mesma, mas sempre contém um elemento de julgamento, seja positivo ou negativo. Além disso, as histórias alternativas tem o potencial de servir como meio de críticas políticas, criticando ou confirmando a conjuntura do presente, agindo como intervenção literária em discursos políticos focando na história e na memória.³⁹ O caráter presentista das histórias alternativas as permite lançarem luzes sobre a evolução de vários eventos históricos na memória coletiva de uma determinada sociedade, ajudando-nos a entender melhor o papel da cultura popular em moldar a memória sobre um fato. Nesse sentido, de acordo com Rosenfeld, essas narrativas especulativas sobre o passado são dirigidas por muitas das mesmas forças psicológicas que determinam como o passado toma forma na memória. Preconceitos, medos e desejos (esses e outros sentimentos), influenciam na maneira que as histórias alternativas representam como o passado poderia ter sido, assim como influenciam os modos nos quais as pessoas lembram como o passado “realmente” ocorreu.⁴⁰

Considerações finais

Uma coisa muito importante a se reconhecer sobre a representação histórica na cultura popular é seu imenso alcance público. Nos dias atuais, provavelmente, as pessoas são introduzidas ao nazismo primeiro através da cultura de massa, transformadora das experiências humanas ao longo do tempo em entretenimento, do que por um professor de história. Usando o passado nazista de forma descontextualizada e mais para fins comerciais/políticos/entretenimento, youtubers, blogueiros, vlogueiros, filmes, literaturas conspiratórias, quadrinhos, jogos de *videogame*, possuem um alcance muitas vezes maior, podendo ser muito mais atrativos, do que a história ensinada nas salas de aula. Por isso, fica evidente que eles são formadores de opiniões e sentimentos públicos sobre determinados acontecimentos do passado. Ao propagarem conspirações, senso comum, sensacionalismo,

³⁸ Ibidem p. 34.

³⁹ Ibidem. p. 17.

⁴⁰ ROSENFELD, Gavriel. 2002. Op. Cit. p. 93.

O NAZISMO COMO MOTE PARA “HISTÓRIAS ALTERNATIVAS”: possibilidades de seus usos como fonte histórica

estereótipos, esoterismo, ocultismo, estes meios ajudam a borrar os limites existentes entre fato e ficção, daquilo que sabemos ser verdadeiro sobre o nazismo.

Sendo assim, analisando os discursos, as mensagens, as representações presentes nas produções culturais populares, junto com sua recepção (ou seja, analisando se uma determinada narrativa foi sucesso ou fracasso de crítica, se foi um *best-seller* ou um fracasso comercial, se foi ignorado ou causou controvérsia), fornece um excelente meio de ampliar nossos estudos sobre memória para além do reino da alta cultura e nos permite produzir um retrato mais representativo dos pontos de vista da sociedade em geral.

Uma alternativa interessante para pesquisarmos e analisarmos as histórias alternativas é se elas foram recebidas pelos críticos e os leitores gerais, se uma dada narrativa foi um sucesso de crítica ou um insucesso, se foi um sucesso comercial ou um fracasso, se foi ignorada ou causou controvérsia, etc. Isso fornece um panorama geral da sua repercussão e circularidade, podendo nos ajudar a perceber se a visão do ocidente sobre o *III Reich* tem permanecido estática ou está se modificando. Resumindo, um método sincrônico e diacrônico para analisar histórias alternativas conspiratórias propicia o mais completo meio de entender seus significados.⁴¹

Dessa forma, o exemplo das histórias alternativas mostra que compreender o gênero da literatura popular como mera forma de entretenimento não captura adequadamente o relevante potencial político desses textos, fato que é facilitado precisamente pela popularidade de seus temas. Como afirma Schenkel, a capacidade única dessas narrativas em moldar memórias alternativas, reimagina ativamente axiomas essenciais da memória coletiva, ilustrando o fato que o impacto político e cultural da chamada “literatura trivial” pode ser tão profundo como as narrativas consideradas eruditas.⁴²

Além de nos conduzir a uma melhor compreensão da importância das causas e consequências dos fenômenos históricos, as muitas histórias alternativas refletem como os eventos mais marcantes da história da humanidade são memorizados e lembrados na sociedade. Ao analisar como um fato histórico tem sido representado ao longo do tempo (como o caso do nazismo), podemos aprender muitíssimo sobre qualquer ponto de vista de uma sociedade sobre seu passado. Ao lembrar que os eventos históricos são aleatórios, as

⁴¹ ROSENFELD, Gavriel. 2005. Op. Cit. p. 13.

⁴² SCHENKEL, Guido. Op. Cit. p. 182.

histórias alternativas podem nos ajudar a repensar nossas suposições enraizadas sobre o presente e sobre o passado. Essas narrativas, ao proporcionarem uma releitura crítica do passado histórico oficial, denunciam as representações dominantes de tempo e dos determinismos históricos, configurando novas possibilidades de sua compreensão. Elas desafiam o leitor a repensar o presente à luz desse redimensionamento.

Portanto, é necessário compreendermos o uso da história alternativa enquanto fonte histórica, como fontes que reforçam as construções de fenômenos historicamente construídos, incentivando os seus leitores a pensar historicamente sobre seu passado, presente e futuro. Ou como afirma Daniela Linkevicius de Andrade, elas

são capazes de exprimir e iluminar a percepção histórica de determinadas gerações. Elas expõem de maneira muito interessante as significações temporais do presente em que a obra foi escrita, configurando um passado que, principalmente por meio da elaboração dos *backgrounds* da narrativa, fazem com que o leitor seja transmitido a um passado inventado de maneira extremamente viva.⁴³

⁴³ ANDRADE, Daniela Linkevicius. Ibidem. p. 16.

“PESCADORES E PESCADORAS EM ITAPISSUMA-PE: cultura da pesca, memórias e lutas”

Josirene Souza I. Lucena,¹

Ricardo Pinto de Medeiros²

RESUMO

O presente artigo trata da cultura da pesca em Itapissuma. Temos como objetivo problematizar e evidenciar a cultura da pesca como patrimônio cultural. Foi resultado de uma experiência pedagógica promovida a partir da articulação entre ensino de História, Educação Patrimonial e a metodologia da história oral. O projeto foi realizado com a colaboração de alunos do Ensino Fundamental em uma escola pública municipal de Itapissuma-PE. Sendo assim, temos como base, além de uma pesquisa documental com referências bibliográficas de diferentes áreas de conhecimento, também as narrativas dos pescadores e pescadoras de Itapissuma que foram entrevistados por nós, professora e alunos. Essa experiência nos possibilitou realizar uma atividade pedagógica em outros espaços de memória, ter contato com uma técnica de produção de fontes históricas e com pessoas da comunidade, ampliando, dessa forma, a percepção sobre a escrita da história e o patrimônio cultural.

Palavras chaves: História. Mulheres. Pesca.

“FISHERMEN AND FISHERMEN IN ITAPISSUMA-PE: fishing culture, memories and struggles”

ABSTRACT

This article deals with the fishing culture in Itapissuma. We aim to problematize and highlight the culture of fishing as a cultural heritage. It was the result of a pedagogical experience promoted from the articulation between history teaching, heritage education and the methodology of oral history. The project was carried out with the collaboration of elementary school students from a municipal public school in Itapissuma-Pe. Therefore, we have as basis, in addition to a documentary research with bibliographical references from different areas of knowledge, also the narratives of fishermen and fisherwomen from Itapissuma who were interviewed by us, teacher and students. This experience enabled us to carry out a pedagogical activity in other memory spaces, to have contact with a technique of production of historical sources and with people from the community, thus expanding the perception about the writing of history and cultural heritage.

Keywords: Fishing. History. Women.

¹Professora na rede pública do município de Itapissuma-PE e na rede pública Estadual de Educação de Pernambuco. Mestre em Ensino de História – PROHISTORIA/UFPE. E-mail: josirenelu@gmail.com

²Doutor em História-UFPE. E-mail: ricardopintomedeiros@gmail.com

"PESCADORES Y PESCADORES EN ITAPISSUMA-PE: cultura pesquera, memorias y luchas"

CURRÍCULUM

Este artículo trata sobre la cultura pesquera en Itapissuma. Nuestro objetivo es problematizar y resaltar la cultura de la pesca como patrimonio cultural. Fue el resultado de una experiencia pedagógica promovida desde la articulación entre la enseñanza de la historia, la educación del patrimonio y la metodología de la historia oral. El proyecto se llevó a cabo con la colaboración de estudiantes de primaria de una escuela pública municipal en Itapissuma-Pe. Por lo tanto, tenemos como base, además de una investigación documental con referencias bibliográficas de diferentes áreas del conocimiento, también las narraciones de pescadores y mujeres pescadoras de Itapissuma que fueron entrevistadas por nosotros, docentes y estudiantes. Esta experiencia nos permitió realizar una actividad pedagógica en otros espacios de memoria, tener contacto con una técnica de producción de fuentes históricas y con personas de la comunidad, ampliando así la percepción sobre la escritura de la historia y el patrimonio cultural.

Contraseñas: Pescar. Historia. Mujeres.

Introdução

O presente texto é fruto de uma pesquisa sobre a cultura da pesca em Itapissuma, articulando a metodologia da Educação Patrimonial³ e da história oral⁴. O projeto foi realizado no ano de 2017, mobilizando alunos de duas turmas de 9º ano do Ensino Fundamental, numa escola municipal em Itapissuma/PE. O projeto envolveu um total de 58 alunos, dos quais 42 aceitaram participar da realização das entrevistas, enquanto 16 apenas participaram da sequência de aulas de sensibilização e preparação. Ao término das aulas, tiveram a opção de decidir se queriam participar da segunda etapa, que seria a realização das entrevistas. Em seguida os alunos foram divididos em equipes, para realizar de forma coletiva as entrevistas. As duas primeiras entrevistas foram realizadas ainda no ambiente da sala de aula, com as duas merendeiras da escola, que também são pescadoras, como uma das atividades de preparação para a realização das entrevistas em outros espaços.

Foram 14 os entrevistados, nove mulheres e seis homens, por motivos técnicos, apenas doze foram utilizadas para compor o produto final da atividade pedagógica, que foi

³ HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Museu Imperial, 1999.

⁴ ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2005.

“PESCADORES E PESCADORAS EM ITAPISSUMA-PE: cultura da pesca, memórias e lutas”

um material didático contendo informações e imagens sobre a pesca artesanal e história de Itapissuma, a partir das memórias dos pescadores e pescadoras entrevistados. Neste artigo, optamos por utilizar trechos das narrativas de três das entrevistadas, a pescadora e merendeira Josileide Silva, Joana Mousinho e Mirian da Paz, essas últimas fazem parte da Diretoria da Colônia de Pescadores Z-10 em Itapissuma e são importantes referências na luta pela preservação do ambiente pesqueiro.

A pesquisa realizada dialogou com as propostas e expectativas educacionais estabelecidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB⁵ que no seu artigo 13º, inciso VI, incumbe os docentes de colaborar na criação de estratégias de articulação entre escola, família e comunidade. A pesquisa resultou na Dissertação de Mestrado em ensino de História do PROFHISTÓRIA/UFPE, intitulada: “História de Pescadores e Pescadoras da Pedra Negra: uma proposta de Educação Patrimonial aplicada no ensino de História”. Nesse artigo apresentamos um recorte, enfatizando a cultura da pesca e o protagonismo das pescadoras e pescadores na sua luta por melhores condições de trabalho e também preservação do ambiente, através das suas memórias registradas nas entrevistas realizadas.

Entendemos que a história dos pescadores no Brasil Colônia esteve diretamente ligada à história dos grupos oprimidos daquela sociedade, especialmente os índios e os escravizados africanos.⁶ Vale pontuar que a pesca era a principal atividade econômica, junto com a caça, dos nativos habitantes no litoral brasileiro. Somaram-se a esses os escravos, geralmente de aluguel ou de ganho, e os brancos livres e pobres. Índios e escravizados africanos eram forçados a se especializar na atividade pesqueira para fornecer peixe às populações dos engenhos, sendo a atividade da pesca muito significativa como fonte de alimentação desde os primeiros tempos de colonização do Brasil.

Itapissuma foi gradativamente de aldeia a povoado, depois vila (fundada em 1588 por padres Franciscanos), distrito (Lei Municipal nº 11, de 31 de novembro de 1892) até ser

⁵BRASIL. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 15 out. 2017.

⁶SILVA, Geraldo Luiz (Coord.). *Os Pescadores na História do Brasil*. Recife: Comissão Pastoral dos Pescadores; Vozes, 1988. Vol1.

elevada a município (Lei Estadual nº 8952, de 14- de maio de 1982). Com uma área de 74,235 km², o município é constituído pelo distrito sede e pelo povoado de Botafogo. A abordagem sobre a cultura da pesca em Itapissuma teve como base os conceitos de memória e identidades coletivas. Segundo Lowenthal⁷, as lembranças sustentam o sentido de identidade e são acomodadas às necessidades do presente. Le Goff⁸, ao considerar o aspecto social da memória e seus usos, afirmou que a memória coletiva é também um instrumento de poder na luta pelo domínio da recordação e da tradição, no que ele denomina de manipulação da memória, e apela para que essa memória coletiva possa ser instrumento de libertação. Para Ecléa Bosi⁹, é do vínculo com o passado que se extrai a força para a formação da identidade. E trabalhar com memória é trabalhar com o tempo vivido, contado pela cultura e pelo indivíduo.

O Canal de Santa Cruz como um lugar de memórias e de vida

Em Itapissuma (do tupi pedra negra), reconhecemos como um lugar de memória o Canal de Santa Cruz. Lugar que “matou a fome” de muita gente, que ajudou a criar inúmeras crianças, ensinou que é preciso temer/respeitar a natureza; lugar que assustou e salvou tanta gente, que para muitos é uma mãe, como declarou a pescadora Joana Mousinho, também Presidenta da colônia de pescadores de Itapissuma.

[...] É uma mãe, depois da minha, não é? O Canal de Santa Cruz, porque é a grande firma que a gente tem em Itapissuma. Porque não bota ninguém para fora, só recebe, não é? É porque da pesca, só sai quem quer. O Canal não diz assim: “deixe de pescar”. Sai quem quer. E quanto mais vem gente, ou pouco ou muito, mais traz. Ninguém passa fome, não é? Aí, eu tenho muito orgulho da minha cidade e desse Canal.¹⁰

Localizado no litoral norte pernambucano, o Canal de Santa Cruz é um braço de maré, ambiente estuarino (Figura 1). O estuário é um corpo de água costeiro, semifechado, conectado com o mar aberto, onde ocorre a mistura da água salgada do mar com a água doce dos rios que nele desembocam. O Canal de Santa Cruz divide a área continental de

⁷LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto História*, São Paulo (17) Nov.1998.

⁸LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Lisboa: Edições 70, 1982.

⁹BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

¹⁰MOUSINHO, Joana Rodrigues. (entrevista, 2017). Itapissuma –PE. Entrevista concedida a Josirene Souza I. de Lucena e alunos; Daniel Pereira da Silva ; Luiz Felipe Pereira; Ivanilson Ryan de Oliveira; Paula khadja Fernandes da Silva do 9º do fundamental – Escola Municipal João Bento de Paiva. 2017

“PESCADORES E PESCADORAS EM ITAPISSUMA-PE: cultura da pesca, memórias e lutas”

Pernambuco da Ilha de Itamaracá (do tupi pedra que canta). Situado a 54 km de Recife, capital do estado, com 5,3 mil hectares de área estuarina e manguezais. Na área continental, abrange os municípios de Igarassu, Itapissuma e Goiana e tem 22 km de extensão. Nele desembocam os rios Igarassu, Congo, Carrapicho, Botafogo, Catuama, e o Paripe, este último localizado na Ilha de Itamaracá (QUINAMO, 2006).¹¹ Costuma-se denominar o Canal, de “maré”. Maré seria o termo utilizado para designar todo o ambiente do manguezal, submetido ao fluxo das marés, ou seja, mudanças do nível das águas do mar (maré cheia, maré baixa, vazante, maré morta).

49

Figura 1- Pescadores no Canal de Santa Cruz em baiteira motorizada



Foto: LUCENA, Josirene, 2017

O governo do estado de Pernambuco, através do Decreto nº 32.488 de 17 de outubro de 2008¹², declarou como Área de Proteção Ambiental - APA - a região que compreende os municípios de Itamaracá, Itapissuma e parte de Goiana, totalizando uma área de 38.692,32ha. Com essa ação, o estado reconheceu o ecossistema do complexo estuarino do Canal de Santa Cruz como um dos mais importantes do litoral pernambucano, com grande significado ambiental e socioeconômico, bem como reconhecendo a necessidade de ações governamentais de preservação desse patrimônio natural, histórico e cultural, considerando também a relevância social e cultural das comunidades. Dentre os objetivos a serem

¹¹QUINAMO, Tarcísio dos Santos. Pesca Artesanal e Meio Ambiente em Áreas de Manguezais no Complexo Estuarino-Costeiro de Itamaracá, Pernambuco: o caso de Itapissuma.2006. 221 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006. Disponível em: <<http://tede.biblioteca.ufpb.br:8080/handle/tede/4501>>. Acesso em 05 nov. 2018.

¹²PERNAMBUCO, DECRETO nº 32.488, De 17 de outubro de 2008.Governo do Estado. Disponível em:http://www.cprh.pe.gov.br/legislacao/decretos/decretos_estaduais/39820%3B59270%3B140202%3B0%3B0.asp. Acesso em: 24 dez. 2017.

alcançados com o estabelecimento da APA estão: promover o desenvolvimento sustentável, proteger a diversidade biológica e os recursos pesqueiros, preservar a cultura local e os hábitos das comunidades, melhorar a qualidade de vida da população da região, entre outros. A coordenação da gestão da APA é realizada pela Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH.

Os problemas socioambientais

No Diagnóstico Socioambiental da Área de Proteção Ambiental de Santa Cruz,¹³ realizado pela Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional- FADURPE, dentre inúmeras informações, encontramos as referentes à poluição das águas, identificadas como de dois tipos principais: de origem doméstica e industrial. No caso da poluição de origem doméstica, o estudo indicou ser provocada pelo lançamento de esgotos domésticos e resíduos sólidos (lixo), no curso das águas. A poluição causada pelos resíduos sólidos contamina tanto as águas da superfície, quanto as subterrâneas, devido ao escoamento ou infiltração do chorume, líquido produzido a partir da decomposição orgânica do lixo. Com relação ao esgoto sanitário, o referido diagnóstico indicou que o lançamento, *in natura*, dos esgotos domésticos, causa, dentre outros impactos, o aumento do número de agentes patogênicos e macros nutrientes (nitrogênio e fósforo), afetando o equilíbrio natural do ecossistema aquático.

Nos municípios cujas sedes estão inseridas na APA de Santa Cruz, (Itapissuma e Itamaracá) não existem sistemas coletivos de esgotamento sanitário, com todas as unidades que os compõem, como rede de coleta, estações de tratamento, etc. Mesmo as casas que possuem soluções isoladas, como fossas sépticas, apresentam problemas de funcionamento. E sobre a poluição de origem industrial, responsável por impactos ambientais múltiplos e, geralmente, de natureza grave, a carga orgânica é apresentada como um dos principais indicadores da poluição, associada ou não às substâncias tóxicas. Destacamos os dados apresentados no diagnóstico, apenas os referentes à carga poluidora potencial industrial do

¹³ Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional – FADURPE. *Diagnóstico Socioambiental da Área de Proteção Ambiental de Santa Cruz*. [entre 2008 e 2010] Disponível em: http://www.cprh.pe.gov.br/ARQUIVOS_ANEXO/diagnosticosantacruz:2243:20120906.pdf. Acesso em: 07.ago.2017

“PESCADORES E PESCADORAS EM ITAPISSUMA-PE: cultura da pesca, memórias e lutas”

rio Botafogo, com quatro indústrias e 99.620 kg/DBODIA¹⁴ e Igarassu, com 29 indústrias e 1.695 KG/DBODIA¹⁵.

Observando as condições socioeconômicas atuais, numa época de constantes crises econômicas e altos índices de desemprego, o Canal de Santa Cruz continua sendo a principal alternativa de renda para uma parcela considerável da população local e de outras localidades. Em Itapissuma, a atividade da pesca artesanal corresponde à principal fonte de renda de 70% da população local.¹⁶ Para garantir o sustento, parte considerável da população recorre à atividade pesqueira, muitas vezes se fazendo necessária a participação efetiva de todos os membros da família, até mesmo das crianças. Para caracterizar a faixa de renda dos pescadores, tomamos como base o estudo de Lima e Quinamo¹⁷, que em uma pesquisa de 1996, com comunidades pesqueiras do Canal de Santa Cruz entrevistaram 348 pescadores/as, sendo 209 de Itapissuma, 57 de Atapuz, 53 de Barra de Catuama e 29 de Vila Velha (Itamaracá). Nessa pesquisa foi constatado que 49% dos pescadores entrevistados possuíam renda até um salário mínimo, sendo entre estes 32% homens e 70% mulheres, ou seja, a maioria dos que ganham até um salário mínimo é constituída de mulheres.

Sobre a realidade sócia histórica e socioambiental enfrentada pelos pescadores, Ramalho¹⁸ considerou o espaço da pesca como um lugar de conflito. Os pescadores são obrigados a enfrentar a dinâmica do sistema capitalista, que provoca a especulação imobiliária das regiões litorâneas, urbanização, ocupações desordenadas, desmatamento do ecossistema marinho e impacto ambiental, devido à instalação de indústrias nestas regiões, cujos impactos negativos, muitas vezes, são irreversíveis ao ambiente costeiro e uma ameaça à sobrevivência dos pescadores.

¹⁴KG/DBODIA - Carga orgânica. Quantidade de matéria orgânica expressa em massa por unidade de tempo e DBO- Demanda bioquímica de oxigênio.

¹⁵Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional – FADURPE. Op. cit.

¹⁶PIRES, Maria Luiza Lins e Silva; ALBUQUERQUE, Pedro Arthur Tenório Silveira de; JUSTE, Yasmina Pimentel Victor. Na Peleja Pelo Reconhecimento Social: O caso das pescadoras artesanais da Colônia Z-10 de Itapissuma. *Estudos de Sociologia*, [S.l.], v. 2, n. 21, p. 113-142, mar. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235652>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

¹⁷LIMA, Tânia; QUINAMO, Tarcísio. Características Socioeconômicas. In: *Gerenciamento participativo de estuários e manguezais*. Editores: BARROS, Henrique Monteiro de; MACEDO, Sílvio José de; LEÇA, Enide Eskinazi; LIMA, Tânia. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2000. pág. 181 – 224.

¹⁸RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. “Ah, esse povo do mar!”: trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. 2002.135p. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Recife, UFPE, 2002.

Para evidenciar alguns dos problemas socioambientais afetando diretamente a atividade pesqueira destacamos os estudos de Quinamo (2006)¹⁹ realizados em 380 domicílios em Itapissuma, na época os entrevistados apontaram o desemprego, falta de segurança, ausência de saneamento básico e as más condições de atendimento à saúde. Ramalho²⁰ destacou que apesar de o Canal de Santa Cruz ter sofrido com o desenvolvimento urbano e a poluição das indústrias, a diminuição na produção dos pescados foi causada pelo desemprego. Pois para os entrevistados, o impacto causado pela falta de emprego foi ainda maior do que o impacto da poluição industrial e doméstica, pois os pescadores acreditavam que ter muita gente pescando seria o principal motivo para a diminuição dos pescados. Segundo Mirian Paz, Vice-Presidente da Colônia de Pescadores de Itapissuma: "A degradação do meio ambiente, ela também está causando que esses crustáceos diminuam, mas a maioria, eu posso dizer a você que é a quantidade de pessoas que aumentou muito extraíndo. Aumentou muito, muito mesmo."²¹

Alguns dos nossos entrevistados também deram destaque à problemática do desemprego. Para Josilene Silva, pescadora e merendeira em uma escola municipal em Itapissuma:

[...] Houve um tempo que o desemprego ficou muito grande e o trabalho aqui é mais a maré, não é? A maré é uma mãe para muita gente, não é? Mas muito batido, porque a gente ia para a maré quando chegava na maré no instante eu tirava sururu, eu melava meu corpo de gás com óleo de comida, por mode dos mosquitos, eu saía com uma latinha com fogo dentro, por mode os mosquitos, era, a gente fazia isso e naquela época tinha muita coisa...E agora a gente vai é só para comer mesmo. E a minha cunhada, ela vive disso mesmo, minha cunhada, ela pega sururu para vender, outra pesca siri e vende carne de siri... Porque é muita gente que vai para a maré.²²

¹⁹QUINAMO, Tarcísio dos Santos. Pesca Artesanal e Meio Ambiente em Áreas de Manguezais no Complexo Estuarino-Costeiro de Itamaracá, Pernambuco: o caso de Itapissuma.2006. 221 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006. Disponível em: <<http://tede.biblioteca.ufpb.br:8080/handle/tede/4501>>. Acesso em 05 nov. 2018.

²⁰RAMALHO, Op. cit.

²¹PAZ, Mirian Mousinho da (entrevista, 2017). Itapissuma –PE. Entrevista concedida a Josirene Souza Inocêncio de Lucena e aos alunos Emily Karine das Neves, Alef Gabriel F. Gomes e Samira Raiane Santos Mota do 9º do fundamental - Escola Municipal João Bento de Paiva. 2017

²²SILVA, Josilene Cavalcante dos Santos (entrevista, 2017). Itapissuma –PE. Entrevista concedida a Josirene Souza I. de Lucena e alunos do 9º do fundamental - Escola Municipal João Bento de Paiva. 2017.

“PESCADORES E PESCADORAS EM ITAPISSUMA-PE: cultura da pesca, memórias e lutas”

Encontramos nos estudos de Lima e Quinamo²³ que as principais diferenças percebidas pelos pescadores entrevistados, referentes aos impactos ambientais, foram o desaparecimento e/ou redução na quantidade de algumas espécies (62% dos entrevistados), seguidas da redução do tamanho do pescado (30% dos entrevistados). Nos relatos dos nossos entrevistados, também encontramos referências a impactos ambientais, inclusive evidenciando a luta contra alterações que afetam ou afetariam o ecossistema costeiro de Itapissuma. De acordo com Joana Mousinho:

No ano dois mil, quando o governador do estado, o ex-governador Jarbas Vasconcelos, queria dragar aqui para o turismo, que nós brigamos e botamos a draga para correr e não deixou dragar o Canal. Muitos cuidam, mas a maioria não; que joga lixo. Entendeu? Toda a água de esgoto, de banho, de roupa, tudo, que a gente acha isso muito errado, a gente tem brigado muito por isso, desce para o Canal, entendeu? Ali mesmo naquela favela, ali, na beira mangue, não é? Aí é que é sujeira mesmo, entendeu? Para você ver, há dois meses...no mês de maio foi tirado trinta toneladas de lixo, aqui dentro do mangue...Entre a beira da maré e dentro do mangue, que a Prefeitura coletou, trinta toneladas.²⁴

Para Miriam Paz, além do problema da poluição, há também os prejuízos que os jet-skis e lanchas provocam na atividade da pesca artesanal:

Vamos lá: no Canal de Santa Cruz a nossa dificuldade é, no momento está sendo, os esgotos que estão poluindo nossos canais, as sujeiras no mangue, também no final de semana e feriados esses jet-skis e essas lanchas dentro do Canal que não dão sossego a nós quando estamos pescando, passa com tudo aí tem acidente, vira a canoa, rasga a rede, tudo isso é muita dificuldade para os pescadores.²⁵

No relato de Verônica Paz, apareceu a questão do desmatamento do mangue e da pesca predatória:

[...] Tem muitos que quando entram dentro do manguezal para pegar ostra, por exemplo, eles não cultivam aquelas que estão nascendo, eles cortam o

²³LIMA, Tânia; QUINAMO, Tarcísio. Características Socioeconômicas. In: *Gerenciamento participativo de estuários e manguezais*. Editores: BARROS, Henrique Monteiro de; MACEDO, Sílvio José de; LEÇA, Enide Eskinazi; LIMA, Tânia. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2000. pág. 181 – 224

²⁴MOUSINHO, Joana Rodrigues. (entrevista, 2017). Itapissuma –PE. Entrevista concedida a Josirene Souza I. de Lucena e alunos; Daniel Pereira da Silva; Luiz Felipe Pereira; Ivanilson Ryan de Oliveira; Paula khadja Fernandes da Silva do 9º do fundamental – Escola Municipal João Bento de Paiva. 2017

²⁵PAZ, Mirian Mousinho da (entrevista, 2017). Itapissuma –PE. Entrevista concedida a Josirene Souza Inocêncio de Lucena e aos alunos Emily Karine das Neves, Alef Gabriel F. Gomes e Samira Raiane Santos Mota do 9º do fundamental - Escola Municipal João Bento de Paiva. 2017

manguezal com tudo, eles não têm o cuidado de tirar, tiram aqueles que é nova, assim...Eles cortam a galha do mangue, para tirar ostra, por completo, aí aquilo, aquelas que estão para se desenvolver, eles tiram aquelas que estão para se desenvolver eles tiram as que estão vivas e jogam foram e aquelas morrem, aí não serve mais para nada, aí só desmata, só desmata.²⁶

A organização, as lutas políticas e as questões de gênero

Sobre a organização de classe dos pescadores e pescadoras artesanais, ressaltamos que estes se organizam institucionalmente por meio das colônias de pescadores, ligadas às Federações Estaduais e essas congregadas na Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores. Essas instâncias são reconhecidas como órgãos de classe de trabalhadores e trabalhadoras da pesca artesanal. Outra forma regular de organização de classe dos pescadores/as, de atuação mais recente, são as associações.

Segundo dados do Ministério da Pesca, 99,16% dos pescadores cadastrados no Ministério da Pesca, até 2012, são artesanais e responsáveis por 50% de toda a produção pesqueira do país, sendo 47,02% da região Nordeste. Pernambuco ocupa a 15ª posição na produção nacional, contando com 13.128 pescadores profissionais registrados. Vale salientar que esse quantitativo não reflete a realidade, pois ainda há muitos pescadores que não possuem nenhum tipo de registro de pesca ²⁷

A primeira iniciativa de matrícula dos pescadores no Brasil foi feita por meio da criação das Capitânicas dos Portos, criadas pelo governo imperial, em 1846, nas províncias marítimas do Brasil. A partir da instituição das capitânicas, procurou-se realizar a matrícula dos pescadores no país. Uma decisão imposta pela Marinha de Guerra como uma estratégia de recrutamento de contingente, na condição de “reserva naval”, substituindo o recrutamento forçado. Além de serem obrigados a se matricular, os pescadores também eram obrigados a pagar taxas por pessoa e embarcação, que além da regulamentação não lhes garantiam nenhum outro benefício de caráter profissional ou social. Entretanto, a intenção da Marinha de Guerra não foi efetivada de forma satisfatória, pois as listagens pelas quais se procurou

²⁶ PAZ, Verônica Mousinho da (entrevista, 2017). Itapissuma - PE. Entrevista concedida a Josirene Souza Inocêncio de Lucena e aos alunos Emily Karine das Neves, Alef Gabriel Gomes e Samira Raiane Santos Mota do 9º do fundamental - Escola Municipal João Bento de Paiva. 2017

²⁷ CASTRO, Denise de Freitas [org.] [2015?]. *A Pesca Artesanal em Pernambuco: Ações do governo do estado para o desenvolvimento sustentável da pesca artesanal*. Disponível em: <http://www.semas.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=81fb1e5d-a03d-4995-b97f-5ba7e619142e&groupId=709017>. Acesso em: 11 mar. 2018.

“PESCADORES E PESCADORAS EM ITAPISSUMA-PE: cultura da pesca, memórias e lutas”

ter conhecimento do número de pescadores no Brasil nunca foram feitas de forma completa.²⁸

Essas colônias foram formadas pela Marinha de Guerra, em 1919, tendo a Federação Estadual da Pesca, por muito tempo, almirantes na presidência. No caso da Colônia Z-10, em Itapissuma, esta foi criada em 1927, pela Capitania dos Portos. Desde 1930 cabia à colônia a concessão da carteira de identificação de pescador.²⁹ Em Pernambuco, atualmente, são 41 colônias e 25 associações de pesca, um sindicato dos pescadores artesanais, profissionais e uma federação estadual.³⁰ Em 2003 foi que o governo brasileiro regulamentou a atividade pesqueira por meio do Registro Geral da Pesca (RGP). Só então os pescadores artesanais conquistaram direitos sociais já concedidos a outras categorias de trabalhadores assalariados, benefícios como participação em programas sociais do Governo Federal, a exemplo, o microcrédito e o seguro social, pagos nos meses de defeso, período em que é proibida a captura de determinado tipo de espécie, por ser período de reprodução.

A carteira foi emitida pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca e Aquicultura (SEAP/PR), que depois passou a ser o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), cabendo às colônias a comprovação, mediante atestado, da atividade pesqueira artesanal. Em 2009, através da Lei nº11. 959 foi regulamentada a pesca artesanal na categoria de economia familiar, ampliando inclusive as atividades realizadas no âmbito da pesca artesanal, como o trabalho de fabricação e reparo de instrumentos de pesca e embarcações, processamento e beneficiamento dos produtos da pesca artesanal.³¹

Atualmente os pescadores estão enfrentando muitas dificuldades para terem os direitos sociais garantidos. Sobre isso muito nos esclarece o depoimento de Miriam Paz, Vice-Presidente da colônia Z-10:

²⁸SILVA, Geraldo Luiz (Coord.). Os Pescadores na História do Brasil. Recife: Comissão Pastoral dos Pescadores; Vozes, 1988. Vol1.

²⁹PIRES, Maria Luiza Lins e Silva; ALBUQUERQUE, Pedro Arthur Tenório Silveira de; JUSTE, Yasmina Pimentel Victor. Na Peleja Pelo Reconhecimento Social: O caso das pescadoras artesanais da Colônia Z-10 de Itapissuma. *Estudos de Sociologia*, [S.l.], v. 2, n. 21, p. 113-142, mar. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235652>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

³⁰CASTRO, Denise de Freitas [org.] [2015?]. *A Pesca Artesanal em Pernambuco*: Ações do governo do estado para o desenvolvimento sustentável da pesca artesanal. Disponível em: <http://www.semas.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=81fb1e5d-a03d-4995-b97f-5ba7e619142e&groupId=709017>. Acesso em: 11 mar. 2018.

³¹PIRES; ALBUQUERQUE; JUSTE. Op.cit.

Rapaz, hoje eu creio que a melhora da pesca era se a gente tivesse um período de parada para devidos tipos de pescado. Se existisse um defeso, um defeso quer dizer um período de parar no período em que o peixe está desovando, no período em que o sururu está crescendo, se houvesse esse defeso, como antigamente tinha do camarão aqui no nosso estado, em outros estados tem, mas aqui hoje não tem mais, eu creio que a pesca melhoraria, porque ia passar um período sem pescar e esse pescado, esse produto iria desenvolver e crescer mais e dar mais espaço para crescer e dá para a gente tirar muito mais lá na frente.

E hoje, uma dificuldade que nós estamos enfrentando maior é tirar o registro da pesca, que é nossa carteira. Foi suspensa por Brasília, desde o ano de 2013. As que foram tiradas não chegaram até hoje. E hoje para um pescador se registrar como pescador está muito difícil, porque eles não estão fazendo o registro da pesca.³²

Figura 2- Mulher extraíndo ostras das raízes do mangue

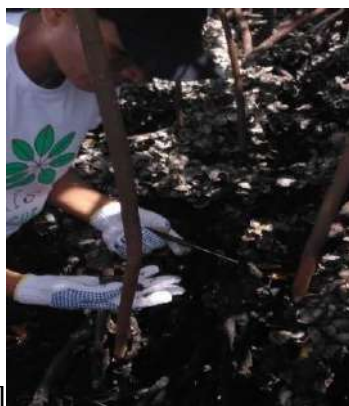


Foto: LUCENA, Josirene, 2017

Faz-se importante também analisar as questões de gênero que permeiam a atividade pesqueira. Ramalho³³ apontou o mar como um ambiente de trabalho por excelência masculino, cabendo às mulheres a função de catadeiras ou marisqueiras (figura 02), junto com os filhos, nas margens dos estuários e nos mangues. Lima e Quinamo³⁴ destacaram que a maioria das mulheres não dispõe de barco, se locomovendo a pé em locais próximos à

³²PAZ, Mirian Mousinho da (entrevista, 2017). Itapissuma –PE. Entrevista concedida a Josirene Souza Inocência de Lucena e aos alunos Emily Karine das Neves, Alef Gabriel F. Gomes e Samira Raiane Santos Mota do 9º do fundamental - Escola Municipal João Bento de Paiva. 2017

³³RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. “Ah, esse povo do mar!”: trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. 2002.135p. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Recife, UFPE, 2002.

³⁴LIMA, Tânia; QUINAMO, Tarcísio. Características Socioeconômicas. In: *Gerenciamento participativo de estuários e manguezais*. Editores: BARROS, Henrique Monteiro de; MACEDO, Sílvio José de; LEÇA, Enide Eskinazi; LIMA, Tânia. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2000. pág. 181 – 224

“PESCADORES E PESCADORAS EM ITAPISSUMA-PE: cultura da pesca, memórias e lutas”

comunidade. Contudo, nos relatos de nossas entrevistadas, verificamos que algumas delas também fazem uso das embarcações para a prática da pesca.

Na atualidade, a direção da Colônia de Pescadores de Itapissuma Z-10 é toda composta por mulheres. Joana Mousinho, em 1989, foi a primeira mulher eleita no Brasil para presidir uma colônia de pescadores. Em seu relato, revelou muito dos conflitos de gênero existentes, como também evidencia a luta das mulheres contra a cultura machista que ainda persiste na cultura pesqueira.

Foi uma guerra! As mulheres não tinham direito a chegar na colônia de pescadores, só os homens. Então, nos anos setenta chegou aqui uma freira, a irmã Nilza, ela é paraibana. Ela foi quem fundou o CPP – Conselho Pastoral de Pescadores, junto com frei Alfredo, que era um alemão que morreu e [...] Ela, vendo que tinha muitas mulheres na atividade da pesca, aí começou a chamar a gente para fazer reuniões na casa dela . E toda sexta à noite ia pra lá. E foi um grupo de cinco, depois foi aumentando e a casa dela não cabia mais... Foi quando a gente começou a questionar: “por que só homem tinha direito à carteira de pesca?” Que era na época da SUDEPE e da Capitania dos Portos. Então ela elaborou um documento, nós assinamos, foi encaminhado para a SUDEPE, que era a Superintendência de Pesca, e levamos, lá encaminharam para Brasília e com um tempo chegou a resposta que a gente mulher podia tirar a carteira, mas eles não deram para a gente. A gente teve que correr atrás para saber se tinha chegado a resposta ou não. As primeiras mulheres a terem a carteira de pesca, dentro do Brasil, foram as mulheres de Itapissuma, dos anos setenta, e depois as mulheres de Cabo de Santo Agostinho.

[...] Eu tinha dezoito anos quando comecei a participar dessa luta, mas eu não queria tirar a carteira de pesca. Mas com o passar do tempo eu fui me convencendo. Aí eu fiquei no conselho fiscal da colônia, depois do conselho fiscal eu passei para ser secretária, aí quando eu vi que o presidente estava fazendo coisa que não estava agradando, aí eu decidi sair candidata a presidente. Só que antes disso, uma irmã minha, que era secretária, o presidente renunciou e ela assumiu a presidência, aí ela ficou como presidente e eu fiquei como secretária, mas depois ela não quis mais, aí entrou um homem como presidente e o pessoal não está muito satisfeito com ele, aí eu disse que ia sair candidata a presidente. E foi uma polêmica muito grande, porque nenhuma mulher podia ser presidente de colônia, só homem, não é? Aquele negócio: mulher só pode estar atrás de um fogão, ou de um tanque de lavar roupa e etecetera... Aí eu elaborei uma chapa só de mulher, só de mulher. E a gente deu de lavagem [risos]. Mas também enfrentei pesado aqui dentro... Aí quando foi em noventa e três, aí eu decidi sair candidata a presidente da Confederação dos Pescadores, a federação é a que representa todo o estado, as colônias de todo o estado, aí saiu eu e

saiu uma pescadora lá do Pina e eu ganhei para ela com uma diferença de quatrocentos e poucos votos.³⁵

A respeito da luta das mulheres, relatada por Joana Mousinho, para o reconhecimento e seguridade social, Furtado e Leitão³⁶ ressaltaram a colaboração da irmã Nilza na Comissão Pastoral da Pesca – CPP criada em 1968 e que chegou a Itapissuma a partir da ação missionária do Franciscano Alfredo Schnuettgen, de origem alemã. A irmã Maria Nilza de Miranda Montenegro, religiosa da Congregação de Santa Dorotéia da Frassinetti, chegou a Itapissuma em 1975 e iniciou a atuação com 16 pescadoras. Um ano depois organizou uma aproximação com mulheres de Ponte de Carvalho e Igarassu. Suas iniciativas resultaram no documento referido por Joana Mousinho, encaminhado para a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca- SUDEPE em 1978, reivindicando o direito das mulheres de se cadastrarem oficialmente como pescadoras, obtendo o Registro Geral da Pesca. Portanto. A ação da Igreja Católica Romana, através da Comissão Pastoral dos Pescadores (CPP), com destaque para a irmã Nilza Montenegro, foi determinante na motivação e apoio às mulheres na luta pela reconfiguração das relações de gênero, reconhecimento e proteção das mulheres pescadoras, fazendo de Itapissuma um espaço social de mudanças.

Outra participação efetiva das mulheres de Itapissuma destacada por Joana Mousinho e também referida por Furtado e Leitão³⁷ foi na Constituição da Pesca, em 1985, da qual participaram Anita de Luna, Presidente da Associação dos Pescadores de Ponte dos Carvalhos (município de Cabo de Santo Agostinho-PE) e Margarida Mousinho Rodrigues, Presidente da Colônia Z-10 (Itapissuma-PE). Juntas, defenderam a aposentadoria para as mulheres casadas, que até então não era possível, apenas pensão no caso de falecimento dos companheiros.

A cultura da pesca em Itapissuma

³⁵MOUSINHO, Joana Rodrigues. (entrevista, 2017). Itapissuma –PE. Entrevista concedida a Josirene Souza I. de Lucena e aos alunos Daniel Pereira da Silva; Luiz Felipe Pereira; Ivanilson Ryan de Oliveira; Paula khadja Fernandes da Silva do 9º do fundamental – Escola Municipal João Bento de Paiva. 2017

³⁶FURTADO, Gilmar Soares; LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. Lançando Rede Tecida e Retecida na Esperança de Garantir Peixe e Sonho. Intercom– Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, *XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação* – Recife, 2011. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-3007-1.pdf>>. Acesso em 05 nov. 2017.

³⁷idem

“PESCADORES E PESCADORAS EM ITAPISSUMA-PE: cultura da pesca, memórias e lutas”

Passemos a descrever aspectos da dinâmica da pesca no Canal de Santa Cruz, a partir de algumas pesquisas realizadas com grupos locais. Segundo Lima e Quinamo, os pescadores embarcados trabalham de 5 a 6 dias por semana, organizados em equipes de dois a seis pescadores que saem para pescar em horários que variam de acordo com a maré, a lua e o tipo de pescado que pretendem capturar ³⁸ Sobre os tipos de pescaria, destacamos que, segundo Quinamo, ³⁹, a pesca com rede de mangote (figura 3) é uma das mais representativas da pesca masculina. A pesca feminina tem como principal modalidade a pesca do siri, da ostra, sururu e marisco.

59

Figura 3 - Pesca de Mangote em Itapissuma em 2017



Foto: aluno Crisvaldo - EJA IV -Escola Estadual Gercina Fernandes Rodrigue, 2017

Para a compreensão do processo de construção das estratégias de reprodução social dos pescadores artesanais, cuja interação com o ambiente marinho estabelece uma organização social bastante peculiar, destacamos a seguinte afirmação de Ramalho:

De fato, ser pescador artesanal é tornar-se portador de um conhecimento e de um patrimônio sociocultural, que o permite conduzir-se, ao saber o que vai fazer nos caminhos e segredos das águas, amparando seus atos em uma

³⁸LIMA, Tânia; QUINAMO, Tarcísio. Características Socioeconômicas. In: *Gerenciamento participativo de estuários e manguezais*. Editores: BARROS, Henrique Monteiro de; MACEDO, Sílvio José de; LEÇA, Enide Eskinazi; LIMA, Tânia. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2000. pág. 181 – 224

³⁹QUINAMO, Tarcísio dos Santos. Pesca Artesanal e Meio Ambiente em Áreas de Manguezais no Complexo Estuarino-Costeiro de Itamaracá, Pernambuco: o caso de Itapissuma. 2006. 221 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

complexa cadeia de inter-relações ambientais típicas dos recursos naturais aquáticos.⁴⁰

As interações sociais criam laços de pertencimento tanto a um grupo como ao lugar onde as práticas são produzidas e reproduzidas. Nesse espaço, os indivíduos compartilham conhecimentos e experiências que os identificam como uma coletividade. Nessa perspectiva temos a compreensão do pescador como:

Pescador é aquele que conhece os caminhos e segredos do mar e do estuário e isso produz um sentimento de pertença a um grupo e, consequentemente, a um território. O ordenamento e uso dos espaços naturais aquáticos são resultado da experiência e conhecimento de vida.⁴¹

60

Ideias de companheirismo e igualdade se configuram no aspecto de que pescar com a família, amigos e compadres aparece como uma estratégia comum na atividade pesqueira. As relações parentais também representam uma forma de iniciação dos pescadores e o elo de continuidade. Como observado no relato da pescadora Mirian:

Ser pescadora significa para mim toda a minha vida. Toda a minha história. Por causa de meus avós, meus pais pescadores, meus irmãos são todos pescadores. E eu não tenho outra história de vida para contar, porque a minha vida foi... Criei meus filhos dentro do Canal de Santa Cruz e até hoje sobrevivo do Canal de Santa Cruz.⁴²

O sentimento de liberdade relacionado ao trabalho na pesca é compreendido como uma conquista de autonomia dentro de um contexto social de intensa opressão e submissão, mediante a comparação com outras formas de trabalho. Essa ideia de liberdade pertinente ao ofício de pescador ocorre também pela rotina do mar e dos pescadores. Essa dinâmica, muitas vezes, em uma sociedade capitalista, implicando na compreensão dos pescadores como avessos ao trabalho⁴³ como afirmado no ditado popular: “Não é todo dia que o mar está pra peixe”. E o que faz o pescador? Espera. Se para alguns isso é sinônimo de preguiça, podemos entender como sabedoria, típico do saber-fazer dos pescadores. A relação entre a

⁴⁰RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. *“Ah, esse povo do mar!”: trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana*. 2002.135p. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Recife, UFPE, 2002. p.32

⁴¹Ibidem, p. 37

⁴²PAZ, Mirian Mousinho da (entrevista, 2017). Itapissuma –PE. Entrevista concedida a Josirene Souza Inocêncio de Lucena e aos alunos Emily Karine das Neves, Alef Gabriel F. Gomes e Samira Raiane Santos Mota do 9º do fundamental - Escola Municipal João Bento de Paiva. 2017

⁴³RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. A desnecessidade do trabalho entre pescadores artesanais. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 17, n. 38, p. 192-220, abr. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151745222015000100192&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 05 jul. 2018.

“PESCADORES E PESCADORAS EM ITAPISSUMA-PE: cultura da pesca, memórias e lutas”

pesca e o sentimento de liberdade foi muito bem evidenciado no relato de Miriam Paz abaixo:

[...] Vou dizer a você viu? Minha área de pesca [riso] para mim está em primeiro lugar. Sabe por quê? Não recebe ordem de ninguém, não cumpro horário, vou o dia que eu quero, trabalho na hora que eu quero. Trabalho para mim, eu mesmo sou patrão de mim mesmo. [riso]. É por isso que eu gosto mais da área da pesca do que de trabalhar de carteira assinada.⁴⁴

61

Outro aspecto importante apontado por Ramalho⁴⁵ é a ideia de que pescar é uma arte envolvendo criatividade e talento. Quando questionada sobre a pesca ser considerada uma arte, Mirian explicou:

Para mim é uma arte. Porque você tem que confeccionar seus apetrechos, isso aí já é uma arte, você está dentro de um mangue tirando, extraindo de dentro da lama o sururu, com um espeto, você tirando, aquilo ali para mim é uma arte maravilhosa, a arte de pegar o siri, de você cozinhar, de você tirar a carinha tudo isso é uma arte maravilhosa. E além de uma arte, uma terapia também, porque quando a gente está ali dentro do Canal de Santa Cruz, a gente não está nem aí.⁴⁶

Considerações finais

Concluimos, portanto, que está estabelecida a indissociável relação entre liberdade, arte e trabalho nos modos de existir dos pescadores artesanais. Tornar-se um pescador, artista do mar, não é algo fácil, sempre há algo para aprender, os mistérios do mar são infinitos. O saber-fazer da pesca é adquirido na observação diária e na compreensão da ecologia marinha e suas mudanças. A cultura da pesca artesanal é um patrimônio cultural imaterial. Um patrimônio cultural a partir do que está estabelecido na Constituição Federal Brasileira de 1988, no artigo nº 216, que determina como patrimônio cultural os bens materiais e

⁴⁴ PAZ, Mirian Mousinho da (entrevista, 2017). Itapissuma –PE. Entrevista concedida a Josirene Souza Inocêncio de Lucena e aos alunos Emily Karine das Neves, Alef Gabriel F. Gomes e Samira Raiane Santos Mota do 9º do fundamental - Escola Municipal João Bento de Paiva. 2017

⁴⁵ RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto *Embarcações do Encantamento: Trabalho como Arte, Estética e Liberdade na Pesca Artesanal de Suape*, PE. 2007. 300p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280336>>. Acesso em 29 mar. 2017.

⁴⁶ PAZ, Mirian Mousinho da (entrevista, 2017). Itapissuma –PE. Entrevista concedida a Josirene Souza Inocêncio de Lucena e aos alunos Emily Karine das Neves, Alef Gabriel F. Gomes e Samira Raiane Santos Mota do 9º do fundamental - Escola Municipal João Bento de Paiva. 2017

imateriais que referenciam a identidade, ação e memória de diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, incluindo no seu inciso II os modos de criar, fazer e viver ⁴⁷

O Brasil é um país de dimensões continentais com um extenso litoral, do extremo Norte ao extremo Sul do país. Além disso, tem uma infinidade de rios e bacias hidrográficas. Por isso, a prática da pesca artesanal no Brasil existe e persiste desde o período pré-colonial, sendo uma prática regular e predominante quando comparada à pesca industrial. Deveria, então, ser reconhecida como um aspecto da memória e da cultura nacional. E por que não foi até então institucionalmente considerada patrimônio cultural? Essa é uma das inúmeras questões indicativas de que há uma necessidade urgente de realização de políticas públicas que tenham como finalidade o fortalecimento das relações entre sociedade e seus bens culturais, buscando maior evidência aos valores justificando o reconhecimento, proteção e preservação desses bens.

⁴⁷BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

A PESSOA EM CADEIRA DE RODAS: discutindo sexualidade e barreiras atitudinais

Deise da Silva¹
Ernani Ribeiro²

RESUMO

As barreiras atitudinais são entendidas como sinônimas de preconceito e discriminação em ambientes sociais de relações humanas, que, além de ter grande poder influenciador nos comportamentos e disposições reflexivas ao apresentar as faces da condição humana, influencia em condutas atribuídas à libido e à sexualidade. Esta pesquisa buscou conhecer esses tipos de barreiras enfrentadas na sexualidade por um homem em cadeira de rodas, por entendê-la como um objeto visual propagador de estigmas. Catalogamos, nas principais bases de dados, pesquisas que problematizassem a sexualidade desse sujeito nos anos de 2007 a 2017 – escassos foram os materiais –, gerando a necessidade de um estudo de caso feito a partir de uma entrevista semiestruturada com um homem residente na cidade do Recife/ PE. Em seguida, através da análise de conteúdo, categorizamos o material coletado dentre as vinte barreiras atitudinais apresentadas por Tavares (2012). Evidenciou-se que as relações sociais ainda se utiliza de disposições estereotipadas da condição da pessoa em cadeira de rodas como ser sem ou com pouca expressão relacionadas à sexualidade.

Palavras-Chave: Pessoa em cadeira de rodas, Sexualidade, Barreiras Atitudinais, Gênero.

THE PERSON IN WHEELCHAIR: discussing sexuality and attitudinal barriers

ABSTRACT

Attitudinal barriers are understood as synonymous with prejudice and discrimination in social context of human relations, which has influential and reflective power in behaviors and reflective attitudes in faces of the human condition, and it also influences behaviors attributed to libido and sexuality. The main objective of this research is to know these types of barriers about sexuality by the men in a wheelchair, an object associated with prejudice. We have cataloged, in the main databases, researches that problematized the people's sexuality in the last ten years (from 2007 to 2017), the materials were scarce, that's the reason why we decided for a case study through an interview with a man from Recife/PE - Brazil. Then, through content analysis, we categorized the material collected among the twenty attitudinal barriers presented by Tavares (2012). It became evident that society still calls into question the existence of the person's sexuality using a wheelchair as being without or with little expression related to sexuality.

Keywords: Person in a wheelchair, Sexuality, Attitudinal Barriers, Gender.

LA PERSONA EN SILLA DE RUEDAS: Discutir la sexualidad y las barreras de actitud

RESUMEN

¹Pedagoga pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: deise_libras2012@hotmail.com

²Doutor em Educação. Professor Adjunto na Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: ernani.ribeiro@ufpe.br

Humana Res, v. 1, n. 3, 2020, ISSN: 2675-3901, p. 64 a 87, jul. a dez. 2020.

Las barreras actitudinales son comprendidas como sinónimo de prejuicio y discriminación en contextos sociales, que, además de tener un gran poder influenciador y reflexivo, está imbuida de sexualidad. Esta investigación buscó conocer los obstáculos que enfrenta en la sexualidad el hombre en silla de ruedas, entendiéndolo como un objeto visual propagador de estigmas. Hemos catalogado, en las principales bases de datos, investigaciones que problematizaron la sexualidad del sujeto en los últimos diez años (2007 a 2017), los materiales fueron escasos, generando la necesidad de un estudio de caso hecho a partir de una entrevista semiestructurada con un hombre de la ciudad de Recife/PE - Brasil. Luego, a través del análisis de contenido, categorizamos el material recolectado entre las veinte barreras presentadas por Tavares (2012). Se evidenció que la sociedad aún cuestiona la existencia de la sexualidad de la persona en silla de ruedas como sin o con poca expresión relacionada con la sexualidad.

Palabras clave: Persona en silla de ruedas, Sexualidad, Barreras actitudinales, Género.

Introdução

A sexualidade está presente em todas as etapas de nossa vida. Segundo Freud, todo indivíduo, a cada etapa do desenvolvimento, vai tendo novas experiências em relação ao corpo e conhecendo as regiões que mais lhe proporcionam sentimentos prazerosos. A teoria freudiana deu importante embasamento para os estudos sobre a sexualidade, abrindo espaço para que novos autores pesquisassem o campo mais a fundo. Consideramos que aquele pesquisador "levantou o véu" de um tema tão polêmico para o Ocidente, sendo primordial para entendermos a fase da infância (COSTA, OLIVEIRA, 2011). Outra etapa intensa de nossas vidas é a adolescência, em que os indivíduos começam a construção do "eu" no "outro", numa verdadeira crise e construção das identidades. O jovem passa por experiências e transformações biológicas e psicológicas, nas quais a cultura e o momento histórico vivenciado serão determinantes quanto ao valor e significado social perante o corpo, gênero, classe, etnia, religiosidade, entre outros, até a morte (STREY, M. N. KOHN, K. C. 2012).

Dessa forma, a sexualidade é intrínseca aos seres humanos, está nos espaços sociais, nos comportamentos e atitudes que frequentamos, seja de forma explícita, seja de forma implícita. Entre esses planos circunstanciais, está o meio escolar, lugar onde passamos em média 14 (quatorze) anos. Ao chamarmos a atenção para tal ambiente, entendemos que ele é formado por vários grupos sociais, alguns por afinidade ou, até mesmo, pelas diferenças. Diferenças essas que, em determinados contextos, excluem e acabam, muitas vezes, aproximando pessoas. Ou seja, os grupos formados advêm de comportamentos sociais, apresentados a partir de nossa cultura, em que os integrantes irão contribuir para a formação das identidades (BOURDIEU, 2017). Nesse contexto histórico e sociocultural, estão as

A PESSOA EM CADEIRA DE RODAS: discutindo sexualidade e barreiras atitudinais

pessoas com deficiência, que vivenciam e vivenciaram diversos processos em busca de direitos.

Um exemplo disso é o famoso lema “Nada sobre nós, sem nós”, em que “nada” quer dizer nenhum resultado, nenhuma política, serviço, campanha, equipamento etc.; “sobre nós” significa a respeito das pessoas com deficiência; e “sem nós” é sem a plena participação das próprias pessoas com deficiência (SASSAKI, 2007). A Constituição brasileira aprovada em 1988 marcou as mobilizações por políticas e por ações condizentes com as situações e protagonismos das pessoas com deficiência. Dessa forma, com base na leitura da clássica obra de Goffman (1891) sobre o estigma, entendemos que os indivíduos são distinguidos dos outros a partir de uma diferenciação, que irá construir e marcar as vivências sociais deles. Assim, essa diferenciação acarretará a criação de um estigma, colocando os sujeitos em “posições” distintas, e isso influenciará diretamente no relacionamento com os sujeitos na complexa teia social (BOURDIEU, 2017).

Compreendemos que a linguagem também pode ser reprodutora de desigualdades, por isso nos preocupamos em trazer para às discussões a nomenclatura atualizada. Em estudos acadêmicos, por exemplo, é mais conveniente o uso dos termos: pessoa em cadeira de rodas, pessoa que anda em cadeira de rodas, pessoa que usa uma cadeira de rodas. No contexto coloquial, o uso dos termos “cadeirante” e “chumbado”; o termo cadeirante, apesar de coloquial, ainda é muito utilizado erroneamente no meio acadêmico (SASSAKI, 2017).

Escolhemos pesquisar o sujeito em cadeira de rodas por entender que a cadeira é um objeto visual estereotipado da sexualidade, pois esse fator frente à sexualidade fomenta barreiras atitudinais, originárias a partir de preconceitos, generalizações, estigmas, ideias negativas criadas ao longo da história. São atitudes limitadoras, reproduzidas na linguagem ou não, muitas vezes não identificadas por quem a pratica, assemelhando-se a ideias preconcebidas e violando os direitos daqueles que não fazem parte do “padrão” culturalmente estabelecido, nesse caso, a pessoa com deficiência. Para ilustrar, explicitaremos um dos tipos de barreira atitudinal, a de substantivação, em referência à falta de uma parte ou sentido de uma pessoa como se a parte “faltante” fosse o todo. Um homem com lesão medular, por exemplo, que não consegue ter uma ereção, é visto como assexuado, restringindo o sexo apenas ao falo. Ou seja, existe um conjunto de posturas que irão influenciar na aceitação social/afetiva do indivíduo usando cadeira de rodas. Sabendo desses entraves, vemos a importância de conhecer as vivências desses sujeitos em diferentes espaços sociais, inclusive na escola (TAVARES, 2012).

Nesse texto, buscamos evidenciar as experiências em torno da sexualidade do sujeito utilizando cadeira de rodas. Partindo do princípio de que a cadeira é um objeto visualmente impactante à vida das pessoas, questionamos: durante os diferentes espaços de interação social, incluindo o processo de formação educacional, como ocorreram as primeiras paqueras, o beijo, as carícias e o sexo? De que forma as experiências no uso da cadeira de rodas podem ser enquadradas e entendidas no âmbito das barreiras atitudinais? A sexualidade pode ser vivenciada de forma plena em meio aos estereótipos? Quais as categorias de barreiras atitudinais são identificadas nas vivências da sexualidade da pessoa usando cadeira de rodas em espaços sociais?

O sujeito em cadeira de rodas e a sexualidade

Vários fatores condicionam as pessoas a utilizarem a cadeira de rodas, por exemplo, uma inflamação na medula, um acidente de carro, uma doença quando criança (congenita) ou a terceira idade. Entretanto, quando pensamos na complexidade biológica e nas causas, entendemos que os corpos dos indivíduos passam por diferentes processos e respondem de formas diversas às situações vivenciadas. Dessa forma, sentimos a necessidade de apresentar a caracterização legal do que vem a ser a deficiência física, citando o Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que a define como:

(...) Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplicia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (BRASIL, 2004a).

A partir dessa descrição, exceto alguns casos, observamos que a maioria das pessoas com deficiência física utiliza a cadeira de rodas. Em contexto múltiplo, propomo-nos a refletir as duas últimas palavras citadas no Decreto Federal acima. Acreditamos no poder das palavras na construção dos discursos a partir do(s) significado(s) que lhes são atribuídos (BOURDIEU, 2008). E nessa perspectiva, apresentamos algumas informações que irão também ao encontro do campo da sexualidade.

Quando pensamos nos termos “desempenho” e “funções”, podemos vincular à avaliação, pois o termo “avaliação”, para o dicionário on-line Aurélio, está relacionado ao ato de avaliar, tendo um valor determinado por peritos, com estima e apreciação. Nessa metáfora, Parker (1991) tratou das funções e representações simbólicas da genitália

A PESSOA EM CADEIRA DE RODAS: discutindo sexualidade e barreiras atitudinais

masculina e feminina na cultura brasileira contemporânea. O pênis é visto como superior e forte, com a função vinculada à violência, violação, como refletido nas nomenclaturas vulgares do órgão: “pau, caralho, cacete, pica, ferro, vara”. Em contrapartida, a genitália feminina é descrita como inferior e passiva: “buraco, gruta, racha, boca mijada” (p. 104). Em suma: são muitas as situações em que estão inseridos todos os termos, e percebemos, de forma evidente, que o corpo possui uma linguagem própria, sujeita a determinadas classificações (BOURDIEU, 2017).

Dessa forma, é possível uma analogia com a representação da sociedade sobre pessoa com deficiência em muitos momentos, através de afirmações acerca do uso da cadeira de rodas, expressando e contextualizando alguns conceitos abordados. E em seguida, citaremos alguns mitos relacionados a esses indivíduos, a partir dos estigmas vivenciados.

(...) a cadeira de rodas proporciona independência, condições adequadas de locomoção e consequente qualidade de vida a estas pessoas. No entanto, a cadeira de rodas também é um equipamento que denota uma deficiência aparente e, notoriamente traz consigo estigmas, olhares de cunho discriminatório e de segregação, além de sentimentos de piedade e compaixão, inerentes ao seu uso (LUCIDO, 2014, p.19).

Portanto, a cadeira de rodas, por ser visível, sobrepõe-se ao sujeito, o que pode gerar diversas ações: reforça preconceitos, ativa sentimentos de compaixão e piedade, anula interesse físico inerente à perspectiva arbitrária de uma possível “incapacidade funcional”. Além disso, ainda caracteriza o sujeito em cadeira de rodas como aquele que possui um corpo subversivo, que foge, nessa visão, ao padrão estético, que está à margem do que a sociedade tem como referência, ou seja, é estigmatizado. Isso é que observamos na leitura de Melo (1999), da obra de Goffman (1891):

O estigma é um atributo que produz um amplo descrédito na vida do sujeito; em situações extremas, é nomeado como "defeito", "falha" ou desvantagem em relação ao outro; (...) Para os estigmatizados, a sociedade reduz as oportunidades, esforços e movimentos, não atribui valor, impõe a perda da identidade social e determina uma imagem deteriorada, de acordo com o modelo que convém à sociedade. (...) O diferente passa a assumir a categoria de "nocivo", "incapaz", fora do parâmetro que a sociedade toma como padrão. Ele fica à margem e passa a ter que dar a resposta que a sociedade determina. O social tenta conservar a imagem deteriorada com um esforço constante por manter a eficácia do simbólico e ocultar o que interessa que é a manutenção do sistema de controle social (p. 11).

Nessa perspectiva, Maia e Ribeiro (2010) apresentaram um estudo com cinco principais mitos no imaginário social relacionados à sexualidade de pessoas com deficiência.

O primeiro mito é de que as pessoas com deficiência são assexuadas, não têm sentimentos, pensamentos e necessidades sexuais. Isso está diretamente relacionado com a crença de que são pessoas dependes e infantis, incapazes de ter uma vida sexual ativa.

O segundo mito é de que pessoas com deficiência são hipersexuadas, com desejos incontroláveis e cuja expressão sexual explícita é tida como uma perversão. Além disso, não se imagina que são vulneráveis ao contágio de infecções sexualmente transmissíveis ou possam ter orientações sexuais diferentes, tampouco se cogita que alguém numa cadeira de rodas não possa exercer relações de poder e violência, ou se prostituir, ou se travestir etc.

O terceiro mito é de que pessoas com deficiência são pouco atraentes, indesejáveis e incapazes de conquistar um parceiro e manter um vínculo estável de relacionamento amoroso e sexual.

No quarto mito, acredita-se que pessoas com deficiência não conseguem usufruir o sexo espontaneamente e envolver a penetração seguida de orgasmo, por isso são sempre pessoas cujas disfunções sexuais estão relacionadas ao desejo, à excitação e ao orgasmo. Mito esse combatido, afinal, “A deficiência pode até comprometer alguma fase da resposta sexual, mas isso não impede a pessoa de ter sexualidade e de vivê-la prazerosamente” (p. 169).

O quinto e último mito cita a concepção errônea sobre a reprodução para pessoas com deficiência como uma problemática por serem estéreis, também acreditando que geram filhos com deficiências ou não conseguem cuidar deles. Dessa forma:

(...) inscrevemos nos corpos marcas de identidades e, conseqüentemente, de diferenciação. Treinamos nossos sentidos para perceber e decodificar essas marcas e aprendemos a classificar os sujeitos pelas formas como eles se apresentam corporalmente, pelos comportamentos e gestos que empregam e pelas várias formas com que se expressam. (...) isso implica a instituição de desigualdades, de ordenamentos, de hierarquias, e está, sem dúvida, estreitamente imbricado com as redes de poder que circulam numa sociedade. O reconhecimento do "outro", daquele ou daquela que não partilha dos atributos que possuímos, é feito a partir do lugar social que ocupamos. De modo mais amplo, as sociedades realizam esses processos e, então, constroem os contornos demarcadores das fronteiras entre aqueles que representam a norma (que estão em consonância com seus padrões culturais e aqueles que ficam fora dela, às suas margens (LOURO, 2000 p. 9).

Essas questões apresentadas serão a base para nossas reflexões em torno da sexualidade dos sujeitos em cadeira de rodas, pois sua posição na sociedade irá de encontro com várias possibilidades de construção de sua(s) identidade(s). A partir das subjetividades, tais identidades podem criar ou não um campo de resistências, que só poderá ser acessado

A PESSOA EM CADEIRA DE RODAS: discutindo sexualidade e barreiras atitudinais

através dos protagonismos e das falas desses sujeitos nos campos sociais, pois remetem à ideia de mudanças e comportamentos que compõem os corpos (BOURDIEU, 2017).

Sexualidade, educação e a pessoa em cadeiras de rodas

Entre os diferentes espaços sociais que as pessoas frequentam, chamamos a atenção para a escola, através da relação com os pares, podemos vivenciar experiências que irão contribuir para a construção de nossa subjetividade em uma dinâmica constante, em que vários elementos da ordem biológica, psicológica, histórica, social e cultural se fazem presentes (BOURDIEU, 1992; 2017). Dentro dessas esferas, no espaço público, privado, durante as aulas, diálogos entre os estudantes, nos corredores, banheiros, pátios entre outros tantos espaços, deparamo-nos com situações que abordam o gênero e a sexualidade.

Essas situações de gênero e sexualidade se tornam mais intensas no período em que os estudantes estão conhecendo seus corpos com intensões mais calorosas, geralmente na fase da adolescência, pois esses indivíduos estão partindo da fase infantil para a construção da fase adulta (21 anos). Autores como Calligaris (2009) discutiram as fases do desenvolvimento, principalmente durante a adolescência, e ambos problematizaram mitos criados principalmente a partir da família moderna. A seguir, privilegiamos um recorte, no qual ficou evidente que, nesse período da vida, o sujeito ainda não sabe necessariamente sua orientação sexual (BOURDIEU, 2017). Com isso, podemos refletir a sexualidade no ambiente escolar, pois, nessa faixa etária, majoritariamente ainda estudam.

Na adolescência média (15 a 16 anos) a evolução sexual ocorre com a masturbação e aprendizagens por atividades lúdicas: jogos eróticos, bailes, carinhos, esportes, todos de forma a explorar o próprio corpo ou o corpo do outro (a) até culminar com o desejo sexual mais intenso. O relacionamento amoroso (namoro ou o “ficar” com alguém) geralmente se inicia nesta fase e há uma aceitação maior das transformações físicas. No relacionamento amoroso as carícias são progressivas e podem culminar com a relação sexual. Possíveis relacionamentos e fantasias homossexuais não implicam necessariamente uma homossexualidade futura e sim uma experimentação sexual, já que o adolescente pode assumir identidades transitórias e circunstanciais diversas (KNOBEL, 1981, apud SILVA, 2013, p. 18).

Vemos, então, que as descobertas, a iniciação da vida sexual, as possibilidades afetivas, eróticas, de conhecimento do corpo podem acontecer, em diferentes momentos da vida de diferentes sujeitos. Todavia, durante o período escolar, existe uma grande parcela da população que vivencia experiências que vinculam as questões emocionais e identitárias à sexualidade. Nesse momento, entendemos a importância de conceituar a sexualidade, pois esta vai muito além do ato sexual propriamente dito. Vejamos a seguir:

[...] um aspecto central do ser humano ao longo da vida que engloba sexo, identidade e papel de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. A sexualidade é experimentada e expressa em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relacionamentos. Enquanto a sexualidade pode incluir todas essas dimensões, nem todas elas são sempre experimentadas ou expressas. A sexualidade é influenciada pela interação de fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, legais, históricos, religiosos e espirituais (OMS, 2006).

O conceito de gênero, da mesma forma que a sexualidade, perpassa as diferentes esferas. Os significados irão se modificar a partir da organização de diferentes sociedades e de tempo histórico na qual se encontram (BOURDIEU, 2017). Vale salientar que, em uma mesma sociedade, deparamo-nos com várias concepções de gênero devido à diversidade dos grupos (religiosos, étnicos, raciais, econômicos). Partimos de uma perspectiva pós-estruturalista influenciada pelas correntes do feminismo, que colocam o termo em questão como uma construção social, e não como algo *a priori*. Além disso, defendem que comportamento, gostos, a forma de se vestir de mulheres e homens não são constituídas pelas características biológicas, mas pelas influências históricas e socioculturais. Por fim, entendemos as construções de papéis masculinos e femininos como uma regra determinada pela sociedade e favorecedora à existência de um emaranhado de relações de poder (LOURO, 1997).

Nessa perspectiva de gênero e sexualidade, compreendemos que os sujeitos estão experienciando uma gama de aspectos não homogeneizantes refletidos na formação das identidades individuais e coletivas, ou seja, um mesmo indivíduo nos tempos atuais pode afirmar-se de diversas formas a depender do contexto em que se encontra. Sobre isso, Hall (2011), em sua obra intitulada “A Identidade cultural na pós-modernidade”, afirmou que o sujeito assume identidades diferentes em diversos momentos, identidades não unificadas ao redor de um “eu” coerente, pois

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (p.13).

Dessa forma, é importante pensar os sujeitos em contextos escolares, pois estão em processo de transformação física, emocional, sexual e formarão sua(s) identidade(s) a partir das relações múltiplas de grupos nos quais estão inseridos.

Compreendendo as barreiras atitudinais

A PESSOA EM CADEIRA DE RODAS: discutindo sexualidade e barreiras atitudinais

No cotidiano, produzimos afirmações e ações que advêm da nossa cultura. Muitas vezes, por não termos acesso aos conhecimentos, naturalizamos posturas e discursos formados ao longo do tempo (RIBEIRO, SIMÕES e PAIVA, 2017). Na sociedade atual, observamos que as pessoas com deficiência obtiveram sucesso na quebra de muitas barreiras, através do movimento social que elas representam. Tiveram também aprovação de meios legais e conquistaram mais visibilidade. Entretanto algumas barreiras, lidas como sinônimas de preconceitos e discriminação, continuam presentes no meio, tendo por definição:

(...) as barreiras atitudinais são barreiras sociais geradas, mantidas, fortalecidas por meio de ações, omissões e linguagens produzidos ao longo da história humana, num processo tridimensional o qual envolve cognições, afetos e ações contra a pessoa com deficiência ou quaisquer grupos em situação de vulnerabilidade, resultando no desrespeito ou impedimento aos direitos dessas pessoas, limitando-as ou incapacitando-as para o exercício de direitos e deveres sociais: são abstratas para quem as produz e concretas para quem sofre seus efeitos (TAVARES, 2012, p.104).

Quando a autora acima citada escreveu que as barreiras atitudinais são abstratas para quem as produz e concretas para quem enfrenta seus efeitos, logo vinculamos ao estigma, pois,

A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias: Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas. As rotinas de relação social em ambientes estabelecidos nos permitem um relacionamento com "outras pessoas" previstas sem atenção ou reflexão particular. Então, quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos, a sua "identidade social" (...). Baseando-nos nessas preconcepções, nós as transformamos em expectativas normativas, em exigências apresentadas de modo rigoroso (GOFFMAN, 1891, p. 05).

Ou seja, essa classificação de normalização criada compete àqueles que não estão nos "padrões", uma série de "limitações". Essas "limitações" começaram a instigar, e pesquisas sobre barreiras atitudinais surgiram, o que permitiu que as origens das barreiras fossem compostas por categorias: dialética, inclusão/exclusão, estereótipos, preconceitos e discriminação. Essas categorias estarão atreladas à construção subjetiva dos sujeitos, na qual as representações sociais são norteadoras de algumas implicações, como a constituição física, étnica, econômica, político-ideológica, bem como constituições ligadas ao gênero, à orientação sexual etc.

As barreiras atitudinais tomam forma a partir da linguagem e dos sistemas simbólicos e sociais, podendo ser entendidas como preconceito e discriminação, contribuindo diretamente para a formação das identidades. Dessa forma, ao longo do tempo, as pesquisas

sobre as pessoas com deficiência continuaram, e novas classificações surgiram. Atualmente, as barreiras atitudinais são classificadas como: substantivação, adjetivação/rotulação, propagação, estereótipos, padronização, generalização, particularização, rejeição, negação, ignorância, medo, baixa expectativa ou de subestimação, inferiorizarão da deficiência, menos valia, adoração ou superestimação, exaltação do modelo, compensação, dó ou pena e superdotação (TAVARES, 2012).

Compreendemos, então, a partir dessas leituras, que vários campos da vida do sujeito em cadeira de rodas encontram-se comprometidos por essa visão reducionista apresentada pela sociedade (BOURDIEU, 2017). Vemos como emergente a abertura de discussões que ultrapassam temas corriqueiros nessa área, como a inclusão educacional e acessibilidade, para dar espaço à sexualidade, pois não abordar esse tema é uma "limitação", principalmente à academia. Assim, acreditamos ser necessário conhecer e relacionar a sexualidade do sujeito em cadeira de rodas, a partir das barreiras atitudinais que o circundaram em perspectivas sociais.

Método

A presente pesquisa de cunho exploratório foi realizada com uma abordagem qualitativa por possibilitar acesso direto aos pesquisados, bem como à forma como estes encaram a situação-problema, além de possibilitar ricos dados descritivos, com um plano aberto, podendo contextualizar com a situação (LUDKE; ANDRÉ, 1986). A priori, consultamos algumas das principais bases de dados, como o Google Acadêmico, Scielo, Anped, Capes, Ibict, buscando estudos que tratam sobre a sexualidade das pessoas utilizando cadeira de rodas nos últimos dez anos. Observamos que uma quantidade significativa de estudos acerca da sexualidade e pessoa com deficiência abordaram a temática da deficiência intelectual. Além disso, percebemos, nas poucas pesquisas encontradas, que todas são recentes, ainda necessitando de mais produções na área acadêmica, pois apenas duas das bases consultadas tinham material na área, entretanto nenhum do campo educacional. E os temas encontrados sobre esses sujeitos discutiram em sua maioria a acessibilidade, fisioterapia e inclusão escolar.

Devido a essa escassez bibliográfica (pesquisas anteriores), chegamos à necessidade do uso de um estudo de caso, pois, segundo Martins (2008):

A PESSOA EM CADEIRA DE RODAS: discutindo sexualidade e barreiras atitudinais

Quando um Estudo de Caso (...) apresenta um engenhoso recorte de uma situação complexa da vida real, cuja análise-síntese dos achados tem a possibilidade de surpreender, revelando perspectivas que não tinham sido abordadas por estudos assemelhados, o caso poderá ser qualificado como importante, e visto em si mesmo como uma descoberta. Oferece descrições, interpretações e explicações que chamam a atenção pelo ineditismo (p. 02).

Nosso estudo de caso foi realizado na cidade de Recife e Região Metropolitana, com um sujeito, pois se tratava de algo novo e não abrangente, com os seguintes pré-requisitos: utilizar a cadeira de rodas desde a infância ou adolescência; ter cursado o Ensino Médio completo; ter mantido relacionamento afetivo; ser adulto com idade mínima de 21 anos, já que trataremos de assuntos íntimos sobre a sexualidade. Partindo do pressuposto da adolescência, Carvalho (1996) afirmou que a adolescência impele ao indivíduo uma redefinição da própria identidade, ou seja, ainda está administrando conflitos inerentes à fase em que vive (12 anos), e ainda não tendo a maturidade para falar sobre a temática da sexualidade. Assim, realizamos uma entrevista semiestruturada, porque, segundo Manzini (2004):

A entrevista semi-estruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. (...) esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas (p. 2).

Ou seja, através da entrevista semiestruturada, foi possível delinear questionamentos abordando mais especificamente a temática e, ao mesmo tempo, possibilitando aos participantes da pesquisa maior liberdade e abertura para responder, para novos conhecimentos e direcionamentos. Pretendemos, dessa forma, verificar o material coletado por meio da análise de conteúdo, definida como:

(...) um conjunto de instrumentos metodológicos, cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade. Absolve e cauciona o investigador por esta atração pelo escondido, o latente, o não aparente, o potencial de inédito (do não dito), retido por qualquer mensagem (BARDIN, 2011, p. 15).

Nessa perspectiva, realizamos inicialmente a entrevista utilizando um gravador de voz, para informações, no qual foi possível também ouvir nossas vozes durante as perguntas e ouvir detalhadamente os sujeitos envolvidos, para, assim, posteriormente realizarmos as transcrições. Durante o período de análise das entrevistas, Duarte (2004) salientou que a transcrição deve ser realizada logo que se finaliza a coleta, pois o pesquisador terá uma

escrita mais próxima com a experiência relatada, podendo vincular as expressões faciais, a entonação da voz a uma situação próxima. Ele aponta que as entrevistas podem ser editadas:

As entrevistas podem e devem ser editadas. Exceto quando se pretende fazer análise de discurso, frases excessivamente coloquiais, interjeições, repetições, falas incompletas, vícios de linguagem, cacoetes, erros gramaticais, etc. devem ser corrigidos na transcrição editada. É importante, porém, manter uma versão original e uma versão editada de todas as transcrições (p. 221).

Nosso estudo, foi realizado com categorias de análise a partir das barreiras atitudinais, classificadas como: substantivação, adjetivação/rotulação, propagação, estereótipos, padronização, generalização, particularização, rejeição, negação, ignorância, medo, baixa expectativa ou de subestimação, inferiorização da deficiência, menos valia, adoração ou superestimação, exaltação do modelo, compensação, dó ou pena e superdotação. Destacaremos aquelas mais frequentes nas afirmações do sujeito com base nas abordagens de Tavares (2012).

Resultados e discussão

A partir dos procedimentos de análise de conteúdo, procuramos discutir as experiências em torno da sexualidade do sujeito em cadeira de rodas em contextos sociais e durante a Educação Básica. O material coletado e transcrito advém de um entrevistado do sexo masculino, com 42 anos, divorciado, morador na Região Metropolitana do Recife, cisgênero, heterossexual, utilizando cadeira de rodas desde os oito anos de idade e trabalhando como pesquisador em uma Universidade Federal. Assim, com o objetivo de ampliar as discussões sobre gênero, sexualidade e a pessoa em cadeira de rodas nos diferentes contextos sociais, elencamos, entre as vinte categorias de Barreiras Atitudinais explicitadas por Tavares (2012), aqueles mais presentes durante a fala do sujeito. A seguir, apresentaremos recortes do material coletado, fazendo uma análise e conceituando cada barreira, em perspectivas sociais.

Como exemplo, percebem-se na escola, ambiente onde os *habitus* são culturalmente normatizados, relações afetivas dispostas em paqueras entre os estudantes pelo grande período juntos, seja na sala de aula, na hora do intervalo, em atividades extraclasse, seja até no trajeto casa/escola. Questionamos como foi esse período para o entrevistado, se houve paqueraras na escola, como foram as relações com a turma, as experiências iniciais e, se por usar a cadeira de rodas, sentiu-se retraído.

A PESSOA EM CADEIRA DE RODAS: discutindo sexualidade e barreiras atitudinais

(...) eu não frequentava a escola todos os dias. Desde os meus oito anos, que eu me tornei uma pessoa com deficiência, eu só frequentava a escola em época de prova, eu não tinha contato desde os oito anos; até os dezesseis, eu não tive muito contato com as turmas que eu frequentava. (...) na adolescência, eu não tive nenhum envolvimento direto com as meninas por conta da minha timidez, de chegar perto, também não tinha muito espaço na época pra ter esses relacionamentos. Como a gente vivia num contexto religioso, a gente era muito vigiado por isso, mas, vez por outra, a gente tinha alguns escapes.

A cadeira de rodas contribuiu bastante para que o entrevistado tivesse uma maior timidez no trato com as meninas, inclusive acreditando que, caso tenha sido paquerado, não percebeu. Além disso, participava do grupo de amigos da irmã, um dos menos populares, no qual todos eram evangélicos:

Meu primeiro namoro foi aos 20 anos. As paqueras aconteciam através de olhares, contatos físicos eram pouquíssimos. No contexto escolar, nunca tive envolvimento com colegas. Oficialmente, namoro, só com 20 anos de idade. Foi sim, foi um dos fatores que retardou essa questão do namoro. As pessoas chegavam, as meninas se interessavam, mas eu tinha um conceito muito fechado na época, eu dizia, só quero um envolvimento com qualquer menina a partir do momento que tiver um emprego, eu tiver meu dinheiro pra poder sair com ela, não quero ser dependente dos meus pais para pedir dinheiro, pra estar com namorada. Antes eu era mais radical, mas agora sou mais flexível a essas questões. (...) O grupo que minha irmã frequentava era o mesmo que eu frequentava. Esse grupo era um grupo menos popular, eram pessoas evangélicas em sua maioria, geralmente tinha mais meninas e só eu de menino no grupo. (...) eu só vim ter contato com grupo na Universidade.

Compreendendo o contexto de vida do sujeito e as poucas relações afetivas, observamos a presença da primeira barreira atitudinal que vamos analisar, a de baixa expectativa ou subestimação, pois, como pessoa com deficiência, não foram possíveis novos laços afetivos por estar em cadeira de rodas – uma construção que fez de si mesma, materializada através da timidez. Denomina-se barreira atitudinal de baixa expectativa ou subestimação aquela a partir do juízo antecipado e sem fundamento (conhecimento ou experiência) de que a pessoa com deficiência é incapaz de fazer algo, atingir uma meta etc. Essa barreira atitudinal atinge negativamente o desenvolvimento das potencialidades da pessoa com deficiência, pois provoca a baixa autoestima, torna-se obstáculo para a escolarização, para o labor, para a vida afetiva, para a vida social dos indivíduos com deficiência, os quais são alvos da perspectiva limitante imposta pela sociedade. O mais deteriorante desse processo é que as pessoas com deficiência internalizam a avaliação depreciativa e se julgam incapazes. Na situação relatada, pressupomos que o sujeito internalizou essa barreira (TAVARES, 2012).

Não tive problema em conseguir namorada, a masturbação acontecia com frequência, eu tive envolvimento com outras meninas, mas não era oficial, todos os meus relacionamentos foram extraescola, só tive uma paixão lá e a própria menina não sabia. Por conta da minha timidez na escola, pode ter acontecido de alguma menina ter se interessado por mim e eu não saber. Algumas meninas que

se aproximavam, queriam relacionamento comigo, muitas delas chegaram a pedir namoro a mim, eu não aceitava, eu não ia muito à escola, eu não tinha muito contato com a turma, e eu tive uma perda muito grande quanto a isso.

Nesse caminho, em que o sujeito deixa voluntariamente de viver experiências da sexualidade por usar a cadeira de rodas, é importante saber, por exemplo, se existem diferenças no ato sexual de um homem andante e outro que usa cadeiras de rodas.

Tem sim, varia muito, porque a gente vive em uma sociedade muito machista, onde o homem é um fator dominante, em todos os aspectos; e, na relação sexual, é a mesma coisa, o homem que deve dar a ordem, ser dominante. Já com o cadeirante, ele pode até ter essa consciência, porém as posições na cama de quem usa cadeira de rodas são diferentes de um homem que não usa. Por exemplo, a mulher em cima do homem já traduz outra realidade, não são todos, mas geralmente os homens que usam cadeira de rodas, eles não têm esse posicionamento tradicional de dominação, homem sobre a mulher. Por vivermos em uma sociedade machista, algumas outras posições sexuais vão diferenciar para o homem que não usa cadeira de rodas para o que usa e não usa. Diferencia muito, tem posições que não tem como fazer, por exemplo, a mulher de quatro, fica difícil pra quem não tem certa firmeza nas pernas.

Nossos corpos recebem significados através da cultura, não sabemos como determinada característica passou a ser reconhecida (passou a ser significada) como uma "marca" definidora da identidade, dos papéis que cada sujeito desempenha a partir de sua genitália (BOURDIEU, 2017). Percebe-se, nesse contexto, um machismo arraigado, em que, até na cama, as pessoas precisam praticar determinadas posições para “provar” o que são, como se necessariamente, para se chegar ao prazer, as pessoas tenham que transar a partir de determinadas posições (BOURDIEU, 2017). Essa forma de ver o homem em cadeira de rodas acarreta a ideia equivocada de que os desejos e as necessidades experimentados por alguém estejam atrelados à aparência de seu corpo (LOURO, 2000).

Esses entraves são classificados como uma barreira atitudinal de inferiorização da deficiência, a segunda a ser tratada aqui, pela qual uma atitude constituída por meio da comparação pejorativa do resultado das ações das pessoas com deficiência em relação a outros indivíduos sem deficiência. Atribuindo à deficiência resultados negativos, mas que não são relacionados, sob a justificativa de que o não alcançado pelas pessoas com deficiência é inferior, exclusivamente, em razão da deficiência. E sabemos que essa não é a realidade, pois o prazer não será menor se, por exemplo, durante o sexo entre uma mulher andante e um homem que usa cadeira de rodas, não fizerem a posição “de quatro”, na qual um dos parceiros apoia-se sobre joelhos e mãos e o outro parceiro se ajoelha para realizar a penetração (idem, 2012).

Em contraponto à barreira de inferiorização, temos aqueles sujeitos que, ao se depararem com pessoas com marcas, ou seja, algo diferenciado em seu corpo, logo o deseja

A PESSOA EM CADEIRA DE RODAS: discutindo sexualidade e barreiras atitudinais

sexualmente. Como por exemplo disso, temos pessoas com atração em outras só por estas serem negras, mulheres obesas ou com algum tipo de deficiência etc. Perguntamos ao entrevistado se vivenciou essa situação:

Bom, eu tenho uma colega que dá a entender que tem curiosidade em saber como é. Certa vez, ela me disse: eu nunca transei com uma pessoa com deficiência. Ela costuma soltar indiretas comigo. (...) A questão do fetiche é das pessoas não assumirem; para a pessoa com deficiência, o sexo não é o problema, o problema é manter um relacionamento frente à sociedade pelo preconceito.

O fetiche, segundo o dicionário Aurélio, significa: “objeto a que é prestada adoração ou considerado como tendo poderes sobrenaturais. Objeto, parte do corpo ou tipo de comportamento que provoca excitação sexual”. Isso significa a presença da barreira atitudinal de exaltação, a terceira em nossa lista, quando se utiliza a deficiência do indivíduo para ressaltar uma qualidade ou habilidade que apresente. De acordo Tavares (2012), ter uma deficiência é o que eleva a pessoa.

Pelo preconceito da sociedade, ter um relacionamento com pessoa com deficiência é uma tarefa árdua. Muitas são as narrativas do entrevistado sobre como as garotas enfrentam pressão principalmente familiar e não assumem o namoro, desejando, muitas vezes, que o relacionamento fique às escondidas:

Em relação a minha primeira namorada, terminei por causa disso. Ela não queria assumir para a família que namorava comigo. (...) A minha ex-esposa enfrentou. A última menina que eu estava, o problema foi o mesmo, dei um tempo (...). E vi que a questão era essa. A família não aceitava, e ela não estava disposta. (...) Uma vez, inclusive, namorei uma menina antes de me casar, que quando a mãe dela me conheceu, eu chamei a mãe dela para almoçar aqui em casa, fiz o almoço, a mãe dela veio, se apresentou. E, quando a mulher chegou em casa, foi bater no hospital com a pressão alta. Aí a menina disse que não ia dar pra gente namorar mais, não (...) Com isso, me senti horrível, a gente se sente discriminado, humilhado, excluído. E isso é frequente. A gente pra ter uma relação com uma pessoa que realmente queira, tem que ser uma pessoa que tenha uma cabeça muito, muito aberta. Uma pessoa que tenha uma mente livre de qualquer preconceito.

As mães geralmente querem “o melhor para seus filhos”, seguindo a visão tradicional e preconceituosa da sociedade (BOURDIEU, 2017). Observamos que, para a pessoa em cadeira de rodas ter um relacionamento perante os demais, significa enfrentar muitas barreiras, infelizmente a visão reducionista de menos valia é tão grande que coloca o sujeito em solidão contínua, pois, como vimos, conseguir sexo é fácil, mas ser assumido não. A situação relatada pelo entrevistado evidenciou outros dois tipos de barreira atitudinal. Uma delas, a quarta a ser analisada neste texto: a de rejeição advinda de uma recusa irracional de interagir com uma pessoa em razão da deficiência. Como Tavares (2012) salientou:

Essa recusa não se dá por medo, nem por ignorar como agir perante uma pessoa com deficiência, nem se deve a uma experiência anterior com o indivíduo ou grupo

a partir do qual se generaliza uma experiência ruim, ela é a mera expressão da recusa por razão de deficiência, independentemente de quaisquer atributos “positivos” relacionados a uma pessoa ou grupo. A barreira atitudinal de rejeição é perversa, pois na negativa de interagir com a pessoa com deficiência não se lhe dá a oportunidade de quebrar demais barreiras como a subestimação, a adjetivação etc. Quando se pratica essa barreira simplesmente se nega o indivíduo como pessoa humana, colocando-o em um limbo social (p.132).

A outra barreira encontrada, nossa quinta: a de menos valia. Essa se define a partir de uma situação real, não pontual e de violência simbólica (BOURDIEU, 2017), representada a partir do momento em que a mãe não quis para a filha um namorado usando cadeira de rodas, subliminarmente dizendo que aquele rapaz “não é homem suficiente” para “dar um futuro” à mulher. A barreira de menos valia consiste na avaliação depreciativa das potencialidades, ações e produções das pessoas com deficiência. Isso porque usar uma cadeira, por mais que seja uma “boa pessoa”, nunca será visto com a mesma “qualidade” de um homem andante. Essa barreira é reproduzida até entre os indivíduos com a mesma deficiência:

Para você ter ideia, o preconceito existe até entre as pessoas com deficiência. Eu já tive agora há pouco, fiz umas investidas em mulheres que usam cadeira de rodas, e todas elas disseram a mim que preferiam um homem andante. Não é regra, mas é aquela questão, não é porque elas estão em cadeira de rodas que não terão suas preferências. Por exemplo, não é porque eu uso cadeira de rodas que, se aparecer qualquer tipo mulher na minha frente querendo um relacionamento, eu vou dizer “quero você”. Vai depender do nível da carência, da valorização pessoal. Se eu ver que aquela mulher me agradou, de certa forma, na conversa... Ela vai me atrair ali. Aí a gente tenta um relacionamento.

O preconceito também entendido como a sexta barreira atitudinal cria, em todos os indivíduos com ou sem deficiência, uma negação à aceitação de si e do outro. O discurso dominante separa aqueles com experiências de vidas parecidas (BOURDIEU, 2017). É comum encontramos pessoas afirmando, por exemplo, que a própria pessoa negra discrimina os outros com a mesma cor de pele. Como já mencionado, a linguagem tem um poder muito forte nas pessoas, e várias fobias se propagam na fala daquelas que buscam relacionamentos afetivos sob alegação de “questão de gosto”. Na verdade, a questão de gosto, muitas vezes, encobre várias barreiras atitudinais, até entre as próprias pessoas com deficiência, comprometendo as experiências da sexualidade e das interações sociais.

O sexo e a sexualidade ainda são tratados e compreendidos de forma supérflua, a partir de uma perspectiva binária de gênero. Como constatado na famosa marchinha de Carnaval intitulada “A pipa do vovô”, música antiga de Manoel Ferreira e Ruth Amaral, ainda bem atual, sendo cantada pelo apresentador Silvio Santos. A sexualidade, nesse contexto, torna-se prisioneira do pênis, pois *a pipa do vovô não sobe mais*, (...)que, embora

A PESSOA EM CADEIRA DE RODAS: discutindo sexualidade e barreiras atitudinais

tenha tentado dar mais uma *empinadinha, a pipa não deu nenhuma subidinha*. A pessoa em cadeira de rodas, da mesma forma que os idosos do sexo masculino, é motivo de chacotas e dúvidas em relação ao desempenho sexual, sempre vinculado à genitália. Nem todo mundo usando cadeira de rodas tem lesão medular, a lesão medular é consequência de um acidente, seja por arma de fogo, arma fria, ou acidente automobilístico, queda ou mergulho em lugares muito rasos, dependerá do ocorrido. E há também aqueles congênitos. Então, quanto a essa questão da ereção, é muito relativo, cada um tem uma característica única.

Na sociedade machista que vivemos, a sexualidade do homem se resume ao pênis, se o homem tiver um pênis que fique ereto e ele consiga penetrar uma mulher, e gozar dentro da mulher, ele é o homem. Esse é o macho que a sociedade diz que é o modelo. Modelo sexual do homem é aquele viril, ereto e que domina a mulher na cama. A partir do momento em que o homem tem lesão (tem cadeirante que não tem lesão), mas o cadeirante que tem lesão medular, ele tem disfunção erétil, todos eles, ou mais, ou menos, mas tem. A questão de domínio da mulher na cama vai de homem para homem. Tem homem que domina, tem aqueles que se deixa dominar, mas no geral o homem. Por exemplo, cresce normal e depois se vê na realidade da cadeira de rodas. A primeira coisa que você vai ouvir na boca dele, e se tiver essa mente machista, vai dizer que não é mais homem para mulher nenhuma.

Nesse caso, vemos a presença da sétima barreira atitudinal, a de substantivação, quando um discurso se refere à ausência de uma parte ou sentido da pessoa como se a parte “faltante” fosse o todo. Ao que se refere ao órgão sexual masculino, a ejaculação se torna protagonista do sexo, limitando o prazer, pois nutre na sociedade a dicotomia cultural *deficiente* versus *normal*, deteriorando a autoestima da pessoa com deficiência. A barreira atitudinal de substantivação sustenta-se numa leitura equivocada da deficiência não como algo constitutivo da pessoa humana, mas como sinônimo de diferença, de desvio. O processo de substantivação da deficiência – o qual torna o indivíduo deficiente e logo o reduz a uma classe segmentada e não pertencente a outras – também é visto nas situações de raça, gênero etc. Em que um atributo é tomado para definir o todo da pessoa (TAVARES, 2012).

A barreira atitudinal de substantivação impede que as pessoas em cadeira de rodas tenham relacionamentos, pois o estigma sexual e social provocado pela cadeira é grande. As mulheres não estão livres do machismo, na verdade toda a sociedade vivencia esse mal, uns mais, outros menos. Além disso, quanto mais estigmas possuir aquele sujeito, mais escanteado e desacreditado será:

A mulher é quem diz assim: “eu aceito esse tipo de homem”. A partir do momento que ela se vê diante de um homem que não tem uma ereção e usa uma cadeira de rodas, muitas delas abandonam o companheiro. Porque não quer aceitar o que a sociedade prescreve, a pressão social é muito forte. A partir do momento em que a mulher vê que está ao lado de um homem que não é modelo social, tem que ser uma mulher de mente muito ampla (...). Quanto mais os estigmas que a sociedade

coloca forem acima daquela pessoa, mais forte se torna o preconceito. Negro, pobre, usando cadeira de rodas... Aí, meu Deus do céu, eu não sei nem como é a vida de uma pessoa dessas!

Cada estigma carrega consigo um estereótipo, a estereotipia como oitava barreira é a representação social “positiva” ou “negativa” sobre pessoas com a mesma deficiência, tem origens subjetiva e base, principalmente, cognitiva. Esses estigmas influenciam nas interações sociais e incitam uma tendência a enfatizar o que há de similar entre as pessoas – não necessariamente similares – e a agir, de acordo com essa percepção, com experiências atuais e futuras. Estereotipar pode, portanto, levar a compreensões incorretas e indevidas, principalmente, quando, em razão do véu aglutinador dos modelos de entendimento, as pessoas com deficiência e suas idiossincrasias não conseguem ser percebidas. Nesse caso, quanto maior for a interseccionalidade, (por exemplo: ser mulher, lésbica, pobre e pessoa com deficiência), maior será a deterioração da identidade desse indivíduo por conta dos estereótipos criados em cada marcador social, cultural e corporal (TAVARES, 2012). A estereotipia da sexualidade (da não sexualidade) da pessoa com deficiência é um fator preocupante e necessita de abertura em relação aos Direitos Humanos.

Enquanto pessoa com deficiência, para ser sincero, essas questões de saúde para a pessoa com deficiência ainda é pouco divulgado, principalmente essa questão da sexualidade da pessoa com deficiência, o gênero. Existem poucas políticas públicas voltadas para esse segmento da sociedade. Para você ver a situação da sexualidade nossa. Existe uma forte campanha para o grupo dos homoafetivos, as pessoas que fazem parte do grupo LGBT. Até o certo momento, não existe nenhum cartaz de uma mulher em cadeira de rodas numa campanha de HIV/AIDS ou então, amputada. Só aparece Maria da Penha em relação à violência contra a mulher. É como se sutilmente o sistema de saúde dissesse que não temos necessidade dessas coisas, que não temos sexualidade.

Negar a existência da sexualidade das pessoas com deficiência é a mesma situação de não considerá-las como seres humanos, acarretando uma invisibilidade traduzida na negação de direitos, direito à informação, à saúde e, de certa forma, reforçando os estereótipos sociais e silenciando essa minoria. Além disso, a partir do momento em que a mídia não veicula pessoas em cadeira de rodas, por exemplo, e sim somente alguém andante, heterossexual, não valoriza a diversidade e fortalece o discurso tradicional dominante, sem considerar a interseccionalidade (BOURDIEU, 2017).

O modelo de mulher brasileira vendido é mulher da bunda grande, pernão, cinturinha fina, escultural. Não precisa nem ser de academia, mas, se ela tiver um bundão, aí, é o modelo vendido. Inclusive lá fora, mulher negra... A mulher quando se torna mulher em cadeira de rodas, ela perde essas características, as pernas afinam, a região glútea dela fica flácida, o ventre não tem uma musculatura firme, algumas sofrem deformidade na coluna, então todo esse estigma recai sobre a mulher. Eu acredito ser a mulher a que sofre mais com esse preconceito Agora, eu

A PESSOA EM CADEIRA DE RODAS: discutindo sexualidade e barreiras atitudinais

até retiro o equilíbrio da balança. Eu vejo que há mais facilidade do homem que usa cadeira de rodas se relacionar do que a mulher em cadeira de rodas.

O trecho da entrevista acima evidenciou como a nossa sociedade ainda é machista, comparando a mulher a um objeto, por consequências, pratica a barreira atitudinal de menos valia com aquelas que estão fora do “padrão”, reafirmando o estereótipo feminino (BOURDIEU, 2017). A separação de algo determinado quer seja para o homem quer seja para a mulher supõe ignorar ou negar todos os sujeitos sociais que não se “enquadram” em uma dessas formas. Rompendo as dicotomias, haverá espaço para se pensar além do caráter heterossexual, ainda presente no conceito de “gênero”: que, por exemplo, mulheres e homens vivem feminilidades e masculinidades de formas diversas das hegemônicas e que, portanto, muitas vezes não são representados/as ou reconhecidos/as como “verdadeiras/verdadeiros” mulheres e homens (LOURO, 1997).

Eu gostaria que as descobertas da sexualidade dentro da escola se dessem como as de qualquer pessoa, na base da diversidade e da diferença mesmo. Digamos, as pessoas deveriam enxergar as outras pessoas em suas particularidades de uma forma que isso não vinhesse a implicar ou limitar as relações afetivas e que a deficiência não é fator preponderante para evitar uma aproximação de namoro, paquera. Uma aproximação de uma transa ocasional, como qualquer outra pessoa que, ao longo tempo, ela se aproxima e acontece. Mas a primeira coisa que acontece é a outra duvidar se aquela pessoa com deficiência consegue fazer sexo. Eu estou cansado de responder essas perguntas por aí. – “Você faz alguma coisa?” E isso não é de hoje, é de sempre.

Percebemos, nas afirmações do entrevistado, como é exaustivo enfrentar tantas desinformações das pessoas, em situações em que o sujeito é constrangido a todo o tempo, sendo questionado sobre sua sexualidade e práticas sexuais somente por usar a cadeira de rodas. Nessa situação, ocorre a nona barreira atitudinal, a de ignorância. Pelo desconhecimento sobre uma dada deficiência, das habilidades e potenciais daquele que a tem. É comumente expressa pelo não saber/conhecer a potencialidade/capacidade da pessoa com deficiência e é mais facilmente eliminada pela busca de conhecimentos. A barreira atitudinal de ignorância surge, então, dos desconhecimentos acerca das potencialidades da pessoa com deficiência. Essa avaliação, realizada a partir de um ponto de vista específico, em que o outro é sempre o diferente, é, por definição, preconceituosa e alimenta a dificuldade social em pensar e aceitar as diferenças como constitutivas do gênero humano. Esses aspectos geram, então, a negação de quaisquer características de gênero, compleição física, ideológicas etc., constitutivas da pessoa humana. A escola também é responsável pelas desinformações, a partir do momento que não reflete as questões advindas das pessoas com deficiência (TAVARES, 2012).

Na formação escolar, na amplitude da palavra, não existe a sexualidade, ainda é um tabu na escola. Existem alguns insights, digamos, semana de alguma coisa, aí a turma entra com um discursinho e com pouco tempo desaparece. Mas, no geral, eu acho que as descobertas acontecem entre os alunos mesmo, dentro da escola. Entretanto, entre os professores e o corpo gestor em relação ao tema eu não vejo abertura não.

Desde 1998, o MEC (Ministério da Educação) aprovou e divulgou os Parâmetros Curriculares Nacionais/PCNs, que são referências orientadoras para o Ensino Fundamental e Médio no Brasil. Nos parâmetros, há os temas transversais, separados por áreas: Ética, Orientação Sexual (corpo: matriz da sexualidade, relações de gênero, prevenções das infecções sexualmente transmissíveis), Meio Ambiente, Saúde (autocuidado, vida coletiva), Pluralidade Cultural, Trabalho e Consumo. Segundo Vianna (2012), esses parâmetros ainda estão longe de serem abordados na escola quanto às questões de gênero e sexualidade, a autora apontou que o tema ainda é um grande tabu. Dessa forma, percebemos que a escola é um ambiente reprodutor de barreiras atitudinais, pois nega aos estudantes a reflexão dos direitos sexuais.

Como nosso modelo de escola a formação é mais voltada para o mercado de trabalho. Acredito que esse discurso ainda não tem um viés ainda central ou que tenha ênfase no currículo escolar. As descobertas dos meus colegas se deram muito extraescola. É de suma importância que a escola fale de sexualidade e inclua a pessoa com deficiência, (...) Mostrar que a pessoa com deficiência tem sexualidade. E é uma pessoa como qualquer outra quanto à sexualidade, aos seus desejos, seu posicionamento, suas vontades, fetiches, fantasias, tem tudo que uma pessoa possa ter. A sexualidade fica comprometida se a escola não aborda esses discursos. A pessoa com deficiência vai estar dentro da escola, mas, se a escola não mostra as potencialidades, as limitações não, porque as limitações nós já sabemos, e que, às vezes, é um discurso errôneo que só faz propagar preconceitos.

A partir dessas afirmações, portanto, observamos a urgência de debates mais amplos sobre a temática da barreira atitudinal, pois estas limitam, excluem, prejudicam e marginalizam a pessoa com deficiência e, além disso, evidenciam as diferentes formas de exclusão social.

Considerações Finais

Nesse texto, discutimos as barreiras atitudinais enfrentadas pela pessoa que usa cadeira de rodas no âmbito da sexualidade em diferentes disposições sociais. A partir das experiências de um entrevistado, aventamos sobre o gênero, a sexualidade e a pessoa com deficiência. Uma vez que, entrevistamos apenas um sujeito, não foi possível conclusões generalistas, mas suscitar perspectivas para novos estudos sobre a temática. Chamamos a atenção para a escassez de estudos com essa abordagem, percebemos que o sujeito em

A PESSOA EM CADEIRA DE RODAS: discutindo sexualidade e barreiras atitudinais

cadeira de rodas enfrenta uma grande invisibilidade quando o assunto é gênero e sexualidade, acarretando a presença de inúmeras barreiras atitudinais. Os relatos do entrevistado evidenciaram angústias e revoltas por viver em um contexto social que materializa e reforça estigmas através de atitudes e discursos (BOURDIEU, 2017). Ao chamar a atenção para o ambiente escolar, em alguns momentos do estudo, destacamos que este deveria proporcionar mais reflexões sobre o tema da pluralidade humana e a sexualidade. Percebemos que essa temática é ainda um tabu.

Destacamos que as nove barreiras atitudinais descritas aqui surgem fortemente, tolhendo as possibilidades de o indivíduo ter uma vida mais digna. Prejudicam também as pessoas que não possuem deficiência, uma vez que algumas criaram em si a barreira atitudinal de rejeição. Além disso, muitos elos afetivos deixam de se efetivar pela ausência de conhecimentos sobre o assunto. A pessoa em cadeira rodas internaliza os discursos e atitudes opressoras de tal forma que ela passa a se ver com menos valia. O machismo foi evidenciado como um dos fatores centrais nessa autodesvalorização, atingindo mulheres e homens, em uma perspectiva depreciativa, limitante da sexualidade. Observamos, na pesquisa, que a mulher enfrenta ainda mais estereótipos que o homem, pois o “modelo” de beleza feminino gera maiores exigências na possibilidade de um envolvimento amoroso.

Por outro lado, o homem com lesão medular, ou algum tipo de disfunção erétil/ejaculação, enfrenta violentamente a barreira atitudinal de substantivação, na qual a parte “faltante” se resume ao todo, tornando a sexualidade desse homem “insuficiente” para as disposições sociais, a qual desvaloriza a pessoa com deficiência ao ponto de não enxergá-la como ser humano em sua completude. E os espaços de formação humana têm grande poder para superar a visão culturalmente construída, partindo da afirmação de Luís Fernando Veríssimo: “Você é o seu sexo. Todo o seu corpo é um órgão sexual, com exceção talvez das clavículas”. Ou seja, a sexualidade e tudo que a cerca andam conosco como uma sombra. Isso significa que o prazer não está em um órgão, pois o corpo e a mente passam por uma contínua resignificação do desejo. Segundo Tavares (2012), o enraizamento das barreiras atitudinais é denso e de difícil resolução, da mesma forma é em relação à sexualidade. Nessa perspectiva, acreditamos na importância da pesquisa para a área de educação, pois escola também é sinônimo de poder e de possibilidades de quebra de paradigmas (BOURDIEU, 1992).

Foucault, (2014, p.83), evidenciou o quanto seria prazeroso se vivêssemos em uma sociedade, parcial ou totalmente livre de barreiras atitudinais: “Descobriu-se que o ser

humano se torna neurótico porque não é capaz de suportar o grau de frustrações que a sociedade lhe impõe a serviço dos ideais culturais, e disso se conclui que suprimir ou reduzir consideravelmente essas exigências significaria um retorno à possibilidade de ser feliz”. Este estudo, de certa forma, é um alerta para o entendimento de que a pessoa com deficiência precisa ser repensada na sociedade em geral. E que, para isso, a academia, sobretudo as pesquisas educacionais, deve assumir o compromisso com a sociedade produzindo materiais para provocar novas reflexões, preocupando-se com uma perspectiva *includente*.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan. 2005. ISSN 1806-5023. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

BRASIL, Decreto nº 5.296 de 2 de Dezembro de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm> acesso em 14/04/2016 às 23:43.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 4.ed. Trad. de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Edições BestBolso, 2017.

BOURDIEU, J. **A reprodução** – 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BOURDIEU, P. F. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: EDUSP, 2008.

CALLIGARIS, Contardo. - **A adolescência**. 2 ed. - São Paulo: Publifolha, 2009.

CARVALHO, V. B. C. **Desenvolvimento humano e Psicologia**. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

COSTA, Elis; OLIVEIRA, Kênia. **A sexualidade segundo a teoria psicanalítica Freudiana e o papel dos pais neste processo**. Revista Eletrônica do curso de Pedagogia do campus Jataí - UFG, 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/rir/article/viewFile/20332/19287>> acesso em 12/06/2017.

DUARTE, Rosália. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. Educar, Curitiba, n.24, p.213-225, 2004. Disponível em: <<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/T25SF/Sandra/Entrevistas%20em%20pesquisas%20qualitativas.pdf>> acesso em 26/01/17;

A PESSOA EM CADEIRA DE RODAS: discutindo sexualidade e barreiras atitudinais

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1:** a vontade de saber. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GOFFMAN, E. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Mathias Lambert (Trad.). Ano de digitalização, 2004. Ano de publicação, 1891 Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/92113/mod_resource/content/1/Goffman%3b%20Estigma.pdf> Acesso em 20/01/17;

HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-modernidade** 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

LETRAS, músicas. A pipa do vovô. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/marchinhas-de-carnaval/497935/>> Acesso em 24/06/2017 as 15:54m

KD FRASES. Luiz Fernando Veríssimo, você é o seu sexo. Disponível em <<http://kdfrases.com/frase/106019>> acesso em 28/06/2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado, pedagogias da Sexualidade.** 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LUCIDO, Valéria Aliprandi. **Manifestações de violência no cotidiano de mulheres cadeirantes:** um olhar inovador para a Enfermagem. Rio de Janeiro: O autor, 2014.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. **Sexualidade e deficiências** São Paulo: UNESP, 2006.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiências. [online]. 2010, vol.16, n.2, pp.159-176. ISSN 1413-6538. <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382010000200002>>

MANZINI, Eduardo José. **Entrevista semi-estruturada:** análise de objetivos e de roteiros. Depto de Educação Especial do Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Estadual São Paulo (UNESP), Marília, SP. 2004. Disponível em <https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini_2004_entrevista_semi-estruturada.pdf>. Acesso em 28.09.20

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de caso:** uma estratégia de pesquisa. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MELO, Zélia Maria. **Violencia y familia:** supervivencia en la casa y en la calle. Espanha: Universidad de Deusto, Bilbao, 1999. (Tese, Doutorado em Psicologia).

OMS. Saúde sexual e reprodutiva. Disponível em: <http://www.who.int/reproductivehealth/topics/sexual_health/shdefinitions/en/index.html> Acesso em: 11 outubro de 2016.

PARKER, Richard. **Corpos, prazeres e paixões**: cultura sexual no Brasil contemporâneo. São Paulo: Best Seller, 1991.

RIBEIRO, E. N; SIMÕES, J. L; PAIVA, F. S. Inclusão escolar e barreiras atitudinais: um diálogo sob a perspectiva da sociologia de Pierre Bourdieu. **Revista Olh@Res**, São Paulo, v 5, n. 2, 2017. DOI: <https://doi.org/10.34024/olhares.2017.v5.669>. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/olhares/article/view/669/252>. Acesso em: 26 maio 2019.

SILVA, Vilma Maria da. **Percepções de adolescentes escolares sobre a iniciação sexual**. Recife: O autor, 2013.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Nada sobre nós, sem nós**: da integração à inclusão – Parte 1. Revista Nacional de Reabilitação, ano X, n. 57, jul./ago. 2007, p. 8-16.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Terminologia sobre deficiência na era da Inclusão**. Sem ano. Disponível em: <https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/TERMINOLOGIA_SOBRE_DEFICIENCIA_NA_ERA_DA.pdf?1473203540> acesso em 06/06/17.

STREY, M. N. KOHN, K. C. (2012). **Nas Trilhas (des)conhecidas da saúde**: a política pública de saúde para os homens no Brasil. *Psicología, Conocimiento y Sociedad*, 2(2), 220-239. Disponible en: <[www.http://revista.psico.edu.uy](http://revista.psico.edu.uy)>

TAVARES, Fabiana Tavares dos Santos Silva. **Educação não inclusiva**: a trajetória das barreiras atitudinais nas dissertações de educação do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFPE). Recife: O autor, 2012.

VIANNA, Claudia. **Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação**: um diálogo com a produção acadêmica. Pro-posições: Campina, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v23n2/a09v23n2.pdf>> acesso em 26/06/2017.

Maria Aparecida de Oliveira Souza¹

RESUMO:

Neste artigo, analisamos aspectos das lideranças e o protagonismo feminino em algumas comunidades quilombolas de Pernambuco, destacaremos de início as narrativas das mulheres que nomearemos de mitos fundadores que darão sustentação a continuidade das lutas pela conquista dos seus territórios e justifica o reconhecimento da comunidade como “remanescente de quilombo”, em seguida analisaremos a participação das “mais novas” guardiãs, que politicamente atuaram para reconhecimento e reafirmação da identidade quilombola, e foram nomeadas por alguns como “as donas dos quilombos”. Essas mulheres se deslocaram do quilombo para o mundo tornando-se, portanto referência para o movimento quilombola.

Palavras – chave: Mulheres. Identidade. Quilombo

THE FOUNDING MYTHS, NARRATIVES AND “THE OWNERS OF THE QUILOMBOS”

ABSTRACT:

In this article, we analyze aspects of leadership and the feminine protagonism in some quilombola communities of Pernambuco, we will initially highlight the narratives of women that we will name as founding myths that will sustain the continuity of the struggles for the conquest of their territories and justify the recognition of the community as a "quilombo remnant", then we will analyze the participation of the "youngest" guardians, who politically acted for the recognition and reaffirmation of quilombola identification, and were named by some as "the owners of the quilombos". These women have moved from the quilombo to the world becoming, as a result, a reference for the quilombola movement.

Keywords: Women. Identity. Quilombo

LOS MITOS FUNDADORES, NARRATIVAS Y “LOS DUEÑOS DE LOS QUILOMBOS”

Resumen: En este artículo analizamos aspectos de liderazgo y protagonismo femenino en algunas comunidades quilombolas de Pernambuco, destacaremos las narrativas de mujeres que nombraremos como mitos fundadores que apoyarán la continuidad de las luchas por la conquista de sus territorios y justificar el reconocimiento de la comunidad como un “remanente quilombo”, luego analizaremos la participación de los guardianes “más

¹ Doutora, Professora da Secretária de Educação e Esporte de Pernambuco, Professora da Faculdade de Ciência e Tecnologia Professor Dirson Maciel de Barros/FADIMAB

Cidoka.cida@hotmail.com

jóvenes”, quienes actuaron políticamente para reconocer y reafirmar la identidad quilombola, y fueron nominados por algunos como “los dueños de los quilombos” . Estas mujeres se trasladaron del quilombo al mundo, convirtiéndose así en un referente del movimiento quilombola.

Palabras clave: Mujeres. Identidad. Quilombo

Introdução

As reivindicações históricas das mulheres quilombolas são pela garantia da dignidade e da resistência contra a exclusão social, racial e a defesa dos seus territórios ancestrais. O objetivo desse estudo foi analisar aspectos das lideranças e do protagonismo feminino nas Comunidades Quilombolas de Pernambuco, enquanto experiência coletiva e observando o lugar que ocupa esses sujeitos enquanto indivíduos. O artigo inicialmente se propõe fazer um levantamento da trajetória das mulheres quilombolas, analisando suas conquistas e resiliências, iniciada com o percurso que tiveram que caminhar pela regularização de seus territórios e pela manutenção da memória coletiva.

Michelle Perrot apontou que “o silêncio é o comum das mulheres” e que a falta de informações sobre as mesmas levam a construção de discurso que mais são frutos da imaginação, do que representações do real, para a autora, “as mulheres são mais imaginadas do que descritas ou contadas, e fazer a sua história é, antes de tudo, inevitavelmente, chocar-se contra este bloco de representações que as cobre e que é preciso necessariamente analisar” (PERROT, 2005, p. 9-11).

O termo “mulher” pouco significa na representação das diversidades dos sujeitos, nós somos mulheres, mas não somos apenas isto, ou melhor, “se alguém ‘é’ uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é” (BUTLER, 2003, p. 20).

Esses discursos se reverberam na análise de Perrot desde o século 19:

Tomam nota de muito pouco do que tem o traço das mulheres, categoria indistinta; destinada ao silêncio. Se o fazem, quando observam a presença feminina em uma manifestação ou reunião, recorrem aos estereótipos mais conhecidos: mulheres vociferantes, megeras a partir do momento em que abrem a boca, histéricas, assim que começam a gesticular. A visão das mulheres age como um pisca-pisca: elas são raramente consideradas por si mesma, mas bem mais frequentemente com sintomas de febre ou de abatimento (PERROT, 2005, p. 33-34).

Nós as mulheres não somos uma substância ou um dado pronto e acabado, somos sujeitos construídos por práticas historicamente situadas. “E o que me interessa é, precisamente, a constituição histórica dessas diferentes formas do sujeito, em relação aos Jogos de verdade” (FOUCAULT, 1984, p. 7)²

Neste sentido Margareth Rago acrescentou que “os objetos históricos assim como os sujeitos emergiam aqui como efeitos das construções discursivas, ao invés de serem tomados como pontos de partida para a explicação das práticas sociais” (1995, p. 71). Portanto, o discurso “não é aqui pensado como signo, elemento signifiante que remeteria a conteúdos ou a representações, como se fosse ‘expressão do real’ (Ibidem, p. 74)³.

É importante analisar em que jogo de verdade as mulheres lideranças quilombolas entraram na ordem do discurso para se constituírem enquanto figuras sociais, em quanto sujeitos de direitos, quais estratégias foram utilizadas para entrarem no processo de construção identitária, “num mundo que certamente aprendeu com Foucault que as essências e as identidades naturais são uma ficção e não uma realidade empírica” (Ibidem, p. 80).

Quando se fala das mulheres quilombolas, é necessário adentrarmos numa análise ainda que breve do lugar de fala dessas mulheres, ou seja, as comunidades quilombolas, para a posteriori analisar as questões de gênero, raça⁴ e a construção da identidade quilombola.

Partindo do pressuposto que o gênero é uma construção, e deve ser compreendido como experiência sociocultural, por isso, não pode ser naturalizado, tornando-se necessário, então, historicizar as condições das mulheres e dos homens quilombolas enquanto protagonistas de suas histórias. Portanto, o que nos interpela e impulsiona o presente artigo, é problematizar as experiências desses sujeitos no sentido de entender como questões relativas à heterotopia⁵ feminina foram e são construídas no cotidiano dessas comunidades.

² Disponível em: http://escolanomade.org/wp-content/downloads/foucault_%20etica_cuidado_si.pdf. Acessado em 20 de abril 2020.

³ Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v7n1-2/0103-2070-ts-07-02-0067.pdf>. Acessado em: 20 de abril de 2020

⁴ O termo “raça” é entendido como um construto social, mas que permanece no imaginário. Para Elisa Larkin Nascimento “a pretensão de eliminar o termo ‘raça’ do vocabulário científico e popular resume-se a um utópico e fantasioso engano, pois mesmo eliminando o vocabulário no imaginário social, as diferenças físicas visíveis continuariam a ser tipificadas e interpretadas pelo senso comum que constrói socialmente as ‘raças simbólicas’”. (2003, p. 47-48). SCHWARCZ, Lilia Mortiz; QUEIROZ, Renato da Silva (Orgs.). **Raça e diversidade**. São Paulo: Edusp/Estação Ciência, 1996.

⁵ Michel Foucault no texto discutiu o conceito de heterotopia. A palavra heterotopia é composta do prefixo *heteros* com origem no grego, significando o diferente e está vinculado a palavra *alter* (o outro). A

Um dos aspectos primordiais na história em questão reside na capacidade de resistência e mobilizações sociopolíticas da comunidade, na persistência desse povo que, ao mesmo tempo, em que era visto como diferente e tratado como desigual, conseguiu manter-se no território, valorizar-se enquanto negro e ser reconhecido legalmente como “comunidade remanescente de quilombo”. Mulheres que, na multiplicidade das experiências constitutivas de suas subjetividades, exerceram a posição de sujeitos ao atuarem como articuladoras das ações da comunidade, trabalhadoras rurais, artesãs, mães, esposas, educadoras, políticas, articuladoras das ações da comunidade, destacando enfim, várias dimensões de suas histórias.

Heleieth Iara Bongiovani Saffioti explicita que “se é verdade que a ordem patriarcal de gênero não opera sozinho, é também verdade que ela constitui o caldo de cultura no qual tem lugar a violência de gênero, a argamassa que edifica desigualdades variadas, inclusive entre homens e mulheres” (2002, p. 8). Essas desigualdades têm influenciado historicamente a vida das mulheres e aparece de forma mais relevante quando somada as situações sociais e econômicas, aparecendo de forma mais acentuada em se tratando de mulheres negras e quilombolas.

Neste sentido, vale apenas destacar como essas mulheres vivendo em comunidades quilombolas e assumindo tal identidade tem investido no processo de construção de forma diferente de vida onde sejam respeitadas como sujeitos. É entender “as experiências constitutivas das mulheres que são presididas por várias representações como as de etnia, raça, gênero, geração, terra, trabalho, entre outras. Representações que funcionam muitas

palavra *topia* significa lugar, espaço. Então, heterotopia significa o espaço do outro. Assim definida por Foucault: “Há, igualmente, e isso provavelmente em qualquer cultura, em qualquer civilização, lugares reais, lugares efetivos, lugares que são delineados na própria instituição da sociedade, e que são espécies de contra posicionamentos, espécies de utopias efetivamente realizadas nas quais os posicionamentos reais, todos os outros posicionamentos reais que se podem encontrar no interior da cultura estão ao mesmo tempo representados, contestados e invertidos, espécies de lugares que estão fora de todos os lugares, embora eles sejam efetivamente localizáveis. Esses lugares, por serem absolutamente diferentes de todos os posicionamentos que eles refletem e dos quais eles falam, eu os chamarei, em oposição às utopias, de heterotopias; e acredito que entre as utopias e estes posicionamentos absolutamente outros; as heterotopias, haveria, sem dúvida, uma espécie de experiência mista, mediana, que seria o espelho. O espelho. Afinal, é uma utopia, pois é um lugar sem lugar (FOUCAULT, 1984, p. 415). Disponível em: <http://www.uesb.br/eventos/pensarcomfoucault/leituras/outros-espacos.pdf>. Acessado em: 08 jan. 2017. FOUCAULT, Michel. O corpo utópico, as heterotopias. São Paulo: n-1 Edições, 2013a. _____. As palavras e as coisas. São Paulo: Martins Fontes, 2007. _____. História da sexualidade, vol. I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2013.

vezes como redutores, minimizando as suas atuações como mulheres políticas e economicamente ativas” (SOUZA, 2006, p. 14).

Precisamos compreender os processos históricos que, por meio do discurso, posicionam sujeitos e produzem suas experiências, pois, para Joan Scott, “não são os indivíduos que têm experiência, mas os sujeitos é que são constituídos através da experiência” (SCOTT, 1999, p. 27). Portanto, a experiência não é origem de explicação, evidência autorizada, mas aquilo que se quer explicar, aquilo por meio do qual se produz conhecimento.

Essa análise tenta perceber em que medida as práticas discursivas das mulheres quilombolas instituem significações inovadoras na ordem do discurso, pois segundo Eni P. Orlandi “saber como os discursos funcionam é colocar-se na encruzilhada de um duplo jogo da memória: o da memória institucional que estabiliza, cristaliza e, ao mesmo tempo, o da memória constituída pelo esquecimento, que é o que torna possível o diferente, a ruptura, o outro” (ORLANDI, 2003, p.10).

Que lugar ocupam essas mulheres em suas comunidades e são respeitadas por liderarem, em uma sociedade machista e branca? Como essas mulheres politicamente empoderadas⁶ experienciam em suas vidas as relações entre o público e o privado?

Vislumbrando quebrar o silêncio sobre as mulheres quilombolas e ainda questionando algumas formas pejorativas pela qual tem sido abordada nas mídias e muitas vezes também nos discursos científicos, recorreremos às práticas discursivas das mulheres lideranças quilombolas que participam ativamente do movimento quilombola. A partir do entendimento de que, é preciso repensar as categorias fixas dividindo a humanidade em polos distintos com funções e comportamentos específicos através de outras identificações e outras subjetividades – interrogando o esquema androcêntrico e racista naturalizado. As

⁶ O conceito de empowerment surge nos Estados Unidos e a partir da segunda metade do século XX, passa a expressar a luta por direitos civis de negros, mulheres e homossexuais. Porém é um conceito que advém dos EUA e é lógico que carrega os sentidos daquela realidade e cultura. Freire nos propõe avançar na discussão sobre o termo e argumentou que: “mesmo quando você se sente, individualmente, mais livre, se esse sentimento não é um sentimento social, se você não é capaz de usar sua liberdade recente para ajudar os outros a se libertarem através da transformação global da sociedade, então você só está exercitando uma atitude individualista no sentido do empowerment ou da liberdade (FREIRE & SHOR, 1986, p. 71). Nesta mesma direção as feministas explicitaram: “o termo empoderamento se refere a uma gama de atividades, da assertividade individual até à resistência, protesto e mobilização coletivas, que questionam as bases das relações de poder”. (BATLIWALA, 1994, p. 130).

mulheres negras quilombolas enfrentam, no seu cotidiano, experiências de preconceito e discriminação raciais, daí a importância de destacar mulheres quilombolas que se apresentam como protagonistas na luta buscando garantir os direitos fundamentais do seu povo.

Para realização desse estudo, além de recorrermos à bibliografia histórica existente, procuramos apoio nos diversos estudos antropológicos e sociológicos em suas diferentes abordagens, que trataram das questões de gêneros, falando das mulheres de forma geral e das questões relativas à identidade quilombola que tratam das mulheres quilombolas de forma específica.

Recorremos também às fontes impressas a exemplo das dissertações e teses sobre os quilombos em Pernambuco e o memorial de algumas lideranças. A partir da aplicação de entrevistas semiestruturada, com questões abertas relativas às trajetórias de vida e atuação dessas mulheres, por meio de observação participante tendo em vista que a autora além de pesquisar algumas comunidades, resultado de sua dissertação e tese de doutoramento, onde a fonte inspiradora foram comunidades quilombolas situadas no sertão de Pernambuco, a mesma conviveu desde sua mais tenra idade com a comunidade quilombola de Conceição das Crioulas. Desenvolver diversos trabalhos e acompanhar as comunidades quilombolas destacadas foi e é muito importante, no sentido de conhecer de perto as experiências, nesse processo foi interessante perceber a configuração da identidade quilombola como campo político de afirmação, como essas identidades foram sendo construídas permitindo a estes sujeitos tornarem-se visíveis.

A promulgação da Constituição Federal de 1988, de acordo com o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, os direitos territoriais das comunidades identificadas como “remanescentes de quilombos” são reconhecidos. Significativamente, podemos considerar que diante do texto normativo é possível identificar alguns elementos para a caracterização do conceito de “remanescente de quilombo”, conforme definição contida no art. 2º do Decreto Federal nº. 4887, de 20/11/2003, expressa nos seguintes termos:

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnicos-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória

histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência a opressão histórica sofrida. (Decreto Federal, 2003). § 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

Como se observa no conceito do Decreto, na interlocução desse discurso os quilombolas se enquadram como “remanescente de quilombo”, na categoria de comunidades tradicionais, uma vez que o traço essencial de sua caracterização é “a presunção de ancestralidade negra com a resistência histórica sofrida”, tendo em vista ser muito comum encontrar nessas comunidades as mesmas descendências ancestrais entre negros e índios. Destaca-se também a preservação de uma cultura com característica afro-brasileira, mantendo uma relação de parentesco e compartilhando um território e uma identidade.

O sentido de pertencimento é uma construção simbólica, conforme sublinha Sandra Jatahy Pesavento:

Enquanto representação social, a identidade é uma construção simbólica de sentido, que organiza um sistema compreensivo a partir da ideia de pertencimento. A identidade é uma construção imaginária que produz a coesão social, permitindo a identificação da parte como todo, do indivíduo frente a uma coletividade, e estabelece a diferença. A identidade é relacional, pois ela se constitui a partir da identificação de uma alteridade. Frente ao eu ou ao nós do pertencimento se coloca a estranheiridade do outro (Pesavento, 2003: 89-90).

Entendemos tal como Pesavento que as identidades é uma “construção simbólica de sentido”, uma construção imaginária que produz, ou não, a coesão social, mediante um processo de negociação no qual os seus detentores buscam atributos e características valorizadas que resultem tanto em autorreconhecimento como em reconhecimento social.

Para essa análise iremos considerar o que escreveu Michel Foucault (1997, p. 55):

Definir esses objetos sem referência ao fundo das coisas, mas relacionando-os ao conjunto de regras que permitem formá-los como objeto de um discurso e que constituem, assim, suas condições de aparecimento histórico; fazer uma história dos objetos discursivos que não os enterre na profundidade comum de um solo originário, mas que desenvolva o nexo das regularidades que regem sua dispersão.

O autor convida a renunciar da “infinita continuidade do discurso e sua secreta presença no jogo de uma ausência sempre reconduzida” (Ibidem, p. 28). É o que tentaremos em relação às lideranças quilombolas. Porém, consideramos historicizar algumas situações importantes, não por representarem a fonte explicativa das histórias do presente, mas para compreender “o nexos das regularidades que regem sua dispersão”.

Para tanto foram escolhidas algumas mulheres que são lideranças quilombolas e que incansavelmente estão presentes nas diversas regiões do estado, reivindicando seu reconhecimento e o direito de permanecer nas terras dos seus ancestrais. É entender quem são as lideranças quilombolas nessas regiões e qual é a sua relação com seu corpo, sua família e nas mobilizações pela conquista da territorialidade⁷.

Os discursos das ativistas negras, nesse contexto, realizam-se com base nas representações sociais que os informam sobre seu lugar no mundo, possibilitando-lhes que falem desse lugar, embora, às vezes, possam fixar tais representações em uma identidade sexual e racial. O conhecimento desse lugar e a percepção da condição de marginalização e de invisibilidade seriam fundamentais para compreender a força feminina das negras quilombolas, auto identificadas como tais na formação dos quilombos em Pernambuco.

Nos processos de mobilizações pelo reconhecimento dos direitos nos propomos analisar como as mulheres lideranças quilombolas fazem a diferença. Tendo em vista que historicamente esses sujeitos ocuparam na sociedade a posição de não sujeitos, aqueles que estiveram sempre na fronteira entre o visível e o invisível. Portanto, evidenciar essas transgressões, “no que se refere à produção dessa história, é o que nos impulsiona a enfrentar esse desafio, de buscar entender qual é esse novo jeito que essas mulheres desenvolveram para pensar e repensar suas vidas” (SOUZA, 2013, p.116).

⁷ Para melhor entendimento do conceito consulte: ALMEIDA, Alfredo W. B de. **Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais**. R. B. Estudos Urbanos e Regionais S V. 6 , N. 1 / MAIO 2 0 0 4. Disponível em: http://www.ppgcspa.uema.br/wp-content/uploads/2017/07/Alfredo-Wagner-B-de-Almeida_Terras-Tradicionalmente-Ocupadas.pdf. Acessado em: 22 fev. 2020. HAESBAERT, Rogério. **Dos Múltiplos territórios à multiterritorialização**. I Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades. Porto Alegre: UFRGS/ULBRA/AGB, 2004. BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de Novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm. Acessado em: 27 de fev. 2020.

A linguista Orlandi, sugeriu que “os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só das intenções dos sujeitos” (2003, p. 30). Ao observar as práticas das mulheres quilombolas e atuação no Movimento Quilombola é importante analisar como esse movimento foi aspecto signifiicante na construção desse sujeito político, e desestabilizador ou não da condição de “assujeitamento” das mulheres lideranças quilombolas.

É sob essa noção de historicidade que procuramos responder ao desafio de tentar perceber como ocorreu a constituição de perfis, como se engendrou tal singularidade. Nesse esforço de análise, a evidência de que as mulheres das diversas comunidades quilombolas vêm liderando, nos últimos 15 anos, as mobilizações pelo direito a terra e, nessas mobilizações, vem se processando, simultaneamente, a construção/reconstrução de uma identidade étnica e sociocultural na qual as mulheres da comunidade se enquadram, se identificam como integrantes que compartilham de um repertório comum e, ao mesmo tempo, como pessoas, com subjetividades singulares, uma moldura que as aprisionam e também as protege como grupo, enquanto uma coletividade.

É relevante registrar e analisar a significativa participação e atuação das mulheres quilombolas nessas regiões como expressão da capacidade organizativa desses sujeitos sociais, indicador da não submissão à condição de papéis “generizado”⁸. Assim, esse cotidiano de reinvenção das inúmeras experiências desses sujeitos será interpretado e evidenciado com o objetivo de demonstrar que houve um processo cumulativo nessa forma de resistir. Para Orlandi “nessa passagem do sem-sentido para o sentido, produzida nesses lugares, não estamos pensando a história dos fatos, e sim o processo simbólico, no qual, em grande medida, nem sempre é a razão que conta: inconsciente e ideologia aí significam” (2003, p. 13). No imaginário das comunidades quilombolas as construções dos mitos fundadores darão significação as suas histórias e “esse dizer irrompe no processo significativo de tal modo que pelo seu próprio surgir produz sua memória” (Idem , Ibidem).

⁸ Utilizo o termo “generizado”, como papéis sociais marcado por especificidade de gênero, como por exemplo ser mãe, ser parteira, ser professora dos anos iniciais, entre outros, nos quais a própria diferença sexual pudesse ser afirmada e analisada.

Por meio dos relatos orais, tal tradição foi afirmada, preservada e transmitida de geração em geração. Estas primeiras “posseiras” se miscigenaram com indígenas e em alguns casos, fundaram depois de muita luta uma comunidade que, apesar de sua vulnerabilidade, consolidou-se. Na tradição oral da comunidade quilombola de Conceição das Crioulas tudo começou: “no início do século XIX, seis mulheres negras e livres: Mendeça Ferreira, Chica Ferreira, Francisca Presidente, Matilde, Romana e Germana, chegaram nessa região, fixando morada e vivendo em harmonia com os índios da etnia Atikun, nativos da região” (Jornal Crioulas, 2003, p. 2).

A narrativa credita a fundação da comunidade às seis mulheres negras. Esse processo de instalação do discurso fundador são elementos significantes:

A tradição ressemantizada das ações de mulheres negras e livres, ligadas por relações de parentesco e pelo objetivo comum de terem sua terra, seu próprio lugar, são elementos significantes nas construções identitárias da comunidade, atuam como catalizadores no engendramento do sentimento de pertencimento que une os membros da comunidade (SOUZA, 2006, p. 67).

Pode-se acompanhar esse movimento da tradição reafirmando quem de fato são os donos da terra, resistindo ao apagamento da memória e lhes atribuindo significados outros, podemos dizer que são os anunciados dos discursos fundadores que ecoa aqueles que vão nos inventando um passado inequívoco “o que vale é a versão que ‘ficou’” (ORLANDI, 2003, p. 12).

Elas arrendaram e pagaram as terras aos reis, né? Aí fiando aqui muito algodão e aquilo juntaram os fios de algodão e foram para pagar em Flores. Sabe?... Aí eu perguntei a minha vó 'e a renda foi paga aos reis?' E me diga: e mora reis aqui na corte? Lá... parece que ela falava no Rio de Janeiro, se não me engano ela falava assim. E me diga, cadê a escritura da terra? E ela falou: 'a escritura pode procurar no livro do Tombo'. Agora eu não entendo o que é isso aí! Quem entende, compreende, no livro do Tombo. E eu perguntei: e onde é o livro do Tombo? - É no tribunal dos reis (...) (SILVA, apud SOUZA, 1998, p. 24-25)

A reafirmação do mito fundador “é memória temporalizada, que se apresenta como institucional, legítima” (Orlandi, 1993, p. 13). As mulheres adquirem legitimidade nos seus discursos, pois afirmam que pagou as terras com o seu trabalho ao rei. É esse o discurso feito por Dona Maria Emília da Silva (Liosa), e outras pessoas mais velhas da comunidade. “As

mulheres arrendaram a terra, trabalharam e pagaram ‘ao rei’, o que torna sua ação inquestionável e impossível de ser anulado, com foros de direito inalienável” (SOUZA, 2006, p. 70). Desta forma, pode-se dizer “que os primeiros moradores de Conceição das Crioulas pertenciam a alguma tribo matrilinear, já que a história é toda contada a partir da ação das mulheres” (BARBOSA, 1997: 6).

Marta de Oliveira Antunes ao pesquisar a comunidade quilombola de Conceição das Crioulas fez um recorte por geração para melhor entender o processo de organização e participação da comunidade, os sujeitos foram divididos em três grupos e denominados de: “os ‘mais velhos’, os ‘mais novos’ e os demais” (ANTUNES, 2016, p. 31). Empregaremos como referencia essa divisão, mas não como modelo para posicionar os indivíduos nas diferentes temporalidades, mesmo porque o conhecimento dessa pesquisadora em relação à comunidade se deu em outras ocasiões, portanto seguindo essa lógica iremos nomear “os mais velhos” de as guardiãs da memória e de mitos fundadores, seguindo o tempo histórico das narrativas e experiências.

A partir de então, tentaremos fazer uma cartografia da memória afetiva e política das comunidades quilombolas, destacando-se os casos em que o espaço ocupado por mulheres na comunidade geram novas perspectivas, rompendo com a invisibilidade, retomando a história passada e reconstruindo-as no presente. Para essa análise por uma questão de limite desse artigo, ressaltam-se quatro comunidades quilombolas por considerar que as mulheres nestes quilombos tem uma liderança inquestionável e também por serem as comunidades que mais tivemos acesso às informações.

Inicialmente serão destacadas as narrativas dos mitos fundadores que darão sustentação a continuidade das lutas pela conquista dos seus territórios, em seguida analisase a participação das “mais novas” guardiãs que politicamente atuaram para reconhecimento e reafirmação da identidade quilombola, que foram nomeadas por alguns como “as donas dos quilombos”.

Na memória afetiva o quilombo de Conceição das Crioulas reafirma a luta pela conquista do território, primeiro foi às seis negras fundadoras, Mendeça Ferreira, Chica Ferreira, Francisca Presidente, Matilde, Romana e Germana, dando prosseguimento surge outro personagem “Agostinha era mulher forte e dedicada nas luta da comunidade” ((Jornal Crioulas, 2005: 7). “Circular a imagem forte de Agostinha Cabocla é investir na força da

tradição das fundadoras, é construir uma imagem de comunidade que, em sua singularidade, tem a força de mulheres como Agostinha” (SOUZA, 2006, p. 75).

Dona Firmiana Marcionila, conhecida como Ana Belo, na época com 84 anos, enumera as razões e as descendências que conferem sentido de pertencimento aquela comunidade:

Nós aqui nem somos índio puro nem negro puro é braiado negro com índio, porque os pais da gente uns era negro e outros era índio, minha mãe era caboclinha, mãe era cabocla e o pai dela era negro, minha mãe nasceu aqui na Conceição, quando eu me entendi ó, minha bisavó era veinha, já caducando, emboladinha e ela já nasceu aqui, o nome dela era Martinha e a gente chamava ela de Iaiá, minha vó era Hermínia e minha mãe Marcionila (Marcionila, 2005)⁹.

Investidas das autoridades de guardiãs da memória merece destaque Dona Maria Emília da Silva (Liosa), 76 anos e Dona Antônia 69 anos que confirmou o pertencimento pela relação de parentesco ao dizer “somos casca do mesmo pau”. Outras guardiãs da memória tem sua importância na preservação da história dessa comunidade, mas esse espaço não permite reverenciar a todas. Apresentam-se então as responsáveis pela importância política do reconhecimento da comunidade como “remanescente de quilombo”, essa entrevista fala por si:

Givânia sempre foi muito assim, ela sempre teve o poder de comunicação muito grande e também ela logo cedo ela era professora na comunidade, professora sempre tinha um respeito muito grande pela comunidade, então foi fácil para ela chegar na comunidade[...] Foi assim que a gente foi começando a ficar por dentro da história do que era, do que é ser quilombo [...]Mas daqui da comunidade, pode ser que tenha outras pessoas que tenha outra ideia, mas para mim a pessoa principal foi Givânia que deu essa boa nova e fez a gente despertar, deu esse acorda para Jesus. (Maria Aparecida Mendes da Silva, E. 01/07/2011) (Apud ANTUNES, 2016, p. 86).

Observa-se como a comunidade credita a Givânia a principal capacidade de despertar nas pessoas mais jovens da comunidade a consciência política para assumir a

⁹ Entrevista feita por Maria Aparecida de O. Souza em 2005, para a dissertação do Mestrado.

identidade quilombola e a luta pelo reconhecimento do direito a sua territorialidade. A própria pessoa que deu essa entrevista, Maria Aparecida Mendes, assim como Valdecir, Maria Santos, Roseane e Fabiana é a representação da força do presente na comunidade que leva a ala feminina a se posicionar como sujeito da sua própria história, elas como muitas outras são denominadas como “as donas do quilombo”. Assim, como essas mulheres, podemos citar outras de outros quilombos, as quais serão apresentadas a seguir.

A comunidade quilombola de Trigueiros fica localizada a 11 km da sede do município de Vicência, Zona da Mata Norte de Pernambuco. Nesta comunidade as mulheres ao rememorar sua história encontram a substância que dá legitimidade a identidade quilombola. Mulheres que se tornaram responsáveis pela trajetória de reorganização social da comunidade. Um dos mitos fundadores seria a mãe de Sebastião Carreiro que tem seu nome silenciado na história. “Ao tratar sobre a história do Sebastião Carreiro, ele (Seu Goiô) traz a mãe do Sebastião Carreiro como protetora na estrutura escravocrata” (SILVA, 2020, p. 35).

Outra importante guardiã das memórias foi Dona Emília Dionila da Costa, conhecida como Dona Mila, nascida em 14 de março de 1904, segundo a memória seus pais eram descendentes de escravos e ela desde criança cuidava dos filhos das sinhás nos engenhos que rodeavam Trigueiros. Faleceu com 108 anos em 05 de julho de 2012, gostava de contar as histórias de sua vida com isto contribuía para salvaguardar a história da comunidade¹⁰. Desfrutamos do prazer de conhecer a sua filha Dona Odete que falou do preconceito que o povo da circunvizinhança tinha com o povo de Trigueiros, pois sua mãe contava “que quando alguém de Trigueiros chegava em outras localidades e pedisse um copo d’água, falando que morava em Trigueiros, ninguém dava, por ser conhecida como ‘terra decatimbozeiro’.

Mais uma “guerreira” da comunidade foi Maria Felix da Silva, ou como era conhecida Dona Nicota. Viveu “parte da vida na serra, mas com a morte de seu pai, ela, sua mãe e seu irmão, foram expulsos de sua casa, da terra que pertencia a seu pai, por um proprietário de engenho” (SILVA, 2017, p. 22). Isso fez com que sua família viesse morar em Trigueiros. Outras mulheres tiveram grande importância, como Dona Dorinha foguista, sua mãe Dona Nila, Dona Iraci, Dona Inês, Dona Benedita Maria da Silva, entre outras. O fortalecimento das mulheres que hoje vivem na comunidade se alimenta dessas memórias.

¹⁰ História tirada de um Baners que está em exposição na Associação Quilombola de Trigueiros

Uma das grandes responsáveis por esse processo de luta para o reconhecimento da Comunidade de Trigueiros foi e é Edriane Cruz Barbosa. Ela contou que tudo começou com os idosos, em encontros ainda nos anos 90, sem pretensões de discutir sobre quilombo ou quilombolas. “ela retorna com o objetivo de reunir através de depoimentos gravados e escritos à história que faz conhecer Trigueiros e fundar a Associação Quilombola de Trigueiros (AQT) em 08 de fevereiro de 2008” (SILVA, 2020, p. 37). Edriane narra em uma reportagem que, “além desse trabalho de resgate de valores e costumes da comunidade, através de palestras educativas, queremos acabar com o preconceito que existe em relação a nós, aqui no município”. (Ibidem, p. 90).

Edriane juntamente com outras lideranças, mas ela como principal articuladora procura legalizar a Associação Quilombola de Trigueiros/AQT, pois essa era a condição exigida pela Fundação Palmares para o reconhecimento e identificação da comunidade como “remanescente de quilombo”. Romero Almeida da Silva, quilombola e estudioso da causa, informou que com o processo de organização “as lideranças da Comunidade de Trigueiros conseguiram alugar um pequeno espaço que abrigou a AQT entre 2008 a 2015” (Ibidem, p. 37), mas que o objetivo maior era conquistar uma casa que pertencia aos moradores do antigo engenho, por entender que era sua por direito e assim foi feito.

O objetivo desta pesquisa como já mencionado acima é trazer as mulheres que se constituíram como liderança para a conquista e reconhecimento do território e uma delas foi Edriane Cruz que tem representado o quilombo de Trigueiros tanto nacionalmente como internacionalmente. Em todas as conquistas realizadas na comunidade ela está de frente, mas existem outras mulheres na comunidade como Luciclaudia Maria da Silva, mais conhecida como Preta, considerada à poetisa de Trigueiros, que significativamente como representação da juventude trigueirense, entre outras mostra com orgulho a sua identidade quilombola:

A menina, de apenas 21 anos, escreve poesia desde os 14 e já viajou por toda a Mata Norte contando um pouco da história do lugar onde vive, com orgulho. ‘Como eu moro aqui, me reconheço como quilombola. Nossa comunidade tem uma história e nós temos que contar um pouco do que fomos’, explica ela que sonha em publicar um livro. Além do caráter histórico, percebemos nas letras de Preta uma vontade de falar também do presente. ‘Eu puxo muito pelo jeito das pessoas viverem. Falo das coisas que acontecem na cidade’¹¹

¹¹ Disponível em: <http://www.cultura.pe.gov.br/canal/nacaocultural/cultura-e-oficinas-no-quilombo-trigueiros/>

Na tentativa de trazer para o campo do dizível e minimizar os silêncios que ainda permeia sobre as ações das mulheres na história é que se evidencia mais uma comunidade quilombola e as mulheres que desempenharam diversos papéis importantes para a sobrevivência do seu povo, da sua cultura e da subsistência dos seus descendentes.

Mulheres negras, mulheres trabalhadoras rurais, mulheres educadoras, mulheres que durante muito tempo foram silenciadas e agora se ergue vociferando pelo direito a ter direito, segue trazendo as histórias de outras mulheres que lhes dão força no presente para lutar contras as injustiças historicamente sofridas pela sua comunidade, nesses gritos de alerta, nessas revoltas, as mulheres intervêm coletivamente, é com sua voz, com seu corpo, com seus envolvimento políticos, agarrando-se aos sinais de autoridades que elas enfrentam essa sociedade misógina e patriarcal. “O discurso se anula, assim, em sua realidade, inscrevendo-se na ordem do significante” (FOUCAULT, 1996, p. 49).

Neste momento trata-se da comunidade quilombola de Angico, localizada na cidade de Bom Conselho no Agreste pernambucano. Segundo a memória oral a origem da comunidade remonta ao período das fugas dos negros dos quilombos dos macacos, quilombo localizado na Serra da Barriga, negros que migraram do quilombo de Pedro Capacaça, localizado em Bom Conselho e famílias que moravam nas circunvizinhanças “que mudaram-se para cá, em busca de melhores condições de vida” (ALMEIDA e ALMEIDA, 2005, p. 2).

No início, essa história começa com o mito fundador Dona Josefa Maria da Conceição ou simplesmente, Dona Zefa Francelino, que hoje estaria com 98 anos, segundo pesquisa feita por Maria Márcia Rodrigues de Almeida e Roseane Gico Bezerra Almeida, ambas quilombolas da referida comunidade. Dona Zefa Francelino narra: “fui escolhida para narrar a história da comunidade por ser descendente dos primeiros habitantes do Angico, bem como, recordar de fatos contados por meus antepassados sobre a origem do nome e surgimento da comunidade, bem como as condições de vida da época” (Ibidem, p. 1).

Outro papel de grande importância exercido por mulheres nas comunidades quilombolas é o de parteira e benzedeira, devido a toda dificuldade que passou e passa em relação às questões de saúde, além de acreditar que é a fé um mecanismo de cura. Esse papel

nesta comunidade foi desempenhado por Dona Dionízia Correia Ramos, na época com 74 anos. Em entrevista ela informa como procedia:

Eu boto a mulher toda direitinho no canto dela e faço o toque. Na hora do parto, coloco o cordão com a oração de Nossa Senhora do Bom Parto no seu pescoço, e faço a oração do parto para que não morra de parto. Esse cordão só pode ser colocado e tirado do pescoço, por mim, e a oração do parto só é feita na hora por que é finíssima (Ibidem, p. 6).

Assim como Dona Dionízia, na comunidade existem 20 benzedeiras, uma delas é Dona Quitéria, Dona Maria Antônia da Conceição da Silva, também teve importância significativa em relação às festas tradicionais vividas pela comunidade e reafirma o seu poder de organizadora dos festejos ao dizer: “a festa de Santa Luzia já tem quatro gerações comigo. Ela era organizada por meu bisavô, depois por meus avô, que passou para o meu pai e hoje é realizada por mim” (Ibidem, p. 8), destaca-se também as danças de terreiro como o samba de coco, relatado por Dona Ana Maria da Conceição, além do reisado, dançado pelos antepassados de Dona Antônia Maria da Silva.

A partir dessas considerações, uma mulher em especial se destaca em todo processo de luta pelo reconhecimento e identificação da comunidade quilombola de Angico, por sua força e dedicação incansável pela comunidade a qual pertence, Maria Márcia Rodrigues de Almeida. É verdade que há um acúmulo e sobrecarga de atividades desempenhadas por ela desde o início do processo de identificação da comunidade como “remanescente de quilombo” o que faz ser identificada como tantas outras como “a dona do quilombo”. Márcia como normalmente é chamada, descende de uma família muito simples, mas que sempre a incentivou a estudar, tudo era muito difícil tendo as vezes que andar a pé para estudar. Porém, as dificuldades não a desestimulou e em 1992 concluiu o magistério, 1993 consegue passar em um concurso e foi ensinar na escola da comunidade, posteriormente “Houve uma reunião entre os pais e a secretaria do município para escolher uma direção para a escola, e nessa reunião eu fui escolhida”¹². É possível observar na sua história o papel importante desempenhado por Márcia na preservação dos direitos culturais e naturais de seu povo e de sua comunidade ao ressaltar que “vendo a situação de vulnerabilidade das famílias da

¹² Entrevista concedida por Maria Márcia Rodrigues de Almeida a Maria Aparecida de O. Souza em 04 de maio de 2020

comunidade eu passei a participar de movimentos sociais para que nos uníssemos para trazer algumas ações para a comunidade e do movimento quilombola”¹³.

Hoje como vereadora no seu segundo mandato e como suplente do Senador Humberto Costa afirma:

Aprendo a cada dia e estou sempre pronta a ouvir as angustias e aflições das pessoas, buscando uma solução para as questões e tentando sanar o máximo possível das situações em que me deparo. Na medida do possível vou resolvendo alguns casos e estudando as soluções de outros. Mas tenho comigo sempre esta filosofia de vida de que ‘Pensar para poder agir é a melhor coisa a se fazer’ (ALMEIDA, 2014, p. 9).

Caminhando em direção ao Sertão do Moxotó, encontramos no Município de Custódia a comunidade quilombola Buenos Aires, no sítio do mesmo nome. Começaremos sua história a partir do ponto de vistas das lideranças femininas do lugar, conhecer os motivos que as levaram a ocupar estas posições e aqueles que as fazem permanecer na luta. Iniciamos com uma das mulheres que colocamos dentro da categoria de mito fundador, Alzira Tenório do Amaral. Outras mulheres da comunidade também podem ser enquadradas nessa categoria. Assim como informou Maria Yolanda do Amaral Santos: “Maria Elvira do Amaral que era parteira, na época de minha mãe e prima dela também, faleceu com 95 anos, Maria pequena era que rezava as novenas faleceu com 99 anos, Hozana e Severina faziam potes, Hozana faleceu com 80 anos e Severina está viva e com 90 anos, Conceição é parteira atua e tem 80 anos”.¹⁴

Continuado a narrativa, a cidadã Custodiense Alzira Tenório do Amaral que nasceu em 02 de setembro de 1928, desde sua infância trabalhava na roça e sobrevivia da agricultura familiar, segundo sua filha Yolanda a sua mãe teve “uma vida de muito sofrimento, trabalhava muito na roça e as vezes até dormia ao relento, mas isto não fez com que ela fraquejasse, inclusive ela foi a primeira mulher a ser eleita vereadora em Custódia”¹⁵. No Projeto de Lei Ordinária Nº 881/2012 enviado para Assembleia Legislativa de Pernambuco, para que a escola da comunidade tivesse seu nome, consta a seguinte biografia:

¹³ Entrevista concedida por Maria Márcia Rodrigues de Almeida a Maria Aparecida de O. Souza em 04 de maio de 2020

¹⁴ Entrevista concedida por Maria Yolanda do Amaral Santana a Maria Aparecida de O. Souza em 04 de maio de 2020

¹⁵ Ibidem

Foi à primeira vereadora mulher da Cidade de Custódia, exercendo de forma democrática quatro mandatos consecutivos onde conquistou o coração do povo custodiense e principalmente os dos mais necessitados. Mulher simples, honesta e humilde, como vereadora foi grande batalhadora por obras focadas na infraestrutura e educação da sociedade local, conseguindo a instalação de inúmeras escolas e ainda, a construção de seis barragens, sem esquecer as diversas outras obras que tiveram na sua voz, a defesa permanente pelo desenvolvimento social do povo sertanejo do Moxotó. Faleceu em 1993, e desde então, seus exemplos de nordestina lutadora, servem de farol para as novas gerações custodienses¹⁶.

Seguindo os caminhos e os rastros da sua mãe, encontra-se outra mulher de fibra e coragem, que como as mulheres quilombolas anteriormente citadas será denominada de “a dona do quilombo”, trata-se de Maria Yolanda do Amaral Santos, hoje com 57 anos, que continua reivindicando os direitos para as comunidades quilombolas. Foi professora, membro da Comissão Estadual do Movimento Quilombola, decidiu entrar na política partidária foi eleita para seu primeiro mandato em 2009, hoje já está em seu terceiro mandato, podemos argumentar ser fruto do reconhecimento de sua militância em defesa do seu povo e do movimento quilombola. Sua atuação é destacada:

No sertão atua como presidente da Associação da comunidade de Buenos Aires, que tem o objetivo de trazer benefícios para os moradores quilombolas. “Foram desenvolvidos vários projetos, entre eles ‘Saberes da Terra’ que tem como prioridade ensinar pessoas que deixaram de estudar há muito tempo, de 5º a 8º série do ensino fundamental. O nosso maior orgulho é Dona Maria Elvira de Lima (foto), 73 anos, que voltou a estudar, e é um exemplo para os jovens que estão desestimulados”.¹⁷

Por fim, salienta-se a importância política de quatro mulheres que se destacaram em sua região e assumiram uma cadeira no parlamento, são elas: Givânia Maria da Silva, Maria Márcia Rodrigues de Almeida, Espedita Maria dos Santos (Espedita Quilombola) e Maria Yolanda do Amaral Santos. Estas mulheres são do Agreste e do Sertão de Pernambuco, elas de certa forma desestabilizam a lógica patriarcal, pois “lugares diferentes, historicidades específicas podem conduzir a outros signos, outras representações do mundo feminino” (FALCI, 2001, p. 275). Várias outras mulheres dos quilombos de Pernambuco seriam dignas de estar compondo esse artigo, porém pelo curto espaço da escrita, tornou-se impossível

¹⁶ Disponível em: <https://custodia-pe.blogspot.com/2013/03/escola-estadual-quilombola-alzira.html> Acessado em: 04 de maio de 2020.

¹⁷ Disponível em: <http://custodia-pe.blogspot.com/2011/05/comunidade-quilombolas.html> Acessado em: 05 de maio 2020

destacá-las, no entanto todas que foram citadas representam bem a denominação de “as donas dos quilombos”, até porque foram pioneiras na conquista do reconhecimento das suas comunidades como “remanescentes de quilombo”.

REFERENCIAS

ALMEIDA, Alfredo W. B de. **Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais**. R. B. Estudos Urbanos e Regionais S V. 6 , N. 1 / MAIO 2 0 0 4. Disponível em: http://www.ppgcspa.uema.br/wp-content/uploads/2017/07/Alfredo-Wagner-B-de-Almeida_Terras-Tradicionalmente-Ocupadas.pdf

ALMEIDA, Maria Márcia Rodrigues de. E ALMEIDA, Roseane Gico Bezerra. **Comunidade Quilombola Angico**. Bom Conselho, 2004.

ALMEIDA, Maria Márcia Rodrigues de. **Memorial Acadêmico Profissional**. Bom Conselho, 2014

ANTUNES, Marta de Oliveira. **A terra que volta**: Gerindo territórios, memórias, conflitos e normas em Conceição das Crioulas. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro 2016.

BATLIWALA, S. “The meaning of women’s empowerment: new concepts from action”. In: G. Sen, A. Germain & L.C.Chen (eds.), **Population policies reconsidered**: health, empowerment and rights, Boston: Harvard University Press. 1994, p.127-138.

BRASIL. Decreto Federal nº. 4887, de 20/11/2003. **Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm. Acessado em: 27 de fev. 2020.

BUTLER, Judith. **Problema de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do Sertão nordestino. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001, p. 241-277.

FREIRE, P. & SHOR, I. **Medo e ousadia**. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1986.

FOUCAULT, Michael. **Ditos e Escritos**: outros espaços. Disponível em: <http://www.uesb.br/eventos/pensarcomfoucault/leituras/outros-espacos.pdf>. Acessado em: 3 de jan. de 2017

_____. **A Ética do Cuidado de Si como Prática da Liberdade**, Julho-dezembro de 1984, ps. 99-116. Disponível em: http://escolanomade.org/wp-content/downloads/foucault_%20etica_cuidado_si.pdf. Acessado em 20 de abril 2020.

_____. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: n-1 Edições, 2013a.

_____. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **História da sexualidade**, vol. I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2013.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996

HAESBAERT, Rogério. **Dos Múltiplos territórios à multiterritorialização**. I Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades. Porto Alegre: UFRGS/ULBRA/AGB, 2004.

JORNAL CRIOULAS: A voz da resistência. abril de 2003, Ano 1, nº 1.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O sortilégio da cor**: identidade, raça e gênero no Brasil. São Paulo: Summus, 2003.

NAVARRO SWAIN, Tania. A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário. In: ____ (org.). **Feminismo teorias e perspectivas**. textos de história: revista do programa de pós-graduação em história da UnB, vol. 8, n.1/2. Brasília: UnB, 2000.

ORLANDI. Eni P. **Discurso Fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. 3ª edição. Campinas, SP: Pontes, 2003.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: RDUSC, 2005

RAGO, Margareth. **O efeito Foucault na historiografia brasileira**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 7(1-2): 67-82, outubro de 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v7n1-2/0103-2070-ts-07-02-0067.pdf>. Acessado em: 20 de abril de 2020

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovanni. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz; QUEIROZ, Renato da Silva (Orgs.). **Raça e diversidade**. São Paulo: Edusp/Estação Ciência, 1996.

SCOTT, Joan. W. Experiência. In: SILVA, Alcione Leite; LAGO, Mara Coelho de Souza e RAMOS, Tania Regina Oliveira (Orgs.). **Falas de gênero**. Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999, p. 21-55.

SILVA, Romero Antonio de Almeida. **As Transformações Religiosas e de Religiosidade no Quilombo de Trigueiros/PE: numa perspectiva do movimento evangélico**. Monografia apresentada no curso de História Da Faculdade de Ciência e Tecnologia Professor Dirson Maciel de Barros. Goiana, 2017.

SOUZA, Maria Aparecida de O. **As mulhers, a comunidade de Conceição e suas lutas: histórias escritas no feminino**. Brasília, 2006. Dissertação de Mestrado em História. Universidade de Brasília.

_____. **“Negras nós somo, só não temo o pé no torno”**: A identidade negra e de gênero em Conceição das Crioulas, Contendas/Tamboril e Santana. Tese doutorado em História. Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

MULHERES INDÍGENAS XUKURU-KARIRI TRABALHADORAS EM “CASAS DE FAMÍLIAS”: memórias e história sobre o trabalho em Alagoas e no sudeste do País (1952-1990)¹

Adauto Santos da Rocha (UFCG)¹

RESUMO

Neste artigo, resultado de pesquisas realizadas entre 2018 e 2020, discorremos sobre as atuações de indígenas Xukuru-Kariri, habitantes em Palmeira dos Índios, como trabalhadoras em “casas de famílias” em Alagoas, bem como no Sudeste do país. O recorte temporal usado para o texto compreende a atuação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) entre os Xukuru-Kariri, iniciado em 1952, e a atuação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), entre 1967 a 1990, quando ocorreu um aumento nos deslocamentos de indígenas em busca de trabalho no Sudeste, chamado de “Sul maravilha”. Entrevistamos mulheres indígenas para compreender o cotidiano e os meandros de uma atividade antiga e pouco discutida na historiografia, refletindo também sobre as explorações nos mundos do trabalho indígena em outras regiões no século XX.

Palavras-chave: Xukuru-Kariri; Mulheres; Trabalho; Migrações.

XUKURU-KARIRI INDIGENOUS WOMEN WORKERS IN “FAMILIES HOUSES”: memories and history of work in alagoas and southeast country (1952-1990)

ABSTRACT

In this article, the result of research conducted between 2018 and 2020, we discuss the actions of Xukuru-Kariri indigenous peoples, inhabitants of Palmeira dos Índios, as workers in "family homes" in Alagoas, as well as in the Southeast of the country. The time frame used for the text comprises the performance of the Indian Protection Service (SPI) between the Xukuru-Kariri, begun in 1952, and the work of the National Indian Foundation (FUNAI), between 1967 and 1990, when there was an increase in the displacements of indigenous peoples in search of work in the Southeast, called "South Wonder". We interviewed indigenous women to understand the daily life and intricacies of an ancient activity little discussed in historiography, also reflecting on the explorations in the worlds of indigenous work in other regions in the twentieth century.

Keywords: Xukuru-Kariri; Women; Job; Migrations.

MUJERES INDÍGENAS XUKURU-KARIRI TRABAJADORAS EN “CASAS FAMILIARES”: recuerdos e historia laboral en alagoas y sureste del país (1952-1990)

RESUMEN

En este artículo, resultado de la investigación realizada entre 2018 y 2020, discutimos las acciones de los pueblos indígenas Xukuru-Kariri, habitantes de Palmeira dos Índios, como trabajadores en "hogares familiares" en Alagoas, así como en el sureste del país. El marco de tiempo utilizado para

¹Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Membro do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas (GPHIAL). E-mail: adautorocha49@gmail.com

el texto comprende la realización del Servicio de Protección Indígena (SPI) entre el Xukuru-Kariri, iniciado en 1952, y el trabajo de la Fundación Nacional Indígena (FUNAI), entre 1967 y 1990, cuando hubo un aumento en los desplazamientos de los pueblos indígenas en busca de trabajo en el sureste, llamado "Maravilla del Sur". Entrevistamos a mujeres indígenas para entender la vida cotidiana y las complejidades de una antigua actividad poco discutida en la historiografía, reflexionando también sobre las exploraciones en los mundos del trabajo indígena en otras regiones en el siglo XX.

Palabras clave: Xukuru-Kariri; Mujeres; Trabajo; Migraciones;

Introdução

109

Embora considerados extintos a partir da segunda metade do século XIX², os povos indígenas no Nordeste continuaram as mobilizações políticas pelo reconhecimento do Estado e para instalação de postos indígenas. A atuação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) no Semiárido em Alagoas, por intermédio do Padre Alfredo Dâmaso³ e com ajuda financeira dos indígenas no Paraná⁴, possibilitou a conjunção de vários atores sociais para a compra de 346 hectares de uma propriedade do político Manoel Sampaio Luz (conhecido por Juca Sampaio), Prefeito de Palmeira dos Índios/AL em 1952, destinada à criação da Aldeia Fazenda Canto. Porém, o referido político repassou 276 ha⁵ ao órgão indigenista oficial e, na localidade, foi construído o Posto Indígena Irineu dos Santos⁶.

²Ver SILVA, Edson H. **O lugar do índio**. Conflitos, esbulhos de terras e resistência indígena no século XIX: o caso de Escada-PE (1860-1880). Recife: UFPE, 1995 (Dissertação Mestrado em História); OLIVEIRA, João Pacheco de. **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

³BEZERRA, Deisiane da Silva. **A atuação do Padre Alfredo Dâmaso e suas contribuições para o reconhecimento étnico dos Fulni-ô e as mobilizações indígenas no Nordeste contemporâneo**. Campina Grande: UFCG, 2018 (Dissertação Mestrado em História).

⁴A contribuição financeira de indígenas que habitavam no Paraná para a aquisição territorial e posterior formação da Aldeia Fazenda Canto em meados do século XX, foram registradas em um Parecer sobre o Posto Indígena Irineu dos Santos, redigido por Luiz de França Pereira de Araújo, à época, ocupante do cargo de Diretor Substituto do SPI, e enviado ao Ministério da Agricultura em janeiro de 1965. Embora seja uma importante fonte para entendermos o processo de aldeamento Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios, o documento não detalhou que povos indígenas forneceram subsídios financeiros para a atuação do órgão indigenista no Semiárido alagoano. O relatório foi transcrito pelo professor Clóvis Antunes e publicado na seguinte Tese: ANTUNES, Clóvis. Comportamento bio-social de um grupo étnico de Alagoas: "os Chucurus de Palmeira dos Índios". Tese ao Concurso de Catedrático do Magistério do Exército, 1965, p. 06. (Datilografado). (Disponível no acervo do GPHIAL).

⁵Ver MARTINS, Sílvia Aguiar Carneiro. **Os caminhos da aldeia: índios Xukuru-Kariri em diferentes contextos situacionais**. Recife: UFPE, 1994 (Dissertação Mestrado em Antropologia).

⁶O nome do Posto homenageou Irineu José dos Santos, Inspetor do SPI assassinado no Mato Grosso em razão de conflitos pessoais e desmandos administrativos no SPI, como acusações de uso inadequado dos recursos pertencentes ao referido órgão. Ver FLORES, José Manuel. **Transformação agrária e desapropriação de terras indígenas em Mato Grosso (1940-1960): o caso da reserva Kadiwéu**. Brasília: Anuário Antropológico, v. 43, nº 01, 2018, p. 301.

MULHERES INDÍGENAS XUCURU-KARIRI TRABALHADORAS EM “CASAS DE FAMÍLIAS”: memórias e história sobre o trabalho em Alagoas e no sudeste do País (1952-1990)¹

Os inspetores que administraram o Posto Indígena Irineu dos Santos expediram boletins, relatórios, memorandos, avisos e telegramas para Raimundo Dantas Carneiro, Chefe da Inspetoria Regional-4/IR4 do SPI (sediada no Recife/PE). Informavam as produções agrícolas, censos demográficos e solicitavam materiais para o funcionamento do referido Posto⁷. Durante as pesquisas realizadas, evidenciamos o aldeamento de indígenas habitantes na zona urbana em Palmeira dos Índios para atuação do SPI no referido município, como informado no documento: “(A Aldeia) Fazenda Canto, situada no município de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas, adquirida pelo S.P.I para localização dos da Tribo Xucurus, que viviam espalhados nos arredores da cidade”⁸. A formação das chamadas “redes de interações”⁹, após a transação fundiária entre o “Seu” Juca Sampaio e o órgão indigenista, representado pelo SPI, motivou fluxos migratórios de indígenas Xukuru-Kariri para à Aldeia Fazenda Canto a partir de 1952, em razão do aldeamento inicial de apenas 13 famílias indígenas pelo então Cacique Alfredo Celestino, articulador político para a aquisição territorial¹⁰.

Para o SPI, a formação da Aldeia Fazenda Canto traria uma solução aos deslocamentos de indígenas Xukuru-Kariri em busca de trabalho na zona urbana em Palmeira dos Índios ou em outros lugares. O Estado pretendia controlar a mão de obra dos indígenas¹¹ e fornecia implementos agrícolas na tentativa de cessar as migrações do Posto Indígena Irineu dos Santos¹², com a distribuição de enxadas, foices, carros de mão, pás, machados, regadores, dentre outros. A política assistencialista, pautada no arrefecimento dos deslocamentos para trabalho foi posta em exercício nos primeiros anos após a instalação do Posto Irineu dos Santos, mesmo que não houvesse estrutura minimamente adequada para o desempenho de algumas atividades, como para a prática agrícola, pois, além da ausência de

⁷Ver SILVA JÚNIOR, Aldemir Barros da. **Aldeando sentidos**: os Xucuru-Kariri e o Serviço de Proteção aos Índios no Agreste alagoano. Maceió: EdUFAL, 2013.

⁸Memorando do Inspetor Francisco Sampaio ao Chefe da SE/SPI em 27 de abril de 1962. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Rio de Janeiro, Museu do Índio/Sedoc. Caixa 169, planilha 06, fotograma 311.

⁹Ver OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **“O nosso governo”**: os Ticuna e o regime tutelar. São Paulo: Marco Zero, 1988, p. 38.

¹⁰Ver SILVA JÚNIOR, Aldemir Barros da. **Aldeando sentidos**: os Xucuru-Kariri e o Serviço de Proteção aos Índios no Agreste alagoano. Maceió: EdUFAL, 2013.

¹¹Ver SILVA JÚNIOR, Aldemir Barros da. **A província dos trabalhadores tutelados**: trabalhadores indígenas diante do poder político e econômico na Província das Alagoas (1845-1872). Salvador: UFBA, 2015 (Tese Doutorado em História), p. 56.

¹²Ibidem.

invernos proveitosos na região, o solo pobre de nutrientes minerais era repleto de ervas nocivas e deficiente de cobertura vegetal¹³.

Para tentar facilitar o emprego da mão de obra indígena em atividades agropastoris, em 1954¹⁴ ocorreu uma entrega de enxadas pelo Posto Irineu dos Santos, com posterior distribuição em 1957¹⁵ e aquisição de ferramentas para construção de açudes em 1959¹⁶, evidenciando uma política assistencialista pautada em repasses aos indígenas em troca do trabalho disponível para a estrutura funcional do Posto Indígena.

Outra estratégia utilizada pelo SPI foi o uso da escolarização dos indígenas como forma de criar uma “massa de trabalhadores rurais” disponíveis para executar serviços em benefício do Posto¹⁷:

No Nordeste foi seguida a mesma lógica em que as escolas indígenas serviriam para formar os índios como massa de trabalhadores rurais para a mão de obra regional e nacional, no “grande projeto” da década de 1930 (Governo Vargas) de interiorizar o Estado. Foi importante registrar que os indígenas também interagiam com essa lógica à medida que procuravam ser assistidos por esses órgãos do Estado. Tinham como ponto central de reivindicação a conquista da terra, nos casos Xukuru-Kariri e Kariri-Xokó, dos antigos aldeamentos extintos por decreto em 1872¹⁸.

A instalação dos postos indígenas previa a formação de “centros agrícolas” para um controle estatal da produção, com a fixação de indígenas que sazonalmente migravam para trabalhos:

Os centros agrícolas visavam transformar populações *rústicas* num contingente de pequenos proprietários agrícolas, tornando-os úteis para o país através do aprendizado de formas racionais do uso da terra e de um

¹³Ver ROCHA, Adauto Santos da. **Xukuru-Kariri: migrações, cotidiano e dimensões do trabalho indígena em Alagoas e no Sudeste do país (1952-1990)**. Maceió: Editora Olyver, 2020.

¹⁴Relação de materiais fornecidos para o Posto Indígena Irineu dos Santos. Recife, 03 de março de 1954. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Rio de Janeiro, Museu do Índio/Sedoc. Cx. 169, plan. 01, fotog. 107.

¹⁵Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 30 de abril de 1957. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Rio de Janeiro Museu do Índio/Sedoc. Cx. 169, plan. 02, fotog. 149.

¹⁶ Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 30 de novembro de 1959. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Rio de Janeiro, Museu do Índio/Sedoc. Cx. 169, plan. 03, fotog. 183.

¹⁷FERREIRA, Gilberto Geraldo. **Educação formal para os índios: as escolas do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) nos Postos Indígenas em Alagoas (1940-1967)**. Recife: UFPE, 2016 (Tese Doutorado em História), p. 20

¹⁸Ibidem.

MULHERES INDÍGENAS XUKURU-KARIRI TRABALHADORAS EM “CASAS DE FAMÍLIAS”: memórias e história sobre o trabalho em Alagoas e no sudeste do País (1952-1990)¹

emaranhado de instrumentos normativos que visavam o controle da produção e da circulação dos recursos e da força de trabalho¹⁹.

Seguindo essa linha de raciocínio “evolutivo”, que previa uma adequação dos indígenas à “categoria” de trabalhadores rurais, o Estado deveria ser, em síntese, o agente propulsor da alteração social, pois:

Se o *silvícola* era capaz de evoluir, o Estado era o agente mais apto a gerir e acelerar este processo através de métodos racionais, sendo o principal obstáculo a ser superado o seu *nomadismo natural*. Evidencia-se assim o caráter fundiário subjacente a tutela indigenista, cuja principal tarefa era *fixar* e concentrar populações indígenas dispersas em áreas extensas para transformá-los em trabalhadores nacionais (agricultores, pequenos proprietários rurais) inserindo-os em um sistema de intervenção territorializado em postos de atração e fixação, povoações indígenas e centros agrícolas²⁰.

Os fluxos migratórios Xukuru-Kariri permaneceram após a implantação do Posto Indígena Irineu dos Santos, pois, as tentativas de controlar os deslocamentos dos indígenas não foram eficientes, pela falta de assistência do SPI²¹ verificada na documentação, motivando a formação de redes migratórias dos indígenas em Palmeira dos Índios com outros povos no Nordeste²².

Embora os fluxos migratórios de indígenas tenham ocorrido, na maioria, a partir da Aldeia Fazenda Canto, em razão da malversação do órgão indigenista em meados do século XX, outros territórios indígenas também forneciam mão de obra Xukuru-Kariri para as classes abastadas de Palmeira dos Índios, Maceió e ao Sudeste. Um exemplo notório foi a

¹⁹PERES, Sidnei. SPI, indianidade e indigenismo no Nordeste: cotidianidade e historicidade do poder tutelar. In: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (Org.). **Memória do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)**. Rio de Janeiro: Museu do Índio-FUNAI, 2011, p. 322.

²⁰Ibidem.

²¹Após analisar a documentação referente aos Xukuru-Kariri, disponível no Museu do Índio/RJ, evidenciamos que foram criadas redes de relações com outros povos indígenas, como os Pankararu, para a formação de grupos que migravam para trabalho ou formavam alianças políticas coadunadas aos interesses particulares de cada povo. Apesar de termos centrado nas relações ambientais e de trabalho no século XX, outras pesquisas detalharam os contatos Xukuru-Kariri com os Xukuru do Ororubá, habitantes em Pesqueira e Poção, interior de Pernambuco, durante o Império e, com maior intensidade, ao longo do Oitocentos, em razão dos recrutamentos e atuações militares contra ou a favor do governo imperial. Para um maior detalhamento sobre os mencionados contextos históricos, ver: ROCHA, Adauto Santos da. **Xukuru-Kariri: migrações, cotidiano e dimensões do trabalho indígena em Alagoas e no Sudeste do país (1952-1990)**. Maceió: Editora Olyver, 2020; DANTAS, Mariana A. **Dimensões da participação política indígena: Estado nacional e revoltas em Pernambuco e Alagoas, 1817-1848**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018.

²²Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de julho de 1962. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Rio de Janeiro, Museu do Índio/Sedoc. Cx. 169, plan. 04, fotog. 142-143.

expressiva quantidade de mulheres indígenas habitantes nas Aldeias Mata da Cafurna e Boqueirão que foram trabalhar nas “casas de família”²³ em Palmeira dos Índios e Maceió.

Motivadas pelo sonho de uma vida digna e melhoria socioeconômica, muitas indígenas embarcaram nas intensas jornadas de trabalho e passaram a constituir redes de relações envoltas dos complexos contextos sociohistóricos, em razão da falta de terras para trabalho agrícola destinado à produção e consumo de gêneros alimentícios. Apesar das migrações, existia o sentimento de pertença aos territórios indígenas, pois, embora algumas das entrevistadas²⁴ tenham migrado definitivamente para outros lugares por distintos motivos, a maioria alegou que transitava entre as atividades citadinas e as práticas agrícolas nas poucas terras nas aldeias.

Portanto, no decorrer do texto, discutiremos os deslocamentos de indígenas Xukuru-Kariri para trabalho em “casas de famílias” em Alagoas e no Sudeste do país, priorizando as memórias sobre os mundos do trabalho, a partir de entrevistas realizadas nas Aldeias Mata da Cafurna, Fazenda Canto, Boqueirão e em bairros na zona urbana de Palmeira dos Índios. Buscamos a partir da perspectiva da história oral, evidenciar as “experiências vivenciadas”²⁵ pelas indígenas durante as viagens para trabalho na segunda metade do século XX.

Indígenas Xukuru-Kariri em “casas de famílias”

A presença de indígenas Xukuru-Kariri trabalhando em “casas de famílias” remete a formação da Aldeia Fazenda Canto. Com o crescimento demográfico e insuficiência territorial para práticas agrícolas, as mulheres indígenas precisavam procurar empregos na cidade, para ajudar financeiramente familiares que permaneciam nos territórios indígenas.

²³O uso da conhecida expressão “trabalho doméstico” vem sendo duramente criticado pelo movimento negro, uma vez que remete ao período da escravidão negra no Brasil, onde o “trabalho doméstico” relacionava-se a “domesticação” de negras escravizadas nas casas grandes. Por essa razão, substituímos por outra expressão também bastante conhecida e usual no Nordeste: trabalho em “casas de famílias”, significando as atividades de mulheres empobrecidas nas residências de famílias abastadas, em sua maioria, brancas, considerando ser, também, a nomenclatura mais utilizada pelas indígenas Xukuru-Kariri entrevistadas durante as pesquisas. Sobre a não aceitação ao uso da terminologia “trabalho doméstico”, sugerimos a leitura de um texto publicado pela profa. Elisabete Aparecida Pinto, publicado no site do Geledés – Instituto da Mulher Negra: <https://www.geledes.org.br/mulher-negra-e-o-emprego-domestico-a-travessia-pelo-seculo-xx-e-as-novas-perspectivas-para-o-seculo-xxi/>. Acesso em 06/11/2020.

²⁴Ao longo das pesquisas, realizamos 10 entrevistas com indígenas Xukuru-Kariri que trabalharam em “casas de família”, entretanto, fomos autorizados a utilizar somente seis delas nesse texto. A não aceitação com relação ao uso das outras falas deveu-se ao teor das informações expressas, pois, foram relatadas extorsões financeiras, aliciamentos, assédios sexuais por ex-patrões, dentre outros motivos. As entrevistas foram realizadas nas Aldeias: Mata da Cafurna, Fazenda Canto, Cafurna de Baixo e na zona urbana de Palmeira dos Índios entre novembro de 2018 e fevereiro de 2020.

²⁵Ver ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

MULHERES INDÍGENAS XUKURU-KARIRI TRABALHADORAS EM “CASAS DE FAMÍLIAS”: memórias e história sobre o trabalho em Alagoas e no sudeste do País (1952-1990)¹

Considerando, ainda, a fragilizada estrutura educacional nos territórios indígenas, pois, mesmo ofertando todas as séries do ensino básico, a “escola” do posto tinha uma malversada estrutura física e diretiva.

Além do mais, nos primeiros anos do Posto Indígena Irineu dos Santos as aulas eram alternadas entre a Aldeia Fazenda Canto e uma casa alugada no bairro Alto do Cruzeiro²⁶. Havia, portanto, a necessidade de as indígenas continuarem os estudos na zona urbana, facilitando a inserção nos mundos do trabalho nas “casas de famílias” em Palmeira dos Índios. Uma matéria publicada em um jornal de circulação nacional noticiou os deslocamentos em razão dos morosos processos de demarcação territorial e desintrusão:

Lá no município de Palmeira dos Índios, moram três grupos de Xukuru-Kariri. É o pessoal da aldeia Fazenda Canto, da Mata da Cafurna e os que moram mesmo no município, em área urbana. Há muita dificuldade para sobreviver ali, porque a terra é pouca e já não produz com fartura, até porque, nas aldeias os índios não tem o material necessário para fazer um bom plantio. Daí que todos acabam tendo que trabalhar fora, cortando cana, na construção civil e em atividades domésticas²⁷.

As ocupações subalternizadas foram amplamente utilizadas pelos indígenas ao longo do século XX. Durante as pesquisas, constatamos migrações de indígenas Xukuru-Kariri para a zona urbana em Palmeira dos Índios em busca de empregos em “casas de famílias” como pressuposto para inserirem-se no ambiente escolar citadino após a instalação do Posto Irineu dos Santos. A indígena Maria da Penha²⁸, conhecida como “Béba”, estudou as séries iniciais na Aldeia Fazenda Canto “com um sacrifício infeliz”, mas, em busca de realizar o “sonho” da escolarização como pressuposto para “conseguir algo melhor”, migrou para estudar/trabalhar na cidade:

Estudei na Fazenda Canto com um sacrifício infeliz, uma necessidade infeliz, mas dentro de mim tinha um sonho, eu sempre pensei que não eram as dificuldades que iriam barrar os meus sonhos, eu sempre pensava: eu tenho que estudar para conseguir algo melhor. Mesmo diante de tantas necessidades isso aí não fazia com que eu faltasse um dia na escola, com fome, do jeito que fosse, descalça ou com sandália, não me impedia. Quando eu vim estudar aqui na cidade às dificuldades me acompanharam.

²⁶As discussões sobre os processos de escolarização indígena Xukuru-Kariri foram tratadas por FERREIRA, Gilberto Geraldo. **Educação formal para os índios**: as escolas do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) nos Postos Indígenas em Alagoas (1940-1967). Recife: UFPE, 2016 (Tese Doutorado em História).

²⁷**Jornal Mensageiro**, Brasília, novembro/dezembro de 1986, p.12. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HemeroIndio&PagFis=14812&Pesq=migra%C3%A7%C3%A3o> Acesso em 30/05/2019.

²⁸SILVA, Maria da Penha Ferreira da. **Trabalho doméstico indígena Xukuru-Kariri**. Entrevistador: Adauto Santos da Rocha. Palmeira dos Índios/AL: Bairro Vila Maria, 25/02/2019. Entrevista gravada em formato MP3.

Quando eu terminei o segundo grau, que no caso eu optei para o Magistério, em minha imaginação eu dizia que o Magistério era uma coisa respeitosa, aquela coisa toda, pelo menos na época era, eu tinha isso que era uma profissão de respeito. Eu desejava ter algo diferente daquilo que eu era acostumada a ter, eu via alguém ao meu redor ter, mas, e eu? E assim, o primeiro passo eu lembro como hoje, eu peitei para trabalhar em casa de família, eu não olhei assim se eu tinha estudo. Mesmo assim, com o ensino médio já concluído a necessidade me levou a partir pra casa de família.

As necessidades financeiras na Aldeia Fazenda Canto motivaram “Dona Béba” a trabalhar em uma residência na zona urbana em Palmeira dos Índios. Seguindo um método próprio de inserção no ambiente de trabalho, foi arregimentada por parentes trabalhando na cidade e que tinham “confiança” adquirida em outras residências, em uma relação de cumplicidade centrada na execução de variadas atividades e, para o caso de saída do emprego, pautada em não cobrar possíveis dívidas trabalhistas, como multas e rescisões contratuais, quando existiam.

Para chegar ao trabalho, a entrevistada se deslocava a pé entre a Aldeia Fazenda Canto e a cidade, dependendo da ajuda de parentes habitantes na zona urbana para permanecer na cidade até adquirir “confiança” em alguma residência. Na maioria dos casos, o patronato criava redes para aquisição da mão de obra indígena, fundamentadas em relações familiares, contribuindo para o deslocamento de várias indígenas de mesmo núcleo familiar. As atividades como empregada em “casas de famílias” compreendiam o não recebimento de salário fixo e demais benefícios sociais, informalidades usadas pelos patrões para explorar a força de trabalho das indígenas. A estratégia utilizada por “Dona Béba” para deixar aquela forma de trabalho, foi atuar como professora:

Mas não me dei bem não, não sei se era porque na minha casa a minha mãe não me levou a partir para esse lado, a minha mãe só pensava assim: “estude pra você ter um emprego, uma coisa melhor”. Não me levou a trabalhar em casa de alguém, aí eu era toda atroada nos serviços domésticos, mas mesmo assim eu me esforçava. Mesmo trabalhando em casa de família surgiu um concurso, mas antes disso eu corri atrás de contrato. Os professores da época conheciam a nossa trajetória e o nosso sacrifício de lá da Fazenda Canto, até porque nós vínhamos a pé, mais de 07 km de distância. Nisso, eu na casa de família dizia: “rapaz, uma mixaria meu Deus do céu, não dá pra nada!”. Eu via a patroa todo final de semana com as unhas pintadas e eu desejava fazer minhas unhas e quem disse que eu tinha condições? No final de semana a patroa sujava a última colher do armário, claro, sabia que segunda-feira tinha uma empregada lá para deixar tudo nos trinquês.

MULHERES INDÍGENAS XUKURU-KARIRI TRABALHADORAS EM “CASAS DE FAMÍLIAS”: memórias e história sobre o trabalho em Alagoas e no sudeste do País (1952-1990)¹

Os deslocamentos da Aldeia Fazenda Canto em busca de trabalho em “casas de famílias” foram compartilhados por indígenas que precisaram trabalhar para ajudar no sustento em casa. O percurso de 7 km realizado a pé diminuía a produtividade pelos atrasos frequentes nos locais de trabalho. Como estratégia, os empregadores “disciplinaram o tempo”²⁹ das indígenas com a possibilidades de moradia nos locais de trabalho, provocando o aumento no tempo trabalhado. Para coagir as trabalhadoras, estabeleciam relações de parentesco através do compadrio, interferindo no cumprimento de direitos trabalhistas e sociais, práticas citadas durante as entrevistas.

A relativa distância entre a Aldeia Fazenda Canto e a zona urbana em Palmeira dos Índios incentivava as indígenas a aceitarem os convites de morar nas residências onde trabalhavam, gerando uma falsa relação familiar, reverberada em compadrios com os patrões e inoperância no reconhecimento profissional e no pagamento de salários dignos pelas exaustivas jornadas de trabalho.

Os deslocamentos para a zona urbana em Palmeira dos Índios foram vivenciados por outras indígenas, como a “Dona” Margarida Souza³⁰, conhecida por “Magal”. “Dona Magal” trabalhou na agricultura na Aldeia Fazenda Canto até concluir as séries iniciais e depois precisou estudar na cidade. A falta de recursos financeiros para as estadas na zona urbana influenciou “Dona” Magal a procurar empregos em “casas de famílias” aos 12 anos de idade:

Nós era muitos lá em casa e meu pai não tinha condições de dar os estudos a gente, aí lá na época, na Fazenda Canto tinha até a quarta série, depois era pra vim estudar na cidade, aí tinha que ter condições financeiras e isso nós não tinha. Foi quando eu arrumei um trabalho na casa de uma professora. Uma professora que ensinava lá na Fazenda Canto disse: “olhe, ali tem uma professora que está precisando de uma pessoa para ajudar, ela dá os estudos!”. Por conta disso eu fui pra casa dela.

“Dona Magal” alternava³¹ as atividades no trabalho com irmãos que precisavam concluir os estudos na zona urbana em Palmeira dos Índios e no retorno para a Aldeia Fazenda Canto, a entrevistada trabalhava na agricultura. Assim como “Dona Béba”, durante os anos que foi empregada em “casas de famílias”, “Dona Magal” não dispôs de direitos trabalhistas. O dinheiro que juntou era usado para manutenção de pais e familiares que

²⁹Ver THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 293.

³⁰SILVA, Margarida Souza de Lima. **Trabalho doméstico indígena Xukuru-Kariri**. Entrevistador: Adaauto Santos da Rocha. Palmeira dos Índios/AL: Bairro Xucurús, 26/02/2019. Entrevista gravada em formato MP3.

³¹Sobre a alternância em atividades domésticas ver MARTINS, Ester. Mulheres na migração internacional: trabalhadoras domésticas filipinas em São Paulo. In: BAENINGER, Rosana et. al. **Migrações Sul-Sul**. Campinas: UNICAMP, 2018, p. 510-525.

permaneciam na Aldeia Fazenda Canto. Sobre as experiências de trabalho com exaustivas jornadas de trabalho afirmou:

Eu praticamente morava com eles, aí pronto, trabalhava de dia à noite. Eu fazia o café logo cedo ia pra escola, estudava a noite, quando terminava o café que ela ia chegando eu já tava com a mala pronta pra ir pra o colégio, aí ia pro colégio, aí voltava 11 horas, 11 e meia, quando tinha uma aulinha vaga a gente chegava em casa umas 10 horas da noite, quando a última aula era vaga, mas quando não era, era 11 horas, 11 e meia que a gente chegava. Na época não achava muito legal não, eu gostava porque eles me tratavam bem, me tratavam como pessoa da família, na época eu não levava muito em conta essas coisas não. Bom, as experiências eu gostei, porque na época a gente não tinha outra opção e mesmo, eles me tratavam bem, o filho dela, que quando eu cheguei lá ele tinha cinco anos ele era um amor comigo, o pai dele era gerente de loja na época. Um corte de pano, um tecido, ele trazia para mim quando eu estava lá: “o da Magal tem que vir também!”. Ela mesma costurava pra mim, fazia minhas roupas, ela fazia de tudo, era professora e costurava.

Afora as atividades diurnas, a oferta de moradia por parte dos empregadores era uma estratégia para explorar as indígenas em atividades noturnas. “Dona Magal” afirmou que durante a estada na cidade cuidou de uma criança enquanto a patroa trabalhava como professora. A entrevistada vivenciou uma relação de compadrio e falso parentesco expressa, pois:

A figura do trabalhador doméstico se instalou em nossa cultura como a de um trabalhador menor, que, muitas vezes, recebia como remuneração do seu trabalho moradia e comida, numa relação de falso parentesco – o agregado – que perpetuava o trabalho escravo, disfarçando-o de caridade³².

Outras indígenas Xukuru-Kariri optaram em voltar para os territórios indígenas ao fim da jornada de trabalho, por necessidades religiosas vinculadas a participação nos rituais sagrados do Ouricuri, configurando-se como aspecto primordial nas mobilizações indígenas pelo reconhecimento identitário, através de “redes de solidariedade” e contatos com os Encantados em espaços “Particulares”³³. Para o povo Xukuru-Kariri, o Ouricuri é um ritual sagrado realizado em um “terreiro”, espaço reservado no interior das matas e uma expressão sociocultural e política dos indígenas restrita aos não-índios³⁴.

³²SILVA, Darlene Souza. **Infância roubada**: memórias de empregadas domésticas no trabalho e na educação escolar. São Luís: UFMA, 2010 (Dissertação Mestrado em Educação), p. 39.

³³BATISTA, Mércia R. R. O Toré e a ciência Truká. In: GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo (Org.). **Toré**: regime encantado do índio do Nordeste. Recife: Editora Massangana, 2005, p. 71-98.

³⁴Ver PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Memórias e imagens em confronto**: os Xukuru-Kariri nos acervos de Luiz Torres e Lenoir Tibiriçá. João Pessoa: UFPB, 2013 (Dissertação Mestrado em Antropologia), p. 24; SILVA, Edson. **Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950 – 1988**. Recife: EdUFPE, 2017, p. 56; FERREIRA, Gilberto Geraldo. **Educação formal para os índios**: as

MULHERES INDÍGENAS XUKURU-KARIRI TRABALHADORAS EM “CASAS DE FAMÍLIAS”: memórias e história sobre o trabalho em Alagoas e no sudeste do País (1952-1990)¹

A indígena Ana Paula³⁵ atuou em “casas de famílias” a partir dos 10 anos de idade. Deixava a agricultura na Aldeia Mata da Cafurna para trabalhar na zona urbana em Palmeira dos Índios e retornava ao território indígena para frequentar o Ouricuri. Trabalhou em três residências na referida cidade e numa casa em Maceió, capital alagoana, todavia, sempre que ocorria ritual na Aldeia, Ana Paula retornava para entrar em contato com “o reino dos Encantados”.

A decisão de trabalhar em “casas de famílias” ocorreu pela falta de recursos financeiros para a manutenção da numerosa família que permanecia na Aldeia Mata da Cafurna. Embora fosse remunerada com irrisórias quantias pelas exaustivas horas de trabalho, utilizava o dinheiro recebido para ajudar a mãe no cuidado dos 11 irmãos criados sem a presença paterna, muitas vezes, sem ter “nem o que comer”:

Eu trabalhei na casa (de um) doutor. Eu fui porque a minha mãe e os meus irmãos tinham muitas dificuldades, às vezes eles não tinham nem o que comer. Eu ganhava muito pouco, eles pagavam muito pouco. O dinheiro que eu ganhava nunca investia em mim, investia nos meus irmãos e na minha mãe, só isso. Por que tem gente que quando trabalha junta seu dinheiro pra investir em alguma coisa, eu nunca investi, porque eu pensava na minha família. O meu marido é pedreiro, aqui é ruim para emprego, o meu marido já trabalhou em Minas (Gerais), já trabalhou em São Paulo.

A deficiente estrutura escolar no território indígena, citada anteriormente, também contribuía para os deslocamentos das indígenas em busca de trabalho nas “casas de famílias”. Afora a incipiente instalação escolar, exigindo deslocamentos entre a Aldeia Fazenda Canto e o bairro Alto do Cruzeiro, as constantes faltas de materiais escolares e fardamentos³⁶ motivaram as evasões de estudantes indígenas Xukuru-Kariri e migrações buscando trabalhos sazonais na zona urbana em Palmeira dos Índios, como afirmou um pesquisador:

Poderíamos supor que não só o trabalho no campo foi desenvolvido com a mão de obra indígena, mas também o mercado de empregos domésticos, da construção civil, de pequenos estabelecimentos comerciais nos

escolas do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) nos Postos Indígenas em Alagoas (1940-1967). Recife: UFPE, 2016 (Tese Doutorado em História), p. 78-80.

³⁵SILVA, Ana Paula Gomes da. **Trabalho doméstico indígena Xukuru-Kariri**. Entrevistador: Adaauto Santos da Rocha. Palmeira dos Índios/AL: Aldeia Mata da Cafurna, Território Xukuru-Kariri, 15/02/2019. Entrevista gravada em formato MP3.

³⁶Ver FERREIRA, Gilberto Geraldo. **Educação formal para os índios**: as escolas do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) nos Postos Indígenas em Alagoas (1940-1967). Recife: UFPE, 2016 (Tese Doutorado em História), p. 125.

municípios vizinhos com localidades habitadas por indígenas como, por exemplo, Palmeira dos Índios [...]»³⁷.

A indígena Maria Cícera³⁸, conhecida como “Dona Diana”, iniciou a trajetória trabalhando em “casas de famílias” pela falta de recursos financeiros necessários para continuar os estudos. Na época, era necessário adquirir fardamentos e calçados. Um relatório do Posto Irineu dos Santos informava a ausência de assistência do Estado pela não aquisição de fardamentos, motivando a não frequência dos alunos nas aulas: “ultimamente temos encontrado muita dificuldade, por motivo dos índios queixarem-se que os meninos não podem frequentarem as aulas com mais precesão, por se acharem sem roupas e o Pôsto não poder fornecer-lhes um fardamento”³⁹.

Em razão do desagradável ambiente escolar, influenciada por amigas e parentes indígenas e, sobretudo, pelas difíceis condições de sobrevivência enfrentadas cotidianamente pelos pais, “Dona” Diana passou a deslocar-se para trabalhar em algumas residências de Palmeira dos Índios, sem esperar, sequer, atingir a maior idade:

Os meus pais, na época não tinham condições, eram muitos filhos que tinha. Aí a gente resolveu trabalhar para se manter, comprar roupa e calçado. Eu trabalhei muitos anos, agora que não era só numa casa, saía de uma ia para outra. Passava a semana, passava de quinze dias sem vim em casa, só que com o tempo saía, depois arrumava outro, sempre na cidade. Eu fui trabalhar porque eu não tava estudando, o meu pai não tinha condições de deixar eu estudar porque eram muitos filhos, na época tinha que ficar comprando farda, material de escola e ele não tinha condições. Só que não foi fácil porque ele não queria deixar, na época eu tinha uns 15 anos, foi aí onde ele permitiu, fui até para Maceió também.

Ao tratar das experiências em “casas de famílias”, “Dona Diana” afirmou ter trabalhado sem contrato formal e/ou pagamento de benefícios sociais. Entretanto, como no período pesquisado não havia regulamentação da referida profissão, os patrões estavam isentos de arcar com gastos por direitos trabalhistas, embora tratar-se de uma menor de idade. Sem tempo de trabalho previamente definido, a entrevistada recordou o início das atividades:

No início o meu trabalho sempre foi assim, chegava segunda-feira e passava a semana toda, só vinha no sábado para casa, a folga era só no domingo, ficava lá direto! Não era fácil não, os serviços duros! A pessoa

³⁷Idem, p. 69.

³⁸FERREIRA, Maria Cícera Nogueira. **Trabalho doméstico indígena Xukuru-Kariri**. Entrevistador: Adauto Santos da Rocha. Palmeira dos Índios/AL: Aldeia Fazenda Canto, Território Xukuru-Kariri, 28/02/2019. Entrevista gravada em formato MP3.

³⁹Relatório do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 2 de março de 1955. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Rio de Janeiro, Museu do Índio/Sedoc. Cx. 169, pan. 02, fotog. 41-41.

MULHERES INDÍGENAS XUKURU-KARIRI TRABALHADORAS EM “CASAS DE FAMÍLIAS”: memórias e história sobre o trabalho em Alagoas e no sudeste do País (1952-1990)¹

tinha que trabalhar o dia todo, até entrar pela noite, preparava janta, só dormia quando lavava a louça, não era fácil não, eu já tive patroa bem exigente!

Com o pouco dinheiro que juntava, “Dona Diana” ajudava os pais a comprarem alimentos, roupas e móveis. A entrevistada afirmou ter adquirido um fogão com recursos do trabalho em “casa de família”. Após atuar por bastante tempo as experiências em Palmeira dos Índios possibilitaram a procura por empregos em Maceió:

Fiquei longe e não gostei muito não. Foi um mês numa casa e depois fui pra outra, acho que passei outro mês, mas era muito longe, eu não gostava (por)que era longe de casa. Aqui na cidade eu achava bom porque todo final de semana eu tava em casa com meus pais. Lá eu não conhecia nada, não sabia sair.

Outra indígena que trabalhou em “casas de famílias” em Palmeira dos Índios e Maceió foi Maria Sônia⁴⁰. “Dona Sônia” trabalhou como agricultora na Aldeia Fazenda Canto e com o crescimento familiar, decidiu migrar para serviços em “casas de famílias”, arregimentada por parentes após completar 16 anos de idade:

Tinha uma prima da gente que veio do Sertão, ela começou a trabalhar na cidade, aí em seguida a gente foi. Era muitos irmãos, o meu pai não tinha condições, a gente ficando mocinha, queria uma roupa, um calçado, aí a gente teve que se virar, e a única maneira era uma casa de família, porque não tinha estudo, eu tinha parado os estudos. Chegava dez horas da roça, aí tirava a pé, no tempo não tinha transporte, o Governo não pagava transporte e a gente ia a pé daqui da Fazenda Canto, para estudar! Eu trabalhei o fundamental estudando a noite numa casa de família. Eu e uns irmãos mais velhos do que eu, a gente ainda terminou assim o médio, tem uma irmã minha que terminou o Magistério indo a pé, porque não tinha transporte.

A análise das experiências em “casas de famílias” vivenciados por indígenas Xukuru-Kariri em Alagoas possibilitou observarmos pontos em comum: a falta de trabalho nos territórios indígenas e os deslocamentos para Palmeira dos Índios como primeira opção. Como segunda opção, a alternativa encontrada por muitas indígenas foi migrar para Maceió como possibilidade de melhorias salariais e valorização profissional, desilusões revertidas em desejos malsucedidos nos itinerários estudados. Os retornos para os territórios indígenas foram marcados por atividades nas pequenas áreas agrícolas, onde a falta de terras para todos

⁴⁰LIMA, Maria Sônia Nogueira Santos de. **Trabalho doméstico indígena Xukuru-Kariri**. Entrevistador: Adauto Santos da Rocha. Palmeira dos Índios/AL: Aldeia Fazenda Canto, Território Xukuru-Kariri, 28/02/2019. Entrevista gravada em formato MP3.

trabalharem motivava o início de novos fluxos migratórios para subempregos em “casas de famílias”.

Mulheres Xukuru-Kariri no Sudeste

Após ter atuado como agricultora em pequenas roças da família na Aldeia Fazenda Canto, Juciênia Aleixo, conhecida como “Galega”⁴¹ deslocou-se para a Zona Leste de São Paulo pela falta de oportunidades de trabalho na zona urbana em Palmeira dos Índios:

Lá eu fui morar em São Paulo, mas só para fazer companhia a minha tia, ajudar ela, por conta que ela tava trabalhando e o esposo dela e não tinha com quem os filhos dela ficar, eu fui mesmo só mais para ajudar e fiquei para estudar, quando tinha 16 anos foi quando eu comecei a trabalhar como babá lá, fui procurar, porque também ficar só dependendo da tia e do esposo dela para mim não era bom, então eu procurei trabalho e comecei a trabalhar lá, mas depois eu fiquei trabalhando ainda como babá uns três anos, mais ou menos.

Para a entrevistada, a falta de escolaridade entre os Xukuru-Kariri e a procura por independência financeira⁴² provocava os deslocamentos para o Sudeste como possibilidade de adquirir “alguma profissão”⁴³, distante da exploração nos trabalhos para fazendeiros ou com o agravamento na agricultura, em razão das longas estiagens e a concentração fundiária.

As primeiras experiências na capital paulista foram na casa de uma tia. Após alguns meses sem trabalho, todavia, auspiciosa em conseguir uma atividade remunerada, “Galega” iniciou como babá em uma residência de classe média na Zona Leste, período em que foi morar sozinha, assumindo todas as responsabilidades e custos de habitação na “cidade grande”: pagamento de aluguel; aquisição de alimentos; gastos com deslocamentos urbanos, dentre outros.

Apesar de cumprir as exaustivas horas de trabalho diariamente, quando os padrões eventualmente viajavam aos finais de semana, “Galega” tinha que acompanhá-los nos

⁴¹SILVA, Juciênia Aleixo da. **Trabalho doméstico indígena Xukuru-Kariri**. Entrevistador: Adauto Santos da Rocha. Palmeira dos Índios/AL: Bairro Cafurna, 23/09/2019. Entrevista gravada em formato MP3.

⁴²“O desejo de independência dos jovens, ou a falta de terra podem levar igualmente a um deslocamento espacial e a residência junto a parentes mais afastados”. DURHAM, Eunice R. **A caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1973, p. 71.

⁴³A migração de muitos nordestinos para o Sudeste estava “vinculada à busca de maiores oportunidades no mercado de trabalho, melhor qualificação e aumento da escolaridade”. CHAVES, Maria de Fátima Guedes. Mulheres que migram solteiras: aspectos da migração interna feminina no Brasil, 1981/1991. In: BAENINGER, Rosana; BRAGA, Antonio da Costa; TEIXEIRA, Paulo Eduardo (Orgs.). **Migrações: implicações passadas, presentes e futuras**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, p. 154.

MULHERES INDÍGENAS XUKURU-KARIRI TRABALHADORAS EM “CASAS DE FAMÍLIAS”: memórias e história sobre o trabalho em Alagoas e no sudeste do País (1952-1990)¹

passeios como babá, sem receber quaisquer quantias extras pelo trabalho compulsório nos poucos momentos em que deveria estar descansando. Sem Carteira de Trabalho assinada e com uma remuneração que mal dava para arcar com as despesas na cidade grande. Além de não receber nenhum benefício social ou aumento salarial, após três anos em uma rotina dividida entre as aulas noturnas e o trabalho exaustivo, “Galega” retornou para o território Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios.

O sonho de melhores condições de vida no Sudeste motivou a indígena Maria Sônia, “Dona Sônia”⁴⁴, a viajar para São Paulo na companhia do esposo. Desempregados, dividiam espaço com familiares que haviam migrado em tempos anteriores. A descoberta da gravidez e não inserção no mercado de trabalho forçaram “Dona Sônia” a retornar para a Aldeia Fazenda Canto, ao tempo em que o esposo permaneceu na capital paulista trabalhando como faxineiro, o que possibilitou juntar partes do salário para construir uma casa na referida Aldeia, retornando ao território Xukuru-Kariri em momentos posteriores:

Quando eu casei eu viajei para São Paulo, mas passei só dois meses só. A gente casou e ele já vivia lá. Solteiro ele já trabalhava e tudo, aí ele voltou, a gente casou e ele me levou para lá, mas, não foi muito bom não. Quando ele voltou não conseguiu arrumar trabalho, no momento que a gente mais precisava, aí eu voltei, fiquei na casa da minha mãe e ele ficou lá, mandou construir uma casinha, aí ele voltou. Lá era ruim porque tava morando junto, dividindo com as pessoas, o meu marido estava desempregado, eu decidi voltar e ele ficou lá para arrumar trabalho.

A presença de mulheres Xukuru-Kariri na grande São Paulo, esteve vinculada aos trabalhos gerais em “casas de famílias” e atuando como babás. Trajetórias de vidas marcadas pelos movimentos de migração, motivados por trabalhos formais e recebimento de salários fixos, evidenciando retornos às aldeias em Palmeira dos Índios pelas insalubres condições de vida no Sudeste do país⁴⁵.

Como tentativa de evitar os deslocamentos de indígenas a Legião Brasileira de Assistência (LBA), vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, criou projetos de distribuição alimentícia e fomento à produção de cursos de “corte e costura, arte culinária

⁴⁴LIMA, Maria Sônia Nogueira Santos de. **Trabalho doméstico indígena Xukuru-Kariri**. Entrevistador: Adauto Santos da Rocha. Palmeira dos Índios/AL: Aldeia Fazenda Canto, Território Xukuru-Kariri, 28/02/2019. Entrevista gravada em formato MP3.

⁴⁵Por uma questão de gênero, as mulheres indígenas que se deslocaram para as metrópoles no Sudeste, recebiam baixos salários em precárias condições de trabalho. Ver MUSSI, Vanderléia Paes Leite. Questões indígenas em contextos urbanos: outros olhares, novas perspectivas em semoventes fronteiras. São Leopoldo: História Unisinos, v. 15, n° 02, 2011, p. 210.

e atividade artesanal, além da orientação social”⁴⁶, com o propósito de “mudar hábitos” dos indígenas Xukuru-Kariri.

Após ser anunciada a execução do projeto, que também visava treinamentos para parteiras que atuavam nas aldeias⁴⁷ e, frequentemente, procuravam trabalho em outros estados, a FUNAI informou a impossibilidade de comparecer ao lançamento do projeto⁴⁸. Não sabemos se projeto da LBA foi implementado, todavia, a negligência da FUNAI, as invasões dos fazendeiros⁴⁹ e soltura de gado nas lavouras indígenas⁵⁰, observadas na documentação consultada, incentivaram mais deslocamentos de indígenas Xukuru-Kariri para trabalhar em “casas de famílias” no Sudeste do país em fins do século XX, bem como fortaleceu as mobilizações por retomadas territoriais e exigência no cumprimento de direitos conquistados e reconhecidos constitucionalmente.

Por um lado, os estudos sobre os mundos do trabalho indígena no Nordeste são residuais, principalmente quando observamos o contexto de negação fundiária e de condições dignas para os indígenas Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios, rotulados como “preguiçosos e arruaceiros”, conforme discutimos em outro texto⁵¹. Em se tratando das discussões sobre as mulheres indígenas em atividades domésticas, encontramos estudos relegando-as à passividade da posição social ocupada, um discurso de subalternização e menosprezo profissional.

Por outro lado, as pesquisas que realizamos contribuíram para evidenciar outras relações sociais envoltas nos processos de trabalho, pois, estava em jogo a demarcação territorial e rompimento da estrutura fundiária tradicional, centrada na figura dos fazendeiros como invasores dos territórios indígenas, consolidando a exploração da mão de obra Xukuru-Kariri nos mundos do trabalho, a exemplo da mulheres indígenas trabalhando em “casas de famílias” e acentuando as mobilizações indígenas pelas reconquistas territoriais em Palmeira dos Índios.

⁴⁶“Legião tem projeto para mudar hábitos dos índios xucurus de Palmeira”. In: **Jornal Gazeta de Alagoas**, Maceió, 06/08/1976. Disponível no acervo do GPHIAL.

⁴⁷“LBA vai assistir índios Xucurus”. In: **Jornal de Alagoas**, Maceió, 06/08/1976. Disponível no acervo da Biblioteca Pública Municipal Graciliano Ramos, em Palmeira dos Índios/AL.

⁴⁸“FUNAI adia lançamento de projeto Xucurus”. In: **Jornal de Alagoas**, Maceió, 10/08/1976. Disponível no acervo da Biblioteca Pública Municipal Graciliano Ramos, em Palmeira dos Índios/AL.

⁴⁹As invasões aos territórios indígenas em Palmeira dos Índios favoreciam o uso da mão de obra Xukuru-Kariri em fazendas: “tem 14 famílias que moram na Aldeia (Mata da Cafurna) e trabalham nas propriedades alheias plantando capim, por falta de terra”. In: **Carta enviada por indígenas Xukuru-Kariri à FUNAI, pedindo agilidade na demarcação territorial**, Palmeira dos Índios, 20/10/1987. Disponível no acervo do GPHIAL.

⁵⁰Prática comum no território Xukuru-Kariri desde meados do século XIX. Ver TORRES, 1974, p. 41.

⁵¹Ver ROCHA, Adauto Santos da. **Xukuru-Kariri: migrações, cotidiano e dimensões do trabalho indígena em Alagoas e no Sudeste do país (1952-1990)**. Maceió: Editora Olyver, 2020.

A DEFESA DOS "VINHOS DO SUL" E A REPÚBLICA em PORTUGAL: o "Paladino José Relvas" e a mobilização de comunidades rurais em três momentos chave: 1907/1908; 1914/17; e 1927/29

José Raimundo Noras²

RESUMO

A partir de um breve percurso biográfico de José Relvas, com enfoque no seu envolvimento no associativismo agrário, analisaremos o seu papel como líder vitivinícola em três momentos chave, nas vésperas da revolução republicana (1907/1908); em anos de crise do novo regime republicano (1914/1917); e após o colapso deste, quando a ditadura se consolidava (1927/1929). As formas de mobilizações das elites agrárias nos três momentos diferentes de contestação por parte dos vitivinicultores do Centro e do Sul, aparentemente, foram idênticas, tendo as reivindicações económicas, de certo modo, se associado a diferentes agendas políticas, com sucessos variáveis. De que modo, as comunidades e elites rurais foram protagonistas de momentos revolucionários a partir de “lutas agrárias” e qual particular preponderância de José Relvas como um dos líderes desses processos, ao mesmo tempo que se reivindicava de um discurso conservador e liberal, serão os problemas a que procurámos dar respostas.

Palavras-chave: República; republicanismo; agrarismos; viticultura; José Relvas.

THE DEFENSE OF THE "SOUTHERN WINES" THE REPUBLIC in PORTUGAL: the "Paladino José Relvas" and the mobilization of rural communities in three key moments: 1907/1908; 1914/17; and 1927/29

ABSTRACT

Based on a brief biography of José Relvas, focused on his involvement in agrarian associations, we will analyse his role as a wine leader in three key moments, on the eve of the republican revolution (1907/1908); in years of crisis of the new republican regime (1914/1917); and after collapse of the I Republic, when the dictatorship was in its early years (1927/1929). The forms of mobilization of the agrarian elites in those three different moments by the winemakers in the Centre and the South of Portugal, apparently, were identical, with the economic demands being associated with different political agendas, with variable successes. In what way rural communities and elites were protagonists of revolutionary moments based on “agrarian struggles” and what particular preponderance of José Relvas as one of the leaders of these processes, while claiming a conservative and liberal discourse, will be the problems we aim to answer.

Keywords: Republic; republicanism; agrarism; wineculture; José Relvas

¹ Texto escrito em português utilizado em Portugal, seguindo as normas do acordo ortográfico de 1990.

² Licenciado em história, mestre em história da arte (Universidade de Coimbra). Aluno de doutorado em história (PIUDHist). Centro de História da Universidade de Lisboa (CH-ULisboa). Email: jmnoras@gmail.com.

LA DEFENSA DE LOS "VINHOS DEL SUL" Y LA REPÚBLICA em PORTUGAL: el "Paladino José Relvas" y la movilización de las comunidades rurales en tres momentos clave: 1907/1908; 1914/17; y 1927/29

RESUMEN

A partir de una breve biografía de José Relvas, centrándonos en su implicación en las asociaciones agrarias, analizaremos su papel como líder vitivinícola en tres momentos clave, en vísperas de la revolución republicana (1907/1908); en años de crisis del nuevo régimen republicano (1914/1917); y después de su colapso, cuando se consolidó la dictadura (1927/1929). Las formas de movilización de las élites agrarias en los tres diferentes momentos de contestación de los vitivinicultores en el Centro y el Sur, aparentemente, fueron idénticas, estando las demandas económicas, en cierto modo, asociadas a diferentes agendas políticas, con aciertos variables. De qué manera las comunidades y élites rurales fueron protagonistas de momentos revolucionarios basados en las “luchas agrarias” y qué preponderancia particular de José Relvas como uno de los líderes de estos procesos, mientras reivindica un discurso conservador y liberal, serán los problemas que intentamos resolver.

Palabras clave: República; republicanismo; agrarismo; viticultura; José Relvas.

Introdução: José Relvas entre o associativismo e a política

José Relvas (1858-1929) nasceu no seio de uma burguesia agrária com ligações à aristocracia de tradições liberais. Genericamente, com exceção de seu pai, reservando-se um papel de “influente”, as principais figuras do seu “clã” tiveram papéis e funções políticas. Depois de uma juventude discreta e de “anos de afirmação” como gestor vitivinícola, Relvas emergiu como um dos principais líderes do movimento dos “vinhateiros do Sul”, contra um alegado favorecimento do Norte e, em particular, dos vinhos do Porto. Contrariamente, a outros movimentos anteriores, a partir de determinada altura este *gentleman farmer* veio a romper com o sistema monárquico liberal, onde a sua família desenvolvera fortes complicitades e fizera fortuna, para alinhar no campo republicano e para este campo atrair uma boa parte dos seus amigos lavradores, bem como as comunidades rurais onde este seriam inseriam. A República, porém, não chegou a resolver as clivagens Norte / Sul sobre a liberdade de iniciativa vitivinícola. O mesmo modelo de atuação que lhe tinha servido para questionar a Monarquia, virá depois, em momentos distintos, a ser utilizado contra vários governos republicanos, bem como contra o regime ditatorial, saído do golpe de estado de 1926. Neste artigo, pretendemos

A DEFESA DOS "VINHOS DO SUL" E A REPÚBLICA em PORTUGAL: o "Paladino José Relvas" e a mobilização de comunidades rurais em três momentos chave: 1907/1908; 1914/17; e 1927/29

contextualizar essas movimentações dos líderes agrários, perspetivando quanto e de que forma elas são representativas das comunidades rurais onde estes viveram e atuaram.

Esta nossa análise preliminar destes movimentos do que podemos chamar elites agrárias portuguesas nasceu uma tese biográfica sobre José Relvas e, aparentemente, nada teria a trazer ao debate sobre as “vozes excluídas dos discursos da história”. Recusamos essa leitura linear do passado, tomando por repto as conclusões de Anaclet Pons quando afirma:

[...] la historia no se descentra simplemente porque se otorgue visibilidad a los que hasta ahora han estado ocultos o en sus márgenes. Los relatos, a veces incluso los de los poderosos, revelan la complejidad de la experiencia humana, hasta el punto de que impugnan las categorías con las que estamos acostumbrados a pensar el mundo [...].³

126

Vários membros da sua família materna (os Silva Mendes) exerceram cargos políticos, tendo um imaculado passado liberal na guerra contra os “miguelistas”. Os Relvas do Ribatejo eram oriundos da Beira Baixa e fizeram fortuna explorando terras na lezíria do Tejo e no Nordeste alentejano. O pai, Carlos Relvas, beneficiou já de uma fortuna considerável corporizando os ideais românticos de lavrador, *sportsman* e artista. Não teve carreira política, mas foi bastante influente nos bastidores da mesma⁴. José Relvas estudou em Coimbra (Seminário Diocesano e Universidade), concluindo a formação em Lisboa. Aí, tomou contacto com novas ideias políticas e económicas, como o krausismo e o utilitarismo, entre outras. Nesses meios, conheceu várias gerações de influentes republicanos⁵. Casou-se, com a prima segunda Eugénia de Loureiro Mendes e passou a gerir o património agrícola da família paterna (Ribatejo) e da mulher (Beiras). Com um perfil bastante mais discreto que seus antecessores, até meia-idade apenas foi conhecido como lavrador, homem de negócios e, nos meios culturais, como músico amador, crítico e colecionador.

Envolveu-se na política durante as “lutas agrárias” contra os governos de João Franco. Nesse contexto, aderiu formalmente ao Partido Republicano. Participou em reuniões, comícios

³ PONS, Anaclet. “De los detalles al todo: historia cultural y biografías globales.” **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, n.º 12, agosto de 2013, pp. 156-175, disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/515>, [consultado em 19/02/2018].

⁴ OLIVEIRA, Paulo. **Carlos Relvas e a sua Casa Estúdio/Carlos Relvas and his studio house**, prefácio de José Veiga Maltez, versão inglesa de Ana Mónica Oliveira, Golegã: Câmara Municipal da Golegã/Ministério da Cultura, 2006, [Ed. bilingue português/inglês]; FERNANDES, Paulo Jorge. **Mariano Cirilo de Carvalho – O «poder oculto» do liberalismo progressista (1876-1892)**, Lisboa: Assembleia da República e Texto Editores, 2010.

⁵ RELVAS, José. **Memórias Políticas**. Lisboa: Terra Livre, 1977, vol. I, p. 70.

e conspirações e esteve no lado certo da barricada quando os republicanos venceram a 5 de outubro de 1910. Participou na proclamação de República, na varanda da Câmara Municipal de Lisboa. Foi Ministro das Finanças entre 1910 e 1911. Foi de facto “embaixador” em Madrid, entre 1911 e 1913, situação que acumulou com o mandato de Senador, o qual exerceu apenas durante 1914. Nesse ano, entrou conflito com a linha política de Afonso Costa e, sem conseguir “congregar as direitas”, abandonou a política. No caos social do primeiro pós-guerra, perante a ameaça de guerra civil com a proclamação da Monarquia do Norte, aceitou chefiar um “governo de concentração republicana” em 1919, abrangendo todo o espectro político da época. Esse curto governo marcou o fim das tentativas de revolta monárquica armadas. Uma vez mais o seu projeto de um “grande partido conservador” falhou e, por isso, afastou-se definitivamente. Até sua morte não voltou a ter cargos políticos de relevo, mas nunca abandonou a sua grande causa política: a defesa dos vinhos do Sul⁶.

Breve abordagem do ativismo agrário de José Relvas, de 1886 a 1907

O ativismo social de José Relvas radicava nas causas agrícolas relacionadas com o que poderíamos chamar de “proprietários-agricultores”, ou seja proprietários que acompanhavam a gestão e os trabalhos das terras, por oposição ao que histograficamente se viria a conhecer como “proprietários-absentistas”, confiando essa gestão a terceiros. No manuscrito de “memórias agrárias”, deixado inédito, José Relvas foi crítico desse tipo gestão, demonstrando desconfianças em relações aos feitores, bem como a arrendatários. Em traços gerais, decorre desse documento posições próximas dos fisiocratismos.

Preocupações similares, levaram-no, em conjunto, com outros agricultores da Golegã a defender leis de proteção ao setor cerealífero, justificando-as não apenas como uma proteção do capital investido na agricultura, mas, sobretudo, a defesa dos agricultores e assalariados. Podemos duvidar destas intenções? O historiador e biógrafo Paulo Oliveira interpretou-as com

⁶ Para biografias mais completas sobre José Relvas vejam-se os seguintes trabalhos: **José Relvas**: o conspirador contemplativo [catálogo da exposição], Lisboa: Assembleia da República, 2008; **José Raimundo Noras, Fotobiografia de José Relvas (1858-1929)**, prefácio de Mário Soares, introdução de João Bonifácio Serra, [transcrições e colaboração de Laurinda Paz] Leiria: Imagens & Letras, 2009; BATISTA, Vanessa. **Uma Diplomacia Estratégica: José Relvas em Madrid (1911-1913)**, tese de mestrado em História, na especialidade de História Moderna e Contemporânea, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL), sob a orientação da Professora Doutora Teresa Nunes, Lisboa: UL, 2016, [disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/24692>, consultado em 18/12/2017], está a aguardar provas pública a nossa tese de doutoramento com o tema **A ação política e ideário social de José Relvas (1858-1929)**, na qual se baseia o presente artigo.

A DEFESA DOS "VINHOS DO SUL" E A REPÚBLICA em PORTUGAL: o "Paladino José Relvas" e a mobilização de comunidades rurais em três momentos chave: 1907/1908; 1914/17; e 1927/29

a «uma defesa dos agricultores pobres»⁷. Este protesto esteve integrado num clima mais amplo de crítica ao aumento da carga fiscal, associado à queda do último governo de Fontes Pereira de Melo⁸. Este tipo de reivindicações veio dar origem a um regime de proteção da produção cerealífera, o qual protegendo proprietários e produtores, viria a ser ter com responsável do aumento do custo do pão, nos centros urbanos e não só. No entendimento liberal destes agricultores, a defesa da propriedade também implicava deveres económico-sociais e, até, morais, sobre esta. Por lado, este regime de proteção cerealífera virá a ser defendido como forma de melhorar salários no setor primário. Não será de desconsiderar, que pequenos proprietários e mesmo assalariados se revissem, politicamente, na denúncia do perigo da concorrência externa num país fortemente agrícola. Simultaneamente, com algum perigo de uma leitura presentista, podemos ver um certo paternalismo no documento dos “líderes agrários” sobre “voz do trabalhador obscuro, sulcando o chão com a sua enxada”, que queriam levar ao parlamento.

De qualquer modo, o documento subscrito por José Relvas em 1886 identificava problemas económicos de base estrutural, agravados por uma conjuntura específica do contexto da chamada “crise da filoxera”, os quais não seriam resolvidos nas décadas subsequentes:

[...] 1.º Uma considerável produção de vinho, e um desequilíbrio no consumo. / 2.º Uma desproporção entre as necessidades do consumo e a produção nacional de cereaes, quasi eliminada por agravação da crise actual. / 3.º E, como consequencia, um numerario avultado, exportado anualmente para o estrangeiro com reconhecido beneficio do inimigo e manifesto prejuizo nacional. [...] Porque sendo o commercio e industria entre nós na maxima parte derivados(?) da agricultura, e esta sofrer tão essencialmente nas suas fontes de produção o commercio e a industria soffrerão um estacionamento, ou melhor, uma transformação, e o consumidor atravessará uma crise mais perturbadora do nosso meio social, do que será aquella que nos possa vir d’uma bancarrota parcial. [...].⁹

⁷ OLIVEIRA, Paulo. **Carlos Relvas e a sua Casa Estúdio**, p. 96 e nota na p. 175 onde cita “Representação de 12/05/1885”, *Copiador das representações de 1881 até 1917*, (Câmara Municipal da Golegã).

⁸ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal**, vol. IX – O terceiro liberalismo (1851-1890), Lisboa: Editorial Verbo, 1986, pp. 67 a 71. Sobre provavelmente o político mais marcante da segunda metade do século XIX português veja-se MÔNICA, Maria Filomena. “Melo, António Maria Fontes Pereira de (1819-1887). In: MÔNICA, Maria Filomena (coord.), **Dicionário biográfico parlamentar 1834-1910**, Lisboa: Assembleia da República, vol. II, pp. 827- 831; bem como a abordagem biográfica de fundo da mesma autora: **Fontes Pereira de Melo**: uma biografia, Lisboa: Alêtheia, 4.ª edição revista 2009.

⁹ RELVAS, José (et. all.). “Cópia da representação à Camara dos Senhores Deputados, pedindo providencias [em] respeito à crise cerealífera”, sessão camarária, 12/02/1885. **Copiador das Representações de 1881 a 1917**, Câmara Municipal da Golegã (CMG).

Identificados estes problemas (excesso de produção de vinho; falta de cereais; balança comercial desfavorável), a adoção de medidas protecionistas, no caso específicos dos cereais beneficiariam a todos, sobretudo aos mais pobres, permitindo melhorar salários. Não existia contradição neste texto e na defesa subsequente de um sistema económico liberal, uma vez que não havia nenhum compromisso com o chamado “livre-cambismo” no pensamento destes agrários, mas antes subscrição de um liberalismo interno e protecionismo externo, no que respeita aos cereais (e não só) e a defesa “negócios estrangeiros” na base da reciprocidade e não «*com reconhecido beneficio do inimigo*» o qual poderia corporizar qual nação externa que obstaculizasse o desenvolvimento autóctone, (associado a novos países produtores de carne e de cereais em larga escala, como os Estados-Unidos-América e a Argentina).

Não se conhece outra intervenção associativa ou política de José Relvas até 1894. Entre 1894-1896, José Relvas participou na fundação do Sindicato Agrícola de Alpiarça¹⁰. Tratava-se de uma das primeiras agremiações de lavradores no Ribatejo, nesse contexto¹¹, visando: a “representação dos legítimos interesses dos lavradores”; a educação agrícola (estudos, conferências, experiências de campo e organização de uma biblioteca); e o apoio no acesso ao crédito, entre outros benefícios¹². A inscrição neste sindicato era limitada regionalmente a Alpiarça, falando em agricultores e “profissões afins”. As quotizações eram significativas¹³, tornam inviável a participação de assalariados agrícolas, a qual não seria porventura socialmente aceite¹⁴.

¹⁰ **Sindicatos agrícolas e camaras de commercio portuguezas: decreto de 5 de Julho de 1894**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1894; Carlos Consiglieri, Marília Abel e Horácio Reigado, “Introdução” em *Economia e Acção de José Relvas*, Alpiarça: Câmara Municipal de Alpiarça [e Editorial Caminho], 1986, p. 27; Ana Bernardo, **O associativismo agrícola português no Liberalismo e na 1ª República: os sentidos de um percurso**, p. 19, disponível em linha em: <http://hdl.handle.net/10174/4402>.

¹¹ **Estatutos do Sindicato Agrícola de Alpiarça**, Lisboa: imprensa Nacional, 1896.

¹² **Estatutos do Sindicato Agrícola de Alpiarça**, 1896, artigo 4.º, pp. 5-6.

¹³ De acordo com os estatutos a “joia dos sócios fundadores” foi fixada em 5\$000 réis e a quota anual em 2\$400 réis em prestações mensais. No entanto, os novos sócios pagariam 10\$000 réis de joia no mínimo, indexada aos fundos do sindicato rateados por todos os associados. Comparativamente, Rui Ramos orça em 28\$700 réis uma passagem para Paris em segunda classe, para o mesmo período, correspondendo a uma semana de vencimento de um funcionário público de hierarquia superior e a um mês de contínuo ou amanuense (Rui Ramos, **A segunda fundação em História de Portugal**, José Mattoso (dir.), vol. VI, p. 18). Por outro lado, com base nas **Memórias da Administração** poderemos supor que o vencimento anual de um feitor, 200\$000 anuais, se mantivesse num patamar semelhante. Para um nível de rendimento semelhante, a quotização e joia deste sindicato representaria 6,2% do vencimento anual. Em contrapartida, tendo em conta os mesmos dados, esse nível de quotização representaria 0,21% do rendimento anual de um proprietário como Carlos Relvas.

¹⁴ Entre os 19 sócios fundadores, parece-nos interessante verificar que, pelo menos cinco viriam a aderir, anos depois, ao movimento republicano, pertencendo ao chamado “grupo de Alpiarça”, com cinco simpatizantes da República, em 19 agrários, temos uma percentagem futura de 21,1% de “futuros republicanos”.

A DEFESA DOS "VINHOS DO SUL" E A REPÚBLICA em PORTUGAL: o "Paladino José Relvas" e a mobilização de comunidades rurais em três momentos chave: 1907/1908; 1914/17; e 1927/29

Não conhecemos outras participações associativas relevantes de José Relvas até à reunião de vitivinicultores do Centro e do Sul do país, realizada no Hotel Bragança (Lisboa), 1901, da qual se conservam atas. Num contexto de crise de superprodução de vinho, perante ameaças quer de produção intensiva de vinha no Alentejo, quer de restrição governamental do plantio, essa reunião foi convocada pelo Sindicato Agrícola de Alpiarça¹⁵. Nesse encontro foram representados 69% dos sindicatos agrícolas existentes à data no país¹⁶, notando-se a ausência das regiões do Douro e da Madeira, cujos interesses a comissão eleita não representava¹⁷. Os viticultores reuniram consenso em aceitar uma redução de 33% no plantio de vinha, salvo nas terras de encosta e outras certificadas tecnicamente onde não fosse viável outro tipo de cultura, sendo José Relvas eleito para uma comissão onde iria apresentar esta conclusões ao Governo¹⁸. Uma vez mais o liberalismo, ou até o utilitarismo dos princípios, implicava adoção de medidas restritivas da iniciativa privada uma vez que «*plantar nas ricas várzeas chega a ser um crime*»¹⁹, num país com excesso de vinho e carência de pão. No mesmo esquema mental, a petição da comissão ao Governo da Monarquia, presidido por Hintze Ribeiro, também alertava para os perigos da concentração monopolista, sobretudo estrangeira, do setor vinícola que conduzisse à penúria pequenos e médios proprietários²⁰. Ao mesmo tempo, a imprensa focou autonomização do ativismo dos sindicatos agrícolas em relação à RACAP²¹.

¹⁵ Veja-se a circular do Sindicato Agrícola de Alpiarça, “Convocatória para reunião em Lisboa a proibição da cultura da vinha e temas afins”, Alpiarça, 18/07/1901, 2 pp. imp., AHCP, cx. 103, pasta “**Sindicato Agrícola de Alpiarça**”, (PT/AHCP/FR/JMR/A/04/103); Sindicato Agrícola Nelas (José Caetano dos Reis, Manuel Marques da Silva, Augusto Rosado), *Aos Nossos Camaradas Viticultores*, Nelas, 2/07/1901, Viseu: Tipografia de A Folha, 2 fl. imp., AHCP, cx. 103, pasta “Real Companhia Vinícola de Portugal”, (PT/AHCP/FR/JMR/A/04/103).

¹⁶ “Questão Vinícola (doc. 1)” em *Elementos para a História da 1.ª República – A Economia e acção de José Relvas*, introdução, notas e selecção de textos de Carlos Consiglieri e Marília Abel Horácio Reigado, Alpiarça: Câmara Municipal de Alpiarça, 1986, p. 152 e Vanessa Batista, *Uma diplomacia estratégica: José Relvas em Madrid*, pp. 17-18.

¹⁷ Veja-se Conceição Andrade Martins, “A «era de progresso» da viticultura nacional (capítulo 2)”, em *Memória do Vinho do Porto*, direcção e prefácio de António Barreto, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1990, p. 83 e, citando a ata, “Questão Vinícola (doc. 1)” em *A Economia e a Acção de José Relvas*, p. 183.

¹⁸ Vanessa Batista, *Uma diplomacia estratégica: José Relvas em Madrid*, pp. 17-18. Para a composição da comissão veja-se “Questão Vinícola (doc. 1)” em *A Economia e a Acção de José Relvas*, p. 183.

¹⁹ “Questão Vinícola” em *O Século*, Lisboa, ano 21, nº 7039, 10/08/1908, p. 2. (Livro de Recortes, AHCP, cx. 105).

²⁰ O documento está integralmente publicado como “Exposição ao Sr. Presidente do Conselho de Ministros (doc. 2)” *A Economia e a Acção de José Relvas*, org. Carlos Consiglieri (et. al.), pp. 187-198; e temos referência da impressão original em *Exposição que sobre a crise vinícola foi presente a Ex.mo Sr. Presidente do Conselho de Ministros, Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro, pela comissão delegada da Assembleia de Sindicatos Agrícolas, e teve lugar em 8 de Agosto de 1901*, Lisboa: A Comissão Delegada, 14/09/1901 [4 fl. imp.], AHCP, cx. 103, (PT/AHCP/FR/JMR/A/04/103).

²¹ “Reunião dos Syndicatos Agrícolas”, em *O Popular*, Lisboa, 10/08/1908, p. 2. (Livro de Recortes, AHCP, cx. 105).

Neste documento, discursos, atas e periódicos não fica claro se as comunidades rurais onde estes agricultores proprietários se inseriam secundavam as suas posições políticas. As razões económicas parecem as mais compreensíveis por uma população que na sua vasta maioria dependente de salários e de rendimentos agrícolas, independentemente das opções políticas que lhes estavam subjacentes. Não está claro, na investigação que desenvolvemos, onde termina o paternalismo político sobre as comunidades rurais e onde começou o verdadeiro carisma dos seus líderes. De qualquer forma, José Relvas, entre outros, a montante e a jusante da República, não defenderam uma rutura com o sistema de valores herdado do liberalismo. Pretenderam sobretudo reforça-lo garantindo que a propriedade privada era protegida nas leis fundamentais, quer de antigos direitos nobiliárquicos ou eclesiásticos, quer pressões financeiros de tendência monopolista, externas ou internas. De facto, podemos considerar que esta defesa consistente da propriedade não seria atrativa para grande massa de trabalhadores rurais. Por outro lado, na diversificada estrutura da propriedade, essa mensagem seria atrativa para muitos pequenos e médios proprietários, cujo predomínio a norte do Tejo, era considerável²².

Entre a crise vinícola de 1907/1908 e a “conversão republicana”

A par dos movimentos de vitivinicultores o país modificava-se, mudando de roupagens políticas. Os maiores partidos políticos cindiam-se em novas forças no que se pode considerar o esboroar desse sistema partidário. Rui Ramos explica que não se tratava de «*tendências ou fações normais*», mas de «*novos velhos protagonistas que organizavam partidos militantes*» com «*jornais e centro de propaganda*»²³. Este historiador considerou que a dissolução dos grandes partidos vinha colocar o Rei no centro da vida política, funcionando agora como a «*chave do poder*». O “chefe da monarquia” não corporizava a “neutralidade política” de outrora e via-se questionado com os restantes agentes do sistema²⁴.

A crise de superprodução afetou o principal setor exportador do país: o do vinho, do qual dependia não apenas muitos proprietários e seus assalariados, como também, indiretamente grande parte do tecido económico das regiões produtoras de vinho. Analisando a

²² David Pereira, “A Sociedade”, em Fernando Rosas Maria Fernanda Rollo (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa: Tinta da China, 2010, pp. 79-92.

²³ Rui Ramos, *A Segunda Fundação*, em *História de Portugal*, José Mattoso (coord.), vol. VI, p. 249.

²⁴ *Idem, ibidem*, vol. VI, pp. 249-251. Sobre a sequência de governos neste período veja-se por exemplo Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal - A Queda da Monarquia*, Lisboa: Editorial Verbo, 2.ª edição, 2003, vol. X, pp. 106-126.

A DEFESA DOS "VINHOS DO SUL" E A REPÚBLICA em PORTUGAL: o "Paladino José Relvas" e a mobilização de comunidades rurais em três momentos chave: 1907/1908; 1914/17; e 1927/29

documentação disponível da gestão agrária de José Relvas, verificamos no que não foi caso único, que este tinha se afastado da dependência dos setores da cortiça e do azeite para ter no vinho a principal fonte de rendimento agrícola²⁵. Trata-se de processo que parece ter sido utilizado por vários agricultores onde vinho sendo tradicional, não era até então, explorado com verdadeira dimensão comercial e/ou exportadora²⁶.

No norte do país, a defesa de medidas protecionistas em relação à chamada região demarcada do Douro inspirou a suas elites, a chamada “questão duriense” teve vários nuances e roupagens, contexto onde se inseriu o movimento dos Paladinos, estudado por Carla Sequeira²⁷. No Sul, os produtores reuniram em Alpiarça com um caderno de encargos objetivo perante a crise: a) rejeição da restrição da barra do Douro aos restantes vinhos do país; b) restrição do plantio da vinha a sul do Mondego em determinado tipo de terrenos (onde já não houvesse vinha e fossem habilitados a outras culturas); c) liberdade de produção e comércio para vinhos licorosos de todas as regiões, possibilitando a sua exportação; d) aumento da escala alcoólica dos vinhos destinados a consumo em Lisboa; e) supressão do álcool industrial com a expropriação das fábricas portuguesas; f) proibição da destilação na região do Douro e limítrofes.²⁸ As limitações do plantio e a restrição do uso de álcool não vínico era consensual a Norte e Sul, porém muito reclamavam a criação de entreposta comercial exclusivo em Vila Nova de Gaia e acusavam o Sul de ter um papel ativo nas falsificações de vinho do Porto.

Os comissionados do Sul defendiam a necessidade de liberdade comercial para manter aberta a outros vinhos a barra do Douro, propondo, aliás que o porto de Lisboa se tornasse uma zona franca. Porém, a grande bandeira deste comício foi a ideia de liberdade de produção e comércio de vinhos licorosos em todo o país, respeitando-se apenas as regras acordadas de restrição de plantio. Ao mesmo tempo, as causas estritamente políticas parece já ter sido faladas em Alpiarça, nas notas de José Relvas existem referências ao “voto livre”.

Apesar da manutenção de negociações com os governos do João Franco, cuja rutura total só se consumaria em Maio de 1907, a escalada política das reivindicações do Sul e de José

²⁵ José Relvas [et. al.], Sindicato Agrícola de Alpiarça, “Problema nacional – Os vinhos do Sul” em *Correio da Extremadura*, Santarém, ano 16, n.º 802, 25/08/1906, p. 1.

²⁶ *Idem, ibidem*, p. 1.

²⁷ Carla Sequeira, *A questão duriense e o movimento dos Paladinos, 1907-1932. Da Comissão de Viticultura Duriense à Casa do Douro*, Santa Maria da Feira: Grupo de Estudos da História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto e Comissão Interprofissional da Região Demarcada do Douro, col. “Cadernos da Revista *Douro Estudos e Documentos*”, n.º 5, 2000, pp. 106-121.

²⁸ José Relvas, “Comício de 14 janeiro – Alpiarça”, 14/01/1907, 13 fl. ms. (AHCP, Biblioteca. “Questão Económica Portuguesa”, Livro de recortes).

Relvas em particular tornava-se evidente. O destacado republicano João Chagas, num texto humorístico, dirigiu-se a um “vitivinicultor desconhecido”, sobre agitação dos últimos meses “na província e no país”, desta forma:

[...] Não se faz uma revolução para resolver uma questão de vinhos. / Não lhe parece? / Objectará v. talvez que a questão dos vinhos vem juntar-se á tantas outras, por igual urgente resolução e que as intuições conservadoras se mostram incompetentes para resolver. [...] / Reivindique embora a revolução. Uma revolução é precisa – para arejar. Isto não é um paiz. É uma casa fechada. Reivindique a necessidade de abrir as janelas, mas faça-o por forma que se não imagine que é só para arejar as adegas²⁹.

Este texto carregado de ironias, não dirigia apenas a José Relvas, nome não mencionado. João Chagas e, nesta altura parte considerável do movimento republicano, com cautelas para não hostilizar as outras partes (sobretudo o Douro), procurava capitalizar o descontentamento a Sul. A “questão de vinhos” não seria motivo para a revolução, mas sem revolução não resolveria nem esse problema, nem qualquer outro “num país que era uma casa fechada”.

A legislação vinícola de João Franco veio consolidar o regime das regiões demarcadas, criando aliás mais algumas para além das tradicionais Douro e Madeira. Esta situação não vedava a produção de vinhos a Sul, nem o comércio de outros vinhos licorosos, apesar de limitar na prática a sua exportação, medida era especialmente lesiva dos proprietários ribatejanos, os quais já demonstravam interesses no comércio internacional desse tipo de vinho (o abafado)³⁰.

Em desacordo com estas medidas e cada vez mais descrente de qualquer possibilidade de mediação política com João Franco, José Relvas veio aderir formalmente à causa republicana em maio de 1907. Como referimos, entre elites aristocráticas e culturais, seriam conhecidas quer as suas antigas simpatias republicanas, quer, sobretudo, a proximidade ao Partido Progressista e todo o passado político da família. Também no caso de Relvas era esse passado e uma vida perfeitamente integrada no sistema monárquico constitucional que tornava mais impactante a sua decisão política.

²⁹ João Chagas (João Rimanso), “Carta a um vinicultor, sobre Almeirim e Alpiarça nas suas relações com a Revolução”, em *Parodia*, Lisboa, 9/03/1907, (“Questão Económica Portuguesa – Recortes”, Biblioteca, AHCP); texto integral também incluído em *José Relvas: o Conspirador Contemplativo*, João Bonifácio Serra (coord.), p. 76.

³⁰ Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. IX, pp. 396-397; Vanessa Batista, *Uma Diplomacia Estratégica* [...], p. 19; decreto n.º 1 de 10 de maio de 1907, *Diário do Governo* n.º 104, 11/05/1907; bem como, sobretudo a legislação posterior: *Fomento Vinícola – Carta de 18 de setembro de 1908*, Lisboa: Ministério das Obras Públicas e Imprensa Nacional, 1908, disponível em linha em: <http://purl.pt/30065>, [consultado em 8/02/2019].

A DEFESA DOS "VINHOS DO SUL" E A REPÚBLICA em PORTUGAL: o "Paladino José Relvas" e a mobilização de comunidades rurais em três momentos chave: 1907/1908; 1914/17; e 1927/29

Embora os movimentos da sua decisão fossem política e agrário, José Relvas procurou não confundir as causas e abdicou das suas participações na Junta Agrícola para militar no Partido Republicano. Deixou-nos uma memória, em jeito de nota à imprensa de tal reunião tida a 23 de maio de 1907, onde confessa aos conterrâneos a sua decisão. No mesmo relato assistimos à “conversão republicana” do lavrador José Malhou, fazendo na política “o mesmo caminho do senhor Relvas”, terminando com uma alusão bíblica, considerou:

[...] Fez-se a crise, rasgou-se a estrada de Damasco, e [José Malhou] vae para a republica confiado que ella salvará ainda o nosso paiz do lance temeroso que o lançaram as aventuras monarchicas. / Toda a assemblea se levanta num ímpeto de enthusiamos aplaudindo calorosamente o Senhor Malhou e acorrendo à mesa da presidência para deixar [papel] com o eu nome, que foi o de todos os assistentes em numero superior a trezentas pessoas estabelecido o compromisso(?) da sua adesão ás ideas explanadas pelos dous oradores³¹.

134

Tratou-se de uma descrição quase cenográfica da adesão de 300 pessoas à causa republicana. O relato demonstra também o elevado grau de influência que homens com as características de Relvas tinham nas regiões onde atuavam economicamente. Na realidade, podemos integrar este exemplo num conjunto de pequenos ou grandes comícios, onde os líderes locais “republicanizavam” as massas de camponeses, de rendeiros e/ou de jornaleiros, bem como também de médios proprietários e de comerciantes, de alguma forma descontentes com o sistema monárquico e com os caminhos económicos do país.

Este documento esclarece, sem dúvidas, as razões políticas da sua escolha na adesão ao Partido Republicano³², correlacionadas com as reivindicações dos agrários do Sul, mas junto dos quais justificou uma renúncia ética a responsabilidades associativas. Esta atitude não foi isenta de crítica no seio desse movimento, entendida por alguns como um comprometimento desnecessário e, mesmo, por outras leituras, como mera estratégia ou até “negócio político”. Na verdade, sem nunca se alhear dos problemas agrícolas, nem da gestão corrente das suas herdades, a ação política de José Relvas e dos vários líderes alpiarcenses que o acompanharam a partir daqui tomou outro rumo e um carácter fundamentalmente político.

³¹ José Relvas, “Reunião no Teatro de Alpiarça (notícia para imprensa)”, 23/05/1907, 10 fl. ms. AHCP, Biblioteca, “Questão Económica Portuguesa”, 1.ª série, vol. 1, p. 33, [livro de recortes], fl. 7 e 8.

³² João Bonifácio Serra, “O Dirigente Político”, em *José Relvas: o Conspirador Contemplativo*, p. 71; Vanessa Batista, *Uma Diplomacia Estratégica: José Relvas em Madrid*, p. 19 e relato do próprio José Relvas, *Memórias Políticas*, vol. I, pp. 22-24.

Não temos por objetivo neste artigo historiar o papel dos líderes agrários no republicanismo ou na revolução republicana. Procurámos antes perspetivar, como num momento imediatamente anterior à República e depois em vários momentos marcantes deste regime as estratégias de mobilização política das comunidades rurais parecem ter sido idênticas e as políticas vitivinícolas ocuparam um espaço central nos debates político.

A partir de 1907, tendo presente suas antigas aspirações, o primeiro objetivo da atuação de José Relvas passa a ser o da mais rápida substituição do regime monárquico pelo republicano. Para isso, participou em comício por todo o país, foi eleito para a direção do Partido, organizou conferências públicas sobre temas económicos, participou em reuniões conspirativas. Poucos meses antes da revolução e quando esta já parecia um dado adquirido, participou numa viagem a Paris e a Londres para sensibilizar os grandes centros geoestratégicos para a mudanças de regime em Portugal. Durante a revolução, da qual nos deixou um dos mais vivos relatos³³, participou no núcleo civil organizado e viria a ser um dos três homens proclamar a República na manhã de 5 de outubro de 1910. Nos dias seguintes, num processo político que merece outro tipo de análise, José Relvas veio a integrar o Governo Provisório como Ministro das Finanças.

A República não alterou substantivamente a legislação vitivinícola de 1908. Um novo *status quo* parecia imperar. Com a recusa do álcool industrial, os do Sul contemporizavam com a restrição da barra do Douro e manutenção do regime de regiões demarcadas. Este equilíbrio ténue dissipou-se em novos momentos de crise, marcantes no regime republicano.

Os comissionados do Sul entre “crise do tratado inglês” e a “economia de guerra”, 1915/1917

Na I República, ao contrário que alguns líderes e ideólogos desejavam, os grupos e fações rapidamente se organizaram em partidos. Deste modo, mantendo a designação e grandes parte das estruturas do Partido Republicano, os “Democráticos” de Afonso Costa lideram a cena política até 1917, com a oposição dos Unionistas, de Brito Camacho, e dos Evolucionistas, de António José de Almeida. Neste contexto, mais próximo de Camacho, José Relvas procurou unir os elementos conservadores num mesmo projeto político, mas não teve sucesso. Foi

³³ RELVAS, José. **Memórias Políticas**. vol. I, p. 108-148.

A DEFESA DOS "VINHOS DO SUL" E A REPÚBLICA em PORTUGAL: o "Paladino José Relvas" e a mobilização de comunidades rurais em três momentos chave: 1907/1908; 1914/17; e 1927/29

importante a sua prestação com diplomata em Madrid e mais discreta a participação no Senado, antes de abandonar a vida pública em 1914.

A chamada “crise do tratado inglês” trouxe novamente a “questão duriense” para o debate político e José Relvas voltou a ter um papel determinante na liderança dos sulistas. Negociado em 1914, um novo tratado comercial entre Portugal e Inglaterra, deixava pouco clara origem do chamado “vinho do Porto”, confundido o Douro com Portugal por um todo. A Norte a redação proposta parecia uma porta aberta a toda e qualquer falsificação portuguesa. A Sul a

“aclaração do tratado” era entendida com uma forma de bloquear o principal mercado exportador de vinhos licorosos, no contexto que já se antevia difícil perante a guerra europeia.

Ao estudar os modelos económicos do Alto Douro, Carla Sequeira debruçou-se sobre estes movimentos, mais conhecidos por estarem associados ao tristemente célebre “motim de Lamego”. Perante a ambiguidade do texto do tratado, a contestação no Douro não se fez esperar, reivindicando o uso exclusivo da marca *Port* e o cumprimento no disposto nas leis de 1908. Perante o chumbo pelo parlamento da necessidade de aclaração do tratado, sucederam-se manifestações violentas a Norte, promovidas por entidades públicas e privadas ligadas à “economia do vinho”. A afluência de milhares de pessoas a Lamego, em movimento contra estas políticas e genericamente contra o Governo, resultou em conflitos com a GNR e as forças militares, com pelo menos 12 mortos e 20 ferido, no início do verão de 1915³⁴.

Os acontecimentos de Lamego chocaram o país, mas, de modo algum demoveram os produtores do Sul de fazer valer os seus interesses. Na mesma tese, Carla Sequeira salienta o envolvimento do Sindicato Agrícola de Alpiarça e de José Relvas, depois dos acontecimentos de Lamego, nesse “debate nacional” defendendo o Sul. Depois de um decreto do Governo excluindo dos mercados externos os vinhos licorosos produzidos fora das regiões demarcadas, o foco dos protestos concertou-se no Ribatejo. Delegações de vitivinicultores “invadiram Lisboa”, seguindo o modelo reivindicativo das crises anteriores. Estas manifestações, documentadas na imprensa, parecem, de uma forma ou de outra ter mobilizado boa parte das comunidades rurais. O jornal *O Mundo* fez publicar na íntegra a moção lida por José Relvas na sede da ACAP, entregue ao Presidente da Câmara dos Deputados³⁵. Os ribatejanos declaravam

³⁴ Carla Sequeira, *O Alto Douro entre o livre-cambismo e o protecionismo: a «questão duriense» na economia nacional*, Porto: CITCEM e Edições Afrontamento, col. “Teses Universitárias I”, 2011, pp. 290-300; veja-se também a referência deste acontecimento em Rui Ramos, Nuno Gonçalo Monteiro, Bernardo Vasconcelos, (coord.), *História de Portugal*, Lisboa: A Esfera dos Livros, 8.ª edição, 2015, (1.ª edição 2009), p. 608; e Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal – A Primeira República [...]*, vol. XI, pp. 175-176.

³⁵ “O Douro em Fôco” em *O Mundo*, Lisboa, ano 15, n.º 5399, 23/06/1915, p. 1.

ainda o direito das regiões do Centro e do Sul a desenvolverem marcas próprias de vinhos licorosos, estando solidários contra a falsificação e a usurpação dos *Port wine*. Introduzia no debate a necessidade de revisão das leis vinícolas vigentes, no sentido da reformulação dos limites das regiões demarcadas, como também de medidas equitativas que compensassem o Ribatejo e a generalidade do país, quanto à restrição no acesso à barra do Douro. Com maior ou menor especificidade, foram estes os argumentos a serem repetidos pelos “agrários do Sul”, durante esta celeuma cuja solução permaneceria adiada até 1916.

A nova “questão duriense” fez furor na imprensa, sendo objeto de uma reportagem da *Ilustração Portuguesa*, numa imagem onde identificamos com facilidade José Relvas³⁶, tido por “líder dos protestos do Centro e do Sul” contra o Norte, nas notícias deste conflito além-fronteiras, por exemplo, na nota breve do espanhol *ABC*³⁷. O diário conservador, *El Siglo Futuro* desenvolveu mais a notícia desta crise, relatando o “aspeto pitoresco de Lisboa invadida por lavradores”, para reuniões e petições, focando o papel do «senhor Relvas» como o escolhido para entrega a moção “dos do Sul” junto dos poderes políticos³⁸. Ninguém pretendia usurpar a marca Porto – esclarecia – mas, também não podiam consentir uma tentativa de limitar o seu direito à propriedade e a liberdade de desenvolverem as suas marcas próprias de vinho licoroso, fora da região do Douro³⁹. José Relvas agia como “paladino da causa do Sul”, liderando protestos, mas também movendo influências junto dos principais centros de decisão política. Os agrários do Sul pretendiam defender os seus vinhos da crítica generalizada de contrafação, valorizando um produto tradicional enriquecido com novas práticas de produção, bem como a procura de uma marca própria. A defesa destes vinhos, nos discursos deste período, parece procurar confundir com a defesa de uma realidade regional ou “da província”, longe das grandes decisões políticas, mas onde se localizava a verdadeira força produtiva do país.

A “questão duriense” em torno do tratado de comércio luso-britânico, na realidade, só seria sanada, a 20 de maio de 1916, tal como documentou Carla Sequeira. A clarificação do tratado passou a prever a exigência de um certificado de origem dos vinhos do Porto, a exportar para Inglaterra, reconhecendo os dois Estados contratantes, o uso exclusivo dessa designação à região demarcada do Douro, com base na lei de 1908. A mesma historiadora considerou este

³⁶ “A Questão Duriense” em *Ilustração Portuguesa*, Lisboa, n.º 493, 2/08/1915, pp. 153-155.

³⁷ “Notas Portuguesas” em *ABC – Diálogo Ilustrado*, Madrid, ano 11, n.º 3696, 2/08/1915, p. 15.

³⁸ “Portugal - La cuestión de los vinos” em *El Siglo Futuro*, Madrid, ano 9, n.º 2556, 23/07/1915, p. 3.

³⁹ Carta de José Relvas a Pedro dos Santos, Alpiarça, 6/08/1915, 8 fl. ms., AHCP, cx. 106, (PT/AHCP/FR/JMR/A/07/106), (apêndice documental II).

A DEFESA DOS "VINHOS DO SUL" E A REPÚBLICA em PORTUGAL: o "Paladino José Relvas" e a mobilização de comunidades rurais em três momentos chave: 1907/1908; 1914/17; e 1927/29

resultado, embora tardio, favorável às pretensões do Norte, não prejudicando sobremaneira o Centro e o Sul, cujos lavradores conseguiram evitar a proibição da produção de vinho licoroso, bem assim protelar o debate sobre restrições do plantio de vinhas⁴⁰.

Este recrudescimento da “questão duriense” esteve associado a uma nova fase de envolvimento no associativismo agrário, por parte de José Relvas, potenciando futuras responsabilidades associativas na direção da ACAP. O seu envolvimento em 1915, em primeiro lugar ditou a redação de um manuscrito ainda inédito, onde, do ponto de vista do Sul, José Relvas se propôs a estudar a «questão duriense» das origens à “crise do tratado inglês”. Por outro lado, quebrando o seu afastamento social, o veremos, novamente, envolvido nos principais movimentos agrários.

Apesar de atitudes dúbias de Governo e forças partidárias, na chamada “crise do tratado inglês” ainda não podemos perspetivar uma orientação política clara do movimento dos agrários do Sul. Ao mesmo tempo, em diversas fontes os agrários sublinham necessidade de criação de uma estrutura federativa dos sindicatos agrícolas, ao passo que no Norte consideram a ACAP, totalmente controlado pelos interesses do Sul.

As consequências diretas e indiretas da participação na Grande Guerra tiveram sérias consequências económicas e as políticas económicas no sentido do controlo da distribuição e do incremento de produção dos principais géneros alimentícios, virão a causar novas contestações. A historiadora Ana Paula Pires fez uma síntese dessas transformações, no que interpretou como a “frente interna de uma economia de guerra”, onde se sucederam várias estratégias «*intervencionistas do Estado na vida económica*»⁴¹. Noutro tipo de leitura, na perspetiva monetária e orçamental, Álvaro Ferreira da Silva e Luciano Amaral apontaram a oportunidades de crescimento aproveitadas pelas indústrias transformadoras, bem como um acréscimo da procura, nos sectores das conservas, dos gados, do azeite e do vinho⁴².

De qualquer o conflito mundial causava grandes constrangimentos a importações e exportações, colocando aliás a necessidade de assegurar capacidade de carga para a

⁴⁰ Carla Sequeira, *O Alto Douro entre o livre-cambismo e o protecionismo: a «questão duriense» na economia nacional*, p. 300.

⁴¹ Ana Paula Pires, “A economia de guerra: a frente interna” em *História da Primeira República Portuguesa*, Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo (coord.), Lisboa: Tinta da China, 2010, (pp. 319-347), pp. 332-333, e na p. 339 quadro dos organismos de gestão da “economia de guerra”.

⁴² Álvaro Ferreira da Silva e Luciano Amaral, “A crise orçamental e monetária portuguesa no contexto internacional (1914-1931), em *1.ª República Portuguesa Diplomacia, Guerra e Império*, Filipe Ribeiro de Meneses e Pedro Aires Oliveira (coord.), Lisboa: Edições Tinta da China, 2011, (pp. 51-78), p. 55.

necessidades do país no centro dos debates. O agudizar da crise provocou ao mesmo tempo escassez e dificuldade de escoamento de estoques agrícolas. Nos grandes centros amotinados viram-se contra comerciantes e proprietários. Os agrários reuniram-se em Lisboa com o intuito de concertar posições, antecipando uma atitude hostil à políticas do Governo de Afonso. No grupo onde se encontravam alguns monárquicos, José Relvas reiterou o seu republicanismo, defendendo a necessidade de um caderno reivindicativo a apresentar ao Governo, antes de uma semana de protesto.⁴³ A imprensa registou o caderno reivindicativo dos agrários: a) disponibilização para a lavoura de 20% da tonelagem dos barcos apreendidos; b) negociação com Inglaterra para facilidades de importação de produtos portugueses; c) modificação do regime de produção do trigo em linha no quadro da lei de 1899; d) existência de comércio livre de todos os outros produtos agrícolas; e) revogação da tabela de preços do milho; f) criação de medidas de embaratecimento e de facilidade de acesso a adubos; g) reversão do processo legislativo sobre “mobilização agrícola”, nos termos propostos, considerados contrários aos “interesses da economia agrícola”⁴⁴.

Diversos textos subsequentes, produzidos, ainda em 1917, por José Relvas, refletiam toda essa complexa realidade, na lógica da comparação ou da extrapolação da “crise vinícola” para a “crise agrária” e destas duas para a “crise nacional”⁴⁵. Também no *Boletim da ACAP*, José Relvas fez um enquadramento político económico do setor vitivinícola⁴⁶, num texto que materializou uma compilação e sistematização, deveras mais objetiva, das mesmas ideias expostas nos três textos anteriores. Tanto que nos parece que os documentos anteriores se destinaram a uma fase de negociação política e este já de afastam do Governo, embora reconhecendo méritos em algumas medidas.

Neste clima de crise generalizado, nos setores onde José Relvas se evidenciava como líder, tornou-se prioritário, o imperativo político de afastar “os democráticos” e Afonso Costa do poder. Depois de outras tentativas, a dia 5 de dezembro de 1917, Sidónio Pais derrotou as forças governamentais com a colaboração essencial de Machado Santos e de Carlos da Maia, dois dos estrategas de 1910⁴⁷. Veríssimo Serrão, de entre outros, bem como Rui Ramos

⁴³ “A agricultura, os transportes e o governo” em *A Manhã*, Lisboa, ano 1, n.º 7, 11/03/1917, pp. 1-3.

⁴⁴ “A reunião agrícola de ontem” em *O Dia*, ano 18, n.º 1196, 12/03/1917, p. 1.

⁴⁵ “A crise agrícola é uma crise nacional” em *A Economia e a Acção de José Relvas*, Carlos Consiglieri (org.), pp. 223 -229. Conserva-se, no AHCP, o original com a referência José Relvas, “A crise agrícola é uma crise nacional”, 07/1917, 3 fl. dat., AHCP, cx. 104 (PT/AHCP/FR/JMR/A/04/104).

⁴⁶ José Relvas, “Aspectos da Questão Agrícola” em *Boletim da ACAP*, Lisboa: ACAP, Ano XIX, vol. XIX, n.º 9 e 10, setembro/outubro 1917, pp. 273-280.

⁴⁷ Rui Ramos, *A Segunda Fundação*, em *História de Portugal*, José Mattoso (coord.), vol. VI, p. 609.

A DEFESA DOS "VINHOS DO SUL" E A REPÚBLICA em PORTUGAL: o "Paladino José Relvas" e a mobilização de comunidades rurais em três momentos chave: 1907/1908; 1914/17; e 1927/29

abordaram a “congregação de todas as forças que se opunham ao predomínio político do PD/PRP” em torno do “movimento dezembrista”, desde anarquistas e socialistas até à vasta “congregação de direitas”⁴⁸.

Nessa congregação conservadora, muitos têm dado particular ênfase ao contributo dos proprietários agrícolas. Porém, apesar do comprometimento de vários líderes, e ao que tudo indica do próprio José Relvas, com uma fase inicial do que veio a ser a República Nova, não podemos deduzir uma aprovação tácita do novo poder por parte dos vários associativismos agrícolas. A ACAP no seu *Boletim* apela à paz pública e suporte do novo Governo pelas “classes conservadoras”⁴⁹. A criação do Ministério da Agricultura e adoção de parte do programa das associações agrícolas formulado no verão de 1917, de certo modo consolidou esse apoio dos proprietários à nova situação política⁵⁰. Ainda que, no contexto específico da vitivinicultura as circunstâncias não se tenham alterado substancialmente. Será ainda interessante referir que essas preocupações eram idênticas às do Congresso da Associação de Trabalhadores Rurais, defendendo um programa de apoio à produção, muito próximo dos discursos dos agricultores-proprietários⁵¹. Partilhamos da opinião de Armando Malheiro da Silva, quanto à análise da centralidade do setor primário, na política económica dos Governos de Sidónio Pais, enquanto uma opção estratégia no contexto da crise, que não deve ser entendida como política “estritamente anti-desenvolvimentista [...] mas resultado de um compromisso tácito em despenalizar a vida no campo”⁵².

⁴⁸ *Ibidem*, vol. VI, pp. 609-610; Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal – A Primeira República* [...], vol. XI, pp. 196-199.

⁴⁹ “O Governo e a Associação de Agricultura” em *Boletim da ACAP*, Lisboa, ano XX, vol. XX, n.º 1 janeiro de 1918, (pp. 1-4), p. 3.

⁵⁰ Armando Malheiro da Silva, **Sidónio e Sidonismo** – história de um caso político, Coimbra: Imprensa da Universidade, 2006, vol. 2, p. 120; “Lavoura Nacional” em *O Século*, Lisboa, ano 28, n.º 13048, 9/04/1918, p.1.

⁵¹ Vasco Pulido Valente, “**Estudos sobre Sidónio Pais**: Agricultura e o Proletariado Agrícola; Indústria e Sindicatos; Comércio Externo” em *O Tempo e o Modo*, Lisboa, n.º 62-62, julho/agosto 1968, (pp. 665-708), pp. 672-673. (Seminário Livre de História da Ideias, Revistas de Ideias e Cultura, disponível em linha em: http://ric.slhi.pt/O_Tempo_e_o_Modo/visualizador/?id=09524.048&pag=65#, consultado a 19/08/2019); Armando Malheiro da Silva, **Sidónio e Sidonismo**: história de um caso político, vol. 2, p. 116.

⁵² Armando Malheiro da Silva, **Sidónio e Sidonismo**: História de um caso político, vol. 2, p. 118.

“Façam a agitação que quiserem” – movimento vitivinícola do Sul em 1928/1929, uma contestação em ditadura

O colapso do “regime sidonista” e sucessivas revoltas e clima de guerra civil no início de 1919, levaram José Relvas a aceitar a chefia do um Governo de “concentração republicana”. Foi o Governo que derrotou a última tentativa de restauração armada da monarquia. No entanto, José Relvas não conseguiu consensos em torno do seu projeto de reconfiguração partidária e, desta vez em definitivo, afastou-se da vida política⁵³.

Após cinco anos de forte instabilidade política e social, vários fatores, que aqui nos coibimos de analisar, originaram um o golpe militar que, em maio de 1926, instaurou um regime ditatorial, embora inicialmente perspetivado como “fase transitória”, rapidamente se tornou autoritário e autocrático. No contexto da nova Ditadura Nacional, José Relvas e os agrários do Sul envolveram-se em movimentos de protesto, o qual também teve, embora mais discretos contornos políticos, embora sem a intensidade e sucesso anteriores.

Estávamos noutra fase das reivindicações do associativismo agrário do Centro e do Sul em relação a problemas vinícolas. Tal como historiou Carla Sequeira quanto ao debate da chamada “questão duriense”, as décadas de 20 e de 30 do século XX, centraram-se primeiro na tentativa de afirmação da marca *Lisbon Wine*, e da criação de um entreposto em Gaia, com exclusividade para os vinhos do Douro⁵⁴. Estes debates atravessaram toda a década, em momentos distintos e foram transversais aos poderes fácticos dos dois regimes políticos. Deste modo, a contestação social dos agrários do Sul verificou-se por oposição à criação do entreposto de Gaia e, logo depois, como reação ao projeto de “salvação do Douro”.

A criação do entreposto exclusivo para os vinhos do Douro, em Gaia, de acordo com Carla Sequeira, tomou novos contornos a partir de 1925/26⁵⁵. O entreposto foi criado a 31 de julho de 1926, regulamentado em legislação posterior, na sequência de grandes mobilizações, na Régua, e da tentativa de concentração de posições a Norte⁵⁶. José Relvas envolveu-se na contestação a esta medida, com o mesmo argumentário anterior, defendendo o resto do país de

⁵³ “No Solar dos Patudos – José Relvas fala ao “Diário de Lisboa na sua casa de Alpiarça”, em **Diário de Lisboa**, ano 3, n.º 651, 22/05/1923, p. 5. (Fundação Mário Soares, *CasaComum.org*, disponível em linha em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31973, [consultado em 26/02/2019]).

⁵⁴ Carla Sequeira, **O Alto-Douro entre o Livre-Cambismo e o Proteccionismo**: [...], pp. 322-345.

⁵⁵ Carla Sequeira, **O Alto-Douro entre o Livre-Cambismo e o Proteccionismo** [...], p. 325.

⁵⁶ Carla Sequeira, **O Alto-Douro entre o Livre-Cambismo e o Proteccionismo** [...], pp. 326-328. Decreto 12007, em *Diário do Governo*, n.º 166/1926, série I de 31/07/1926, p. 903-904.

A DEFESA DOS "VINHOS DO SUL" E A REPÚBLICA em PORTUGAL: o "Paladino José Relvas" e a mobilização de comunidades rurais em três momentos chave: 1907/1908; 1914/17; e 1927/29

medidas “protecionistas internas” e justificando que este tipo de resolução não protegia os *Port*, apenas vedava mercados a outros vinhos licorosos portugueses do Centro e do Sul que seriam substituídos por vinhos de outra nacionalidade, uma vez que os verdadeiros «*Port Douro*» tinham clientelas asseguradas⁵⁷.

A questão tomou contornos políticos depois de uma reunião entre o ministro da Agricultura, Alves Pedrosa (1862-1937) e uma delegação da ACAP⁵⁸. José Relvas reafirmou o carácter económico dos protestos que antecederam a proclamação da República, agitação que poderia voltar se o Governo não reconsiderasse. Alves Pedrosa tomou essa frase por ameaça e expulsou toda a delegação da ACAP do ministério, dizendo «*façam a agitação que entenderem não será com ameaças que mudarei de orientação*»⁵⁹. Sem grande sucesso, o alpiarçense procurou esclarecer a sua posição, sem hostilizar os novos governantes, nem a situação política. Nessa entrevista, considerava os armazéns de Gaia muito bem especializados, no comércio de vinhos, dedicando-se alguns apenas aos produtos de outras regiões⁶⁰. O “incidente com o Ministro” de 1927 parece ter começado a minar a credibilidade de José Relvas, junto do movimento associativo agrário e a motivar críticas posteriores, apesar da respeitabilidade que merecia, quando muito não via necessidade de criticar o novo regime e alguns até enfileiravam com ele.

Em 1929, ano da sua morte, José Relvas em concertação com o Sindicato Agrícola de Santarém, desenvolveu um texto para contestação a esse projeto, apresentando um programa de atuação distinto para o setor⁶¹. Tratou-se das propostas de 17 medidas imediatas, para a

⁵⁷ José Relvas, “Em 1927 revive a “questão do douro” com o decreto ditatorial que criou o entreposto de Villa Nova de Gaya [...]”, [Alpiarça], s. d. [1927(?)], 13 fl. dat. [AHCP, cx. 104 (PT/AHCP/FR/JMR/A/04/104)] e um segundo texto foi datado de 1928/1929 e publicado como “Ponto da Situação”, em **A Economia e acção de José Relvas**, Carlos Consiglieri (coord.), 1986, p. 250-269, e cujo original se conserva como José Relvas, “As delimitações auctorizadas pelas leis francezas (...)”, s. l., s. d. [1929(?)], 15 fl. dat. e 21 fl. [AHCP, cx. 104 (PT/AHCP/FR/JMR/A/04/104)], reformula as mesmas ideias e conclusões, mas como resultado de uma Assembleia Geral da ACAP, realizada a 21 de abril, ao que tudo indica, já em 1929.

⁵⁸ Militar e político, tinha participado, antes 1926, como independente nos governos de António Granjo, veja-se Dulce Freire, “Pedrosa, Felisberto Alves”, em **Dicionário da História da República e do Republicanismo**, M.^a Fernanda Rollo (coord.), vol. III, pp. 221-222; e “Pedrosa, Felisberto Alves”, em **Parlamentares e Ministros da 1.ª República (1910-1926)**, A. H. de Oliveira Marques (coord.), p. 337.

⁵⁹ “Como homem e como ministro não podia tolerar as palavras de José Relvas [...]” em **Diário de Lisboa, Lisboa**, ano 6, n.º 1762, 4/01/1927, p. 8, (Fundação Mário Soares, CasaComum.org, disponível em linha em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_30781, [consultado em 05/05/2019]).

⁶⁰ “Foi um aviso leal a intenção das palavras do lavrador José Relvas ao ministro da Agricultura” em **Diário de Lisboa, Lisboa**, ano 6, n.º 1765, 7/01/1927, p. 7, (Fundação Mário Soares, CasaComum.org, disponível em linha em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_30781, [consultado em 05/05/2019]).

⁶¹ “Vinhos Portugueses - A importante reunião de hontem em Santarém” em **A Gazeta – diário conservador independente**. Lisboa, ano 1, n.º 81, 8/07/1929, p. 1, as medidas apresentadas por Carlos Constâncio (?-?) em do

vitivinicultura e para a agricultura, e algumas de alcance económico em geral⁶². Defendia-se: a) atualização das taxas de transporte ferroviário face à desvalorização da moeda; b) penalização criminal e fiscal das fraudes relacionadas com fabrico de vinhos e produção de álcool; c) redução das taxas sobre os vinhos comuns e licorosos importados pelas colónias portuguesas; d) redução dos custos de frete nas empresas navais dependentes do Estado; e) isenções fiscais de 10 anos para empresas de mostos concentrados, como também aduaneiras sobre importação de máquinas para o efeito; f) créditos especiais para agremiações agrícolas exportadoras de vinhos para mercados internacionais e coloniais; g) revisão da legislação aplicável a falências e concordatas; h) anulação do imposto especial de 2% sobre a aguardente; i) regulação dos vinhos licorosos com o reconhecimento da marca *Lisbon Wine*, considerada uma tradição secular; j) abolição do regime de regiões demarcadas e sua transformação em regiões delimitadas e uma nova lei de proteção da propriedade das marcas; k) anulação dos benefícios dos vinhos do Douro, no regulamento do Entrepasto de Gaia; l) fim da proibição de vinho, em Lisboa, aos domingos, e de leis restritivas sobre as tabernas; m) rescisão do contrato de concessão para exploração de cerveja em Luanda; n) criação de um «*crédito vinícola*», gerido pelas agremiações agrícolas; p) aplicação de sobretaxas nos produtos britânicos, no sentido de reduzir as tarifas para vinhos com teor alcoólico acima de 14º; q) realização de tratados de comércio; r) rejeição do projeto de *salvação do Douro*.

Este documento inseriu-se no movimento de contestação ao “projeto de salvação do Douro”⁶³. Entre outros, *A Gazeta – diário conservador independente* noticiou a participação de José Relvas, em vários comícios em julho de 1929, no que foi a sua última campanha política⁶⁴. O mesmo jornal desferiu-lhe um ataque pessoal sem precedentes, colocando em causa todo o seu passado política, a sua competência e, sobretudo, o seu alegado conservadorismo⁶⁵. Este artigo parece teve a intenção objetiva de alertar contra a confusão política de causa no setor vitivinícola e, por certo, de afastar o visado dos comícios e das manifestações agrárias, no que só parece ter tido sucesso pela doença subsequente de José Relvas. Os comissionados do Sul conseguiram evitar a concretização do plano de “salvação do Douro”. Contudo, nesse ano

Sindicato Agrícola de Santarém resultaram de uma simplificação deste documento, o qual deve ter sido preparado para as reuniões de julho de 1929.

⁶² José Relvas, [17 **Propostas para Viticultura**], s. l., s. d. [07/1929], 2 fl. dat., AHCP, cx. 104 (PT/AHCP/FR/JMR/A/04/104), (apêndice documental I).

⁶³ Carla Sequeira, **O Alto Douro entre o livre-cambismo e o protecionismo** [...], p. 352,

⁶⁴ “A questão vinícola” em **A Gazeta – diário conservador independente**, Lisboa, ano 1, n.º 81, 8/07/1929, p. 1.

⁶⁵ “O sr. José Relvas e a crise vinícola” em **A Gazeta – diário conservador independente**, Lisboa, ano 1, n.º 96, 23/07/1929, p. 1,

A DEFESA DOS "VINHOS DO SUL" E A REPÚBLICA em PORTUGAL: o "Paladino José Relvas" e a mobilização de comunidades rurais em três momentos chave: 1907/1908; 1914/17; e 1927/29

perderam aquele a quem Santos Moita considerou «[...] *verdadeiro paladino da causa dos vinhos do Sul, a qual vinha defendendo com assombro e desinteresse* [...]»⁶⁶

Considerações finais

Nos seus discursos e métodos de atuação política, nos diversos contextos, o “senhor dos Patudos” rapidamente extrapolava da causa particular agrária ou de outro domínio, para a contestação ao Governo e/ou ao “sistema instituído”, fosse o regime monárquico, em 1907/08, a preponderância política do PD/PRP, em 1915/17, ou a solução da Ditadura Militar, em 1927/29. Desse modo, parece ter, nos três momentos distintos mobilizados comunidade rurais, mais ou menos distantes da centralidade dos debates políticos, para as causas que defendia com diferentes níveis de sucesso. Apesar de entendermos necessário um maior desenvolvimento desta investigação, com maior amplitude de fontes de imprensa e exemplos de outros protagonistas, para além dos comissionados, lavradores-proprietários, que lideravam os movimentos, existem indícios claros de forte adesão local, em reivindicações económicas muitas vezes comuns, ou nas quais as populações viam um alcance prática, depois, associadas a atitude de comprometimento político.

Na antecâmara da revolução republicana, foram os líderes do PRP a perceber como captar para suas fileiras José Relvas e outros líderes agrários. Já durante a República, o movimento liderado por Sidónio Pais soube também seduzir politicamente esse núcleo bastante ativo na contestação às políticas dos “democráticos”, no campo agrícola e não só. Contudo, durante a ditadura nacional, não só os “líderes agrários” não parecem ter aderido a causas políticas, mais ou menos veladas de José Relvas, como muitos dos seus elementos (mesmo os mais próximos, veja-se Tiago Sales) desejavam a manutenção do novo regime. Ao mesmo tempo, ao contrário dos momentos anteriores, também os movimentos políticos de oposição à ditadura não parecem ter procurado aproximações aos vitivinicultores ou a outras causas de contestação de proprietários agrícolas, por várias ordens de razão.

A estratégia política de José Relvas foi sempre idêntica em vários momentos políticos. Procurou congregiar consensos em torno da defesa de princípios de liberdade económica e de livre iniciativa vitivinícola. A sua educação liberal foi fruto de um cadinho filosófico onde

⁶⁶“A crise vinícola do Sul” em **Diário de Notícias**, ano 65, n.º 22795, 15/07/1929, p. 4.

cabiam ideias utilitárias, krausistas, positivistas e a admiração de pensadores tão diferentes como Le Pay, John Ruskin, Blasco Ibañez ou dos menos conhecidos como Edoardo Giretti⁶⁷, Rafael Calzada⁶⁸, Rafael Labra⁶⁹, entre outros, não havia contradições insanáveis entre uma ideia iluminista de “bem comum”, uma ideia liberal de “ideia de progresso” e da defesa dos interesses individuais associados à propriedade.

Deste modo, a defesa dos vinhos do Sul assumiu-se com a defesa de um modo de vida das comunidades rurais onde vivia e, para as quais, os proventos do vinho bem aplicados poderiam resultar quer numa melhoria das condições de vida dos assalariados (essa preocupação surge na correspondência que estudámos), quer em magníficas coleções de arte, mas e, sobretudo, na obra social, que na ausência de filhos sobreviventes, quis dotar na sua comunidade. No seu testamento, legando a Casa dos Patudos, a coleção de arte e a quinta onde fez fortuna à comunidade de Alpiarça, José Relvas afirmou que a sua casa e coleção não podem ser um museu, mas antes “um documento de vida”⁷⁰. Foi uma vida que atravessou regimes políticos e ajudou a criar uma República em Portugal. Ao mesmo tempo, aspeto que exige um aprofundamento dos estudos, protagonizou alterações a nível das formas de gerir propriedade agrícola, vendo do vinho uma oportunidade para terras anteriormente improdutivas. Mantendo-se ativo como produtor de cortiça e de azeite, negócios ancestrais, foi no vinho, especialmente no vinho licoroso (os abafados do Ribatejo) que José Relvas soube singrar e gerar fortuna. Foi na combinação de saberes ancestrais e técnicas inovadores que um jovem literato renovou a paisagem a agrícola e o panorama político da sua região. O tipo de vinho que valorizou e exportou para a Europa, a África colonial e o Brasil, já existia mas gozava de má reputação perante a qualidade avassalador do Vinho do Porto, com o qual talvez tenha beneficiada de

⁶⁷ Industrial e político com posições liberais em Itália, sobre ele veja-se entrada “Edoardo Giretti”, in: **Dizionario biografico degli italiani**, Roma, Istituto dell'Enciclopedia Italiana, disponível em linha em: [http://www.treccani.it/enciclopedia/edoardo-giretti_\(Dizionario-Biografico\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/edoardo-giretti_(Dizionario-Biografico)/), [consultado em 13/05/2019]. Como também o estudo mais desenvolvido sobre as suas propostas económicas de Lucio d'Angelo, **Il tramonto di un'illusione. Edoardo Giretti e il movimento liberista italiano dalla prima guerra mondiale al fascismo**, Bologna: Soc. Editrice Il Mulino, 2011.

⁶⁸ Sobre ele veja-se o verbete de José Girón Garrote e Rafael Anes y Álvarez de Castrillón, “Fernández Calzada, Rafael” em **Diccionario Biográfico Español**, Real Academia de la Historia, disponível em linha em: <http://dbe.rah.es/biografias/30890/rafael-fernandez-calzada>, [consultado em 31/03/2019].

⁶⁹ Jurista, jornalista, político e lusófilo. Sobre ela veja-se Gregorio de la Fuente Monge, “Labra Cadrana, Rafael María de” em **Diccionario Biográfico Español**, Real Academia de la Historia, disponível em linha: <http://dbe.rah.es/biografias/11516/rafael-maria-de-labra-cadrana>, [consultado em 13/06/2019]; para uma biografia política mais desenvolvida remetemos para o trabalho recente de ALCEBRÓN, María Dolores Domingo. **Rafael María de Labra: Cuba, Puerto Rico, las Filipinas, Europa y Marruecos en la Espana del Sexenio Democrático y la Restauración (1871-1918)**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2006.

⁷⁰ Cópia do Testamento de José Mascarenhas Relvas, Alpiarça, 10/05/1929. **Livro de 1928**. Alpiarça: Arquivo Municipal de Alpiarça

A DEFESA DOS "VINHOS DO SUL" E A REPÚBLICA em PORTUGAL: o "Paladino José Relvas" e a mobilização de comunidades rurais em três momentos chave: 1907/1908; 1914/17; e 1927/29

algum confusão nos mercados, mas verdadeiramente não pretendia competir. Ao valorizar os vinhos do Sul e em particular do Ribatejo, o “senhor dos Patudos” também procurou valorizar as gentes que os produziam e fizeram parte do seu “documento de vida”. A causa dos vinhos foi a causa da sua vida, também ela entendida como causa social. Ao mesmo tempo, com sucessos efêmeros nos grandes palcos das decisões políticas José Relvas procurou concretizar em leis o país progressivo em que acreditou sem conseguir superar as grandes contradições dos seus valores liberais e dos desafios de uma política moderna orientada na resolução da “questão social”. Essa serão reflexões para um outro tipo de artigo, as quais também pesaram na nossa investigação.

A defesa dos vinhos do Centro e Sul foi uma pedra basilar nesse diálogo servindo para congregar vontades em torno de uma causa políticas, a qual para José Relvas e outros interlocutores agrários, passou a partir de determinado momento a estar associada a uma estratégia desenvolvimento agroindustrial assente na produção de vinho como setor *take-off* da região onde viviam e por acréscimo de Portugal.

DO CHIQUEIRO À MESA: O rebanho e o consumo de porco no Piauí do século

Alcebiades Costa Filho¹
Enos Soares Silva Neto²

RESUMO:

A historiografia piauiense dedicou-se ao estudo da pecuária bovina e sua importância para a sociedade, no entanto, silenciou acerca de outros rebanhos: ovino, suíno, caprino e, também, da criação de aves, a galinha por exemplo. Não há na historiografia debate acerca da importância da caça e pesca no sistema alimentar. Igual tratamento dispensou a pequena lavoura de mantimentos, o cultivo de roças. Esse artigo quebra esses silêncios, sugerindo a discussão sobre produção de suínos no Piauí no século XX, a partir de dados da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1959) e do Almanaque do Cariri (1952). Romances, contos, poesias e relatos orais completam o universo de fontes. A leitura de obras de autores como Carlos Rodrigues Brandão, Jean-Louis Flandrin e Massimo Montanari, Ariovaldo Franco foi basilar para a composição do texto.

Palavras-chave: História da Alimentação. Piauí. Rebanho suíno. Criação e consumo. Comida.

FROM THE PIGSTY TO THE TABLE Herd and pig consumption in 20th century's Piauí

ABSTRACT:

Piauí's historiography was dedicated to the study of cattle ranching and its importance for society, however, it was silent about other flocks: sheep, swine, goats and, also, breeding of poultry, chicken for example. There is no discussion in the historiography about the importance of hunting and fishing in food's system. The same treatment was given to the small supply of food, the cultivation of gardens. This scientific article breaks these silences, suggesting a debate on the breeding of pigs in Piauí in the 20th century, based on data from the "Encyclopedia of Brazilian Municipalities" (1959) and the "Almanaque do Cariri" (1952). Novels, tales, poetry and oral reports complete the universe of sources. The reading of works by authors such as Carlos Rodrigues Brandão, Jean-Louis Flandrin and Massimo Montanari, Ariovaldo Franco was fundamental for the writing of the text.

Keywords: Feeding's history. Piauí. Swine herd. Breeding and consumption. Food.

DE LA CRIANZA DE CERDO A LA MESA El rebaño y el consumo de cerdo en el Piauí del siglo XX

RESUMEN:

La historiografía del Piauí se dedicó al estudio de la ganadería bovina y su importancia para la sociedad, por lo tanto, silenció acerca de otros rebaños: ovino, cerdo, caprino y, también, de la crianza

¹ Professor doutor, Universidade Estadual do Piauí e Universidade Estadual do Maranhão, alcebiadescf@yahoo.com.br ; alcebiades@cchl.uespi.br

² Graduado em História, Universidade Estadual do Piauí (2020), ex-aluno PIBIC-UESPI. cursando especialização em História da alimentação e patrimônio cultural pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), enosneto70@gmail.com

de aves, a galinha por exemplo. No hay en la historiografía debate acerca de la importancia de la caza y pesca en el sistema alimentario. Igual tratamiento dispensó el pequeño cultivo de víveres, y cultivo de huertas. Ese artigo rompe esos silêncios, sugerindo a discussão sobre produção de cerdos en Piauí en el siglo XX, desde los dados de la Enciclopedia de los Municipios Brasileños (1959) y del Almanaque de Cariri (1952). Romances, cuentos, poesias y relatos orales completan el universo de fuentes. La lectura de obras de autores como Carlos Rodrigues Brandão, Jean-Louis Flandrin y Massimo Montanari, Ariovaldo Franco fue rector para la composición del texto.

Palabras clave: História de la alimentación. Piauí. Rebaño de cerdo. Crianza y consumo; Comida.

Como forma de iniciar

Por volta da década de 1950, o Piauí possuía imenso rebanho de porcos, criação extensiva e doméstica, que atendia as necessidades dos criadores e abastecia o mercado de carne. Esse tipo de criação e consumo entrou em declínio na segunda metade do século passado, quando as raças autóctones foram substituídas por raças importadas e a criação extensiva pela intensiva, visando apenas o mercado. As raças nativas correm o risco de desaparecer, informa a agência das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura-FAO, estimando que as raças importadas constituam 90% do atual rebanho brasileiro.

No Piauí, não são frequentes estudos sobre produção e consumo de carne, principalmente quando trata-se de pesquisa de caráter histórico. Nesse sentido, esse artigo não expressa uma conclusão de pesquisa, pelo contrário, é indicação de possibilidade de estudo sobre produção e consumo de carne, que ainda é um campo a explorar³.

A proposta é verificar a produção e consumo de carne suína entre 1900 e 1950, primeira metade do século XX, com base na literatura de ficção⁴ e na escuta de relatos orais⁵. Agradecemos as senhoras Maria do Espírito Santo e Maria Magnólia Silva Lima e ao senhor

³ Fora do campo da história encontra-se trabalhos elaborados por pesquisadores ligados a instituições do Piauí, a exemplo LOPES, Jackelline Ost. **Suinocultura**. Florianópolis: CAF/UFPI, 2012.

⁴ GAMEIRO, Alvina. **Contos dos sertões do Piauí**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, Projeto Petrônio Portella, 1988; GAMEIRO, Alvina. **Curral de Serras**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2019. RÊGO, Raimundo de Moura. **As mamoranas estão florindo**. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985. RÊGO, José Expedito. **Vaqueiro e visconde**. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1986. CASTELO BRANCO, Francisco Gil. **Ataliba, o vaqueiro**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2016. BRASIL, Assis. **Tetralogia Piauiense**. Rio de Janeiro: Nórdica; Brasília: INL, 1979.

⁵ A senhora Maria do Espírito Santo, piauiense, 90 anos, reside em Teresina, Rua 13 de maio, 2068, Vermelha, centro sul. Um período de sua vida cultivou roça e canteiro, comercializando produtos no mercado São José, hoje, Mercado central ou Mercado Velho. O casal Maria Magnólia da Silva Lima, 71 anos, e Francisco das Chagas Ribeiro Lima, 74 anos, atualmente são residentes na cidade de Miguel Leão, Rua do Bode, 108. Nasceram e viveram em Teresina, no Bairro Três Andares, possuem memórias riquíssimas sobre produção de alimentos e alimentação do período analisado. Para escuta dos relatos, foram pertinentes as recomendações contidas em BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

DO CHIQUEIRO À MESA: O rebanho e o consumo de porco no Piauí do século

Francisco das Chagas Ribeiro Lima, o compartilhamento de suas lembranças sobre a criação doméstica de animais e sobre iguarias que degustaram com seus pais e avós.

Condições sociais da criação extensiva e doméstica de animais

Na primeira metade do século XX, entre os inúmeros elementos que assinalam o espaço social do Piauí, destaca-se a imprecisão dos limites entre o urbano e o rural⁶. Um depoimento sobre Teresina, datado de 1913, apresenta a capital do Piauí como uma cidade pequena, carente de equipamento urbano.

De todas as capitais que conheço é a menor, e, talvez a menos favorecida pelo progresso. Têm mais ou menos umas 500 casas de alvenaria e o resto de pau a pique, ou simplesmente de palha de palmeiras babaçu ou “coco de macaco”. Há ruas inteiras de casas de palha.

Quando pega fogo numa casa, o incêndio se propaga com rapidez incrível pela rua toda⁷.

No início do século passado, vilas e cidades do Piauí estavam estritamente vinculadas ao universo rural. As ruas não eram calçadas, pareciam mais caminhos abertos e mantidos pelo movimento contínuo de pessoas e animais. Predominava o casario de taipa e palha, poucas casas de adobo ou tijolos, coberta de telha. A igreja matriz, tabelionato, câmara municipal, banco, agência do correio, entre outros órgãos da administração pública, erguiam-se assinalando a diferença entre o urbano e o rural.

A população urbana era reduzida, parcela considerável desse contingente retirava o sustento da produção dos quintais ou das propriedades nos arredores das vilas ou cidades. Havia um contingente considerável de pessoas sem qualificação para o trabalho, mão de obra disponível, que aceitava a empreitada do cultivo mediante pagamento, usualmente, em gênero alimentício.

Parcela de trabalhadores urbanos era especializada, que oferecia seus préstimos mediante pagamento, a exemplo de alfaiates, oleiros, pedreiros, ferreiros, barbeiros, tipógrafos. Nesse complexo universo, também havia os profissionais portadores de curso superior para o exercício da profissão, tais como médicos, dentistas, advogados, professores

⁶ Esse item tem como referência: COSTA FILHO, Alcebíades. **A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí 1850-1889**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2006. COSTA FILHO, Alcebíades. “Ensaio sobre a História da Alimentação: Um olhar a partir do Piauí”. BORRALHO, Henrique (org.). **Literatura, Filosofia, História e outras linguagens**. São Luís: Editora UEMA, 2016, p. 271-293. COSTA FILHO, Alcebíades; SILVA, Antônio Wallyson; SILVA NETO, Enos Soares. “Lavoura de alimentos em área de pecuária: mandioca e cana de açúcar no Piauí entre 1900 e 1950”. **Revista Piauiense de História Social e do Trabalho**. Teresina Ano III, nº 5, Jul./Dez., 2017.

⁷ IGLÉSIAS, Francisco de Assis. **Caatingas e chapadões**. São Paulo. Nacional, 1952, p. 37.

e padres. Destacam-se ainda os empregados das repartições públicas, vivendo de salário. Esse contingente representava os consumidores do mercado em formação.

A população rural era predominante, frequentava vilas e cidades em momentos festivos ou para efetivar negócios. A vida acontecia no meio rural, o cultivo de roças e cuidados com os animais eram o centro de toda movimentação econômica e financeira⁸.

A literatura de ficção é rica em detalhes sobre proprietários rurais e suas propriedades. O grande proprietário de terras possuía um complexo de fazendas, todas em “mãos de familiares”, conforme afirma Moura Rêgo⁹. Com intervalos regulares, cada administrador de fazenda, vaqueiros, agregados, prestavam contas ao fazendeiro das novas reses, madeiras, couros, produtos diversos, retirados das roças, currais ou da natureza, afirma Gameiro em um texto¹⁰.

Na fazenda sede do complexo, residia o proprietário da terra e dos rebanhos, que também tinha a pretensão de ser dono dos agregados a sua propriedade.

O agregado é um trabalhador rural a quem o proprietário cede, em geral a título gratuito e em troca apenas de [...] serviços, o direito de se estabelecer e explorar uma parte inaproveitada do domínio... sob o aspecto econômico, ele faz as vezes de um pequeno produtor autônomo. Embora ligado ao senhor do domínio, e seu subordinado, não se entrosa na organização normal e regular da grande lavoura¹¹.

Uma vez autorizado, o agregado se estabelecia, “botava roça” e podia criar pequenos animais e aves domésticas: porcos, bodes, carneiros, galinhas, guinés¹², patos, perus, sem que o dono da terra tivesse qualquer participação ou exigisse qualquer ônus¹³.

Todavia, dividia com o proprietário da terra a produção da roça cultivada, dessa forma, pagava em gêneros cultivados, o uso da terra e o uso do maquinário de beneficiamento de produtos, o engenho de moer cana e a casa de farinha, com fornos e engenhocas de triturar a mandioca. Assim, o proprietário ficava com porcentagem considerável do que produzia a propriedade.

⁸ OLIVEIRA, Marcelo Almeida. “As roças brasileiras, do período colonial a atualidade: caracterização histórica e formal de uma categoria tipológica”. **Varia História**. Belo Horizonte, vol.28, nº 48, jul./dez., 2012, p.755-780. LINHARES, Maria Yedda Leite. “Pecuária, Alimentos e Sistemas Agrários no Brasil (Séculos XVII e XVIII)”. http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg2-6.pdf, acesso dezembro 2015.

⁹ RÊGO, Raimundo de Moura. **As mamoranas estão florindo**. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.

¹⁰ GAMEIRO, Alvina. **Contos dos sertões do Piauí**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, Projeto Petrônio Portella, 1988, p. 41.

¹¹ PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

¹² Guiné ou galinha d’angola, popularmente conhecida como capote.

¹³ RÊGO, Raimundo de Moura. **As mamoranas estão florindo**. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985, p. 18.

DO CHIQUEIRO À MESA: O rebanho e o consumo de porco no Piauí do século

Os grandes proprietários de terra ocupavam posição privilegiada nesse universo de produção, possuíam terras e rebanhos, bens que nem todos tinham acesso. Mais do que a riqueza, o que separava o fazendeiro e sua família dos demais habitantes da propriedade eram as condições de inversão e uso do trabalho com que participavam da produção local.

No universo rural, o fazendeiro torna-se visível como homem generoso, porque permite a fixação de famílias em suas terras; porque permite o uso dos recursos naturais da extensa propriedade, a exemplo da coleta de frutos nativos e da lenha para cozer os alimentos, além de permitir o abate de animais e aves silvestres para consumo da carne e aproveitamentos de couros, peles e penas para comercialização.

Na falta de um mercado consumidor de produtos como o leite e a carne, o fazendeiro distribuía o leite entre os moradores da propriedade e, quando do abate de uma rês, distribuía entre estes as partes menos nobres da carne, consolidava, assim, a ideia de bondade do senhor da terra. Essa generosidade deveria ser paga com fidelidade e obediência incondicionais.

É expressiva a contribuição social de agregados ou moradores na produção de bens necessários à vida, muito embora não recebessem o merecido pelo trabalho despendido. Estes constituíam parcela social numerosa e significativa, mas estavam na dependência dos grandes proprietários.

As relações estabelecidas entre proprietários de terra e agregados tinham como base o compromisso pessoal firmado pelo direito costumeiro do lugar. A fonte desse direito era a vontade do proprietário que, em geral, gerava tensão entre este e os demais grupos sociais.

Fora dos limites da grande propriedade, Alvina Gameiro registrou a existência de pequenas propriedades.

Vivia de trabalhar em sua pequena propriedade rural, um arremedo de fazenda que não possuía uma dúzia de reses, chamava-se Imbuzeiro [...] O homem plantava de tudo, *não só para garantir o sustento da família como a fim de abastecer seu pequeno comércio nas feiras de sábado*. Tinha ainda um engenho de madeira, donde saíam as melhores batidas e rapaduras da redondeza¹⁴.

A autora apresenta outro exemplo.

Herdara aquelas terras, mas nunca soube faze-las render um bom dinheiro até que o filho se tornasse homem e lhe desse mão forte no plantio das roças de inverno e vazante; na aquisição de um engenho e na montagem de uma casa de farinha, não só para desmanchar a mandioca plantada ali, como a fim de alugar a quem não possuísse forno; ainda com o aquisito de

¹⁴ GAMEIRO, Alvina. **Contos dos sertões do Piauí**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, Projeto Petrônio Portella, 1988, p. 63, destaque nosso.

algumas cabeças de gado que garantiam o leite, o queijo, a manteiga de nata e o abate para a carne lá uma vez ou outra¹⁵.

Havia imensas áreas de terras desabitadas e incultas, mas os grandes proprietários desencorajavam qualquer tentativa de ocupação. Aqueles que ousassem ocupar alguns hectares, teriam de enfrentar e submeter-se à sua autoridade. Ainda que fora da grande propriedade houvesse pequenos proprietários e reduzida parcela de trabalhadores autônomos com a posse do chão da moradia, a terra era fator de conflitos, especialmente entre grandes proprietários de terra e seus vizinhos. Observa-se ainda que, igualmente às grandes propriedades, as pequenas também produziam o que necessitavam para sobreviver, inibindo a expansão do mercado.

A criação de gado suíno no Piauí entre 1900 e 1950

Os porcos foram introduzidos pelos portugueses no século XVI, como meio de “naturalizar” a nova terra, torná-la menos estranha a seus olhos e manter suas tradições alimentares.

Instalando-se para ficar definitivamente no Brasil, o português recriou o ambiente familiar, cercando-se dos recursos de curral, quintal e horta, desejando quanto possível prolongar o tratamento em que se habituara secularmente.

Trouxe vacas, bois, touros, ovelhas, cabras, carneiros, porcos, galinhas, galos, pombos, patos e gansos¹⁶.

Como não havia raças de porcos autóctones, os espécimes encontrados entre os séculos XVII e XX, eram híbridos de raças portuguesas, no que resultaram as raças brasileiras, a exemplo do porco tipo piauí e canastra¹⁷.

O tipo piauí tem coloração branca ou amarelada, com algumas manchas pretas. Caracteriza-se pela boa produção de carne e gordura. Tem sua origem ainda questionada, no entanto, há indicações de que tenha surgido na região de fronteira entre a região sudeste e centro oeste do Brasil. Constituiu umas das raças mais populosas em todo Brasil até meados

¹⁵ Ibidem, p. 69.

¹⁶ CASCUDO, Luís da Câmara, **História da Alimentação no Brasil**: pesquisa e notas, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

¹⁷ Leituras que contribuíram para entender o panorama de criação de suínos. CAVALCANTI, S. S. **Produção de suínos**. Campinas: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1984; MUYS, Dick; WESTENBRINK, Geert. **Criação de suínos nas regiões tropicais**. Wageningen: Fundação Agromisa, 2004. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas-SEBRAE. **Suinocultura**: carne in natura, embutidos e defumados. Estudos de Mercado SEBRAE/ESPM, Série Mercado, fev. 2008. Disponível em: http://www.biblioteca.sebrae.com.br/chonus/ARQUIVOS_CHONUS/bds/bds.nsf/E700C09 Acesso em: 30/11/2020.

DO CHIQUEIRO À MESA: O rebanho e o consumo de porco no Piauí do século

do século XX, quando houve intensa substituição das raças “naturalizadas” nacionais por espécimes importadas, maiores fornecedores de carne¹⁸.

O canastra apresenta pelagem preta ou avermelhada, possui formas grosseiras, corpo grande, cabeça grossa, papada e membros compridos e fortes. É resultante do cruzamento com raças portuguesas da região centro-sul de Portugal. Porcos do tipo Canastra são excelentes para engorda e produção de banha e toucinho. Os animais castrados e enchiqueirados para engorda chegam a pesar até 150 quilos¹⁹. Presume-se, com base nos depoimentos orais, que esses espécimes predominaram na fauna piauiense.

É possível inferir da leitura da “Enciclopédia dos Municípios Brasileiros”²⁰ que, no Piauí, entre a segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX, o rebanho suíno cresceu de forma acelerada, a ponto de na primeira metade do século passado ultrapassar a quantidade de gado bovino, tornando-se o maior rebanho de animais do estado.

Conforme recenseamento do IBGE, na década de 1950 havia cerca de 1.544.282 cabeças de porcos em todo o Piauí.

QUADRO 01

Década 1950, comparativo população bovina e suína por municípios do Piauí.

MUNICÍPIO	REBANHO BOVINO	REBANHO SUÍNO
Água Branca	8.200	33.000
Alto Longá	24.500	28.000
Altos	23.000	65.000
Amarante	5.000	9.000
Angical	1.800	4.000
Barras	14.500	25.000
Batalha	10.000	48.000
Benedictinos	13.800	14.600
Bertolândia	11.000	8.000
Bom Jesus	16.000	13.000
Burití dos Lopes	22.000	35.000
Campo Maior	143.115	65.375
Canto do Burití	63.000	23.000
Caracol	12.500	9.000
Castelo do Piauí	76.000	36.000
Cocal	3.000	9.000
Conceição do Canindé	14.000	7.000
Corrente	20.200	5.200
Cristino Castro	4.000	7.000

¹⁸ MARIANTE, Arthur da Silva; CAVALCANTE, Neusa. **Animais do descobrimento**-Raças Domésticas da história do Brasil. EMBRAPA, 2006, p. 191.

¹⁹ Ibidem, p.189.

²⁰ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. vol. XV, Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

Curimatá	17.800	6.500
Elesbão Veloso	15.000	31.000
Esperantina	-	-
Floriano	6.300	3.800
Fronteiras	15.800	16.000
Gilbués	12.000	50.000
Guadalupe	20.500	20.000
Inhuma	3.500	26.000
Itainópolis	13.500	40.000
Itaueira	15.200	16.000
Jaicós	65.000	35.000
Jerumenha	10.500	16.000
José de Freitas	10.500	16.000
Luís Correia	9.000	23.000
Luzilândia	8.000	16.000
Matias Olímpio	1.300	3.200
Miguel Alves	27.687	28.320
Monte Alegre do Piauí	10.000	15.000
Nazaré do Piauí	5.700	4.600
Oeiras	44.500	41.000
Palmeirais	20.000	50.000
Parnaguá	18.000	7.400
Parnaíba	-	-
Paulistana	19.000	9.000
Pedro II	19.600	33.500
Picos	46.500	75.000
Pimenteiras	6.500	10.000
Pio IX	10.000	1.100
Piracuruca	-	-
Piripiri	23.000	76.000
Porto	9.689	10.387
Regeneração	17.500	80.000
Ribeiro Gonçalves	12.500	11.000
Santa Filomena	8.000	4.500
São Félix	8.500	15.000
São João do Piauí	62.000	25.000
São Miguel do Tapuio	18.920	3.500
São Pedro	14.200	27.500
São Raimundo Nonato	50.000	16.000
Simões	23.000	17.000
Simplício Mendes	25.500	17.000
Teresina	28.000	22.000
União	15.000	60.000
Uruçuí	49.300	26.800
Valença	29.000	95.000

Fonte: Enciclopédia dos municípios brasileiros – IBGE, 1959.

Os porcos eram criados livremente, sistema extensivo, o que não exigia dos criadores um investimento em currais ou ração. Prática ainda usual em alguns municípios do estado. Uma das características desse modelo é a liberdade do animal para encontrar comida, o que

DO CHIQUEIRO À MESA: O rebanho e o consumo de porco no Piauí do século

não representava dificuldade, já que, em geral, comiam o que encontravam ao redor das residências, restos da comida ou refugos agrícolas.

A prática extensiva de criação, apesar do baixo custo, colocava em riscos a saúde do animal, como pela contaminação por vermes que afetam o desenvolvimento saudável do porco e contamina a carne para consumo²¹. Os criadores mais escrupulosos, antes do abate, enchiqueiravam os porcos, que recebia medicação e ração controlada e de qualidade, processo de limpeza e engorda, consoante afirma o senhor Francisco das Chagas Ribeiro Lima.

Os relatos orais apontam para considerável comércio de porcos vivos, contudo, o fim da criação é o abate, a produção de carne e gordura. Primeiro para abastecer a família do criador, depois o mercado, entendido aqui a comercialização diária de gêneros alimentícios nas vilas e cidades, sob controle da administração municipal. Embora houvesse um mercado clandestino, que burlava a autoridade administrativa.

As fontes apontam para escassez de carne no mercado por todo o século XIX e primeira metade do XX. Presume-se a dificuldade em abater uma rês bovina diariamente quando não havia um mercado estável que garantisse o consumo; a dificuldade em acondicionar a quantidade de carne quando o recurso era a técnica da salgadura e desidratação ao sol. A partir dos anos de 1960, o consumo de carne ganha estabilidade. Mas já é outro formato de produção e consumo de carne, diferente da criação extensiva e doméstica.

Toda dor é por enquanto: o abate de porcos

Contrastando com os insalubres espaços de abate de animais do Período Colonial, no século XIX, as autoridades municipais passaram a controlar o abate por intermédio da construção de matadouros públicos. No final dessa mesma centúria, os matadouros estavam

²¹ As doenças mais conhecidas causadas pela ingestão de carne de porco contaminada são a “Teníase” e “Cisticercose”. A contaminação por tênia acontece quando da ingestão da carne infectada com larvas cisticerco. Ao entrar em contato com o sistema digestivo humano, essas larvas se transformam no verme adulto, a “solitária”. Os sintomas mais comuns vão desde dores abdominais à constipação. O tratamento é a base de remédios. A Cisticercose é resultante do mau tratamento da teníase. Sem uma intervenção médica adequada, os ovos da tênia são liberados pelas fezes humanas, podendo, na falta de saneamento básico, contaminar hortas, rios e pastos. A contaminação por Cisticercose ocorre na ingestão de água ou alimentos crus que tiveram contato com os resíduos contaminados. É uma doença letal, pois atinge diferentes órgãos, principalmente o cérebro. Informação recolhida do Informativo técnico do Departamento de Produção Animal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.agricultura.rs.gov.br/upload/arquivos/201612/02101256-inftec-13-mitos-e-verdades-carne-suina-n13.pdf>

espalhados por todo o Brasil, a exemplo do matadouro municipal de Ponta Grossa no Paraná²².

Na primeira metade do século XX, várias vilas e cidades do Piauí possuíam matadouro público, a exemplo de Beneditinos, Campo Maior, Esperantina, Miguel Alves, Porto, União, Teresina, Floriano, Picos, Paranaíba²³.

Em geral, o matadouro municipal possuía vários currais para abrigar diferentes rebanhos, além de um telheiro com piso de cimento, poço tubular com retirada de água por bombeamento e tanques de cimentos para armazenamento de água. Também estavam disponíveis fogões com grandes tachos para ferver água utilizada para limpeza dos animais a exemplo dos porcos. O equipamento disponível no espaço era muito simples, mesas de cimento para o corte de carne, travas com ganchos de ferro onde penduravam o animal abatido para melhor retirar o couro e escarnar.

O sistema de drenagem era precário. O sangue e a água utilizada na limpeza dos animais corriam a “céu aberto”; vísceras, dejetos, ossos, cascos, gorduras eram jogados no matagal mais próximo, o que atraía urubus e cães, além de poluir o solo, as fontes de águas próximas e principalmente, o ar. Nos arredores do matadouro predominava o mau cheiro forte, fato que explica o seu afastamento do centro urbano e instalação na periferia²⁴.

No caso dos porcos, o abate inicia com uma forte pancada na cabeça do animal, precisamente entre os olhos²⁵; no passo seguinte, o magarefe realiza a sangria e com uma faca bem afiada, abre um corte na região do pescoço do animal. Outro método para realizar a sangria é perfurando o peito, perfurando diretamente o coração, método mais utilizado com o gado bovino.

Depois da sangria, o porco é lavado com água fervente, para facilitar a retirada dos pelos e unhas. Depois da limpeza externa, é aberto para retirada das vísceras, algumas são limpas e aproveitadas para a feitura de algum prato, o inservível é descartado.

²² ROCHA, Lucas Vinicius Erichsen da; CARVALHO, Alessandra Izabel de. “Mapeando cerceamentos e o lugar da matança animal: o caso do Matadouro Municipal de Ponta Grossa em fins do século XIX”. *Antíteses*, vol. 10, nº 19, Universidade Estadual de Londrina, jan./jun.2017, pp. 397-424.

²³ ALMANAQUE DO CARIRI. **Edição especial dedicada ao estado do Piauí**, em homenagem a sua capital, pela passagem do seu primeiro centenário, 1952. Atualmente vários matadouros públicos ainda estão em funcionamento. A Agência de defesa agropecuária do estado do Piauí - ADAPI elaborou uma lista com todos os abatedouros públicos e particulares em atividade no Piauí. Disponível em: http://www.adapi.pi.gov.br/ip_estabelecimentos.php

²⁴ Depoimento oral de Francisco das Chagas Ribeiro Lima.

²⁵ Maria Magnólia da Silva Lima, em seu depoimento oral, relembra de que em sua infância em Teresina, presenciou um abate de porco em ambiente doméstico. Segundo a relatora, foi um dos momentos mais penosos que já vivenciou.

DO CHIQUEIRO À MESA: O rebanho e o consumo de porco no Piauí do século

Um estudioso da gastronomia piauiense confirma esse processo do abate de porcos.

O LEITÃO, posto no meio do terreiro, recebia, no meio da testa, uma paulada [...] tonto, não se segurava de pé, e caía, quando então o caboclo, com uma faca de ponta fina, atingia o animal na garganta, bem na jugular. Com uma tigela, o sangue era aparado para ser usado, mais tarde, no chouriço²⁶.

Prossegue a descrição do abate:

O animal, morto, era então levado para um girau, próximo a um caldeirão com água fervendo. O tratador, com uma faca raspava o couro do leitão com o auxílio da água fervendo, até ficar bem branquinho. Só então era aberto, as vísceras eram retiradas e o animal esquartejado (sic) ²⁷.

157

A referência ao terreiro e ao jirau indica outro espaço de abate que não o matadouro público. Longe do olhar tributador e fiscalizador do governo municipal, no meio do terreiro, o abate clandestino, improvisado, sem nenhuma normatização de higiene e estrutura desejada pelas autoridades.

Comer carne de porco

A preferência pela carne suína em algumas regiões do Brasil deu-se pela facilidade da criação extensiva. Sônia Maria de Magalhães, no livro “A mesa de Mariana” ²⁸, em capítulo relativo à vida nos seminários, primeira metade do século XIX, apresenta gráficos comparativos sobre o consumo de carne de porco versus a carne de gado. A autora afirma que,

Observa a preferência pela carne suína entre os mineiros desde o início da descoberta das lavras, podendo ser explicada pelas dificuldades no abastecimento de carne bovina, e também pela facilidade de criação do porco no início do povoamento daquele território: cevado com restos de comida, era criado solto nos pátios das casas²⁹.

No Piauí, como a base da economia era a criação bovina e o animal destinava-se ao mercado externo, o consumo interno de carne de gado era reduzido. A alternativa foi a

²⁶ MATOS, Matias Augusto de Oliveira. **Pelas quebradas, várzeas e chapadas**: uma viagem gastronômica pelo Piauí. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2007, p. 53.

²⁷ Ibidem, p. 53.

²⁸ MAGALHÃES, Sonia Maria de. **A mesa de Mariana**: Produção e consumo de alimentos em Minas Gerais (1750 – 1850). São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004.

²⁹ MAGALHÃES, Sonia Maria de. **A mesa de Mariana**: Produção e consumo de alimentos em Minas Gerais (1750 – 1850). São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004, p.95.

criação doméstica de aves e animais para consumo. A carne de animais e aves silvestres também era apreciada por parte da população, assim como o peixe de água doce.

Em meados do século passado, pelo tamanho do rebanho, acredita-se que carne de porco era muito consumida, é o que se infere das fontes consultadas. Segundo os relatos orais, os cortes mais comuns eram: perna, envolvendo a parte traseira do animal; parte central: lombo, costela, barriga; a paleta, parte dianteira envolvendo as patas e a cabeça.

Outra fonte, testemunho escrito, indica a preocupação não apenas com cortes, mas também com a forma de transformar a carne de porco em comida³⁰.

O pernil era o mais nobre e bonito dos pedaços. A fama do lombo é coisa dos tempos mais recentes. As costelas eram as mais apreciadas...

Do leitão, fazem uma infinidade de pratos bem comuns: o porco guisado, o porco assado em pedaços, a tripa frita, o frito de porco, o chouriço, a linguiça e o conhecido torresmo. Nos velhos tempos, também se tirava o toucinho para preparar a banha, antes da chegada do óleo de babaçu, no dia-a-dia da cozinha³¹.

Como se observa, todas as partes do porco são aproveitadas para consumo. Nesse sentido, escuta dos relatos orais reforça essa afirmação, além de fornecer informações sobre procedimentos culinários³².

Na falta da profusão de óleos para cozinhar como conhecemos hoje, especialmente vegetais, o toucinho de porco era transformado em banha para cozinhar outros alimentos. “Para apurar a banha de porco era picar o toucinho, e ‘fritar a seco’, em panela funda”, essa fritura resultava no torresmo.

Como o toucinho era frito pela manhã para ser usado no cozimento das refeições do dia, o torresmo era comida do período matutino, acompanhava o beiju ou cuscuz de milho com café. Esse relato encontra confirmação em Matos, para o autor, o café da manhã do piauiense era composto principalmente de pratos salgados³³, o torresmo era um desses

³⁰ A diferença entre comida e alimentação é discutida em vários autores que tratam da temática da alimentação. DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986, o autor destina um capítulo para a discussão sobre a comida brasileira. Para DAMATTA alimento é tudo que consumimos para nos manter vivos, enquanto comida é tudo que ingerimos por prazer, mesmo que este não seja nutritivo ou saudável. O autor também discute sobre as comensalidades, o ato de comer juntos. Outros autores também discutem a respeito da diferença entre alimentação e comida, a exemplo de FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo. **História da alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 2015; MONTANARI, Massimo. **Comida como cultura**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008; CARNEIRO, Henrique S. **Comida e sociedade**. Uma história da alimentação. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

³¹ MATOS, Matias Augusto de Oliveira. **Pelas quebradas, várzeas e chapadas: uma viagem gastronômica pelo Piauí**. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2007, p. 53-54.

³² CASCUDO, Luís da Câmara. **Antologia da Alimentação no Brasil**. São Paulo: Global, 2008. Essa seleção foi realmente de grande valia na composição do item sobre comida.

³³ MATOS, Matias Augusto de Oliveira. **Pelas quebradas, várzeas e chapadas: uma viagem gastronômica pelo Piauí**. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2007, p. 73-74.

DO CHIQUEIRO À MESA: O rebanho e o consumo de porco no Piauí do século

pratos. Essa iguaria também era merenda da “meninada” enquanto esperava o almoço, torresmo com farinha branca de mandioca.

Cortes de carne como perna, paleta e costelas serviam para assados, “na panela ou no forno de barro”. Porco assado era comida para ocasiões festivas ou prato para receber visitas importantes, conclui-se de um relato oral. Para além das festas e cerimônias informais, sem regras definidas, no “dia a dia”, a carne de porco era comida guisada, prato rápido e fácil de fazer. O guisado é refogado de carnes ou legumes, cozido em molho, em fogo brando.

O lombo ou “espinhaço do porco” era o corte mais utilizados para o guisado. Cortado em pedaços, o lombo era temperado com sal, cominho, pimenta do reino, corante. Levado ao fogo, cozinhava até a carne ficar macia, “então, retemperava com cebola, alho, louro, pimenta de cheiro e cheiro verde” e levava para novo cozimento, quando formava o molho que seria comido com arroz.

Os depoimentos orais se afastam dessa técnica culinária sofisticada do molho. Usualmente finalizavam o cozimento da carne com muito caldo, que em nada lembrava um guisado, um molho. Guisado ou em caldo, serviam com arroz branco ou “arroz com feijão misturado”. Sempre acompanhado de farinha de mandioca, em alguns casos com pimentas e “limão azedo”.

Com carne e toucinho picado preparavam a linguiça. Temperava o picado com sal, alho, pimenta do reino e corante, só então o recheio estava pronto para ensacar. Usava-se como suporte a tripa de boi, limpa e seca. Após o ensacamento, deixavam a linguiça desidratar ao sol, só então era cozida, frita e servida.

A cabeça do porco também era comida assada, inteira ou em pedaços. Nesse último caso, a carne era misturada com farinha branca de mandioca, “o frito de cabeça de porco”, que na mistura da farinha com a gordura adquiria coloração dourada. Assava-se a cabeça de porco em forno de barro a lenha.

Para esse prato, iniciava pela limpeza da cabeça, passada na labareda do fogo de lenha para queimar todo pelo que restava após a raspagem com faca; em seguida, cuidadosamente, lavava-se a cabeça com água e sabão, que depois recebia perfurações, para que o tempero penetrasse na carne, uma mistura de vinagre, limão, sal, pimenta do reino, alho, cebolas, cravo, folha de louro. Cozinhava bem, e só depois era levada para o forno em travessa para dourar.

Partes como coração, rins, tripas e língua, eram temperadas com sal e pimenta do reino³⁴, cozidas, depois eram assadas. A tripa, após a limpeza, era colocada ao sol para desidratar e retirar as impurezas. A limpeza implicava em lavar várias vezes, virar pelo avesso, usar limão. “Só então era torrada em banha muito quente”.

Orelhas, pé, rabo também eram aproveitados, “cozidos dentro do feijão”. Diferente da feijoada que conhecemos hoje, esse prato era feito geralmente com feijão vermelho ou branco. O feijão preto era raridade, supomos que foi difundido no Piauí no último quartel do século XX, na mudança de hábitos alimentares dos piauienses.

As vísceras também eram consumidas na forma do sarapatel, mistura de sangue, fígado, bofes, toucinho e pedaços de carne menos nobre, tudo condimentado apropriadamente com cebola, alho, folha de louro, pimenta do reino, cominho. O cozido dos miúdos forma um guisado, que ao misturar-se com o sangue, fica mais viscoso e de coloração escura. Em geral servido com arroz branco ou arroz com feijão ou farinha de mandioca. A pimenta, apreciada por parte da população, acompanhava esse tipo de prato.

O sangue do porco também era ingrediente principal para a feitura do chouriço, doce herdado diretamente da culinária portuguesa. Resultado do cozimento lento de 4 a 6 horas do sangue coagulado, banha de porco, rapadura de cana, castanha de caju, leite de coco, farinha de mandioca, especiarias diversas como canela, cravo, erva-doce, gengibre e sal.

O chouriço é um doce apreciado em todo o nordeste, sobretudo nas zonas açucareiras onde, de acordo com Gilberto Freyre, a soma da cultura da cana de açúcar, o ócio das sinhás e o trabalho hábil das escravizadas fizeram nascer o doce brasileiro. “À sombra dessa lavoura e dessa indústria, desenvolveu-se uma arte de doces que se situa entre as artes mais características da civilização brasileira”³⁵.

Como forma de concluir

³⁴ Interessante observar que apesar de utilizar partes menos nobres do porco, esses pratos se tornam requintados por causa dos ingredientes e temperos necessários para sua composição. Elemento diferenciador “da comida do pobre da comida do rico” são exatamente os ingredientes e a forma de preparar. Quanto mais raro os ingredientes, a forma de fazer, mais sofisticado é o prato, observa-se em: FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo. **História da alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 2015; COZINHEIRO NACIONAL: ou coleção das melhores receitas das cozinhas brasileiras e europeias. Livraria Garnier: Rio de Janeiro, 1889; FRANCO, Ariovaldo. **De caçador a gourmet**: Uma história da Gastronomia. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

³⁵ FREYRE, Gilberto. Açúcar. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 25.

DO CHIQUEIRO À MESA: O rebanho e o consumo de porco no Piauí do século

Apresentamos esse texto sobre o consumo de carne de porco como possibilidade de estudo capaz de expressar mudanças e permanências na sociedade piauiense. O alimento é categoria histórica, permite verificar panoramas de mudanças e permanências nas sociedades³⁶.

Até o final dos anos de 1950, predominou no Piauí a criação extensiva e doméstica de suínos, com base em raças autóctones. A partir desse período, novos elementos se agregam formando novo modelo de criação e consumo. A criação extensiva foi substituída pela intensiva; as raças autóctones foram substituídas por raças importadas; a carne bovina entra no mercado e parece conquistar a preferência dos piauienses.

É notório que o modelo de produção e consumo de carne vigente entre 1900 e 1950, corresponde a um momento da vida social em franco declínio. Nesse conjunto de transformações, ocorreu também a substituição da agricultura de roça, com trabalho da mão de obra familiar, a qual está associada a criação extensiva e doméstica de animais, como explicitado em *Condições sociais da criação extensiva e doméstica de animais*.

Na passagem do século XX para o século XXI, a chamada “revolução verde” modernizou não só o padrão de produção e consumo de carne, mas inseriu no contexto do agronegócio insumos agroquímicos de aceleração de produção. Nas hortaliças e frutas cultivadas no Brasil, há indícios de agrotóxicos, pesticidas para controle de pragas, que alteram a composição da flora e fauna.

No caso da criação de animais, a produção frenética de alimentos apressou o ciclo da vida animal. Produtos são ministrados aos animais, proporcionando crescimento precoce para abate; produtos também são aplicados para melhorar o rendimento da produção de carne e leite, por exemplo.

Estudos indicam que a intoxicação por agroquímicos é extremamente também danosa ao humano, causando males não só ao ser ingerido, mas afetando aqueles que trabalham diretamente em contato com os produtos. O manuseio de agrotóxicos e pesticidas, sem as devidas precauções, podem causar até morte³⁷. Problemas da nova forma de produção.

³⁶ BRANDÃO, **Plantar, colher, comer**: um estudo sobre o campesinato goiano. Rio de Janeiro: Graal, 1981; ALGRANTI, Leila Mezan; MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de (Orgs.). **História & Alimentação – Brasil, séculos XVI-XXI**. Belém: Editora Paka-Tatu, 2020.

³⁷ Levantamento feito na Universidade Federal da Bahia em 2009, apresenta dados de mortes ocupacionais de trabalhadores rurais entre 2000 e 2009. Disponível em: <https://ecoa.org.br/agrotoxicos-ritmo-acelerado-de-registros-e-efeitos-negativos-sobre-a-saude-da-populacao-e-do-ambiente/>

Essa situação preocupa mais ainda porque, atualmente, o Brasil lidera o *raking* de países que mais utiliza agrotóxico e não apresenta produção agrícola expressiva para justificar a quantidade de químicos utilizados em suas lavouras³⁸.

Interessante destacar ainda que no Brasil, vivemos uma época de produção de comida nunca vivenciada antes, produz-se o necessário para saciar a fome de todos, entretanto, poucos têm acesso à alimentação, é o que aponta dados do IBGE³⁹.

O ritmo frenético das cidades grandes e a máxima de que “tempo é dinheiro”, fizeram do ato de comer, antes cerimonioso e prazeroso, apenas um ato fisiológico. As populações urbanas cada vez mais se ajustam aos congelados e embutidos, de rápido preparo, ou à comida no quilo. Como analisado em *Comer carne de porco*, observamos novos pratos e ingredientes estão modificando a cozinha piauiense.

Nessa segunda década do século XXI, discute-se muito sobre segurança alimentar, a busca por “comidas de verdade” ou “*slow foods*”, para isso é necessário verificar os antigos sistemas de produção e recorrer à rememoração dos hábitos alimentares de outrora.

³⁸ Levantamento disponível em: <http://renastonline.ensp.fiocruz.br/recursos/entenda-brasil-maior-consumidor-agrotoxicos-mundo>

³⁹ Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/09/17/ibge-confirma-que-pas-voltou-ao-mapa-da-fome-em-2018-diz-pesquisador.ghml>

CONSAGUINIDADES, AFETOS E OUTROS LAÇOS: a constituição familiar em Caxias/MA (1950-1980)

Antonia Valtéria Melo Alvarenga¹
João Batista Vale Júnior²
Raimundo Nonato Santos de Sousa,³

RESUMO

O objetivo da pesquisa da qual resultou esse texto foi analisar os arranjos familiares da cidade de Caxias, localizada no Estado do Maranhão (1950-1980), buscando compreender a instituição familiar a partir de laços de consanguinidade, afetividade, alianças, relações de subordinação e outros. Para tanto, foram utilizados dados censitários produzidos pelo IBGE, fontes notariais, mapas e fotografias que informam sobre o tema. Como fundamentação teórica utilizou-se textos clássicos da literatura nacional, a exemplo de Gilberto Freire (2006) e Sérgio Buarque de Holanda (2014) para discutir as características do patriarcalismo na sociedade brasileira. Recorreu-se, ainda, à literatura mais recente sobre o tema, através de obras como as de Elza Berquó (1998), Maria Berenice Dias (2010), Ana Silvia Volpi Scott (2009) e Ronaldo Vainfas (2017) com a finalidade de compreender a complexidade de arranjos familiares que caracterizou a formação da sociedade brasileira. A partir da análise dos dados encontrados nessa pesquisa, foi possível realizar uma caracterização das famílias caxienses, nas décadas de 50 a 80 do século passado, observando a variedade nos arranjos, nas relações de subordinação e nas solidariedades estabelecidas.

Palavra-chaves: Arranjos familiares. patriarcalismo. pluralismos . Caxias/MA.

CONSAGUNITIES, AFFECTIONS AND OTHER TIES: the family constitution in Caxias / MA (1950-1980)

ABSTRACT

The objective of the research which resulted in this text was to analyze the family arrangements in the city of Caxias, located in the State of Maranhão, between the 1950s and 1980s, seeking to understand the family institution based on on consanguinity, affection, alliances, relationships subordination, and dependency. For that, we used census data produced by IBGE, notary sources, photographs, and others that brief about the theme. As a theoretical basis, classic texts from national literature were used, such as Gilberto Freire (2006) and Sérgio Buarque de Holanda (2014) to discuss the characteristics of patriarchalism in Brazilian society. The most recent literature on the subject was also used, through works such as those by Elza Berquó (1998), Maria Berenice Dias (2010), Ana Silvia Volpi Scott (2009), and Ronaldo Vainfas (2017) to understand the complexity of family arrangements that characterized the formation of society Brazilian. From the analysis of the data found in this research, it was possible to characterize the families of the city of Caxias-MA, in the 50s and 80s of the last century, observing the variety in the arrangements, the subordination relations, and the established solidarities.

Keywords: Family arrangements. patriarchy. pluralisms. Caxias / MA.

¹ Professora Adjunta dos Cursos de História da UEMA e da UESP . E-mail: antoniamelo@cchl.uespi.br

² Professor Adjunto do Curso de História da UESPI . E-mail: joaobatista@cchl.uespi.br ³
Graduando do Curso de História da Uema. Bolsista PIBIC- UEMA/FAPEMA: E-mail:
raimundo.045sousa@gmail.com

CONSAGUINIDADES, AFECCIONES Y OTROS LAZOS: la constitución familiar en Caxias / MA (1950-1980)

CURRÍCULUM

El objetivo de la investigación de la que resultó este texto fue analizar los arreglos familiares en la ciudad de Caxias, ubicada en el Estado de Maranhão (1950-1980), buscando comprender la institución familiar basada en lazos de consanguinidad, afecto, alianzas, relaciones subordinadas y otras. Para ello, utilizamos datos censales elaborados por el IBGE, fuentes notariales, mapas y fotografías que informan sobre el tema. Como base teórica se utilizaron textos clásicos de la literatura nacional, como Gilberto Freire (2006) y Sérgio Buarque de Holanda (2014), para discutir las características del patriarcalismo en la sociedad brasileña. También se utilizó la literatura más reciente sobre el tema, a través de trabajos como los de Elza Berquó (1998), Maria Berenice Dias (2010), Ana Silvia Volpi Scott (2009) y Ronaldo Vainfas (2017) con el propósito de comprender la complejidad de arreglos familiares que caracterizaron la formación de la sociedad brasileña. A partir del análisis de los datos encontrados en esta investigación, fue posible caracterizar a las familias de la región, en los años 50 y 80 del siglo pasado, observando la variedad en los arreglos, en las relaciones de subordinación y en las solidaridades establecidas.

Palabras clave: Arreglos familiares. patriarcado. pluralismos. Caxias / MA.

Introdução

A família é considerada a pedra angular das sociedades humanas. Essa afirmativa não deve ser entendida como exagerada ou anacrônica, pois a literatura sobre o tema tem mostrado que todas as sociedades, das mais simples às mais complexas, são constituídas por essa instituição, independente da forma que assuma em cada uma delas. Logo, os grupos familiares são partes importantes para a compreensão das sociedades em qualquer contexto histórico: neles encontram-se as particularidades culturais, estruturação jurídica, representações políticas, padrões de afetividades, tipos de solidariedades, entre outros, que identificam essa instituição, mas ao mesmo tempo a singularizam nas suas diferentes experiências.

Por se tratar de uma instituição milenar e, portanto, sofrer os efeitos do tempo, em alguns formações históricas é mais impactada, em outras, menos atingida. Mas, apesar de não escapar às mudanças pode ser considerada um dos elementos de permanência nas experiências humanas. Nas sociedades modernas, especialmente na segunda metade do século XX, essa instituição social foi afetada pelas transformações que se processaram no campo da economia, da política, da tecnologia e da cultura, somando ao tradicional modelo

CONSAGUINIDADES, AFETOS E OUTROS LAÇOS: a constituição familiar em Caxias/MA (1950-1980)

patriarcal, outras possibilidades de arranjos. Porém, é importante destacar que a pluralidade de tipos familiares identificados é ampliativa, não implicou a eliminação dos arranjos tradicionais que se encontram na base da formação dessa sociedade.

Por ser uma instituição que agrega diferentes particularidades das realidades sociais, vem despertando a atenção de pesquisadores de vários campos de conhecimento. Scott (2009, p.14) afirma que o interesse pela temática da “família tem atraído cada vez mais a atenção de especialistas de diferentes áreas. No campo da história, as análises sobre esta instituição têm crescido de maneira espetacular, tanto no Brasil como no exterior”. A pesquisadora destaca que no Brasil a demografia histórica impulsionou a investigação da História da família, mas essa produção, à medida que foi chegando a público mostrou variedade e riqueza nas fontes utilizadas. Para isso, afirma a importância da ampliação da Pesquisa em História Social, que permitiu o estudo dessa instituição sob as mais diversas perspectivas: gênero, infância e adolescência, relações matrimoniais e de concubinato, patrimônio, etnia, homossexualidade, poder e política, etc.

O cenário da sociedade brasileira vem passando por modificações intensas desde os anos 1950 do século XX, quando o processo de urbanização, resultante do êxodo rural e das políticas de incentivo ao desenvolvimento industrial do País, foi acelerado, permitindo a criação de novos hábitos, novos valores e uma maneira diferente de sentir e lidar com as situações do dia-a-dia. Assim, nas últimas cinco décadas a realidade brasileira passou por mudanças significativas em termos estruturais, de modo que o modelo convencional de família, caracterizado pelo tripé “pai-mãe-filhos”, a congregação nuclear, se nunca foi absoluto, mostrou-se apenas como mais uma, dentre as muitas possibilidades, de arranjos familiares. Como consequência, tem-se admitido a existência de modelos plurais de famílias ao longo de toda a formação histórica dessa sociedade, revelando estruturas singulares de organização que ora se aproximam, ora se distanciam do modelo tradicional patriarcal.

Tal mutabilidade, decorrente das fugacidades dos tempos, não é um fenômeno que acontece apenas entre instituição e sociedade. É um processo que ocorre na própria experiência dos sujeitos que integram as famílias modernas. Portanto, as relações internas que as constituem não são estáticas, pois interagem com os costumes e modos de viver das pessoas em cada momento, dando vazão à complexidade de afinidades que vão se formando na estruturação dos tecidos sociais. Para entender esse fenômeno, é de grande importância

reafirmar que desde há muitas décadas, a História e outras Ciências Sociais vêm tratando dessa temática.

Conforme argumenta Scott (2009), apesar da variedade de abordagens desenvolvidas nas pesquisas entre a segunda metade do século XX e as primeiras décadas do século XXI, o modelo de família patriarcal tem estado presente na maioria delas. Para isso, muito colaboram as obras de Gilberto Freire (2009; 2006), Casa Grande & Senzala, e Sobrados e Mucambos ; Oliveira Vianna (2005), com a obra Populações Meridionais; Sérgio Buarque de Holanda (2014), com Raízes do Brasil e Caio Prado Júnior com Formação do Brasil Contemporâneo (1972).

Em um grupo de pesquisadores mais recente têm-se os estudos desenvolvidos por Ronaldo Vainfas (2017), Mariza Correa (1981), Ana Silvia Volpi Scott (2009), Eni de Mesquita Samara (1977) , Cynthia A. Sarti (1992) , Mariana Muaze (2016) e muitos outros que vêm dando grandes contribuições para o entendimento da maneira como essa instituição integra a formação social brasileira. Porém, embora existam estudos significativos sobre a temática da família, normalmente eles são dirigidos às realidades do Sudeste e Centro-Oeste do País, ou mesmo quando direcionados ao Nordeste, limitam-se a estudar as áreas que estiveram vinculadas às lavouras de exportação até o século XIX.

As chamadas periferias dessas áreas ficaram excluídas desses estudos, sendo entendidas a partir de uma lógica dedutiva que toma a parte apenas pelas características definidas como gerais. Em outras palavras, é necessário realizar o que Certeau (1998) propõe como tarefa do historiador atual, ou seja, buscar os desvios, ou pelo menos tentar encontrá-los nos modelos consagrados. A esse respeito Barickman (2003) afirma serem necessários estudos que possam revelar realidades que estão fora dos grandes núcleos produtivos do País:

No entanto, apesar de suas valiosas contribuições, a literatura revisionista tem pelo menos um ponto fraco: quase todos os estudos baseados em censos nominativos focalizam São Paulo e Minas Gerais. São raros os estudos que utilizam o mesmo tipo de documentação para investigar o Nordeste; por isso, pouco se sabe sobre as estruturas domésticas numa região vasta e variada que, no início do século XIX, abrigava quase a metade da população brasileira. A falta de estudos sobre o Nordeste, neste caso, representa muito mais do que uma simples lacuna regional na historiografia sobre a família e a unidade doméstica. (BARICKMAN 2003, p.83)

CONSAGUINIDADES, AFETOS E OUTROS LAÇOS: a constituição familiar em Caxias/MA (1950-1980)

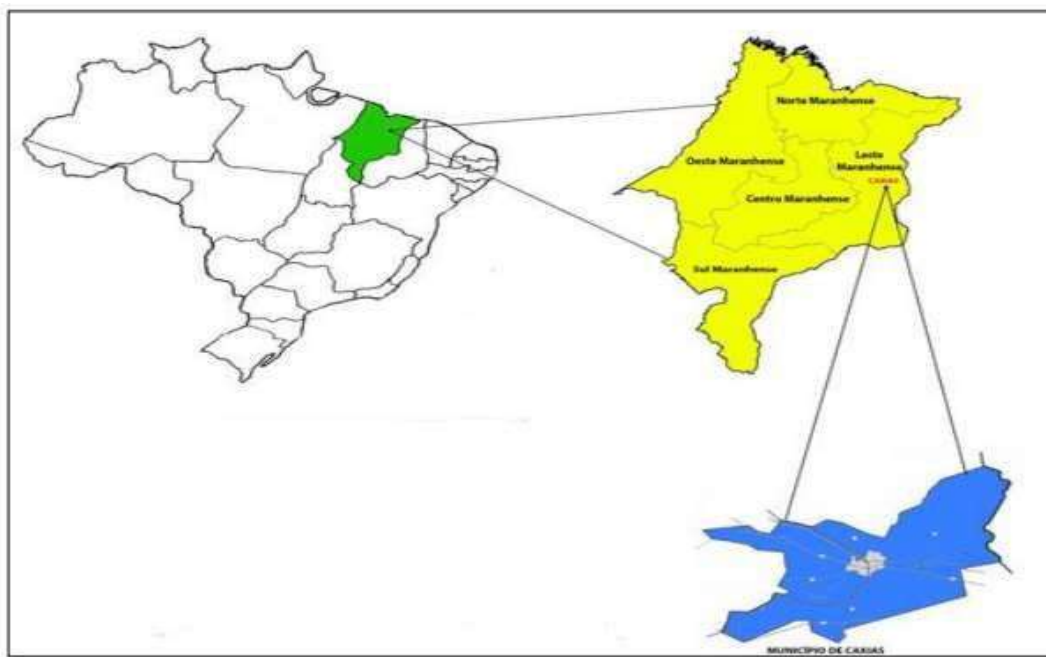
O exposto demonstra que estudos a respeito de famílias que integraram as regiões que se encontravam fora do eixo da economia exportadora nordestina, ou que apenas tiveram experiências secundárias nesse sentido, a exemplo da análise sobre as famílias de Caxias-MA, sai do foco da historiografia produzida sobre o tema. Caxias é um município do Maranhão⁴, localizado no Meio-Norte do Brasil. Conforme dados do último censo (IBGE, 2010) é a quinta mais populosa cidade do Estado, somando um total de 162.657 habitantes. Possui uma área de 5.150,667 quilômetros quadrados, o que a coloca como a terceira maior cidade do Maranhão. É, também, um dos maiores centros econômico, político e cultural do Estado.

Caxias teve sua onda desenvolvimentista da segunda metade do século XIX à primeira década do século XX, quando ocorreu a instalação e funcionamento de algumas fábricas têxteis na região. Após esse período, com a queda da cultura algodoeira no Estado, a cidade passou a viver sucessivas crises econômicas que afetaram a imagem de progresso que vinha sendo produzida sobre a mesma.

Ribeiro (2009), analisando o periódico religioso local “Cruzeiro”, destacou que uma nova onda de euforia a respeito do progresso da cidade pode ser constatada no final da década de 1940 e início da segunda metade do século XX, quando ocorre a eleição de Eurico Gaspar Dutra para chefe da Nação e de Eugênio Barros para prefeito local. Nas páginas desse jornal caxiense ficaram gravados os discursos de exaltação à cidade e aos representantes políticos da época, que segundo seu cronistas seriam responsáveis por recolocar o País e a “princesa do sertão” nos trilhos do desenvolvimento. Segue, mapa da cidade para que seja possível sua localização no Estado.

⁴ O Estado do Maranhão apresenta uma superfície de 333.366 quilômetros quadrados, o que corresponde a 3,9% do território brasileiro e 21,3% da região Nordeste. Está localizado na faixa de transição entre as regiões Norte e Nordeste. Limita-se a leste com o Estado do Piauí, a sul e a sudoeste com Tocantins, a oeste com o Pará. Ao norte é banhado pelo oceano Atlântico em uma área de 640 quilômetros, apresentando a segunda maior costa do país. (IBGE, 1998). Informações postadas no Portal do Ministério da Educação e Cultura -MEC pela Secretaria de Educação do Estado do Maranhão, informam que até a década de 70, os cerrados maranhenses estavam pouco integrados a economia agrícola do Estado, por serem considerados impróprios ao tipo de cultura desenvolvida pela população, prevalecendo nessas áreas a pecuária bovina. Nessa referida década a política governamental de infraestrutura do Estado criou incentivos e subsídios para a ocupação empresarial dos cerrados com o objetivo de atrair investimentos privados externos, o que atraiu agricultores gaúchos para as regiões de Balsas e Alto Parnaíba, transformando essa região em um polo bem sucedido do agronegócio. (http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/indicad_ma.pdf. Acesso em 17.10.2020)

MAPA 01 **MUNICÍPIO DE CAXIAS-MA**



Fonte: Prefeitura Municipal de Caxias, 2015.

Assim, estudar a família caxiense na segunda metade do século XX traduz-se em uma estratégia metodológica de redução da escala temática, espacial e temporal de análise, que possibilitou compreender diferentes aspectos da história dessa sociedade. Dessa forma, o foco do texto foi, em termos gerais, contribuir com o conhecimento da família brasileira e, em específico, colaborar com aqueles que desenvolvem estudos sobre a história da referida cidade.

As pesquisas que lhes deram suporte procuraram identificar aspectos dos arranjos familiares caxienses, relacionando-os às particularidades do passado dessa população. Para tanto, além do aspecto bibliográfico constituído por obras que discorrem sobre o tema, foram empregadas fontes primárias, a saber, os recenseamentos demográficos produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), fotos de famílias de autoria do fotógrafo maranhense Sinésio Santos⁵, mapas e dados notariais que integram a temporalidade em análise.

⁵ As imagens utilizadas nesse estudo fazem parte do maior acervo fotográfico sobre e a cidade de Caxias - MA, pertence à família Santos e, no atual momento, encontram-se sob a guarda do grupo pesquisa em História e Políticas Públicas CNPQ/UEMA, vinculado ao curso de História do Campus de Caxias CESC/UEMA. A decisão de utilizar essa modalidade de fonte nesse estudo está relacionado com o destaque o tema apresenta no referido acervo, demonstrando a importância atribuída por essa sociedade à instituição, através do desejo de registrar, de imortalizar os diferentes momentos que caracterizam as vivências desses grupos consanguíneos, afetivos e de outras afinidades.

CONSAGUINIDADES, AFETOS E OUTROS LAÇOS: a constituição familiar em Caxias/MA (1950-1980)

Quanto à estrutura, o texto está dividido em quatro tópicos. Uma introdução que apresenta o tema aqui discutido. A segunda parte discorre sobre os estudos que tratam da História da família no Brasil, enfocando seus principais expoentes e no último tópico, realizou-se uma discussão sobre as formas de organização e as relações de poder que caracterizaram os arranjos familiares de Caxias-MA entre 1950 a 1980. Importante destacar que não foi propósito dessa análise realizar um estudo de identificação específico das famílias locais, mas apenas de suas estruturas organizacionais.

169

A família brasileira na historiografia nacional: tradicionalismo patriarcal e crítica moderna.

No pensamento social brasileiro destacam-se dois modos de pensar a família: o primeiro foi formado entre as décadas de 1920 e 1950 e caracterizou-se por associar a família ao modelo patriarcal. A produção teórica desse período enfatizou a importância das classes dominantes, concebendo-as como contribuintes da fundação da empresa colonial e da constituição do Império. Algumas obras vinculadas a esse tipo de literatura tornaram-se clássicas por serem consideradas protagonistas no debate sobre o tema, a exemplo de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda (2014).

Esses foram trabalhos pioneiros na investigação sobre família no Brasil, contribuindo para a consagração do modelo patriarcal como concepção predominante do passado familiar brasileiro. Em “Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil”, Vainfas (2017) comenta sobre a moderna crítica historiográfica realizada à forma tradicional de pensar essa família. Para ela, esses teóricos teriam contribuído para difundir nacionalmente o estereótipo da família numerosa, integrada pelos parentes consanguíneos e por agregados e escravos, em uma relação de completa submissão ao chefe da família, quando na verdade é possível observar na mesma o reconhecimento de outros tipos de organização familiar convivendo com a família patriarcal.

A partir da década de 1970 a família passa a ser estudada sob o viés da História Social, recebendo a influência da demografia histórica (MUAZE, 2016). As principais críticas realizadas por esse grupo de pesquisadores relacionam-se à abordagem sobre a hegemonia do modelo patriarcal de família. As pesquisas realizadas por de Eni Samara

(1977) e Mariza Correa (1981) mostram que embora o padrão patriarcal da família tenha prevalecido em algumas regiões brasileiras, não foram capazes de impedir o surgimento de outros tipos de organização consanguíneas, sendo possível observar a presença do padrão nuclear antes mesmo das transformações urbanas e da hegemonia dos valores burgueses.

O grupo de pesquisadores chamou a atenção, ainda, para os estereótipos produzidos em relação à mulher colonial, notadamente para o comportamento e o papel desempenhado pelas mulheres dos diversos segmentos sociais. Para a Historiografia crítica, a submissão atribuída à mulher colonial não pode ser entendida de forma absoluta. Estudos mais recentes, especialmente aqueles produzidos sob os fundamentos da Micro História, têm permitido conhecer um cenário mais complexo que o apresentado pela abordagem tradicional sobre a família colonial brasileira, ao revelar que a passividade feminina não era uma regra, e que embora as mulheres da elite colonial fossem educadas com essa finalidade, a história está cheia de exemplos de transgressões e de lideranças domésticas femininas, mesmo nesse setor social. Por outro lado, é importante destacar que as mulheres pertencentes às camadas populares, por estarem inseridas em um universo em que esse tipo de cobrança era menos eficiente, mostravam-se mais propensas a assumirem comportamentos mais ativos. (VAINFAS, 2017).

Nessa perspectiva Sarti (1992), defende que o modelo de família patriarcal não é capaz de explicar, sob um viés sócio histórico, as diferentes formas de organizações das famílias brasileiras. Isso se justifica pelo fato desse modelo ter sido elaborado de forma genérica, impossibilitando-se, portanto, a contemplação de realidades complexas, como ocorre com as constituições familiares em uma sociedade marcada por diferenças sociais, econômicas e regionais como a brasileira.

Vainfas (2017), no, entanto, realiza uma importante reflexão acerca da postura crítica dirigida à concepção patriarcal de família por essa recente historiografia que vem surgindo nesse campo de saber. Segundo ele, a noção de família patriarcal apresentada pela dita historiografia tradicional, a exemplo de Gilberto Freyre, Antônio Cândido, não está sustentada na estrutura domiciliar colonial, mas, faz referencia a uma categoria de relação de poder e, portanto, envolve os diferentes setores sociais, independente do tipo de habitação que apresente. Vainfas mostra que o predomínio de uma cultura familiar sustentada em uma sociabilidade conjugal e individualista só foi possível em uma sociedade em que os valores burgueses já se encontravam bem consolidados.

CONSAGUINIDADES, AFETOS E OUTROS LAÇOS: a constituição familiar em Caxias/MA (1950-1980)

No Brasil os estudos sobre a família vem ganhando muito com esse debate. Em virtude da grande quantidade de trabalhos publicados sobre família no país, é possível dizer que existe um campo específico de reflexão e de pesquisa em construção. Uma vasta problemática, alimentada pela possibilidade da utilização de fontes diversas, a exemplo das documentações íntimas, como as cartas afetivas, diários, livros de assentos, fotografias, bem como da documentação cartorial, como testamentos, inventários, recibos de transações comerciais e escrituras têm favorecido conhecer melhor a importância dessa instituição na formação da sociedade brasileira.

Estudando sobre a influência dos grupos familiares maranhenses no processo de independência do Brasil e sua repercussão na política provincial do final do século XIX, Lima (2009) informou que as famílias das elites locais eram centros de convergência de intenções, que extrapolavam as relações afetivas para configurarem-se como redes de poder e domínio da política local. Segundo a autora, essas estratégias visavam não só a preservação do patrimônio material dessas famílias, mas a ampliação do seu poder simbólico, alargando suas influências dentro e fora do território maranhense. Nesse aspecto, a competição desses grupos familiares pelo controle dos domínios públicos, levou a ampliação da prática clientelista bastante comum nas áreas rurais, para as relações urbanas que foram caracterizando o Estado no século XX.

Grill (2013) amplia esse debate ao mostrar que o Maranhão do século XX é apontado nacionalmente como exemplo de “política oligárquica”, em decorrência das conexões estabelecidas entre aqueles que integram a esfera política e as práticas patrimonialistas e clientelistas que possibilitam o domínio familiar e o controle dos diversos setores dessa sociedade. Realizando um amplo debate sobre as adequações e inadequações da utilização desse regime político para os diferentes contextos do Estado, caracteriza a estrutura de poder maranhense e a maneira como a instituição familiar atual participa das estruturas governamentais e das políticas locais.

Que a família é uma instituição complexa, ninguém tem dúvidas. Mas, como, então, se pode entender a família atual brasileira diante dessa complexidade? Que tipos de legados foram deixados para as famílias brasileiras do século XX? Como as formas tradicionais de organização familiar maranhenses incidem sobre as modernas. Deve-se, antes de tudo, reconhecer que a instituição nomeada como “família” é uma construção histórica, por receber influências e contribuir para a formação das estruturas da sociedade em que

floresce. Por tal razão, ainda que seja possível encontrar permanências de elementos da instituição em contextos históricos diferentes, é inevitável a pluralidade de formas com que essa relação jurídico-afetiva se apresenta. Ferrari & Kaloustian (2002) defendem que nas sociedades contemporâneas as famílias apresentam características destacadas ao afirmarem que:

A família, da forma como vem se modificando e estruturando nos últimos tempos, impossibilita identificá-la como um modelo único ou ideal. Pelo contrário, ela se manifesta como um conjunto de trajetórias individuais que se expressam em arranjos diversificados e em espaços e organizações domiciliares peculiares. (FERRARI e KALOUSTIAN, 2002, p. 14).

Fatores que são especificamente parte dos contextos presentes convivem com outros herdados do passado, fazendo surgir tipos de experiências que embora guardem vestígios de outros momentos, permitem que o novo se manifeste. Assim, fenômenos recentes, a exemplo de alterações nas taxas de fecundidade, aumento na expectativa de vida dos sujeitos, envelhecimento da população, diminuição ou crescimento no número de casamentos, tem contribuído para consolidar essa configuração como polivalente (BONINI, 2009). Reconhecendo essa pluralidade foi que se desejou compreender os tipos de arranjos familiares estabelecidos na sociedade caxiense, entre os anos 50 e 80 do século XX. O recorte temporal dessa pesquisa justificou-se por ser esse o período em que tem início no Brasil a intensificação da migração campo-cidade, favorecendo o fortalecimento dos valores burgueses que passaram a orientar o comportamento da sociedade atual.

2 Formas de organização e estruturas de poder que envolvem as famílias caxienses (1950-1980)

A modernidade é uma experiência que afeta profundamente a maneira de viver das comunidades humanas. Valores e práticas são modificados dando vazão às novas formas de comportamento dos sujeitos e ao funcionamento das instituições. Pesquisas recentes sobre a família mostram que no Brasil, uma das mudanças resultantes desse processo está relacionada à configuração dessa instituição, que se adaptando às nuances daquele fenômeno sofre alterações na composição numérica, nos elementos de constituição, na

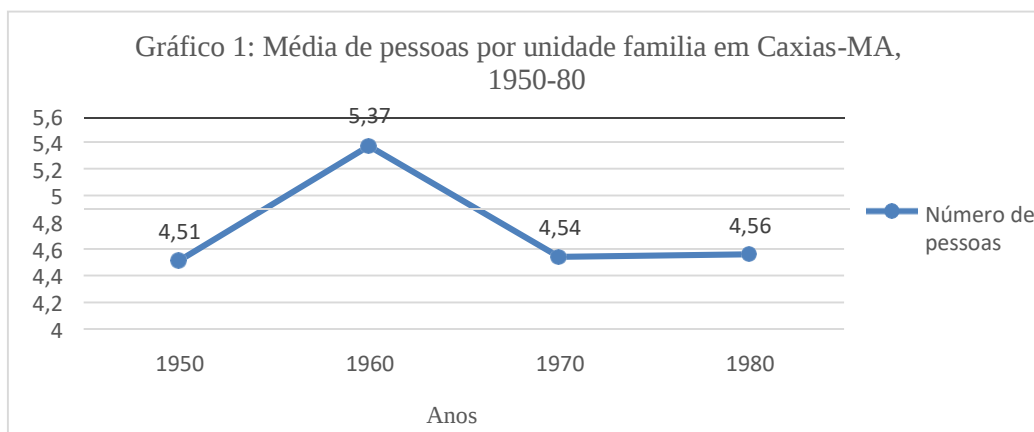
CONSAGUINIDADES, AFETOS E OUTROS LAÇOS: a constituição familiar em Caxias/MA (1950-1980)

definição de funções e nas relações de autoridade e poder entre seus integrantes. Como já colocado acima, o estudo da família é , portanto, importante meio de compreender a modernidade.

Em relação ao tamanho das famílias brasileiras na segunda metade do século XX, dados referentes às décadas de 1960 e 1980 mostraram uma significativa redução do número de indivíduos, apresentando, respectivamente, uma média de 5 e 4,34 pessoas por unidade domiciliar (BERQUÓ, 1998). Esse mesmo tipo de resultado observa-se quando se individualiza a pesquisa por região. Embora não seja pretensão realizar análise da conjuntura política do Maranhão nesse período, é importante ressaltar as transformações que estavam ocorrendo nos espaços de poder, com o fim da oligarquia vitorinista e a ascensão da família Sarney ao domínio da política estadual, nesse contexto (1965) e, pensar os reflexos desse projeto político na estrutura demográfica e na organização social da população maranhense, e em especial sobre o município de Caxias.

[...] , o governo Sarney (1966-70) anunciava um Maranhão Novo, uma nova época de prosperidade e modernização. Os jornais comentavam sobre o “milagre maranhense”, pois a economia estaria crescendo a índices bastante elevados. Falava-se também em desenvolvimento com justiça social. (COSTA, 2001, p.02)

O gráfico nº 01, a seguir, relativo ao tamanho médio das famílias de Caxias -MA para o mesmo período, mostra uma realidade semelhante à apresentada para a média nacional, no que diz respeito a quantidade de pessoas vivendo em uma mesma unidade domiciliar. Permite, ainda, realizar algumas inferências em relação ao reflexo das mudanças que estavam ocorrendo no Estado, sobre a esfera econômica e a organização demográfica desse município. Observa-se, a partir dos anos 60 do século XX, uma tendência à redução ou mesmo à estabilização do número de pessoas por família. Com certeza esse tipo de constatação merece estudos profundos e variados, que poderão ser realizados posteriormente, mas para esse momento interessa saber como isso implicou nas configurações familiares, considerando sua importância nos arranjos de poder que vão sendo conformados nessa estrutura social.



Fonte: Fundação IBGE, censos de 1950 a 1980. Organizado pelos autores

O perfil da maioria da população maranhense do período, apresentava um relativo percentual de pessoas habitando as áreas rurais, espaços que na história desse Estado estão caracterizados pelos altos níveis de concentração de renda, com grande parte da população submetida às condições precárias de trabalho. Embora nos anos de 1980 o Maranhão ainda apresentasse a maior população rural do Brasil (IBGE), a cidade de Caxias desde o final do século XIX já mostrava uma cultura em processo de urbanização, sem, contudo, perder características de cidade provinciana. Costa (2001) ao discutir os fatores que teriam levado a migração da população rural maranhense para as cidades no período de 1960 a 2000, apresenta os percentuais de como a população do Estado estava distribuída nessas duas zonas, bem como essas últimas foram sendo impactadas pelas mudanças promovidas pelos projetos de desenvolvimento colocados em execução, a partir da instalação do Maranhão Novo, pelo governo Sarney.

TABELA 01

POPULAÇÃO URBANA, RURAL E TOTAL – MARANHÃO (1960/2000)						
	1960	1970	1980	1991	1996	2000
Pop. Urbana	442.995	752.027	1.255.156	1.972.421	2.711.175	3.355.577
%	18 %	25 %	31 %	40 %	51,9%	59,5%
Pop. Rural	2.034.376	2.240.886	2.741.248	2.957.832	2.511.008	2.282.804
%	82 %	75 %	69 %	60 %	48,1%	40,5%
Pop. Total	2.477.371	2.992.686	3.996.404	4.930.253	5.222.183	5.638.381

Fonte: Censos IBGE.

É uma população rural que vai percentualmente sendo reduzida ao longo das décadas. Em 1960 ela era 82% da população total; no início da década de 1990 apenas 60% dessa

CONSAGUINIDADES, AFETOS E OUTROS LAÇOS: a constituição familiar em Caxias/MA (1950-1980)

população. A falta de estímulo à permanência dessas famílias no campo e os atrativos informados como parte dos centros urbanos em crescimento, motivaram o movimento migratório campo-cidade. Caxias eram um dos centros de atração à população mais jovem e carente do Estado, que ao migrar dos núcleos familiares rurais em busca de melhores condições de educação e trabalho, formavam unidades domiciliares menores na área urbana. Com base nas informações apresentadas para as décadas de 1950, 1960, 1970 e 1980 (IBGE), as famílias caxienses mostraram as respectivas médias no número de membros por domicílio: 4,51, 5,37, 4,54 e 4,56. Um aspecto chama a atenção para a referida cidade, quando se analisa as fotografias de famílias locais pertencentes aos diferentes grupos socioeconômicos. O número de pessoas identificadas não coincide com a média obtida para os dados informados pelo IBGE.

O que se observa, normalmente, são famílias relativamente numerosas, agregando algumas pessoas com idades semelhantes, outras mais jovens e umas poucas com idades avançadas. A maneira como estão organizadas para a fotografia informa sobre a autoridade e o prestígio dos seus integrantes. Assim, ao analisar-se dois padrões de família fotografados por Sinésio Santos, um ampliado e outro nuclear, percebe-se que o segundo é apenas uma célula do primeiro tipo: um grande número de pessoas, fazendo crer que embora mais reduzida, a família nuclear nordestina urbana continuava bastante numerosa. É o que pode ser observado nas imagens a seguir:

FOTO Nº 01 FAMILIA CAXIENSE



Fonte: acervo Sinésio Santos

FOTO Nº 02 FAMILIA XIENSE



Fonte: acervo Sinésio Santos

Outra evidência diz respeito ao que colocou Vainfas (2017) sobre a família colonial brasileira, e, em especial, à nordestina, ao afirmar que as mesmas não podiam ser definidas por suas estruturas domiciliares, pois não era exclusivamente o número de pessoas que habitavam uma residência, o que definia as relações de poder dentro dessas famílias, mas os sistemas de proteção e fidelidade que as envolviam. Ainda que as famílias analisadas nessa pesquisa pertençam a temporalidade diferente das referidas por esse estudioso da sociedade brasileira, sua análise permanece importante, pois alguns elementos da cultura patriarcal continuam presentes nas formações sociais atuais, revelando-se na maneira como essa instituição se estrutura no então contexto: os laços de afetividade e as solidariedade entre a parentela e agregados, configurando-se nos principais valores de sustentação das relações consanguíneas sociais e políticas dessa sociedade.

Porém, esse tipo de relação não se limita às camadas economicamente mais favorecidas de Caxias-MA. Embora se reconheça que a crítica produzida à historiografia tradicional realize importante trabalho para o conhecimento das diferentes experiências familiares que integraram o processo de formação da sociedade brasileira, notadamente entre os grupos menos favorecidos, é inegável que, mais uma vez, a reflexão realizada por Vainfas (2017) sobre a família colonial é importante para que se possa entender as sociedades atuais, pois permite compreender que alguns agrupamentos humanos, mesmo vivendo fisicamente fora dos domínios patriarcais, não estão isolados do seu controle político e econômico, visto que o mesmo está instituído socialmente.

FOTO Nº 03 FAMILIA CAXIENSE



Fonte: acervo Sinésio Santos

CONSAGUINIDADES, AFETOS E OUTROS LAÇOS: a constituição familiar em Caxias/MA (1950-1980)

A fotografia acima mostra uma família caxiense dos anos de 1960, de baixo poder econômico. Não existem informações se todos habitavam o mesmo domicílio, mas percebe-se a importância de serem registrados como membros de uma família. O posicionamento dos fotografados mostra uma espécie de destaque para a figura central que está a um passo à frente dos demais, um senhor, que mesmo sendo o único a encontrar-se com os pés descalços, apresenta postura e expressão de altivez que não são identificadas nos demais.

Aquele parece ser o chefe da família, a quem todos devem mostrar respeito e consideração. Nesses agrupamentos as relações de autoridade são manifestadas através de valores, como a palavra dada, a promessa feita, a que filhos, esposas e parentes mais próximos deveriam respeitar como suas. Esse é outro tipo de família nordestina que atravessou os séculos, mantendo muito da sua estrutura até os dias atuais, nos espaços em que são encontradas.

Relevante, também, para a compreensão do objeto desse estudo, a permanência do compadrio, costume que integrou o cotidiano dos grupos familiares do nordeste, não só das sociedades coloniais, como das que lhe sucederam. Assim, o compadrio como um mecanismo de aproximação das pessoas do mesmo grupo social, ou de status econômico diferente, atravessou os séculos e continuou como importante fator na preservação dos laços de solidariedade e dependência, especialmente nesse último grupo.

Em sociedades religiosas o batismo estabelece, para sempre, um vínculo espiritual entre os sujeitos envolvidos nessa relação: padrinhos, batizando e país. Em sociedade católica como a caxiense, as crianças eram batizadas muito cedo, e normalmente apadrinhadas por pessoas com uma situação social distinta da apresentada pelo país, com a finalidade de passar a receber proteção não só da família consanguínea, mas, também da espiritual, uma espécie de autoajuda importante para enfrentar o desafios cotidianos de realidades tão desiguais. A tabela abaixo mostra a importância que essa instituição continuou tendo na vida dos caxienses no século XX.

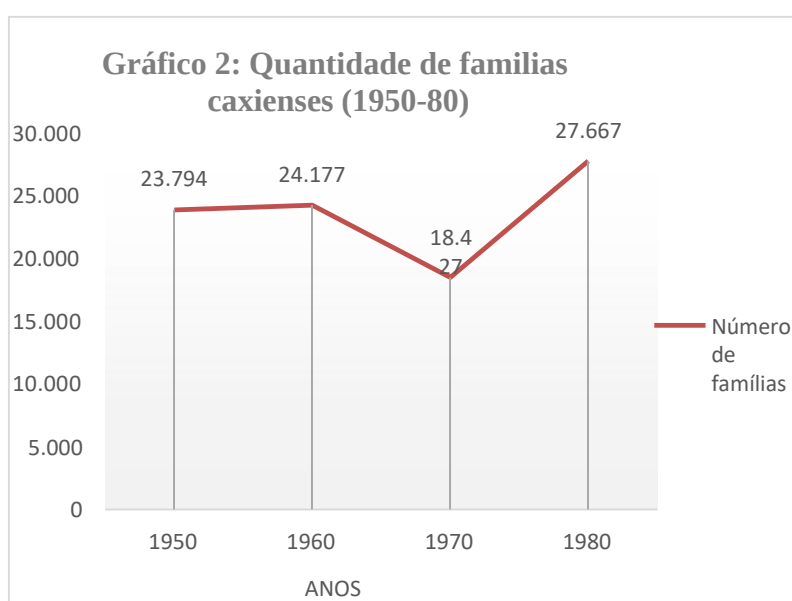
TABELA 02

Crianças batizadas no catolicismo romano em Caxias/MA (1950-1980)

Décadas	Batismo	
	Até 2 anos	Mais de 2 anos
1950	95,14%	4,86%
1960	90,37%	9,63%
1970	88,85%	11,15%
1980	81,05%	18,95%

Fonte: Livros de registros de batismos nº 28; nº 30 e nº 31-A, nº 33, nº 33-B e nº 36 A da Paróquia São Benedito, Caxias/MA, 1950-1959; Livros de registros de batismos nº 14; nº 44 e nº 48-A da Paróquia São Benedito, Caxias/MA, 1960-1969; Livros de registros de batismos nº 51; nº 53-B; nº 55-B; nº 57 da Paróquia São Benedito, Caxias/MA, 1970-79; Livros de registros de batismos nº 59; nº 64-A; nº 65; nº 65; nº 71 da Paróquia São Benedito, Caxias/MA, 1980-89. Organizado pelos autores.

Numericamente menor, ou apresentando composição diferenciada, a família manteve-se como uma instituição importante para a sociedade caxiense. No gráfico nº 2, produzido com dados fornecidos pelo IBGE para Caxias-MA sobre o número de famílias por décadas, identifica-se uma tendência ao crescimento dessa variável, reforçando o entendimento anterior, sobre Caxias vir se tornando um polo de atração das populações rurais maranhense do meio-norte, especialmente depois da década de 1960. No intervalo de tempo analisado, apenas na década de 1970 houve um declínio da curva, que pode ser explicado pelo desmembramento de Aldeias Altas e Governador Eugênio Barros da área Caxias -MA, no início dos anos 60 desse século:



Fonte: Fundação IBGE, censos de 1950 a 1980. Organizado pelos autores

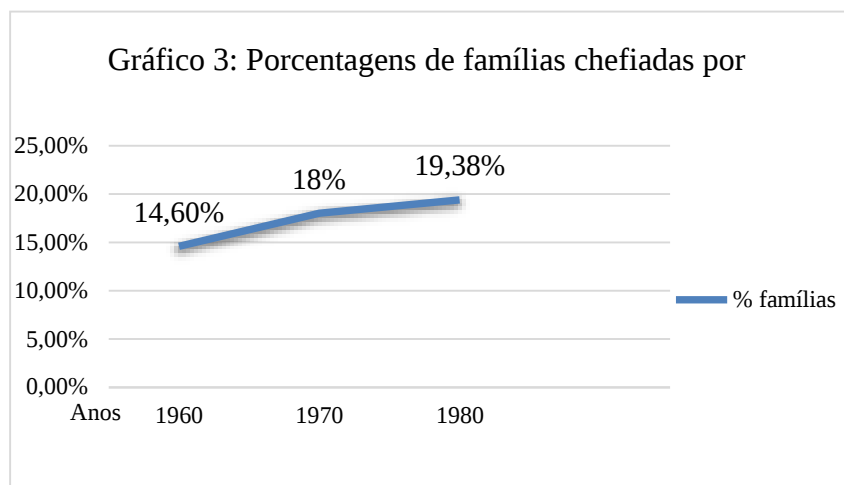
CONSAGUINIDADES, AFETOS E OUTROS LAÇOS: a constituição familiar em Caxias/MA (1950-1980)

Embora tenha perdido parte de sua população com o desmembramento das áreas mencionadas, o crescimento urbano decorrente da migração campo-cidade favoreceu uma rápida recuperação populacional da cidade de Caxias, superando, em menos de uma década, a perda da população emancipada. No censo de 1980 o número de famílias residentes na cidade era superior ao informado para 1960. Saber como passaram a viver essas famílias e como o processo de urbanização atuou na sua organização é outro aspecto importante desse estudo.

Quando se analisa o quesito chefe de família, percebe-se que mesmo ocorrendo o predomínio de chefias do lar por homens⁶, havia um número significativo de mulheres mantenedoras de seus lares. As condições em que esse fenômeno ocorria eram as mais variadas: separação, mães solteiras e, principalmente, a viuvez. Na década de 1950, 4.442 pessoas declararam-se em estado de viuvez em Caxias -MA, sendo 28% do sexo masculino e 72% feminino, ou seja, em 18% do total das famílias caxienses existia um homem ou uma mulher comandando o lar sozinho (a). Em 1960 os viúvos da cidade somavam 4.219 pessoas, distribuídos em um percentual de 27% de homens e 73% de mulheres, atingindo o total de 17,45 % da famílias registrada para aquela década. Em 1970, do total de 2.909 viúvos, 78% eram mulheres e, em 1980, de 3.821 pessoas nesse estado civil, 82% eram do sexo feminino (IBGE).

A presença do percentual de mulheres nessa condição civil é maior que o encontrado para o sexo masculino em todo o período estudado, mostrando a permanência de outra tendência nordestina: as mulheres tendiam a manter-se sem uma nova relação matrimonial com o fim do primeiro casamento. Embora se observe a redução do percentual total de pessoas na condição de viuvez ao longo do período analisado, aumenta o de mulheres nessa condição. O gráfico abaixo mostra como se manifesta a presença de lares chefiados por mulheres em Caxias –MA, entre os anos de 1960 e 1980:

⁶ A igualdade prevista no *caput* do artigo 5º e no § 5º do artigo 226 produziu a significativa mudança no Direito de Família, ao determinar que o homem deixava de ser considerado o chefe da família. Alterou-se com a Constituição Federal de 1988 a hegemonia masculina sobre a relação conjugal, estabelecendo-se, legalmente, a igualdade entre homens e mulheres.



Fonte: Fundação IBGE, censos de 1960 a 1980. Organizado pelos autores.

Vê-se no gráfico nº 03 que em Caxias - MA ocorreu o crescimento do percentual de unidades domiciliares chefiadas por mulheres, entre as décadas de 1960 e 1980. Além das viúvas, o número de mulheres desquitadas ou divorciadas também contribuiu para esse aumento. Em 1960, do total de pessoas desquitadas em Caxias – MA, 26% eram homens e 74% eram mulheres (IBGE, 1960). Em 1970 os percentuais de pessoas nessa condição mostraram-se com 28% para homens e 72% para mulheres (IBGE, 1970). Na década de 1980 a quantidade de desquitados e divorciados mostrou-se mais equilibrada pois 52% eram homens e 48% eram mulheres (IBGE, 1980). Na ausência dos companheiros elas passavam a comandar suas famílias, normalmente assumindo a função de mantenedora e educadora dos seus dependentes. Importante destacar que essas mulheres, por estarem imersas nesse universo de relações de autoridade e poder atribuídos a quem dirige a família, não raro desenvolviam personalidade muito semelhante à adotada pelos homens.

Assim, independente das razões que expliquem essa mudança, os dados indicam um deslocamento das mulheres caxienses para o exercício de atividades remuneradas. Como provedora ou administradora dos bens familiar, esse sexo passou a ter maior poder de decisão e capacidade de participação tanto nas relações parentais, quando social. É claro que essa situação não faz desaparecer os obstáculos e os preconceitos a esse tipo de organização familiar, em uma sociedade predominantemente estruturada sob um modelo patriarcal. Mas, foram experiências importantes para fundamentarem as futuras bandeiras em defesa das igualdades e dignidades que apareceriam como direito fundamental ainda na década de 1980 na nova Carta Política do País .

CONSAGUINIDADES, AFETOS E OUTROS LAÇOS: a constituição familiar em Caxias/MA (1950-1980)

Analisando a situação dos agregados nessas famílias, identificou-se os seguintes percentuais: No Censo de 1960 46% eram do sexo masculino e 54% eram do sexofeminino (IBGE, 1960). Em 1970 38% dos agregados eram homens e 62% eram mulheres (IBGE, 1970) e em 1980 registrou-se um percentual de 41% para homens e 59% para mulheres (IBGE, 1980). Observa-se um expressivo número de mulheres na condição de agregadas, reforçando outro aspecto do patriarcalismo: mulheres sozinhas precisavam se colocar sobre a proteção de uma família. Essa mistura da tradição com o moderno é bastante nítida, podendo ser percebida tanto pela maneira como se organizavam as diferentes famílias caxienses, como internamente, na própria unidade familiar.

No entanto, quando se relaciona os percentuais acima com os produzidos para a quantidade de filhos (as) e enteados (as), encontra-se resultado diferente, pois nesse último caso predomina a presença de indivíduos do sexo masculino nessas residências. No ano de 1960, filhos e enteados totalizaram 71.530 pessoas, das quais 53% eram homens e 47% eram mulheres (IBGE, 1960). No ano de 1970, filhos e enteados somaram 43.383 indivíduos, dos quais 52% eram homens e 48% eram mulheres (IBGE, 1970). No ano de 1980, o município tinha 66.522 pessoas nessas situações, das quais 53% eram homens e 47% eram mulheres (IBGE, 1980).

Considerando as tendências de comportamentos familiares nas sociedades nordestinas, é possível realizar mais algumas inferências a esse respeito. A primeira é que continuava presente no universo familiar nordestino o propósito de casamento cedo para as meninas. Essa era uma forma de resguardar sua honra e de toda a família. Segundo, que os homens permaneciam com maior liberdade para desfrutar a mocidade de forma mais prazerosa, deixando para contrair núpcias apenas em oportunidades social e politicamente favoráveis, no caso dos pertencentes às famílias de maior poder aquisitivo, ou quando tivessem aproveitado de forma satisfatória os prazeres da vida.

Mostrando que as formas tradicionais de estruturação da família continuavam importantes, têm-se os números de casamentos para as décadas estudadas. No ano de 1950 foram contabilizados 61.837 casados em Caxias/MA, (IBGE, 1950). Em 1960 o total de casados foi de 39.655 pessoas (IBGE, 1960). Na década de 1970 o número de pessoas em vida marital consumada foi de 28.095 (IBGE, 1970) e, em 1980 existiam 41.688 caxienses casados (IBGE, 1980). Ao longo dessas quatro décadas foi ocorrendo uma redução do número de pessoas dispostas a oficializarem relação conjugal. No entanto, permaneceu significativo o número de casamentos realizados no município, evidenciando que a

instituição do casamento ainda é muito forte para essa sociedade. Ao associar-se essa característica à forte religiosidade local, o que pode ser identificado pelo número de templos católicos, evangélicos pentecostais e neopentecostais existentes na cidade, é possível identificar a presença de uma moral conservadora na sociedade caxiense na formação da família caxiense.

Considerações finais

Os resultados obtidos na pesquisa que originou esse texto mostraram que o município de Caxias, situado no interior maranhense, apresentava no período de 1950 a 1980, estruturas familiares complexas, mas voláteis às condições que as atravessavam. Caxias confirma uma realidade observada para outros municípios do mesmo porte no Estado, bem como em outras unidades federativas do nordeste: permanência de elementos característicos das estruturas patriarcais, convivendo com as mudanças que foram se processando no seio dessas sociedades, à medida que o processo de modernização ampliava-se pelos diferentes setores dessa realidade.

Nesse período definido para estudo, embora Caxias - MA mantenha muitos valores conservadores, especialmente no que diz respeito às instituições estruturantes da sociedade, a exemplo da família, do casamento e da religiosidade, foi possível observar um número significativo de famílias monoparentais femininas, chefiadas por viúvas, desquitadas ou divorciadas, convivendo com o modelo tradicional de organização familiar. Sem dúvida, ainda predominava o modelo patriarcal na organização da maioria dos lares, independente da condição social apresentada, mas é possível verificar que a sociedade caxiense começava a produzir algumas células de reestruturação desse paradigma de organização familiar e social.

Outro aspecto observado diz respeito à constituição dessas famílias. Mesmo ocorrendo uma redução do tamanho dessas famílias ao longo do tempo, entre os anos de 1960 e 1970 esses agrupamentos consanguíneos e afetivos mostraram-se, ainda, bastante volumosos, estando integrados tanto ao eixo nuclear, pela parentela mais próxima, como pelas pessoas agregadas que viviam recendendo alguns favores e retribuindo com muita fidelidade e disponibilidade. Tal fato faz perceber como era a realidade familiar caxiense,

CONSAGUINIDADES, AFETOS E OUTROS LAÇOS: a constituição familiar em Caxias/MA (1950-1980)

onde o modelo convencional, caracterizado pelo trinômio “pai, mãe e filhos”, se tratava apenas de uma, dentre tantas outras possibilidades.

Pelo exposto, pode-se concluir que havia uma variedade de arranjos na composição familiar de Caxias-MA, assim como no tipo de relações que decorriam das mesmas, entre as décadas de 50 a 80 do século passado. Essas estruturas foram importantes para definir as relações de poder local, projetar politicamente algumas delas regional e nacionalmente e, formar os consórcios necessários tanto para o controle político local, como para o desenvolvimento econômico da cidade. Assim, na década de 1980 em Caxias-MA percebe-se o grande dilema de tentar encontrar uma maneira de torna-se moderna, em um ambiente em que ainda se respira muito ares do passado.

REFERÊNCIAS

BARICKMAN B. J. E se a casa-grande não fosse tão grande? Uma freguesia açucareira do recôncavo baiano em 1835. In: **Afro-Ásia**, 2003, p. 79-132. Disponível em: [file:///D:/Downloads/21055-71741-1-SM%20\(3\).pdf](file:///D:/Downloads/21055-71741-1-SM%20(3).pdf). Acesso em fevereiro de 2019.

BONINI, Juliana de Oliveira Reis. **Novos arranjos familiares**: da família da idade medieval a família da atualidade: conversando sobre família recomposta ou família de recasamento. Niterói, 2009.

BERQUÓ, Elza. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: **História da vida privada no Brasil**, v. 4. Org.: Lilia M. Schwarcz. São Paulo: Comp. das Letras, 1998.

BRASIL. **Portal do Ministério da Educação e Cultura –MEC**. Disponível em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/indicad_ma.pdf. Acesso em 17.10.2020.

CORREA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar brasileira. **Cad. Pesq.**, São Paulo (37): 5-16, Mai, 1981.

COSTA, Wagner Cabral da. **Novo tempo / Maranhão novo**: quais os tempos da oligarquia? Disponível em <https://www.fundaj.gov.br/images/>. Acesso em 17/10/2020.

CERTEAU Michel de. A Operação Historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1998.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias** – 6 ed. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

FERRARI, M.; KALOUSTIAN, S. M. A importância da família. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org.). **Família brasileira**: a base de tudo. São Paulo: Cortez: Brasília, UNICEF, 2002.

FREIRY, Gilberto. Casa Grande e senzala. Rio de Janeiro. José Olympio, Brasília, 1980.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global, 2006.

GRILL, I. G. As fronteiras móveis da “oligarquia” e a “elite política” maranhense. In: MARENCO, A., org. **Os eleitos**: representação e carreiras políticas em democracias [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

HOLANDA, S. Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

IBGE- Instituto brasileiro de geografia e estatística. **VIII Recenseamento Geral do Brasil 1950**.

IBGE- Instituto brasileiro de geografia e estatística. **VII Recenseamento Geral do Brasil 1960**.

SartiIBGE- Instituto brasileiro de geografia e estatística. **VIII Recenseamento Geral do Brasil 1970**.

IBGE- Instituto brasileiro de geografia e estatística. **VIII Recenseamento Geral do Brasil 1980**.

LIMA, Edyene Moraes dos Santos. **Honradas famílias**: poder e política no Maranhão do Século XIX (1821-1823). 2009. 139 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

MUAZE, Mariana. Pensando a família no Brasil: ganhos interpretativos a partir da micro-história. **Confluente Revista de Studi Iberoamericani**, Departamento di Lingue, Letterature e Culture Moderne, Università de Bologna, n.1, vol. 8, pp. 10-27, 2016.

PRADO Júnior, Caio. **Formação do Brasil Contemporânea**: colônia. São Paulo, Brasiliense, 1972.

RIBEIRO, Jakson dos Santos. **A Princesa e o Mundo das Fábricas**: a cidade moderna e a questão fabrilista em Caxias/MA (1940) *Dimensões*, v. 43, jul.-dez. 2019. p. 186-213

SARTI, Cynthia A. Família patriarcal entre os pobres urbanos? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 92, ago., 1992. p. 37-41,

SCOTT, Ana Silvia Volpi. As teias que a família tece: uma reflexão sobre o percurso da história da família no Brasil. In: Revista **História**: Questões & Debates, Curitiba, n. 51, jul./dez. 2009. p. 13-29.

SAMARA, Eni de Mesquita. A história da família no Brasil. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 9, n.17, pp. 07-35, set. 88/fev. 89.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A família brasileira**. São Paulo, Brasiliense, 1977.

VAINFA, Ronaldo. **Tropico Dos Pecados**: Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

VIANNA, Oliveira, 1883-1951. Populações meridionais do Brasil. Edições do Senado Federal. 27ª. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

FONTES:

Livros de registros de batismos nº 28; nº 30 e nº 31-A, nº 33, nº 33-B e nº 36 A da Paróquia São Benedito, Caxias/MA, 1950-1959; Livros de registros de batismos nº 14; nº 44 e nº 48-A da Paróquia São Benedito,

Humana Res, v. 1, n. 3, 2020, ISSN: 2675-3901, p. 163 a 185, jul. a dez. 2020.

CONSAGUINIDADES, AFETOS E OUTROS LAÇOS: a constituição familiar em

Caxias/MA (1950-1980)

Caxias/MA, 1960-1969; Livros de registros de batismos nº 51; nº 53-B; nº 55-B; nº 57 da Paróquia São Benedito, Caxias/MA, 1970-79; Livros de registros de batismos nº 59; nº 64-A; nº 65; nº 65; nº 71 da Paróquia São Benedito, Caxias/MA, 1980-89. Organizado pelos autores.

SANTOS, Sínesio. Acervo fotográfico.

ENTREVISTA ESPECIAL

186

Possui graduação (Licenciatura e Bacharelado) em História pela Universidade Federal Fluminense (1995), mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (1998), doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2004) e Pós-doutorado pela Universidade de Lisboa (2011) e pela Universidade de Évora (2011). Pós-doutorado em andamento pela Lettres Sorbonne Université (França, 2021). Atualmente é Professor Associado IV da Universidade Federal de Viçosa, onde atua na Graduação em História e como Professor Permanente nos Programas de Pós-Graduação do Mestrado Acadêmico em Letras e do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. É pesquisador, desde 2010, da Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste da Universidade de Lisboa. É Avaliador do SINAES e da REDE Nacional de Ipfs (INEP-MEC). Membro, a partir de 2017, da ABIL (Association of British and Irish Lusitanists). Membro, a partir de 2020, da Deutscher Lusitanistenverband e.V. (Associação Alemã de Lusitanistas). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Colônia, atuando principalmente nos seguintes temas: Inquisição no Brasil; Inquisição no mundo ibérico e colonial; religiões e religiosidades no mundo iberoamericano; criptojudaísmo; cristãos-novos; ensino de história; literatura, história e memória. Presidente da Associação Nacional de História, seção Minas Gerais - Anpuh-MG, no biênio 2018-2020.

HR- Professor Angelo, primeiramente gostaríamos de agradecer seu aceite para responder às perguntas realizadas pela Revista HUMANA RES, vinculada ao Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Estadual do Piauí- UESPI. Em seguida perguntar:

HR- Qual a razão de sua estadia na França?

Em primeiro lugar, meu muito obrigado pelo convite para esta entrevista. É um prazer poder trocar ideias e colaborar com esta preciosa revista e seus leitores. Sou professor na Universidade Federal de Viçosa desde 2005, onde atuo na graduação em História e nos programas de pós-graduação em História e Letras. O motivo da minha estadia atual na França é a realização de um pós-doutorado na Universidade Paris-Sorbonne, ou Lettres Sorbonne Université, sob a supervisão da Professora Laura de Mello e Souza. Este já é o terceiro pós-doutorado que realizo. Os dois anteriores, realizei nos anos de 2010 e 2011, nas Universidades de Lisboa e Évora, em Portugal.

HR- Como um intelectual acostumado a refletir sobre a realidade política nacional, qual a impressão que o Senhor está produzindo sobre o País, em termos de enfrentamento da Pandemia da Covid-19?

Bem, a pergunta pode ser direcionada para os dois países - Brasil e França -, embora acredite que a pergunta faça referência ao segundo. Então, aproveito para pensar nos dois casos: Sobre o Brasil, penso que foram tomadas muitas medidas equivocadas com relação ao enfrentamento da pandemia ou, tão grave quanto, deixaram de ser tomadas as medidas

Humana Res, v. 1, n. 3, 2020, ISSN: 2675-3901 p. 186 a 189, jul. a dez. 2020.

necessárias, adotadas por vários outros países e que deram mostra de sua eficácia, poupando um imenso número de vidas humanas, enquanto o Brasil tornou-se, desgraçadamente, dos países com o maior número tanto de infectados quanto de vítimas fatais. Um misto de incompetência e despreparo políticos generalizados (embora com responsabilidades maiores dos representantes dos cargos máximos da nação), negacionismos, atrasos, desconhecimentos, desvalorização da opinião científica e dos órgãos mundiais de saúde, falta de comprometimento social e de respeito aos protocolos sanitários, medidas de confinamento que não foram tomadas ou cumpridas à risca, entre tantos outros elementos. Tudo isso agravado pelas situações de extrema dificuldade financeira, de pobreza generalizada, de falta de acesso a melhores condições de vida de considerável parcela da sociedade brasileira - problema que, obviamente, não surgiu com a atual pandemia, mas que colabora fortemente para o seu agravamento no país. Embora a Covid-19 seja uma experiência nova, a História dá exemplos de como as pandemias foram enfrentadas no passado, inclusive no Brasil, e parece que estes episódios passados foram desconsiderados por muitos no enfrentamento do problema atual. O esquecimento da História, bem sabemos nós, cobra o seu preço... Em relação à França, o que tenho percebido, embora só esteja acompanhando a situação por aqui mais de perto há cerca de um mês, é uma maior interação e responsabilidade por parte das autoridades do país bem como dos países vizinhos, unindo-se em prol de minimizar os problemas causados pela pandemia com ações efetivas, que nem sempre agradam a todos, mas que apresentam resultados práticos e relativamente mais rápidos, como o controle das fronteiras (no momento em que escrevo, inclusive, os vôos oriundos do Brasil estão proibidos já por volta de quinze dias), o fechamentos de centros comerciais (shopping centers), restaurantes e cafés, espaços culturais (cinemas, museus, casas de espetáculo, entre outros), e o “couvre-feu”, ou toque de recolher, que obriga a população a retornar para as suas residências até às 18h, a não ser que tenham justificativa efetiva para ultrapassar este horário, como certas categorias de trabalhadores, profissionais da saúde em geral, ou outros casos específicos. Aqueles que forem pegos a descumprir esta regra, bem como as demais ações impostas pela crise da COVID, como o uso obrigatório de máscaras, é punido com multa em valor que se aproxima dos mil reais - quantia significativa mesmo para quem recebe em euros. Não que não seja frequente encontrar pessoas pelas ruas reclamando destas medidas ou tentando de algum modo burlá-las. Há alguns dias, a imprensa noticiava o caso de franceses que viajavam por dois ou três dias até a vizinha Espanha, onde podiam aproveitar os bares, restaurantes e outros espaços de lazer que permaneciam abertos, e depois retornavam à França, alguns possivelmente contaminados com o vírus, espalhando para outras pessoas. No metrô, nas lojas e nas ruas, presenciei policiais e pessoas chamando a atenção de outras por estarem com a máscara mal colocada. Mas, no geral, percebe-se uma maior conscientização de todos no cuidado para evitar a propagação do problema.

HR- Recentemente, a imprensa nacional que veicula conteúdo sobre a França, noticiou que políticos franceses estão furando a fila para tomar a vacina e ficarem imunizados. Isso procede? Alguma semelhança com a situação brasileira?

Como no Brasil e em outras partes do mundo, o programa de vacinação na França obedece a critérios de prioridade, como a idade, doenças consideradas crônicas e funcionários de setores considerados de risco e prioritários, como médicos e enfermeiros quer atuam no

combate à pandemia. A informação a que se refere é que, por aqui, políticos, autoridades, personalidades, milionários e outros furaram a fila e foram vacinados antes do momento correto a que cada um deles teria direito. O mesmo, sabemos bem, tem acontecido no Brasil, como a imprensa tem noticiado, como políticos e seus familiares vacinados no lugar dos grupos prioritários. Por todo o lado, em países variados, exemplos deste tipo se repetem, demonstrando uma falta de compreensão das normas de vida em sociedade... Em resposta, as autoridades francesas deploraram estes ocorridos e informaram que não serão tolerados privilégios e desrespeito ao calendário de vacinação.

HR – Como a sociedade se comporta diante das restrições que decorrem da execução dos Protocolos e Planos de segurança no combate à COVID-19?

A sociedade francesa é bastante complexa, e é possível ver reações as mais variadas, seja de apoio seja de crítica aos protocolos e planos de segurança. Por aqui é também possível encontrar pessoas que acreditam, por exemplo, que o confinamento ou o uso de máscaras não têm efeitos práticos no combate à pandemia, ou que acreditam que a vacina pode trazer malefícios aos que forem imunizados por ela, como problemas de saúde ou até o risco de morte. Mas, em geral, percebe-se, seja nas ruas, seja nos transportes públicos, uma salutar vigilância das próprias pessoas sobre o próximo para que respeitem minimamente os protocolos. Boa parte da população parece compreender que o momento é grave e exige responsabilidades de todos e atitudes mais duras visando o bem-estar geral.

HR – Que políticas sociais estão sendo executadas na França, para socorrer os menos favorecidos nesse contexto pandêmico?

A França tem tomado medidas várias visando minimizar as perdas e os problemas causados pela pandemia. Em alguns setores, foi proibido a demissão dos funcionários. Muitas empresas e lojas fecharam, e o governo tem auxiliado financeiramente trabalhadores que perderam seu principal meio de sustento. Há programas de distribuição de alimentos, políticas de acolhimento aos moradores de rua, distribuição de máscaras e de material antibactericida aos que não os podem comprar, forte campanha de conscientização por todos os meios de comunicação da necessidade de evitar exposição desnecessária. Enfim, uma série de medidas que, somadas, ajudam a diminuir os riscos e o sofrimento dos mais necessitados.

HR – Como esse movimento anticiência e antivacina tem se manifestado na França.

Embora exista uma certa desconfiança por parte de algumas pessoas sobre a eficácia ou, mais ainda, os presumíveis efeitos colaterais das vacinas, lembremos que a França é um dos países mais tradicionais e respeitados nos mais variados campos da ciência, com instituições reconhecidas mundialmente, como é o caso da própria Sorbonne, e pesquisadores célebres e renomados. O mesmo se pode dizer, consequência direta do que acabei de afirmar, com relação à pesquisa e desenvolvimento de vacinas para diversos tipos de doenças (vide, para ficar num único exemplo, o valorosíssimo trabalho desenvolvido desde o século XIX pelo Institut Pasteur). O país possui vasta tradição e consciência social sobre a importância da

vacinação e imunização de seus cidadãos. Assim, a população, em grande medida, é favorável à vacinação e aguarda com ansiedade sua vez para ser imunizada. Não percebo por aqui este olhar cego, irracional, limitado, medíocre e politizado que vemos no Brasil de desvalorização a todo custo da ciência e dos cientistas, reflexo direto do próprio momento político que vivemos... Serão eles, estes cientistas, ao fim, sabemos bem, que nos conduzirão à solução deste problema de alcance mundial. E nós, cientistas das Humanidades, por sua vez, os responsáveis por curar esta cegueira social em que estamos tristemente afundados.

HR – Como as autoridades Públicas estão orientando o funcionamento das escolas no País?

As escolas francesas continuam a funcionar. Em situações específicas, como o aparecimento de casos em determinados espaços escolares, podem ser tomadas medidas de fechamento total, parcial ou de limitação do número de estudantes. As escolas têm tomado medidas de segurança para cumprir protocolos que garantam, de algum modo, a possibilidade de seu funcionamento. Obviamente, esta é uma medida polêmica, que envolve críticos e apoiadores. Embora a França não viva a mesma intensidade de casos epidêmicos observado em países vizinhos, como Portugal, Espanha, Alemanha e Reino Unido, há uma grande preocupação, por exemplo, com relação às novas variantes do vírus, de maior capacidade de contágio. De todo modo, estas medidas podem ser diferenciadas e se ajustarem de acordo com a situação vivida nas diferentes regiões do país. Há, ainda, uma promessa de que os professores franceses sejam vacinados o mais rápido possível, provavelmente até março, pelas informações do Ministério da Educação. Nas universidades, por sua vez, que tenho acompanhado mais de perto, as aulas estão sendo realizadas, de forma geral, em ambiente virtual, embora exista uma preocupação em promover as aulas presenciais principalmente para os alunos dos anos iniciais. Uma das causas para tal é o aumento de casos de depressão e demais problemas psicológicos em alunos e professores por conta do confinamento duradouro. Ao mesmo tempo, são muitas as atitudes tomadas por alunos, professores e profissionais da educação visando auxiliar estudantes em situação difícil, como arrecadação de alimentos, criação de grupos virtuais de convívio e discussão, auxílio no pagamento de contas, enfim, uma rede de solidariedade que tenta diminuir, dentro do possível, os dramas particulares do cotidiano. Oxalá, em breve tempo, estaremos acompanhando historiadores a estudar estas micro-histórias da pandemia...

HR- Como a Comunidade de História francesa tem se posicionado diante da Pandemia e da crise Higienicossanitária causada pela Covid-19?

A Comunidade de historiadores têm feito a sua parte. Muitos historiadores têm refletido sobre a pandemia atual, traçando comparações com outros momentos pandêmicos vividos pela humanidade, comparando a situação da França com outras regiões do mundo, analisando o impacto diferenciado da Covid nos diversos e multifacetados grupos que compõem a sociedade francesa, discutindo como as formas de superação do problema no passado podem auxiliar no tratamento do problema da Covid. Textos e entrevistas na imprensa, artigos e livros acadêmicos, eventos específicos sobre o assunto... A reflexão histórica mostra-se fundamental para o entendimento do quadro e para a conscientização de que não há solução milagrosa, e sim, um esforço coletivo e incansável, uma vigilância feita por todos para vencer o problema. Todo vírus, toda a ignorância social e política devem ser vencidos desta forma.

José da Cruz Bispo de Miranda¹

Pensar o genocídio e a escravização dos/as negros/as africanos/as tem nos conduzido à receita decolonial, esta pautada na crítica aos brancos e cristãos europeus que destruíram a epistemologia africana, incluída os seus saberes, a cultura, as práticas rituais, a diversidade de suas etnias e produzindo uma sub-humanidade, consequentemente nos colocando numa posição de subalternidade em relação ao branco cristão europeu (NASCIMENTO, 2017; CORONIL, 2005; ESCOBAR, 2005). Antes da alcunha do termo decolonial, a antropologia proponha reflexões críticas à racialização da escravização pelo capitalismo moderno e ao tráfico transatlântico (RIBEIRO, 1995; MOURA, 1988). Contudo, reafirmando as críticas decoloniais aos brancos cristão europeus que invadiram a África para saqueá-la econômica e demograficamente, o objetivo deste trabalho é apresentar a obra citada acima, a qual demonstra que não foram somente os brancos cristão europeus que traficaram negros e negras, que massacraram, capturaram, castraram, escravizaram e assassinaram as pessoas do continente africano. A obra relata a participação dos árabes- muçulmano mil ano antes dos europeus, ou seja, a partir o século VI.

Tidiane N'Diaye é franco-senegalês, economista e antropólogo e atua no Instituto Nacional de Estatística e Estudos Econômicos francês. É de uma geração tradicional do Senegal e traz no corpo e na oralidade de sua ascendência e dos quimbandas parte significativa da história do tráfico árabo-muçulmano. O livro não representa um relato para amenizar as práticas dos brancos cristãos europeus diante da comunidade negra africana, ao contrário, o objetivo trazer à tona aspectos históricos ocultos da participação dos árabes-muçulmanos na escravização, no genocídio, no massacre e castração das pessoas negras antes da chegada dos europeus, ao mesmo tempo, informar a cumplicidade desses dois povos na manutenção, cumplicidade no tráfico negreiro, mesmo após o Grande Pacto da Abolição do Tráfico de 1848 (????) e sua continuidade em pleno século XX nas comunidades árabes-muçulmanas.

¹ Professor do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Piauí; Coordenador do NUPECSO/UESPI Doutor, Mestre pela PUCSP e com Estágio Pós doutoral pelo InstitutoUniversitário de Lisboa, Portugal -ISCTE

A primeira edição da obra é francesa, de 2008, a que utilizamos para este trabalho é a portuguesa, de 2019, constituída de introdução e nove capítulos. A descrição da obra abrange tópicos fundamentais para a compreensão desse genocídio do povo africanos pelos árabo-muçulmanos.

O autor descreve o processo de colonização árabe pelo Norte da África e em seguida a sua progressão para o Sul deste continente. Destaca a imposição do emir e general árabe Abdallah Bem Said, em 652 aos sudaneses, que obrigava estes a entregar anualmente centenas de escravos. Apesar de horrendo, veremos que essa prática não era estranha para o contexto.

O autor descreve as formas de servidão na Idade Média e nas comunidades tradicionais africanas. A humanidade experimentou a subalternidade humana de diferentes formas e em diferentes lugares. Antes da Colonização europeia em África, as dívidas, os espólios de guerra e os acordos dos vencidos transformação regimes livres em servidão. Condições em nada comparáveis com a escravização dos/as africanos/as decorridos desde o século VI pelos árabes-muçulmano. Desde o Egito antigo, os romanos e os hebreus com seu próprio povo, os vikings na invasão do norte da Europa praticavam a servidão com os vencidos (FRAGA, 2016). Mesmo em África essa prática existia, porem: “[...] praticava-se a escravização das populações, mas no quadro de um sistema de servidão interna específica às tradições africanas [...]” (N’DIAYE, 2019, p. 19). Neste sentido, a África subsaariana não conhece escravos, mas cativos, vencidos em conflitos. Na condição de cativos, esses podiam fazer parte da família, inclusive pelo casamento, tinham a condição de adotados ou de parentes. O que veio a acontecer a partir do século VI (com o tráfico transaariano e o oriental). A produção de cativos em África estava vinculada, como diz Marc Ferro, citado por N’Diaye (2019), à inexistência da noção de posse de terras, que em seu lugar homens e mulheres constituíam a única fonte de riqueza. Com isso, as evidências históricas não confirmam a tese de que os árabes-muçulmano e, em seguida, os brancos europeus cristãos imitaram as práticas existentes em África. A escravização de negros e negras africanos decorrem, não apenas pelas possibilidades abertas pelas estruturas políticas descentralizadas dos reinos africanos, pelos conflitos internos entre etnias e pelo maior poderio bélico, quer de árabes e de europeus, mas sobretudo pelo imaginário desses povos sobre o/a negro/a.

Os conflitos na parte oriental da África e ocidental da península arábica eram constantes no século VI. Em 702, os etíopes tomaram a costa da Arábia e o porto de Jidá,

contudo foram derrotados pelos persas e deixaram inúmeros prisioneiros na condição de escravos. Os árabes afirmavam não ter desprezo pela cor negra, contudo, o permanente contato com povos africanos colocados em situações aviltantes e desumanas foi modificando o/a negro/a no imaginário árabo-muçulmano. Isto ocorre devido à “[...] importação de escravos negros a grande escala [...]” (N’DIAYE, 2019, p. 41). A cor da pele passou a estar vinculada à escravidão. Mesmo para os negros convertidos ao islã a escravidão era imposta. Há um processo de construção da imagem do/a negro/a pelo árabe-muçulmano, além de sub-humanos, são antropofágicos e não fazem nada mais além de comer, dançar e procriar. A consolidação dessa perspectiva construiu a mais antiga hierarquização das ‘raças’, diz N’Diaye. Com a desumanização dos/as negros/as africanos e com a cumplicidade sagrada do Alcorão e de seus profetas, abriu-se as portas para a invasão da África pelos Árabes.

N’Diaye afirma que, desde o século II, as viagens para a África eram frequentes, tanto por europeus e asiáticos, a proximidade dos continentes é denunciante desse trânsito. No entanto, a história de África se altera com os árabes, desde a Idade Média até o século XX, seu maior comércio é de pessoas, o tráfico negreiro árabo-muçulmano pelas rotas transaariana e a oriental. Depois de consolidarem a conquista no norte de África, descem pela parte ocidental passando pelo Império do Gana, Império do Mali, outro caminho é pela Etiópia, pelo lado oriental, até chegarem à região dos lagos. Estruturam a caça ao homem e à mulher negra, os traficantes aproveitam da pouca estrutura das vilas e, mesmo com a resistência dos nativos massacram, capturam, escravizam e assassinam milhares de pessoas para levarem em torno dos 20% dos sobreviventes, entre crianças, adultos e idosos, destes outros morreram no percurso do Saara. “os árabes caçadores de homens transformarão em verdadeiros infernos regiões inteiras onde seus habitantes viviam em perfeita felicidade”(N’DIAYE, 2019, p. 66-67). Com a colonização europeia, o tráfico árabo-muçulmano persistiu, mesmo após o Grande Pacto da Abolição do Tráfico em 1848. A conquista, o tráfico e a escravização de pessoas não impediram a propagação do islã no continente africano. O próprio Darcy Ribeiro constata a chegada dos Malês, escravizados/as negros e negras africanas de fé islâmica no Brasil, evidência de sua conversão, antes de serem traficados para o Brasil.

Na horrenda narrativa dos árabes muçulmanos em sua conquista pelo norte da África e, em seguida, na Europa, sendo substituído pelos visigodos em 711, retornam para África

para islamizar os povos. Porém, a empreitada dos árabes não teria tanto êxito se não tivessem chefes africanos traidores do seu povo. Aproveitando dos conflitos intertribais, as incursões no continente africano com o objetivo de traficar pessoas “[...] vão por seu turno, selar um contrato durável com os mesmos chefes traidores, nomeadamente os dos reinos da costa Daomé(atual Benin), da etnia fon, que abriram caminho ao arrasar as aldeias iorubás ou mahis para vender um número incalculável de crianças, mulheres e homens” (N’DIAYE, 2019, p. 88). O islã encontrou solo fértil para expandir em solo africano, uma vez que compartilhavam valores comuns, tais como: fecundidade, família, supremacia masculina, casamentos precoces e poligamia. A disputa religiosa no continente, entre cristãos e muçulmanos, pendia para o islã, tendo em vista que os próprios africanos difundiam o islamismo, enquanto o cristianismo era associado à colonização europeia. Por sua vez, a prática ritual africana não fazia proselitismo, cada grupo étnico tinha sua fé e seus rituais, sem a necessidade de sua expansão. Atualmente percebemos essa característica nas religiões de origens africanas no Brasil. Os seus adeptos chegam a seus terreiros sem que haja uma orquestração de conversão de adeptos na sociedade. A ganância dos árabes tomara conta dos chefes tribais africanos, que organizavam incursões para prender e escravizar pessoas de tribos rivais e abastecer os negociantes árabes. “Beneficiaram do sangue, do suor e das lágrimas dos seus povos” (N’DIAYE, 2019, p. 103).

O processo de conquista árabo-muçulmano não aconteceu sem resistências. Inicialmente vale destacar a atuação de mulheres no sistema matrilinear que fora destruído pela dominação árabe e, posteriormente, pela europeia cristã, que impuseram progressivamente o patriarcado. No campo de batalha, destacam-se três reinos que enviavam mulheres para a guerra: O Daomé, com companhias femininas de cavalaria e infantaria; o Senegal, enviava sua *linguères* para as diferentes batalhas contra os mouros e, o império Zulu formava regimentos de mulheres combatentes ou encarregadas da logística. As mulheres de Walo mataram mais trezentos mouros, contudo, após uma segunda investida, decidiram morrer como mulheres livres.

O autor descreve que significativa parte da resistência deveu-se a pessoas religiosas e carismáticas contrárias às incursões árabes com vistas à escravização de pessoas, entre elas: Cheikh Ahmadou Bamba, antirracista, que afirmava que maior ignorância era odiar um homem porque este nascera negro, branco ou amarelo; Ahmed Baba, de Tombuctu, fervoroso muçulmano, refutou a maldição de Cam em todo o Imperio Songai e denunciou

vigorosamente o tráfico transaariano e oriental. Camponeses africanos das etnias fulah, peul, mandinga, iorubá, haúça ou uolofe, educados na escola corânica e com conhecimento de estrutura militar, política e cultural. Muitos desses foram deportados para o Brasil, ainda no período da escravização. Estes vão provocar a insurreição em 1835, na Bahia, chamada de revolta dos Malês(REIS, 2003). Outra insurreição é a dos zenjs, estes deportados para o mundo árabo-muçulmano. “Os homens roubados de suas terras nem sempre deixaram de reagir. Ao chegarem aos locais de calvário, muitas vezes se revoltaram”(N'DIAYE, 2019, p. 115).

Pensar a escravização de pessoas negras africanas requer ampliar a nossa perspectiva no tempo e no espaço. A escravização racial não se inicia na idade moderna, ao lado do capitalismo e com os brancos europeus cristãos. Mil anos antes dos europeus os árabo-muçulmanos traficavam nas rotas subsaariana e oriental, calcula-se mais 17 milhões de pessoas, que tiveram apenas 1 milhão de descendentes, em razão da castração maciça praticada durante quase quatorze séculos. Prática que ainda persistia em pleno século XX e ainda não reconhecida pelos países árabes e ocultada na Conferência na Conferência Mundial das Nações Unidas de 2001 contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância, ocorrida de 31 de agosto e 8 de setembro em Durban, na África do Sul.

Finalmente, a obra tem a qualidade de trazer um tema incômodo, especialmente neste contexto de negacionismo; ainda, a temática conta com a solidariedade religiosa, quando os africanos muçulmanos ocultam os acontecimentos de seus antepassados em nome da fé islâmica.

Referências

CORONIL, Fernando. Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, p. 107-130, 2005.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, p. 107-130, 2005.

FRAGA, Gerson Wasen. Da aldeia à plantation: a África e a construção da escravidão. In: *Histórias africanas e afro-brasileiras: ensino, questões e perspectivas* / Fábio Feltrin de

Souza, Cláudia Mortari (Organizadores). - - Tubarão, SC : Copiart ; Erechim, RS : UFFS, 2016, p. 153-183.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês (1835)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 665p.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1995